



**CLEDIANE NASCIMENTO SANTOS**

**AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E O  
TURISMO NO ESPAÇO RURAL: OS CASOS DOS  
MUNICÍPIOS DE ROSANA, PRESIDENTE EPITÁCIO (SÃO  
PAULO, BRASIL), SANTIAGO DE COMPOSTELA E  
PADRÓN (GALÍCIA, ESPANHA)**

**Presidente Prudente-SP  
2018**



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
Campus de Presidente Prudente

**Clediane Nascimento Santos**

**AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E O TURISMO NO ESPAÇO RURAL: OS CASOS DOS MUNICÍPIOS DE ROSANA, PRESIDENTE EPITÁCIO (SÃO PAULO, BRASIL), SANTIAGO DE COMPOSTELA E PADRÓN (GALÍCIA, ESPANHA)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Presidente Prudente para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Custodio Cortez Thomaz.

**Presidente Prudente - SP  
2018**

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação - Diretoria Técnica de Biblioteca e Documentação - UNESP, Campus de Presidente Prudente

Santos, Clediane Nascimento.

S234p As políticas de desenvolvimento rural e o turismo no espaço rural: os casos dos municípios de Rosana, Presidente Epitácio (São Paulo, Brasil), Santiago de Compostela e Padrón (Galícia, Espanha) / Clediane Nascimento Santos. -2018  
340 f.: il.

Orientador: Rosângela Custodio Cortez Thomaz  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2018  
Inclui bibliografia

1. Assentamentos rurais. 2. Turismo no espaço rural. 3. Galícia-ES. I. Thomaz, Rosângela Custodio Cortez. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

Bibliotecária Claudia Adriana Spindola  
CRB-8ª/5790

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

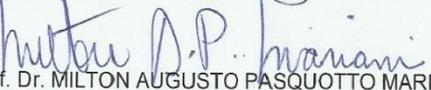
**TÍTULO DA TESE:** **As políticas de desenvolvimento rural e o turismo no espaço rural: os casos dos municípios de Rosana, Presidente Epitácio (São Paulo, Brasil), Santiago de Compostela e Padrón (Galícia, Espanha)**

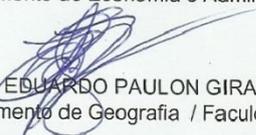
**AUTORA:** **CLEDIANE NASCIMENTO SANTOS**

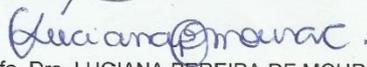
**ORIENTADORA:** **ROSANGELA CUSTODIO CORTEZ THOMAZ**

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em GEOGRAFIA, área: PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora:

  
Prof. Dra. ROSANGELA CUSTODIO CORTEZ THOMAZ  
Curso de Turismo / Câmpus de Rosana

  
Prof. Dr. MILTON AUGUSTO PASQUOTTO MARIANI  
Departamento de Economia e Administração / UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

  
Prof. Dr. EDUARDO PAULON GIRARDI  
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

  
Prof. Dra. LUCIANA PEREIRA DE MOURA CARNEIRO  
Turismo / Instituto Federal de São Paulo

  
Prof. Dra. ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESRANHOL  
Departamento de Geografia / UNESP/FCT - Presidente Prudente/SP

Presidente Prudente, 23 de março de 2018

## DEDICATÓRIA

*In memoriam à Balduino do Nascimento Santos (minha mãe, que tanto amo).*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e à intercessão de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro pela oportunidade de fazer o doutorado. Sou muito grata, pois me conduziu e providenciou o necessário para a conclusão desta tese.

Agradeço a minha família pelo apoio incondicional, especialmente ao meu pai Antonio, a minha irmã Ana Claudia, meu cunhado Manoel, aos meus sobrinhos Rafael e Ana Beatriz.

Agradeço ao meu irmão Antoniel, esteja onde estiver, obrigada por me fazer refletir e a repensar sobre muitas coisas em minha vida. Você é importante para mim.

A família de minha tia que sempre me acolheu de braços abertos, na pessoa de tia Marieta, tio Antonio Moreira (*in memoriam*), meu primo Alex e minha prima Liliane, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço aos parentes, cito aqui o nome de Maciel e Cineide, representando a todos os meus familiares, que estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis e felizes de minha vida.

Agradeço aos amigos e colegas que fiz durante essa caminhada em Presidente Prudente (Alessandro, Renata, Lara, Marcela, Rosângela, Sueli, Sérgio, Dayana, Paola, Rizzia, Marcos, Willian, entre tantos outros) e aos amigos que conheci em Santiago de Compostela (Roberta, Rober, Wellington, Jackson), foi fantástico ter conhecido vocês e obrigada por fazerem parte de minha trajetória. E aos amigos que estão comigo desde muito tempo, como a Raquel, Nete, a Iara, André, o pessoal da Comunidade Sagrado Coração de Jesus do Jd. Nova Vida, entre outros.

Agradeço aos funcionários e professores da UNESP, Campus de Presidente Prudente e de Rosana que contribuíram para que o trabalho fosse concluído.

Agradeço às pessoas que cederam gentilmente as entrevistas, tais como assentados e os gestores públicos brasileiros, pois sem as informações de vocês esse trabalho não teria sido realizado. Sou muito grata a vocês.

Agradeço aos entrevistados galegos (gestores e proprietários das casas de turismo rural) que igualmente somaram para que esta tese fosse concluída.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio financeiro para que esta tese fosse desenvolvida, tanto aqui no Brasil quanto em Santiago de Compostela para a realização da BEPE.

Agradeço ao Prof. Dr. Xosé Manuel Santos Solla por supervisionar o meu Estágio de Pesquisa durante 9 meses em Santiago de Compostela. E ao Prof. Miguel Pazos por me acolher e providenciar o necessário para a minha estadia.

Meus agradecimentos aos professores que participaram da Banca.

Meus agradecimentos à Profa. Dra. Rosângela Custodio Cortez Thomaz, pelos anos de convivência e carinho. Obrigada por ter acreditado em meu trabalho, ter me motivado desde a graduação até aqui e pelo incentivo à realização da BEPE. Obrigada pelos momentos de aprendizagem, troca de experiência e pela orientação. Sou grata por tudo.

## RESUMO

Esta tese tem como objeto de estudo as políticas públicas de desenvolvimento rural e a atividade de turismo no espaço rural dos municípios de Rosana e Presidente Epitácio, ambos no Estado de São Paulo/Brasil e nos municípios de Santiago de Compostela e Padrón, em Galícia/Espanha. Para isso o objetivo geral é analisar o processo de territorialização do turismo no espaço rural e confrontar as políticas públicas de desenvolvimento rural a partir de estudos de casos localizados na região do Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo e na Comunidade Autônoma da Galícia/ES. A relação entre território e turismo se faz presente no recorte paulista e galego a partir da prática do turismo, em que essa atividade se apropria dos elementos característicos dos territórios como, por exemplo, os recursos naturais e culturais, transformando-os em produtos turísticos. A questão norteadora é que o processo de territorialização do turismo no espaço rural, tanto no contexto do recorte paulista quanto no galego, estão relacionados com as políticas de desenvolvimento rural ou a sua ausência. No caso galego o surgimento do turismo é fomentado por meio de programas LEADER e PRODER determinados no âmbito do poder público. No caso paulista, as políticas existentes põem em valor a permanência do processo produtivo agropecuário familiar, contribuindo para que os assentados busquem alternativas que complementem sua renda, vislumbrando no turismo uma maneira de diversificação econômica, sobretudo sem o crédito do PRONAF-Turismo Rural na Agricultura Familiar. Dessa forma é necessária a reflexão sobre o território, por meio da territorialização e des-re-territorialização para o processo de continuidades e descontinuidades de ações nos territórios. A discussão da ideia de desenvolvimento para compreender em qual modelo as políticas foram criadas. E os pressupostos da atividade turística para entender o que é essa atividade e como ela se apropria dos elementos do território levando a crer que o seu planejamento seja de suma importância para amenizar os rebatimentos negativos no território. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, foram utilizadas a entrevista e a análise comparativa ressaltando a experiência de dois municípios espanhóis, que foram Santiago de Compostela e Padrón para traçar as similitudes e diferenças com os casos brasileiros. Foram entrevistados na região do Pontal do Paranapanema, uma representante da Associação do Restaurante Rural Porto Maria, os assentados rurais de reforma agrária que desenvolvem atividades associadas ao turismo e os gestores institucionais, como ITESP e prefeituras de Rosana/SP e Presidente Epitácio/SP. Já no caso galego foram entrevistados os proprietários das casas de turismo rural e os representantes institucionais da Xunta de Galícia, Federação Galega de Turismo Rural, do Consórcio Área Santiago e prefeitura de Padrón. Os principais resultados obtidos nos lotes dos assentados do recorte paulista foram a presença de territorialidades inerentes ao modo de vida rural, tais como, a produção de doces, queijos, pães, biscoitos e diversos processos de conservas de alimentos, uma cozinha artesanal com certificação e alimentos produzidos nessa cozinha com selo de comercialização, restaurante rural, roteiro de visita nos lotes e turismo de pesca. Das averiguações em Santiago de Compostela e Padrón, identificou-se a presença de seis casas de turismo rural que a partir das subvenções oriundas das políticas de desenvolvimento rural europeias foram restauradas, fomentando a preservação deste patrimônio cultural e a permanência das pessoas no rural.

**Palavras – chave:** Assentamentos rurais. Turismo no espaço rural. Pontal do Paranapanema. Galícia-ES.

## **ABSTRACT**

This thesis aims to study the rural development public policy and the rural tourism activity in Rosana and Presidente Epitácio municipalities, both located in São Paulo State, and Santiago de Compostela and Padrón municipalities, in Galicia/Spain. In this regard, the general objective is to analyze the tourism territorialization process in rural areas and to confront public policies for rural development based on case studies in Pontal do Paranapanema region, in State of São Paulo and Autonomous Community of Galicia/ES. The relationship between territory and tourism is present in São Paulo and Galician contours, based on tourism practice, where this activity appropriates the territories characteristics, such as natural and cultural resources, transforming them into tourism products. The guiding question is that the tourism territorialization process in rural areas, both in the context of São Paulo and Galician contours, is related to rural development policies or their absence. In the Galician case, the emergence of tourism is fostered by LEADER and PRODER programs which are determined at the public authorities field. In the case of São Paulo, the existing policies values the permanence of the family farming and livestock production process, which is a contribution to the settlers seeking alternatives that complement their income, envisaging in tourism a way of economic diversification, especially without the rural credit of PRONAF-Rural Tourism in Agriculture Familiar. In this way it is necessary to reflect on the territory, through the territorialization and de-re-territorialization for the process of continuities and discontinuities of actions in the territories. The discussion of the idea of development to understand in which model the policies were created. And the assumptions of the tourist activity to understand what is this activity and how it appropriates the elements of the territory leading one to believe that its planning is of paramount importance to soften the negative repercussions in the territory. Regarding the methodological procedures, the interview and the comparative analysis were used, highlighting the experience of two Spanish municipalities, which were Santiago de Compostela and Padrón, to draw similarities and differences with the Brazilian cases. At the Pontal do Paranapanema region were interviewed, a representative of the Porto Maria Rural Restaurant Association, the rural settlers of land reform who develop activities associated with tourism and institutional managers, such as ITESP and City Hall of Rosana/SP and Presidente Epitácio/SP. In the Galician case, were interviewed owners of the rural tourism houses and the institutional representatives of the Xunta de Galicia, the Galega Federation of Rural Tourism, the Santiago Area Consortium and the City Hall of Padrón. The main results obtained in the settlers' properties were the presence of territorialities inherent in the rural way of life, such as the production of sweets, cheeses, breads, biscuits and various preserved food processes, an artisan kitchen with certification and food produced in this kitchen with marketing seal, rural restaurant, visit tour in properties and fishing tourism. From the inquiries in Santiago de Compostela and Padrón, six rural tourism houses were identified, which by subsidies from the European rural development policies were restored, fostering the preservation of this cultural heritage and the permanence of people in rural areas.

**Keywords:** Rural settlements. Tourism in the countryside. Pontal do Paranapanema. Galicia-ES.

## RESUMEN

Esta tesis tiene como objeto de estudio las políticas públicas de desarrollo rural y el turismo en el espacio rural de los municipios de Rosana y de Presidente Epitácio, ambos en el estado de São Paulo/Brasil y en los municipios de Santiago de Compostela y Padrón en Galicia/España. Para esto el objetivo general es abordar y analizar el proceso de territorialización del turismo en el espacio rural y confrontar las políticas públicas de desarrollo rural a partir de estudio de casos localizados en la región del Pontal del Paranapanema, en el estado de São Paulo y la Comunidad Autónoma de Galicia/ES. La relación entre el territorio y el turismo se hace presente en el recorte paulista y gallego a partir de la puesta en práctica del turismo, donde esta actividad se apropia de los elementos característicos de los territorios, por ejemplo, los recursos naturales y culturales transformándolos en productos turísticos. La cuestión orientadora es que el proceso de territorialización del turismo en el espacio rural, tanto en el contexto del recorte paulista como el gallego están relacionados con las políticas de desarrollo rural o su ausencia. En el caso gallego el surgimiento del turismo es fomentado por medio de los programas LEADER y PRODER determinados en el ámbito del poder público. En el caso paulista, las políticas existentes ponen en valor la permanencia del proceso productivo agropecuario familiar, contribuyendo para que los asentados busquen las alternativas que complementen su renta, vislumbrando en el turismo una manera de diversificación económica, sobre todo sin el crédito del PRONAF-Turismo Rural en la Agricultura Familiar. De esta forma es necesaria la reflexión sobre el territorio, por medio de la territorialización y des-re-territorialización para el proceso de continuidades y discontinuidades de acciones en los territorios. La discusión de la idea de desarrollo para comprender en qué modelo se crearon las políticas. Y los supuestos de la actividad turística para entender qué es esta actividad y cómo esta se apropia de los elementos del territorio que conduce a creer que su planeamiento sea de suma importancia para amenizar los rebatimientos negativos en el territorio. En lo que dice respecto a los procedimientos metodológicos, fueron utilizadas la entrevista y el análisis comparativo resaltando la experiencia de dos municipios españoles, que fueron Santiago de Compostela y Padrón para trazar las similitudes y las diferencias con los casos brasileños. Fueron entrevistados en la región del Pontal do Paranapanema, una representante de la Asociación del Restaurante Rural Puerto María, los asentados rurales de reforma agraria que desarrollan actividades relacionadas con el turismo y los gestores institucionales, como ITESP y las alcaldías de Rosana/SP y Presidente Epitácio/SP. En el caso gallego fueron entrevistados los propietarios de las casas de turismo rural y los representantes institucionales de la Xunta de Galicia, Federación Gallega de Turismo Rural, del Consorcio Área Santiago y alcaldía de Padrón. Los resultados principales obtenidos en las propiedades de los asentados del recorte paulista fueron la presencia de territorialidades inherentes al modo de vida rural, tales como, la producción de dulces, quesos, panes, galletas y diversos procesos de conserva de alimentos, una cocina artesanal con certificación y alimentos producidos en esa cocina con sello de comercialización, restaurante rural, ruta de visita en las propiedades y turismo de pesca. De las averiguaciones en Santiago de Compostela y Padrón, se identificó la presencia de seis casas de turismo rural que a partir de las subvenciones que derivaban de las políticas de desarrollo rural europeas fueron restauradas, fomentando la preservación de este patrimonio cultural y la permanencia de las personas en lo rural. Se verificó que las políticas del desarrollo rural en las cuales el turismo aparece son los programas LEADER y el PRODER.

**Palabras clave:** Asentamientos rurales. Turismo en el espacio rural. Pontal do Paranapanema. Galicia-ES.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de localização da área de estudo paulista e galega. ....	29
Figura 2- Mapa de localização dos municípios de Rosana/SP e Presidente Epitácio/SP. ....	144
Figura 3- Visitantes às margens do rio Paranapanema. ....	146
Figura 4- Produção de polpa de fruta do lote 75. ....	148
Figura 5- Grupo de mulheres na cozinha da AMANP. ....	148
Figura 6- Grupo de estudantes em contato com bezerro. ....	149
Figura 7- Grupo de visita escolar. ....	149
Figura 8- Alimentos servidos a um grupo de visitantes. ....	150
Figura 9- Pé de maracujá, lote 79. ....	150
Figura 10- Vista para o rio Paranapanema ao fundo, lote 113. ....	151
Figura 11- Despoldadora de fruta, lote 75. ....	152
Figura 12- Conserva de pimenta, lote 75. ....	152
Figura 13- Produção do lote 116. ....	153
Figura 14- Resfriador de leite, lote 118. ....	153
Figura 15- Equipamento para a ordenha, lote 07. ....	154
Figura 16- Criação de galinhas, lote 07. ....	155
Figura 17- Resfriador, lote 11. ....	155
Figura 18- Estudantes conhecendo a criação de búfalos, lote 11. ....	156
Figura 19- Criação de cavalos, lote 13. ....	157
Figura 20- Plantação de café, lote 31. ....	157
Figura 21- Vista para o rio Paranapanema, lote 31. ....	158
Figura 22- Horta, lote 59. ....	158
Figura 23- Panos bordados, lote 59. ....	159
Figura 24- Plantação de banana, lote 52. ....	160
Figura 25- Pé de laranja, lote 120. ....	160
Figura 26- Forno da antiga carvoaria, lote 91. ....	161
Figura 27- Sítio com fundo ao rio Paranapanema, lote 114. ....	162
Figura 28- Local de banho no Rio Paraná, Restaurante Porto Maria. ....	164
Figura 29- Restaurante rural, Assentamento Porto Maria. ....	165
Figura 30- Visitantes em momentos de lazer. ....	166
Figura 31- Encontro das águas dos rios Santo Anastácio e Paraná. ....	168
Figura 32- Píer para pescaria, lote 23. ....	169
Figura 33- Chalé ao fundo, lote 38. ....	169
Figura 34- Vista para o rio Santo Anastácio, lote 39. ....	170
Figura 35- Espaço com quiosques, lote 39. ....	171
Figura 36- Criação de porco, lote 53. ....	171
Figura 37- Produção artesanal de conservas de pimentas, lote 53. ....	172
Figura 38- Estabelecimento comercial, lote 54. ....	173
Figura 39- Produção artesanal de conservas, lote 54. ....	173
Figura 40- Criação de porco e ao fundo os rios Santo Anastácio e Paraná, lote 55. ....	174
Figura 41- Criação de animais e galinhas, lote 55. ....	174
Figura 42- Área para camping, lote 55. ....	175
Figura 43- Vista para o rio Santo Anastácio, lote 60. ....	175
Figura 44- Rancho, lote 60. ....	176
Figura 45- Foto do quadro de parede com o antes e depois do ano de 2014, lote 61. ....	178
Figura 46- Equipamentos para produção de alimentos, lote 61. ....	178
Figura 47- Torradeira de amendoim, lote 61. ....	179

Figura 48- Marca Tacho Melado, lote 61.....	180
Figura 49- Mapa de localização dos municípios de Santiago de Compostela e Padrón. ....	186
Figura 50- Casa, A Casa da Torre Branca.....	191
Figura 51- Teto de madeira, A Casa da Torre Branca. ....	191
Figura 52- Hórreo, A Casa da Torre Branca. ....	192
Figura 53- Fogão a lenha, A Casa da Torre Branca. ....	193
Figura 54- Restaurante, A Casa da Torre Branca.....	193
Figura 55- Entrada Pazo Xan Xordo. ....	194
Figura 56- Fonte de água, Pazo Xan Xordo. ....	195
Figura 57- Hórreo, Pazo Xan Xordo. ....	196
Figura 58- Capela, Pazo Xan Xordo. ....	196
Figura 59- Crucero, Pazo Xan Xordo.....	197
Figura 60- Moinho, Pazo Xan Xordo.....	197
Figura 61- Quarto, Pazo Xan Xordo. ....	198
Figura 62- Vista de cima, Finca San Lorenzo. ....	199
Figura 63- Interior da casa, Finca San Lorenzo. ....	200
Figura 64- Pedra do Moinho, Finca San Lorenzo. ....	200
Figura 65- Casa Rio Sarela.....	201
Figura 66- Sala de Estar, Casa Río Sarela.....	202
Figura 67- Entrada, Casa de Marcelos. ....	205
Figura 68- Videira, Casa de Marcelos.....	205
Figura 69- Casa de Aldea, Os Lambráns.....	206
Figura 70- Hórreo, Os Lambráns. ....	207
Figura 71- Jardim da casa rural, Os Lambráns.....	207
Figura 72- Assentadas trabalhando para implantação do restaurante. ....	253
Figura 73- Condições da estrada. ....	254
Figura 74- Logo do Restaurante Rural Porto Maria.....	255
Figura 75- Frango caipira com quiabo, Restaurante Rural Porto Maria. ....	256
Figura 76- Mesa de doces, Restaurante Rural Porto Maria.....	257
Figura 77- Associadas e participantes do evento Sabores da Roça, Restaurante Rural Porto Maria. ....	257

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Casas de turismo rural por província de Galícia.....	89
Gráfico 2- Quantidade de casas de turismo rural por Grupos na Galícia.....	89
Gráfico 3- Distribuição do GAL/GDR do LEADER I, por CC.AA. ....	119
Gráfico 4- Distribuição do GAL/GDR do LEADER II, por CC.AA.....	120
Gráfico 5- Distribuição do GDR do LEADER plus, por CC.AA. ....	122
Gráfico 6- Distribuição do GDR do Eixo LEADER, por CC.AA. ....	124
Gráfico 7- Distribuição do GAL/GDR do PRODER I, por CC.AA. ....	126
Gráfico 8- Distribuição do GAL/GDR do PRODER II, por CC.AA.....	128
Gráfico 9- Distribuição dos assentamentos rurais do Estado de São Paulo por área administrativa.....	141
Gráfico 10- Assentamentos rurais por município da região do Pontal do Paranapanema. ....	142
Gráfico 11- Número de famílias assentadas na região do Pontal do Paranapanema .....	143
Gráfico 12- PIB per capita de alguns países europeus. ....	182
Gráfico 13- População de Espanha e Galícia, ano de 2016. ....	183
Gráfico 14- População por CC.AA de Espanha, ano 2016. ....	183
Gráfico 15- População por Província de Galícia.....	184
Gráfico 16- Principais motivações de viagem a Santiago de Compostela.....	190
Gráfico 17- Número de trabalhadores por setor de atividade. ....	204
Gráfico 18- PRONAF na agricultura e pecuária no Estado de São Paulo. ....	209
Gráfico 19- Números de contratos PRONAF no Estado de São Paulo e região do Pontal....	211
Gráfico 20- Números de contratos de PRONAFs em Rosana/SP.....	211
Gráfico 21- Números de PRONAFs na região do Pontal do Paranapanema e Rosana/SP..	212
Gráfico 22- Números de contratos de PRONAFs em Presidente Epitácio/SP.....	213
Gráfico 23- Números de PRONAFs na região do Pontal do Paranapanema e Presidente Epitácio/SP.....	213
Gráfico 24- Números de capacitações no PRONAF Turismo Rural na Agricultura Familiar. ....	215
Gráfico 25- Números de projetos de infraestrutura coletiva aprovada. ....	216
Gráfico 26- Números de projetos de infraestrutura individual aprovada.....	217
Gráfico 27- Números de contratos assinados no PRODER II, GDR Sar-Ulla. ....	224
Gráfico 28- Números de projetos no município de Santiago de Compostela .....	225
Gráfico 29- Números de contratos assinados no PRODER II, GDR DELOA. ....	226
Gráfico 30- Números de projetos no município de Padrón.....	227
Gráfico 31- Números de projetos do LEADER I em Galícia. ....	228
Gráfico 32- Números de projetos do LEADER II em Galícia. ....	229
Gráfico 33- Números de projetos do PRODER I em Galícia. ....	229
Gráfico 34- Número de projetos do LEADER plus em Galícia.....	230
Gráfico 35- Números de projetos do PRODER II em Galícia. ....	230
Gráfico 36- Números de projetos de turismo rural nos LEADERS e PRODERs em Galícia. ....	231
Gráfico 37- Números de alojamentos e empregos criados em turismo rural, Galícia. ....	232
Gráfico 38- Taxa de ocupação nos estabelecimentos de turismo rural. ....	232
Gráfico 39- Principais meios de divulgação. ....	298
Gráfico 40- Casas rurais que mais utilizam os meios eletrônicos.....	299

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Números de contratos PRONAF concedidos.....	210
Tabela 2- Distribuição dos recursos por eixos. ....	220

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1- Principais elementos de desterritorialização por Haesbaert.....	54
Quadro 2- Expressão utilizada por autor.....	73
Quadro 3 - Comparação do termo turismo rural em Galícia e em São Paulo.....	74
Quadro 4- Medidas para o turismo rural.....	228
Quadro 5- Quantidade de quartos das casas rurais.....	298
Quadro 6- Síntese comparativa, entre similitudes e diferenças. ....	308

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AMANP- Associação das Mulheres do Assentamento da Nova Pontal  
APA- Área de Proteção Ambiental  
APLs- Arranjos Produtivos Locais  
APP- Área de Preservação Permanente  
ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural  
BANCOOB- Banco Cooperativo do Brasil S/A  
BCB- Banco Central do Brasil  
BEPE- Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior  
BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CC. AA- Comunidades Autônomas da Espanha  
CE- Comissão Europeia  
CESP- Companhia Energética de São Paulo  
CETUR- Centro de Estudos e Investigações Turísticas  
COMTUR- Conselho Municipal de Turismo  
CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento  
CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura  
CUT- Central Única dos Trabalhadores  
DATALUTA- Banco de Dados da Luta pela Terra  
DELOA- Associação de Desenvolvimento Local  
DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
DNTR- Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais  
EE.MM- Estados Membros  
ES- Espanha  
ESALQ- Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo, Campus de Piracicaba  
EUA- Estados Unidos da América  
EUROSTAT- Estatística Europeia  
FAO- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura  
FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo  
FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FCO- Fundos Constitucionais do Centro-Oeste  
FEADER- Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural  
FEAP- Fundo de Expansão Agropecuária  
FEDER- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional  
FEGATUR- Federação Galega de Turismo Rural  
FEGOA/O- Fundo Europeu de Orientação e Garantia/Orientação  
FEOGA/G- Fundo Europeu de Orientação e Garantia/Garantia  
FMI- Fundo Monetário Internacional  
FNE- Fundos Constitucionais do Nordeste  
FSE- Fundo Social Europeu  
GAD- Gestão de Ater para o Desenvolvimento

GAL- Grupo de Ação Local  
GDR- Grupo de Desenvolvimento Rural  
GTA- Grupo Técnico de Agronegócio  
HA- Hectare  
IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano  
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INE- Instituto Nacional de Estatística  
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IRYDA- Instituto Nacional de Reforma e Desenvolvimento Agrário  
ITESP- Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”  
Km- Quilômetro  
Km<sup>2</sup> - Quilômetros Quadrados  
LEADER- Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais  
MAPA- Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação  
MARM- Ministério de Meio Ambiente, Meio Rural e Marinho  
MAST- Movimento dos Agricultores Sem Terra  
MBUQT- Movimento dos Brasileiros Unidos Querendo Terra  
MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MERCOSUL- Mercado Comum do Sul  
MIT- Município de Interesse Turístico do Estado de São Paulo  
MN- Marco Nacional  
MS- Estado do Mato Grosso do Sul  
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MTB- Movimento Terra Brasil  
MTur- Ministério do Turismo  
OIT- Organização Mundial do Trabalho  
OMS- Organização Mundial de Saúde  
ONG- Organização Não-Governamental  
ONU- Organizações das Nações Unidas  
PAA- Programa de Aquisição de Alimentos  
PAC- Política Agrícola Comum  
PDR- Plano de Desenvolvimento Rural  
PEMES- Pequenas e Médias Empresas  
PEN- Plano Estratégico Nacional  
PGRAF- Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar  
PIB- Produto Interno Bruto  
PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio  
PNB- Produto Nacional Bruto  
POR- Programa Operativo Regional  
PR- Estado do Paraná

PRODER- Programa Operativo de Desenvolvimento e Diversificação Econômica de Zonas Rurais  
PROINF- Programa de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais  
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PROVAP- Programa de Valorização da Pequena Produção Rural  
PSF- Programa da Saúde da Família  
PT- Pastoral da Terra  
R. ADM- Região Administrativa  
RRN- Rede Rural Nacional  
SAF- Secretaria da Agricultura Familiar  
SDT- Secretaria do Desenvolvimento Territorial  
SEADE- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados  
SEAF- Secretaria Especial de Agricultura Familiar  
SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SENAR- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SICREDI- Sistema de Crédito Cooperativo  
SNCR- Sistema Nacional de Crédito Rural  
SP- Estado de São Paulo  
SPL- Sistema Produtivo Local  
TC- Território da Cidadania  
TDR- Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização  
TurEspanha- Instituto de Turismo de Espanha  
TurGAL- Agência de Turismo de Galícia  
UE- União Europeia  
UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNESP- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
USC- Universidade de Santiago de Compostela

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 JUSTIFICATIVA .....	22
3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ABORDAGEM DE TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E TURISMO .....	30
3.1 O Território na Geografia.....	30
3.1.1 O processo de territorialidade e des-re-territorialização.....	42
3.2 As concepções de desenvolvimento .....	55
3.2.1 Desenvolvimento endógeno e territorial.....	59
3.3 Abordagem do Turismo.....	70
3.3.1. Definição e planejamento de turismo no espaço rural.....	71
3.3.2 O turismo no espaço rural em São Paulo (Brasil) e na Galícia (Espanha) .....	83
4 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL E NA ESPANHA .....	94
4.1 Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).....	100
4.2 Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural na Espanha: Programas LEADER e o PRODER .....	112
4.2.1 LEADER I.....	117
4.2.2 LEADER II.....	119
4.2.3 LEADER plus.....	121
4.2.4 Eixo LEADER.....	123
4.2.5 PRODER I.....	125
4.2.6 PRODER II.....	127
5 DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS À CARACTERIZAÇÃO DO RECORTE ESPACIAL DA ÁREA DE PESQUISA .....	129
5.1 Procedimentos Metodológicos .....	129
5.2 Caracterização da Região do Pontal do Paranapanema.....	139
5.3 Caracterização do Município de Rosana/SP.....	145
5.3.1 Caracterização do Assentamento Nova Pontal.....	146
5.3.2 Caracterização do Assentamento Porto Maria.....	162
5.4 Caracterização do Município de Presidente Epitácio/SP .....	166
5.4.1 Caracterização do Assentamento Porto Velho .....	167
5.4.2 Caracterização do Assentamento Lagoinha.....	176
5.5 Caracterização da Comunidade Autônoma da Galícia .....	180
5.6 Caracterização do Município de Santiago de Compostela .....	187
5.7 Caracterização do Município de Padrón.....	202

6 TERRITORIALIDADES DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DO TURISMO NOS MUNICÍPIOS DE ROSANA, PRESIDENTE EPITÁCIO, SANTIAGO DE COMPOSTELA E PADRÓN.....	209
6.1 O Programa PRONAF Turismo Rural na Agricultura Familiar no Desenvolvimento do Turismo de Rosana/SP e Presidente Epitácio/SP .....	209
6.2 Os Programas LEADER e PRODER no Desenvolvimento do Turismo de Santiago de Compostela e Padrón .....	219
6.3 Territorialidades do Turismo a partir dos Entrevistados Paulistas .....	233
6.3.1 Territorialidades a partir dos Gestores Institucionais Paulistas.....	233
6.3.2 Territorialidades a partir da Associação Restaurante Rural Porto Maria .....	251
6.3.3 Territorialidades a partir dos Assentados Paulistas .....	258
6.4 Territorialidades do Turismo a partir dos Entrevistados Galegos .....	280
6.4.1 Territorialidades a partir dos Gestores Institucionais Galegos.....	280
6.4.2 Territorialidades a partir dos Proprietários das Casas Rurais Galegas.....	288
6.5 Territorialidades do Turismo a partir dos Casos Paulistas e Galegos: entre similitudes e diferenças.....	302
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	311
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	320
APÊNDICE .....	333
APÊNDICE A- Roteiro de entrevista semi-estruturada junto aos assentamentos rurais paulistas .....	333
APÊNDICE B- Roteiro de entrevista semi-estruturada junto às casas de turismo rural galegas. ....	335
APÊNDICE C- Roteiro de entrevista semi-estruturada junto às instituições públicas paulista. ....	337
APÊNDICE D- Roteiro de entrevista semi-estruturada junto às instituições galegas. ....	338
APÊNDICE E- Roteiro de entrevista semi-estruturada aplicado junto à Associação Restaurante Rural Porto Maria. ....	339

## 1 INTRODUÇÃO

A abordagem sobre a territorialização das políticas de desenvolvimento rural e a inserção da atividade de turismo no espaço rural nos assentamentos rurais Nova Pontal, Porto Maria (município de Rosana/SP), Porto Velho e Lagoinha (município de Presidente Epitácio/SP) e os municípios galegos Santiago de Compostela e Padrón, investigados nessa tese, nos levou a considerar as tramas do sistema agrícola que, em virtude disso, contribuiu para a inserção de outras atividades econômicas não agrícolas no espaço rural.

A compreensão da conjuntura em que esses assentamentos brasileiros analisados foram criados nos impulsionou a pensar sobre as contradições, as exclusões e, ao mesmo tempo, nas possibilidades de existência desses sujeitos neste sistema paradoxo em que se vive. Dessa forma o território é construído e reconstruído num processo de continuidade e descontinuidade, já que os sujeitos estão em constante processo de mudança e dando novos significados às coisas. Assim, o território que conquistaram ganhou um novo sentido a partir do momento que ganharam a posse da terra. Os assentados se territorializam e reterritorializam a cada momento, pois as lutas e as dificuldades são constantes.

Nesse processo de territorialização e reterritorialização dos sujeitos (assentados) que o turismo se insere, a apropriação dos elementos naturais e culturais do território pelo turismo contribui para o surgimento de territorialidades, novos sentidos dados ao território, no qual seus antigos elementos permanecem em inter-relação com o novo, no contínuo processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR).

O estudo sobre as políticas de desenvolvimento rural, no caso o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) por meio da inserção da atividade de turismo no espaço rural nos assentamentos Nova Pontal e Porto Maria (município de Rosana/SP), Porto Velho e Lagoinha (município de Presidente Epitácio/SP) contribuiu para conhecer essa realidade e também para traçar um paralelo na investigação buscando conhecer outras políticas exógenas ao território brasileiro, como os programas LEADER (*Liaison Entre Actions de Développement de L'Economie Rurale*) e PRODER (*Programa Operativo de Desarrollo y Diversificación Económica de Zonas Rurales*) aplicados aos casos de Santiago de Compostela e Padrón, em Galícia, Espanha.

Cabe destacar que na União Europeia (UE) o início das políticas de desenvolvimento rural deu-se a partir da década de 1990, no qual houve uma preocupação por homogeneizar o desenvolvimento de zonas europeias desfavorecidas e com baixo índice de desenvolvimento.

A existência desse cenário em algumas regiões europeias deu-se a partir de uma série de fatores como, por exemplo, a demanda de emprego em áreas com concentração industrial e de serviços que contribuiu para a migração de mão de obra das zonas rurais para essas áreas; baixo crescimento demográfico que, em conjunto com o anterior, impediu o surgimento de nova mão de obra no rural; e, a busca por melhores condições de vida nos centros urbanos, entre outras condições que contribuíram para o esvaziamento populacional no meio rural (FAO, 2003; ESPANHA, 2011).

Sendo assim, pressupõe-se que estes fatores proporcionaram o surgimento de processos de desenvolvimento voltados para as áreas rurais, obtendo apoio das políticas da UE direcionadas às regiões menos favorecidas por meio dos Fundos Estruturais e da Política Agrícola Comum (PAC) que levou ao aumento da produção e da fonte de ingresso dos agricultores (FAO, 2003; ESPANHA, 2011).

Este modelo de desenvolvimento rural implantado pela UE teve como referência a PAC, pois esta, a princípio, não estava coerente com as necessidades e particularidades de cada território. Somente a partir dos anos de 1988, quando houve uma reestruturação em suas medidas que se verificou uma preocupação com o desenvolvimento da zona rural como um todo e não apenas com os grandes produtores agropecuários (FAO, 2003; ESPANHA, 2011).

Para isso as zonas menos desenvolvidas foram separadas por objetivos como, por exemplo, Objetivo 1 (regiões menos desenvolvidas), Objetivo 5b (zonas rurais frágeis com deficiências estruturais) e Objetivo 6 (zonas com baixa densidade populacional) que tinham prioridades nos auxílios subvencionados pelos Fundos Estruturais Europeu. A Espanha (ES), durante o período de 1991-1994, tinha 10 Comunidades Autônomas (CC.AA) incluídas no Objetivo 1, tais como: Andalucia, Principado de Asturias, Ilhas Canarias, Cantabria, Castilla La Mancha, Castilla y León, Extremadura, Murcia, Comunidade Valenciana e a Galícia (FAO, 2003; ESPANHA, 2011).

A política de desenvolvimento rural na Europa está estritamente relacionada com a minimização do processo de fragilização de algumas regiões, sobretudo de contenção do processo de migração em alguns territórios e, conseqüentemente, contribuindo para que não tenham áreas rurais despovoadas. Nesse sentido, o interesse pelo desenvolvimento da zona rural também envolve o melhor uso do território e a preservação do aspecto cultural, tradicional e patrimonial desses lugares.

A partir dessa conjuntura surgiram os programas dos quais poderiam receber os subsídios para o desenvolvimento dessas regiões como, as várias fases do LEADER e

PRODER. Pensando em uma lógica territorial local, esses projetos subvencionados foram gerenciados pelos Grupos de Desenvolvimento Rural (GDR). Nesses programas existiram várias medidas que direcionavam onde os GDRs poderiam inserir os recursos como, por exemplo, incentivo ao turismo rural. Assim surgiram muitos investimentos em projetos de turismo rural e a abertura de casas de turismo rural, que aqui foram investigadas a partir de um paralelo da prática das políticas de desenvolvimento rural entre os casos galegos e paulistas.

Dado o exposto, apresentamos a estrutura da tese que foi organizada nos seguintes capítulos: 1) Introdução; 2) Justificativa; 3) discussão dos pressupostos teóricos sobre os conceitos e categorias basilares da tese como, território, territorialidades, des-re-territorialização, abordagem de desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e endógeno, abordagem de turismo, a modalidade de turismo no espaço rural e o seu planejamento; 4) apresentação descritiva das políticas de desenvolvimento rural como, o PRONAF no Brasil e o LEADER e o PRODER aplicados na Espanha; 5) caracterização dos procedimentos metodológicos adotados e do recorte espacial da área de pesquisa; 6) resultados da tese; 7) Considerações finais; Referências; e Apêndices.

## 2 JUSTIFICATIVA

Este trabalho surgiu após momentos de reflexões e os contatos que se teve ao longo dessa trajetória com os assentados da reforma agrária do município de Rosana (Gleba XV de Novembro e Nova Pontal) que contribuíram substancialmente para o amadurecimento da presente temática.

A partir do contato com esses sujeitos, entendeu-se que os assentados constituíam-se, não tão somente em assentados rurais, que mantinham o sustento da família a partir da diversidade de produção agropecuária, mas também eram sujeitos que vieram de diferentes lugares em busca de melhores condições de vida, e que, ao juntarem-se para lutar pela terra, conquistaram um pedaço de chão e igualmente o direito de reconstruir sua vida, ou seja, saíram de distintos territórios e se territorializaram nos lotes conquistados com o processo de luta pela reforma agrária.

Cabe destacar que, embora os assentamentos apresentassem semelhanças produtivas, os mesmos guardavam singularidades advindas das diferentes histórias de vida de cada assentado. Dessa forma, a formação dos assentamentos localizados na região do Pontal do Paranapanema compunha-se de múltiplos elementos culturais trazidos das diferentes trajetórias e novas vivências acrescidas ao modo de vida que se agregou a partir do momento que se juntaram para lutar pelo direito à terra.

As pesquisas de campo levaram a considerar a viabilidade de ainda trabalhar com estes sujeitos na pesquisa de doutorado, uma vez que foi o estudo sobre o turismo no espaço rural<sup>1</sup> que permitiu o conhecimento deste modo de vida e de suas territorialidades. As perambulações, conforme menciona May (2004), são indispensáveis para entender o objeto de estudo, já que a partir desse contato foi possível compreender o contexto social no qual os assentados estavam inseridos.

Com base nisso optou-se por discutir sobre o território a partir da articulação das políticas de desenvolvimento rural com o uso e apropriação do território e das territorialidades estabelecidas pelo turismo.

Dito isso, entendeu-se que os assentamentos a serem estudados seriam aqueles que desenvolviam, mesmo que prematuramente, a atividade do turismo, para que assim fosse

---

<sup>1</sup> A expressão turismo no espaço rural é comumente utilizada na área do conhecimento do Turismo como uma modalidade/segmentação da atividade turística que ocorre no rural.

possível analisar estes territórios. Dessa forma, são analisados neste trabalho quatro assentamentos paulistas: Nova Pontal e Porto Maria localizados no Município de Rosana/SP e Porto Velho e Lagoinha fixados em Presidente Epitácio/SP.

Cabe aqui dizer que, embora os assentados tenham adquirido o direito de usufruto da terra, ainda enfrentam adversidades para permanecerem no lote, sobretudo no que tange o acesso e a efetividade das políticas de desenvolvimento rural e a melhoria da qualidade de vida, conforme apontaram nas entrevistas. Dado esses problemas, surgiu a necessidade de conhecer outras experiências com o intuito de qualificar o que poderia ser incorporado em termos de políticas de desenvolvimento rural aos assentamentos selecionados (Nova Pontal, Porto Maria, Porto Velho e Lagoinha).

Por isso foi decidido continuar com a investigação nos assentamentos rurais, para entender em que contexto de lutas estão inseridos esses sujeitos e, como surge a prática do turismo contribuindo para o processo de territorialização da atividade nesses assentamentos. Para isso, foi necessário realizar a análise do PRONAF no recorte temporal de 2003 e 2013, como será detalhado nos procedimentos metodológicos.

Mediante as questões suscitadas no desenvolvimento da pesquisa de doutorado e, sobretudo, tendo como referência a realidade das Comarcas de Santiago e Sar sobre as políticas públicas de desenvolvimento rural as quais envolveu o turismo, se propôs traçar um paralelo entre esses territórios, Brasil e Espanha (São Paulo e Galícia) para repensar nas práticas brasileiras que poderão fomentar o desenvolvimento rural e, sucessivamente, o turismo no espaço rural.

Na pesquisa realizada no exterior, denominada Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE)<sup>2</sup> foi abordada a interface das políticas de desenvolvimento rural europeias na região da Galícia, Espanha, especificamente nos municípios de Santiago de Compostela e Padrón, numa análise do impacto dos programas LEADER e PRODER no território e na atividade turística, entre os anos de 1991 e 2013 para o LEADER e de 1994 e 2006 para o PRODER.

Com base na proposta apresentada na BEPE entendemos que seria relevante trazer à tese as discussões e as conclusões obtidas na referida pesquisa, uma vez que, a experiência

---

<sup>2</sup> Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior - BEPE, intitulada “Las políticas de desarrollo local y el turismo rural: los casos de las comarcas de Santiago y Sar /Galicia – España y la región del Pontal do Paranapanema/ São Paulo – Brasil”, realizado no período de 02/05/2016 a 01/02/2017, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) - Processo nº 2016/ 02037-7.

espanhola no tocante às políticas de desenvolvimento rural e sua interface com o turismo contribuiria tanto para adotar decisões acertadas quanto para minimizar os erros.

Para isso, e diante do que foi postulado, o objetivo geral é analisar o processo de territorialização do turismo no espaço rural e confrontar as políticas públicas de desenvolvimento rural a partir de estudos de casos localizados na região do Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo (SP) e na Comunidade Autônoma da Galícia/ES.

O objetivo central se desmembra em outros de cunho específicos, tais como:

- 1- Contextualizar os pressupostos do turismo no espaço rural em São Paulo - Brasil e na Comunidade Autônoma da Galícia - Espanha;
- 2- Recuperar para entender o processo histórico de implantação das políticas públicas de desenvolvimento rural que envolve o turismo rural no Brasil e na Espanha;
- 3- Verificar a atuação dos gestores públicos, assentados e proprietários rurais diante do desenvolvimento do turismo rural nestes territórios;
- 4- Confrontar as políticas públicas de desenvolvimento rural com interface no turismo no espaço rural, dos casos localizados na região do Pontal do Paranapanema/SP, nos Municípios de Rosana e Presidente Epitácio e dos casos galegos, localizados nos Municípios de Santiago de Compostela e Padrón.

A proposta de pesquisa no Brasil, a priori, era a de investigar os municípios paulistas com os assentamentos rurais de reforma agrária que estivessem localizados na região do Pontal do Paranapanema, para averiguações sobre a incidência de atividade de turismo. A partir de consulta aos documentos dos Relatórios Anuais do Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta) 2012 e 2014 e Relatório Anual 2011 da Célula do Pontal do Paranapanema (Território da Cidadania-TC) elaborados por BARONE, MELAZZO e SILVA (2011), constatou-se que apenas 16 municípios apresentavam dentro do limítrofe municipal, assentamentos rurais regularizados.

Com base em entrevista concedida pela Gerente de Produção e Renda da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), conversas com técnicos do ITESP e trabalho de campo de sondagem chegamos à conclusão que, dos 16 municípios paulistas localizados na região do Pontal do Paranapanema, sobressaíam-se os Municípios de Rosana e Presidente Epitácio, no que se refere à iniciativa de turismo no espaço rural, até o presente momento, com destaque para os seguintes assentamentos: Nova Pontal, Porto Maria, Porto Velho e Lagoinha.

Dito isso, entende-se que os assentamentos a serem estudados seriam aqueles que desenvolviam, mesmo que timidamente, a atividade do turismo, para que assim fosse possível realizar a análise desses territórios.

Nesta pesquisa, dentre os questionamentos existentes, destacamos os seguintes: como o turismo se apropria do território e territorialidades? Qual o rebatimento das políticas públicas de desenvolvimento rural nesses territórios e sua interface com a atividade de turismo? Qual a participação do sujeito no processo de dinamização das áreas rurais?

Apresentamos como questão norteadora deste trabalho, a ideia de que o processo de territorialização do turismo no espaço rural, tanto no contexto do recorte paulista quanto no galego, estão relacionados com as políticas de desenvolvimento rural.

Assim que a tese que aqui se defende é de que as políticas de desenvolvimento rural, no contexto das realidades selecionadas, têm provocado transformações nas áreas rurais, contribuindo para a inserção do turismo no espaço rural.

Percebe-se que a contribuição do turismo nesse espaço é pontual, mais especificamente no recorte paulista, e que de forma geral não resolve os problemas do rural e tão pouco supre as necessidades do produtor, nos fazendo crer que o turismo nessas circunstâncias não colabora para o desenvolvimento rural. Acredita-se que o turismo poderia favorecer o desenvolvimento rural, desde que estivesse alicerçada em uma política de desenvolvimento efetivamente territorial articulada entre assentados e gestores municipais, estaduais e federais e não como políticas setoriais, como se encontra no momento (SANTOS, 2013).

Dado o exposto, a escolha do recorte espacial pelos assentamentos do Pontal do Paranapanema se deu em consequência dos estudos feitos anteriormente, todavia igualmente na perspectiva de aprofundar a investigação no que diz respeito ao processo de territorialização do turismo e o contraste das políticas públicas de desenvolvimento rural nesses territórios, já que esta região não é considerada um destino turístico tradicional paulista e, diante disso, os sujeitos manifestam o interesse em agregar o turismo como uma alternativa econômica para complementar a renda familiar.

Diante dessa conjuntura apresentada, pensou-se em analisar outras experiências, especialmente as internacionais, para contrapor às práticas vivenciadas localmente pelos assentados, sobretudo no tocante às políticas de desenvolvimento rural.

Tendo como pressuposto o conhecimento da realidade paulista e perante as várias iniciativas e informações sobre o tema na Europa, sobretudo na Espanha, se propôs confrontar

as políticas de desenvolvimento rural e seu rebatimento no desenvolvimento do turismo no espaço rural nas Comarcas de Santiago e Sar, Galícia-Espanha, especificamente nos municípios de Santiago de Compostela e Padrón, com as práticas vivenciadas pelos sujeitos brasileiros selecionados.

Diante das várias pesquisas sobre o tema na Europa, a Espanha tem se destacado em relação ao desenvolvimento do turismo. Segundo dados do Instituto de Turismo de Espanha (TurEspanha), em 2014 houve um destaque em relação ao número de turismo nacional dos Estados Membros (EE.MM) da UE, ocupando a terceira classificação como o país de maior proporção em viagens internas, ou seja, viagens dentro do próprio país (com 83,9%), junto com Grécia (87,5%), Romênia (85,4%), França (81,3%), Portugal (80,2%) e Bulgária (75,4%) (ESPAÑA, 2014).

Sabe-se que apesar de haver outros países europeus como, Portugal, Alemanha e França com fomento ao turismo, é sobretudo nas CC.AA, no caso, a Galícia, que se identificou uma política de incentivo ao turismo, principalmente vinculada aos programas e ações da União Europeia.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), outro elemento que contribuiu à seleção da área espanhola foi o fato de que, embora haja outras CC.AA como, por exemplo, Castilla y León (maiores índices dentre as CC.AA em relação ao turismo) com políticas de fomento à atividade de turismo rural apresentando 2.836 alojamentos de turismo rural abertos (dados do mês de outubro de 2015), em comparação com a Galícia com 346 alojamentos (mesmo período), esta última se destaca no que se refere à taxa de ocupação, já que em Castilla y León é de 13,18% enquanto que na Galícia é de 12,19%. Deste modo, percebe-se que no caso de Castilla y León, a taxa de ocupação não acompanhou o crescimento da oferta de alojamentos, todavia é, sobretudo, na Galícia que, tendo em vista o seu menor número de estabelecimentos, se manifestou o crescimento da taxa de ocupação de alojamentos de turismo rural (INE, 2016).

Ademais, nesta Comunidade Autônoma, no que diz respeito ao impacto do turismo, apresentou-se um aumento durante o período de 2010 a 2014 no Produto Interno Bruto (PIB) que antes era de 10,6% para 11,5% e no setor de empregos que era de 11,1% passando a ser de 12% (EXCELTUR, 2014). Essa informação é importante já que, em geral, a atividade turística teve um crescimento melhor do que se manifestou a economia galega nos últimos anos.

Dado o exposto, em Galícia há uma expansão do turismo rural que se difunde em praticamente toda a sua extensão territorial, a qual para Andrade Suárez (2012) percebe-se um envolvimento da atividade com o social. Apesar disso, conforme ressaltam Riveiro e Solla (1999), é notório que as políticas de desenvolvimento rural nas quais o turismo rural se inseriu ao longo do tempo não tem freado a fragilização do rural, o que igualmente se tem observado no Pontal do Paranapanema.

Destarte o que também influenciou foi o fato de que, na Galícia, o turismo no espaço rural foi incorporado às políticas de desenvolvimento rural por meio dos programas e iniciativas europeias como uma alternativa de permanência das pessoas no rural, no qual obtiveram resultados pontuais, o que foi duramente criticados por alguns autores, tais como Paül, Lazovski e Lois (2016), Cànoves, Villarino e Herrera (2006) e Alberdi Collantes (2004), entre outros.

Contudo, é inegável a repercussão das políticas de desenvolvimento rural na salvaguarda do patrimônio natural e cultural já que, sem a presença das pessoas nessas áreas, dificultaria-se a sobrevivência dos bens culturais, sobretudo o patrimônio cultural representado pelas casas rurais de arquitetura tradicional galega que, com o incentivo dado ao turismo, foram restauradas e aproveitadas em alojamentos conhecidos como as casas de turismo rural.

Diante dessa conjuntura, a escolha pelos municípios espanhóis se justifica pelo que foi dito anteriormente e também porque Santiago de Compostela e Padrón apresentam singularidades no tocante ao turismo no espaço rural vinculado ao Caminho de Santiago.

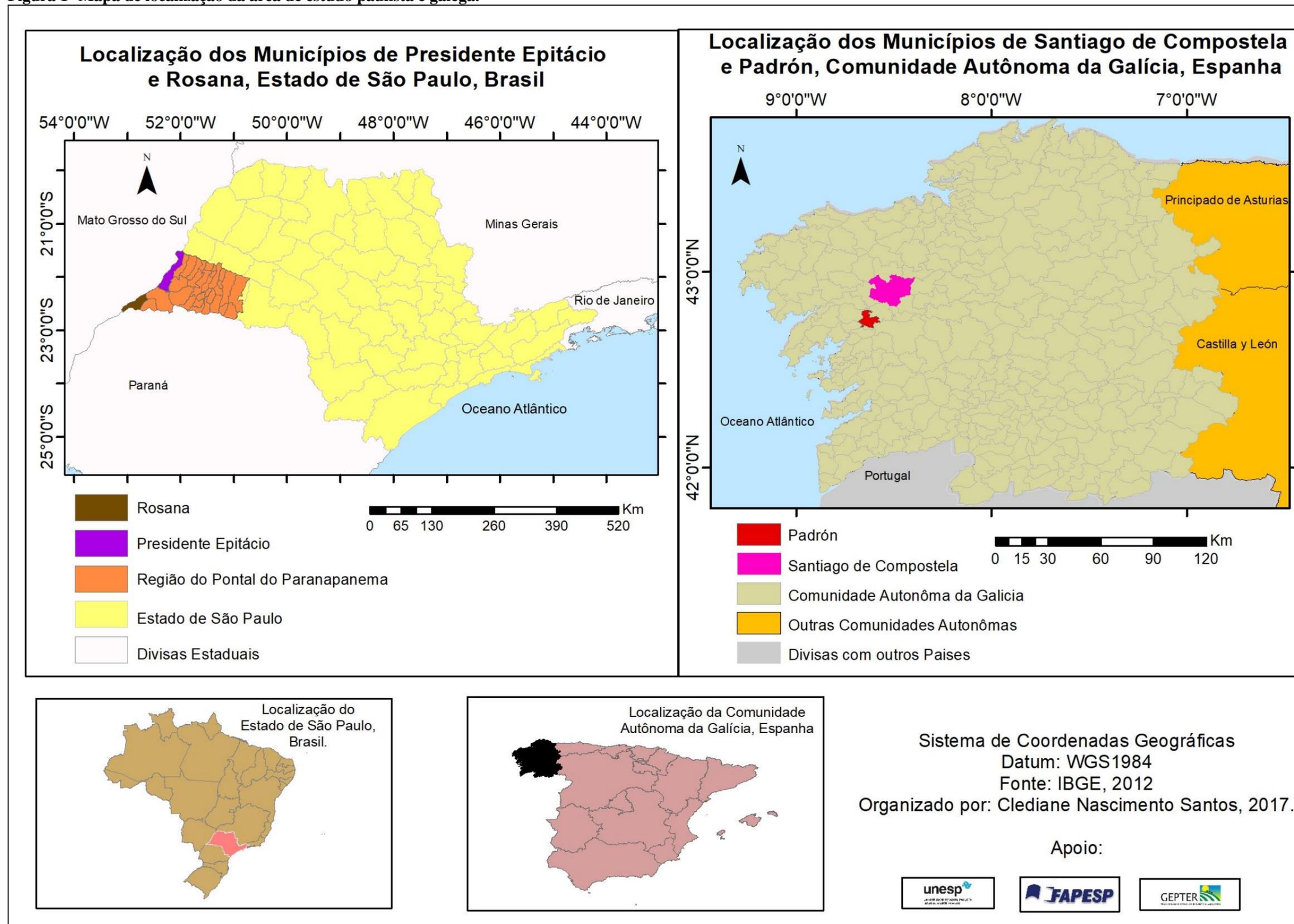
Santiago de Compostela é um importante destino turístico, especialmente no segmento religioso em virtude do Caminho de Santiago. Cabe ressaltar que existe uma combinação entre a peregrinação e o turismo no espaço rural, pois o caminho transpõe-se, mais especificamente, pela zona rural envolvendo muitas casas rurais que tem como principal cliente o peregrino que realiza o Caminho.

No tocante a Padrón, a escolha se deu porque, além de estar no Caminho Português (um dos nove desdobramentos do Caminho de Santiago), também se destacou como um importante centro de um território (a comarca de O Sar) que nos últimos anos foi muito ativo nas políticas de desenvolvimento rural, tais como o PRODER (2000-2006) e LEADER (2007-2013).

Por isso, diante das questões suscitadas no desenvolvimento da pesquisa de doutorado no Brasil e, sobretudo, tendo como referência a realidade dos referidos municípios, tanto

brasileiros quanto espanhóis (Figura 1), se propôs confrontar as práticas que põe em valor o desenvolvimento do turismo no espaço rural brasileiro.

Figura 1- Mapa de localização da área de estudo paulista e galega.



Fonte: IBGE (2012). Org.: Santos (2017).

### **3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ABORDAGEM DE TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E TURISMO**

#### **3.1 O Território na Geografia**

O conceito de território é aqui analisado a partir de percurso histórico e teórico para se chegar ao entendimento de territorialização, territorialidades, desterritorialização e reterritorialização que darão o suporte para a análise dos dados sobre a apropriação do território pela prática do turismo nos assentamentos rurais no contexto do recorte paulista.

O território, categoria basilar deste trabalho, será apresentado sob a ótica de alguns autores, sobretudo Saquet, Raffestin, Sack, Milton Santos e Haesbaert, entre outros, com o intuito de evidenciar as principais discussões em voga sobre o tema.

A princípio, a abordagem do território na Geografia foi trabalhada por Friedrich Ratzel e, depois disso, esse conceito expandiu-se para a filosofia, estudos de geografia, economia e sociologia (SAQUET, 2007).

O conceito de território reaparece em alguns autores analisados e citados por Saquet (2007), como em Dematteis (1964 e 1969), revelando-se como fruto das relações estabelecidas no âmbito da família e da relação entre comunidade rural e os agentes das cidades, subordinados aos elementos econômicos, políticos e culturalmente nas tramas socioespaciais; em Deleuze e Guattari (1976), o território aparece associado aos fluxos, conexões, articulações, codificações e decodificações, enfatizando a reprodução do capitalismo e o desejo como processo intrínseco a essa lógica; já em Gottmann (1973) como um elemento político-administrativo que ultrapassa o Estado-Nação; em Raffestin relacionado às geopolíticas; em Dematteis (1970) ganha centralidade na “construção de uma geografia histórico-crítica” (apud SAQUET, 2007, p. 18).

A partir das décadas de 1980, sobretudo no ano de 1990, as abordagens dos autores citados anteriormente sofreram modificações substantivas, especialmente no tocante à inserção de elementos simbólicos e culturais atrelados ao desenvolvimento local com fundamento no território, “do conceito de lugar e da territorialização de processos sociais, que ganha centralidade, principalmente na geografia”. No Brasil essas modificações ocorrem a partir de 1992-93, quando se destacam “os estudos territoriais, a compreensão das relações econômicas, políticas e identitárias no nível da vida cotidiana”. Os autores que se sobressaem nas abordagens e discussões territoriais nesse

período são: G. Deleuze, F. Guattari, J. Gottemann, C. Raffestin, R. Sack (SAQUET, 2007, p.19).

Segundo Haesbaert (2004) há diferentes concepções de território, e, como consequência disso, uma diversidade de concepções de desterritorialização que o acompanha. A noção de território, segundo este autor, pode ser dividida em: política, cultural e econômica, conforme se descreve abaixo:

- política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado;
- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural; prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido;
- econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Além da diversidade de noções sobre território, segundo Sposito há várias concepções que servem de apoio para a discussão sobre esse conceito. Uma primeira concepção é denominada naturalista, a qual o território se apresenta como “imperativo funcional como elemento da natureza inerente a um povo ou uma nação e pelo qual se deve lutar para proteger ou consolidar” (SPOSITO, 2004, p.17).

Já a segunda concepção é mais centrada no indivíduo, na territorialidade e sua apreensão, essa abordagem tem uma forte carga cultural. “Aí temos o território do indivíduo, seu ‘espaço’ de relações, seu horizonte geográfico, seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade” (SPOSITO, 2004, p.17).

Por fim, a terceira concepção compreende uma abordagem de território quando este é igualado ao de espaço. Nesta concepção, o território “vai além de sua condição de suporte das relações de produção, incorporando-as verticalmente” (SPOSITO, 2004, p.17).

Por outro lado, Haesbaert (2004) contribui com a discussão ao considerar que existem três concepções de território: naturalistas, base econômica, tradição jurídico-política de território.

As concepções naturalistas referem-se à discussão sobre a possibilidade de uma concepção naturalista de território estar vinculada à conduta dos animais, no qual o

território restringido ao mundo animal ou entendido dentro de um comportamento ‘natural’ dos homens, seja na relação da sociedade com a natureza (o território humano definido a partir da relação com a dinâmica - ou mesmo o “poder”-natural do mundo) (HAESBAERT, 2004, p.44).

A concepção de base econômica centra-se na dimensão material que predomina na Etologia e em algumas interpretações das Ciências Sociais, que perpassam outras esferas

mais extrema, a que envolve a concepção naturalista de território [...] que vão da Ciência Política à própria Antropologia [...] É como se muitos antropólogos, mesmo priorizando o mundo simbólico, ao se reportarem à dimensão material apelassem para uma categoria como a de território, vendo-o fundamentalmente nesta perspectiva (HAESBAERT, 2004, p.56).

Esta concepção está presente entre os geógrafos, todavia embebido de fortes elos com outras perspectivas, “encontramos algumas posições que podem, com alguma simplificação, serem consideradas abordagens que privilegiam a dimensão econômica na construção do conceito de território” (HAESBAERT, 2004, p.58).

Partindo de uma abordagem geográfica integradora e ‘totalizante’, Milton Santos emprega o termo ‘território usado’ como correlato direto de ‘espaço geográfico’. O autor, citado anteriormente, entende que esta concepção seja a “mais relevante e teoricamente mais consistente [...] em que o ‘uso’ (econômico, sobretudo) é o definidor por excelência do território” (HAESBAERT, 2004, p.58).

Enquanto que a concepção jurídico – política de território, sendo esta a mais tradicional, refere-se a uma “associação entre território e os fundamentos materiais do Estado. O autor clássico nesta discussão é o alemão Friedrich Ratzel” (HAESBAERT, 2004, p.62).

Os autores mais recentes que se sobressaem nessa abordagem, mas que se tornaram clássicos são Claude Raffestin e Robert Sack. Há uma conformidade de que a dimensão política, para além de sua perspectiva jurídica e estatal, é a que melhor responde pela conceituação de território (HAESBAERT, 2004).

Dos conceitos existentes, o mais difundido, que se sobressaiu foi o que enfatiza sua ligação com relações de poder, ou seja, a sua dimensão política. Nessa perspectiva destacam-se Claude Raffestin e Robert Sack, como autores fundamentais, no entanto cabe dizer que suas discussões não restringiriam a dimensão política ao papel dos Estados, muito menos ignoraram a convergência com as dimensões econômica e cultural da sociedade (HAESBAERT, 2004).

Dos autores a serem utilizados nesta tese, sobre cada um deles pode-se dizer que:

- Raffestin está fundamentado numa perspectiva de poder, assim, a concepção de território em Raffestin “torna-se bastante ampla, o território como a “prisão” que os homens constroem para si, ou melhor, o espaço socialmente apropriado, produzido, dotado de significado”. O entendimento de controle do espaço fica evidenciado por meio do termo “prisão”, contudo, a territorialidade não se limita tão somente a “um conjunto de relações de poder, ou melhor, a noção de poder de Raffestin é suficientemente ampla para incluir também a própria natureza econômica e simbólica do poder” (HAESBAERT, 2004, p.84).
- Robert Sack, ao contrário da abordagem feita por Raffestin (ênfase à “semiotização” do conceito), destaca o território em nível material. Para Sack, o entendimento de territorialidade (que aparece muito mais do que território) é mais demarcado, já que a territorialidade é condição necessária para a composição de um território no qual é integrada ao espaço quando se intermedeia uma relação de poder, sobretudo quando essa relação se faz como uma maneira de “influenciar e controlar pessoas, coisas e/ou relações sociais – trata-se, simplificando, do controle de pessoas e/ou de recursos pelo controle de uma área”, especialmente na fronteira e no controle de acesso, em que são elementos básicos na definição de territorialidade presente na abordagem de Sack (HAESBAERT, 2004, p.85-86).

Sack aborda a partir de uma escala muito ampla de território, que envolve desde o nível pessoal ao internacional, numa perspectiva que vai além do Estado nação. Dessa forma, tanto Sack quanto Raffestin “propõem uma visão de territorialidade eminentemente humana, social, completamente distinta daquela difundida pelos biólogos que a relacionam a um instinto natural vinculado ao próprio comportamento dos animais” (HAESBAERT, 2004, p.86).

- Milton Santos adota uma abordagem materialista, focada no conceito de espaço geográfico. É uma abordagem de caráter epistemológica enfatizando os processos sociais e reconhecendo a natureza como um elemento do território (SAQUET, 2007).

Santos (2006) utiliza-se da distinção entre território e *território usado*, em que o território não pode ser entendido apenas como

[...] o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (SANTOS, 2006, p. 14).

Milton Santos cunha a categoria de território usado partindo da relação que os indivíduos mantêm com o meio geográfico local. Assim, “território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 1996, p. 16).

Analisando o *território usado* em Milton Santos, o autor Haesbaert (Santos, 1996 apud 2004, p.13) argumenta que na “interação território-sociedade, o território participa num sentido explicitamente relacional, tanto como ‘ator’ quanto como ‘agido’ ou ‘objeto de ação’”.

- Rogério Haesbaert propõe uma concepção denominada de *integradora* ou híbrida entre as dimensões *material* e *ideária*. Este autor parte de uma discussão teórica – metodológica e ontológica centrada na des-reterritorialização partindo de elementos políticos e culturais (2004 apud SAQUET, 2007).

Para Haesbaert (2004) há um domínio social, econômico, político e cultural do espaço, no qual há uma apropriação de um grupo social na produção do território, abrangendo, sobretudo, o processo de desterritorialização e a reterritorialização.

- Marcos Saquet usa uma abordagem (i)material do território por meio da relação matéria e ideia destacando os aspectos e processos político-econômicos, mas a partir de uma análise espaço-tempo, em que o espaço é construído socialmente tanto objetivamente quanto subjetivamente e o território é o produto dessas relações. Assim como Haesbaert faz uma discussão teórico-metodológica do

território a partir das forças econômicas, políticas e culturais incorporando a natureza e a abordagem territorial como um caminho a ser construído para se chegar ao desenvolvimento local (SAQUET, 2007).

Esses são os principais autores que nortearão a discussão sobre a categoria território, territorialidades e des-re-territorialização, alguns mais que outros.

Essa primeira parte de discussão sobre território teve o objetivo de mostrar, num quadro mais geral, os principais autores que nortearão a discussão de território e as suas contribuições teóricas para o pensar dessa categoria de análise.

A partir deste momento entraremos na seara da discussão do surgimento do conceito de território por estes autores bem como outros na tentativa de elucidar sua evolução no percurso histórico.

Para Corrêa (1996), cabe alertar sobre o uso do território, pois este não deve ser considerado como sinônimo de espaço, embora para alguns apresentem o mesmo significado.

A origem da palavra território deriva do latim *terra e torium*, como terra que pertence a um indivíduo, em que pertencer não é obrigatoriamente a propriedade da terra, mas englobando também a apropriação (CORRÊA, 1996).

A noção de território, segundo Gottmann (2012), surgiu na teoria política utilizado em línguas europeias desde o século XIV, à princípio para definir a jurisdição ou aspectos econômicos de unidades governamentais, tais como cidades livres, feudos ou reinos. O conceito de território alterou-se ao longo dos séculos, mas sua existência é tida desde muito antes do século XIV e adquiriu mais significado desde então.

Durante o império romano a noção de território ficou em segundo plano e, conseqüentemente, a organização territorial relativa à administração, ao uso militar e econômico. A vida política foi separada da localização e compartimentação geográfica, ao dar-se ênfase à lealdade. Assim, a repartição política ficou muito tempo fundamentada nesse sistema de lealdade, seja alimentada por motivos religiosos, como, por exemplo, as divisões entre cristãos e islâmicos, ou seja, relacionada às interações entre indivíduos e no âmbito de uma escala local com o feudalismo (GOTTMANN, 2012).

Conforme Gottmann (2012), apenas após o século XIV, enquanto ocorriam as lutas dinásticas na Europa Ocidental, e principalmente na França, que o território aparece relacionado como soberania nacional e com o poder político.

Segundo Gottmann (2012), o território era conhecido a partir do século XV e estava relacionado a assuntos políticos do próprio período, a saber, dominação de terras das cidades-estados gregas e romanas, que comprometiam a soberania territorial dos envolvidos.

No decorrer dos séculos XV e XVI, foram ainda mais intensificadas e expandiram-se as teorias políticas que enfatizaram o entendimento de soberania como um predicativo dos Estados.

Em virtude disso, a soberania era entendida como “uma questão de jurisprudência, sendo que o significado do território estava, agora, fundado na teoria de Platão, especialmente no que se refere à *República* e à *Polis*”. Ainda a respeito do século XVI, também, houve a divulgação das ideias de Machiavelli. Este contribuiu com teorias “de repartição política dos lugares e na formação de Estados, marcando uma *nova* fase no pensamento político europeu sobre o desenvolvimento, identidade nacional e cooperação internacional” (SAQUET, 2007, p.27).

Pode-se mencionar também como aspecto fundamental desse mesmo período a busca por novos territórios, conhecido como as terras do Novo Mundo, que foram apropriadas para a classe dominante de alguns países europeus, como por exemplo, as terras do Brasil (GOTTMANN, 2012).

Nesse íterim, o território começou a ser interpretado como sinônimo de investimentos econômicos e uma maneira de angariar lucro. Nesse sentido, o território passou a ser visto para além do habitar humano, referenciado em suas atividades econômicas, especialmente no transcorrer dos séculos XVII e XVIII (SAQUET, 2007).

Outro acontecimento decorrente dessa concepção territorial foi à instituição das ciências, com novas perspectivas sociais, outras formas de apropriação e poderio territorial. Para Gottmann, o advento da revolução americana e francesa foi proeminente para uma decisiva relação entre soberania territorial e população nacional, já que se intensificavam um complexo sistema de mercado unificado estabelecido sobre as bases do território nacional, cada vez mais integrado ao sistema internacional. Isso será reforçado durante o século XIX e XX, sendo que neste último assume centralidade (GOTTMANN, 2012),

A mudança no entendimento de território foi condicionada a partir do avanço tecnológico, pois

é o progresso tecnológico, no entendimento de Jean Gottmann, que determina a *morte* da função de abrigo e proteção da soberania territorial do Estado. Os meios de comunicação e as invenções beligerantes articulam Estados, ameaçando-os, condicionando uma *nova* ordem, que é global e plural, porém, sem eliminar o território nem o Estado. Agora, os territórios, com *novos* significados, estão justapostos através das fronteiras e relacionados, política e geograficamente, no nível internacional, no qual, há uma fluidez e uma complementaridade moderna (SAQUET, 2007, p.29).

Na geografia, esse processo é visível na segunda metade do século XIX, momento em que se oficializa a relação da geografia com o Estado e o pensamento burguês. Dessa forma, caberia à geografia o papel de descrever as características da superfície terrestre. “Uma geografia que identifica o objeto de seu estudo não com o território, mas com a superfície terrestre e suas regiões naturais, como entidades que existem antes do Estado e independentemente de cada forma de domínio” (DEMATTEIS, 1985, p.68 apud SAQUET, 2007, p.30).

Segundo Raffestin (1993), Ratzel fundamentou a ideia de existência de uma tênue ligação entre o solo e o Estado, já que, para ele, o elemento principal, formador do Estado, foi a fixação das comunidades no solo que exploraram as possibilidades territoriais.

Com a preocupação sobre a efetivação e alargamento do Estado alemão, Ratzel encontra na abordagem geopolítica uma forma de entender o território especificamente como área e recursos naturais (solo, água, clima...) e, assim, as influências da natureza sobre o homem (RATZEL, 1990 apud SAQUET, 2007).

Ratzel, a partir de sua antropogeografia, desenvolveu dois conceitos cruciais para a geografia, sendo eles os conceitos de território e o de espaço vital, ambos com enraizamento na ecologia. No que se refere ao primeiro, este foi entendido como a apropriação de uma fração do espaço por um grupo qualquer, já o segundo exprime “as necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e dos recursos naturais” (CORRÊA, 2006, p.16; CLAVAL, 2010).

Nesse sentido, verificou-se que, em sua teoria Ratzel

[...] faz uma tentativa de avançar na abordagem do homem (povo) ligado ao solo/ambiente, sinalizando para além da geopolítica através de elementos da cultura (religião) e da economia (comércio), porém, em virtude de sua proposta teórico-metodológica com um caráter institucional e burguês, não consegue abarcar coerentemente essas três

dimensões ao tratar do território. Por isso, faz uma abordagem a serviço do Estado alemão de sua época, sem superar a visão naturalista de território, herdada de ciências como a biologia, apesar do esforço em produzir uma geografia das relações e de trabalhar a relação entre diferentes ciências. Compreende o território como uma parcela do espaço, delimitada, com ou sem a presença do homem; com ou sem modificações provocadas pelos povos e com ou sem a presença e domínio do Estado, revelando significados da ciência geográfica e do território em seu período de vida e estudos (RATZEL, 1990; 1990a apud SAQUET, 2007, p.31-32).

O Estado representa o poder. Partindo desse pressuposto, o poder significa as divergências, especialmente nas relações sociais que são conflituosas e heterogêneas, e, de forças que ultrapassam as limitações governamentais do Estado abrangendo outros elementos da vida cotidiana. Assim, o território, nesta multidimensionalidade do mundo, abarca distintos entendimentos sobre múltiplas territorialidades. Este é um ponto fundamental, que assinalou o conceito de território para a geografia. Dessa forma, sob a dinâmica de novas leituras e interpretações, o significado de território irá modificar conforme se alteram as relações de poder (SAQUET, 2007).

Entende-se que o poder está presente nas relações sociais e nas ações do Estado, nas instituições privadas, na vida cotidiana, ou seja, ações que tendem ao controle e a dominação sobre os seres humanos e os bens (SAQUET, 2007, p.33).

Para Gottmann (2012), o território é uma porção do espaço geográfico no qual tem uma jurisdição de um governo. Além disso, fisicamente é o alicerce de uma estrutura de governo, de um Estado nacional dotado de certa autonomia.

Segundo Corrêa (1996, p.251) o território é um conceito subordinado a outro mais amplo, que é o espaço, assim que o território é “o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas”.

Para Raffestin (1993, p. 143), o território tem sua formação a partir do espaço, por isso “é o resultado de uma ação conduzida por um ator”. Este, ao apropriar-se de um espaço, concreta ou abstratamente, se territorializa.

Segundo Saquet (2007) parafraseando Dematteis (1970), o território é entendido como uma construção social, cunhada de desigualdades, estas que se revelam em âmbitos territoriais distintos que variam do local ao global; com características naturais de clima, solo, etc.; relações horizontais entre as pessoas, produção, circulação; verticais, entre clima, tipos de culturas, distribuição do habitar; ou seja, o território é uma complexa disposição singular das relações territoriais, horizontais e verticais.

Gottmann (2012, grifo do autor) entende que a abordagem espacial deve integrar os fatores naturais, apontando para as dimensões sociais do território e o ambiente natural, presentes na acessibilidade, segurança e oportunidades como resultados das atividades antrópicas, especialmente, no que tange ao período que denomina *fluides moderna*, com destaque para as redes, que interferiram nas relações entre pessoas e lugares, transpondo fronteiras e os aproximando.

Saquet (2005) contribui com o conceito de território ao referenciá-lo como o processo de territorialização, no qual o

Território produto do processo de territorialização, como principal fruto de nossa vida cotidiana, também percebida, concebida e sentida. Território apropriado e produzido econômica, política e culturalmente (de forma material e ideária; objetiva e subjetivamente), centrado no enraizamento, nas relações de poder e na cristalização de redes geográficas de circulação e comunicação. Há, portanto, no território, fixação e movimento, contradições e unidades; dominação e subordinação, controle *do* e *no* espaço geográfico, que está contido na formação territorial, não como substrato, palco, mas como elemento presente, inerente às conjugações internas do território (SAQUET, 2005, p. 48).

Segundo Sack (1983) o território é um tipo de local que, num determinado momento pode ser utilizado como território e num outro não, assim o que diferencia o território como um local de outros locais comuns é que o território é o resultado de estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações.

Ainda para este autor o território é o elo para se chegar à discussão de territorialidade, que é o seu foco. Assim que o território pode ser utilizado para comedir, impedir ou excluir. Além disso, o autor afirma que os indivíduos que exercem o controle não necessariamente o fazem estando dentro desse território. O conceito de território remete a que a territorialidade constitui certo controle sobre o local e as relações ali existentes.

Souza (2006, p. 78) compreende o território como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, especialmente procurando entender, na construção desse processo, “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?”. Dessa forma, o território na abordagem da tradicional Geografia, é compreendido como o espaço concreto em si, formados por elementos naturais e socialmente construídos, os quais são apropriados por um grupo social. Nesse sentido, o processo de ocupação de um território gera raízes e identidade, o que leva a acreditar

que “um grupo não pode ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, paisagem)” (SOUZA, 2006, p.84).

Na perspectiva de Raffestin (1993), o território é compreendido como a manifestação espacial do poder a partir das relações sociais. Dessa forma, é possível pensar no processo de territorialização, significando o território; a desterritorialização, sendo a sua destruição; e a reterritorialização, sendo a sua reconstrução.

De acordo com Andrade (1995), o conceito de território distingue-se do conceito de espaço ou de lugar, já que o território está mais relacionado com a noção de domínio e gestão de uma área, ou seja, a ideia de poder, independente se é público ou privado.

Para Milton Santos (1996; 2006), não é o território que o constitui em objeto de análise social, mas sim o uso que se faz dele, ou seja, o território usado, pois o mesmo constitui-se em quadro referencial de nossa existência. Nesse sentido, ele é o fundamento do trabalho, da moradia, das trocas materiais e imateriais e do exercício da vida. Por isso,

o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A geografia passa a ser aquela disciplina tornada mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (SANTOS, 2006, p.13).

Na concepção de Haesbaert (2007), o território é a integração entre distintas dimensões sociais. Partindo desse pressuposto, para este autor, há duas tradições fundamentais que permeiam a elaboração do conceito, sendo a primeira já superada, que estava ligada à dimensão natural, biológica, que teve origem com a territorialidade dos animais, na biologia; e a segunda, ainda muito evidente, que privilegia as relações de poder, a situação política, preferencialmente, aquela relacionada ao Estado nação moderna.

Para Heidrich (2004), o território é antes de qualquer coisa uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. E, dessa relação surge à territorialidade.

No que se refere à discussão sobre território, é indispensável se pensar o papel que a gestão, controle e ordenamento espacial adotam, uma vez que esses aspectos não se limitam apenas à figura do Estado, mas igualmente à função que os gestores das

iniciativas privadas exercem numa constante interação entre as múltiplas dimensões sociais (HAESBAERT, 2007).

Dado o exposto, Haesbaert (2007) compreende o território com referência às relações sociais, podendo, num sentido mais abrangente, estas serem também culturais, as quais são sempre motivadas por relações de poder.

O território deve ser também compreendido como síntese antagônica, uma completude concreta do processo ou modo de produção, distribuição, circulação e consumo e com suas relações e intermediação supraestruturais, tais como, políticas, ideológicas, simbólicas etc., em que o Estado exerce a função de regulação.

Enquanto que para Cleps Junior (2010), o território é produto concreto da consequência da luta de classes engendrada pela sociedade no processo de construção de sua existência. Assim são as relações sociais, formadas por um processo contínuo e, ao mesmo tempo, incoerente de desenvolvimento das forças produtivas que formarão o território.

De acordo com Fernandes (2008), não é possível falar do conceito de território sem contemplar as suas principais características, que são indissociáveis, tais como: totalidade, multidimensionalidade, escolaridade e soberania. Dessa forma, não é possível separar território como espaço de governança ou de propriedade privada e não mencionar as relações de poder existentes por meio das decisões que são tomadas.

Para Fernandes, (2008, p. 03) a “indissociabilidade é uma palavra chave porque une os sistemas de objetos e os sistemas de ações de modo contraditório e solidário expresso pelas conflitualidades geradas pelas diferentes intencionalidades”. Para este mesmo autor, o território é plural, destarte, existindo os territórios materiais e imateriais.

Os territórios materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia (FERNANDES, 2008, p. 03).

A conflitualidade e disputa são elementos chaves que transformarão o espaço em território, pois há um “estado permanente de conflitos no enfretamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios”. Os territórios são o

*locus* de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade (FERNANDES, 2008, p. 03).

Quando o indivíduo se territorializa, ele o faz por meio de suas territorialidades. A territorialidade é o processo no qual um indivíduo ou grupo se enraíza no local onde está inserido e dele extrai sua sobrevivência, em distintas dimensões, sejam elas sociais, econômicas, políticas, culturais, etc. Isto posto, como parte do processo para entender o território, este será o próximo assunto a ser abordado.

### **3.1.1 O processo de territorialidade e des-re-territorialização**

Segundo Andrade (1995), a concepção de um território produz nas pessoas que nele vivem a consciência de sua participação, provocando dessa forma o sentido de um discernimento de confraternização entre elas, dando um sentido subjetivo à territorialidade. Para este autor, a expressão territorialidade pode ser compreendida, genericamente, como o que se encontra no território, estando à mercê da gestão territorial pelo Estado, como também pelo processo subjetivo de consciência.

[...] Admitimos que a expressão *territorialidade* possa vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeita à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado (ANDRADE, 1995, p.20).

Para Souza (2006, p.99), o singular de territorialidade faz uma alusão mais abstrata do que faz o território, subentendido como aquele regrado “pelas relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial”. Já, o uso do termo territorialidades, no plural, traz um entendimento de como esses territórios podem ser qualificados a partir de elementos, tais como propriedades, dinâmica, etc.

Consoante a isso, Saquet (2011, p.26-27) afirma que o território “é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; *campo* de forças que envolvem obras e relações sociais (econômicas-políticas-culturais) historicamente determinadas”. O território é fruto e também é decisivo na reprodução da relação sociedade-natureza e, conseqüentemente, da territorialização, sendo resultado do processo de interação dos grupos ou das classes sociais com suas territorialidades cotidianas, num constante devir.

As territorialidades, segundo Saquet (2011, p.27), podem ser econômicas, políticas e culturais. Todas são, concomitantemente, consequência dos condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território numa oscilação constante de desterritorialização e reterritorialização, a partir das relações sociais, das apropriações e das demais práticas espaço-temporal. Em virtude disso, as territorialidades definem cada território, “influenciando, ao mesmo tempo, na sua própria reprodução (com rupturas e permanências), a partir do território formado, isto é, são influenciadas pelo território em cada relação espaço-tempo”.

Segundo Saquet (2011, p. 14) a partir de pesquisa com obras de países tais como Itália, França, Suíça, Estados Unidos da América (EUA), Brasil e Inglaterra conseguiu distinguir quatro perspectivas de abordagem de território e da territorialidade humana: econômica, materialista, fenomenológica e discussões sobre a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento local, como se descreve abaixo:

a) uma, predominantemente econômica, elaborada com base no materialismo histórico e dialético, na qual se entende a territorialidade como relações de produção acompanhadas por forças produtivas, isto é, como relações de subordinação e exploração. O território é resultado e determinante da produção, da circulação e do consumo, ou seja, da acumulação de capital; b) outra, materialista e pautada na dimensão geopolítica, na qual a territorialidade está diretamente vinculada à atuação do Estado-nação e à soberania, portanto, as noções de domínio e de controle. Há uma combinação área-fronteira-movimento a partir de relações econômicas, políticas e culturais c) a terceira, fenomenológica, dando ênfase às dinâmicas política e cultural (simbólico-identitária), em que a territorialidade corresponde às relações sociais centradas em percepções, sentimentos, memórias, identidades e representações, e, d) a última, que ganha força a partir dos anos 1990, é construída a partir das discussões sobre a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento local: territorialidade significa relações políticas de governança sem deixar de envolver processos econômicos, culturais e diferentes formas de apropriação e uso do ambiente (SAQUET, 2011, p.14).

Para Raffestin (1993), a territorialidade expressa o local do vivido, das manifestações das experiências dos indivíduos com o território que habitam, assim

[...] adquire um valor bem particular, pois reflete as multidimensionalidades do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas. Quer se tratem de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram

modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

Conforme Raffestin (1993), o entendimento sobre a territorialidade teve sua origem nos estudos naturalistas, em que houve uma preocupação com a territorialidade animal e não com a humana. Só em 1920 que o naturalista Howard veio a defini-la como o comportamento adotado por um organismo para assumir a posse de um determinado território e resguardá-lo contra os membros de sua própria espécie.

Para Raffestin (1993, p. 160), a definição de territorialidade está consoante a um problema relacional, *latu sensu*. Em sua teorização propôs uma expressão para melhor explicar sua ideia. Dessa forma, cunhou a expressão 'H r E', no qual 'H' sendo o indivíduo, o sujeito, que pertence a uma coletividade; o 'r' representando uma relação particular delimitada por forma e conteúdo e que necessita de imediatos; e 'E' sendo a exterioridade, ou seja, uma 'topia', um local, da mesma forma um espaço intangível, como um conjunto institucional, político cultural. E sabendo que a vida é regida por relações, a territorialidade foi compreendida como "a soma das relações mantidas por um sujeito com o seu meio, referindo-se não a uma soma matemática, mas de uma totalidade de relações biossociais em interação".

Cabe lembrar que a territorialidade é um processo dinâmico, já que os elementos H, r e E estão em constante variação no tempo. Dessa forma, a variação que cada elemento sofre não tem necessariamente a mesma escala de tempo. Nesse caso, a territorialidade é uma síntese da maneira como as sociedades satisfazem-se "num determinado momento, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos, as necessidades em energia e informação" (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Segundo Raffestin (1993), a territorialidade é um processo que possibilita aos atores satisfazerem seus desejos com um ganho, mas consequentemente com um custo. Se houver um equilíbrio entre ganhos e custos é denominada relação simétrica, mas ao contrário disso haverá relações dissimétricas. Assim a territorialidade é uma relação sempre com o outro e que carrega um interesse.

Ainda sobre a territorialidade cabe mencionar a contribuição de Sack. Este autor entende a territorialidade enquanto um produto da relação humana. Para ele, a territorialidade é a maneira que as pessoas podem intervir, atingir ou controlar os

objetos, pessoas e relações, delimitando e controlando um determinado território (SACK, 1983).

Seguindo com a explicação de Sack sobre territorialidade, o autor também aponta que esta é uma estratégia para se determinar diferentes parâmetros de acesso aos indivíduos, coisas e relações, já que a territorialidade é sempre socialmente construída, mas que envolve o ato do desejo e múltiplos níveis de razão e significados.

Sack (1983) afirma que a territorialidade constitui um conjunto de relações humanas e territoriais, nas quais os indivíduos relacionam-se com e através dele, tudo há um interesse e uma intencionalidade, ou seja, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e seus acessos. As relações humanas são resultado da influência e poder, pois a territorialidade é um modo de manifestar o poder.

Soja (1993) aponta que a territorialidade é um produto da operacionalidade do espaço/poder/saber que municia a base para espacializar e temporalizar o funcionamento do poder.

A territorialidade compreende um processo de troca e/ou comunicação, ou seja, “relações que são mediatizadas, simétricas e dissimétricas com a exterioridade”, no qual está imerso em um “quadro da produção, da troca e do consumo das coisas” (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Cada sistema territorial converge e segrega sua própria territorialidade, na qual os indivíduos vivem. A partir disso, Raffestin (1993, p. 161-162) afirma que “a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder”. Sendo que só será possível a sua análise por meio do entendimento das relações reais contextualizada, sócio-histórico e espaço-temporalmente. Por isso, Saquet (2011, p.15) ressalta que o território “é resultado do processo de territorialização e das territorialidades vividas por cada grupo social em cada relação espaço-tempo”.

A esse respeito as contribuições de Soja (1993, p. 183) apontam que a territorialidade é um termo mais abrangente e faz alusões à

[...] noções particularizadas, como soberania, propriedade, disciplina, vigilância e jurisdição. Refere-se à produção e à reprodução de recintos espaciais que não apenas concentram a interação (o que é um traço de todos os locais), mas também intensificam e impõem sua delimitação. A territorialidade, quase por definição, está presente em todos os locais, pelo menos na fronteira mais externa (onde começa a ausência de interação). Mas essa delimitação pode ser mais ou menos

rígida ou permeável e pode mudar de forma ao longo do tempo. Também pode existir dentro do cenário local.

A territorialidade, para Dematteis (1964 apud SAQUET, 2011), pode ser entendida como as relações sociais, econômicas, culturais e políticas realizadas tanto no âmbito familiar como entre vizinhos, comunidade, cidade e campo, permeadas por uma diversidade de tramas.

Por isso, a territorialidade também significa correlações de poder, política, econômica e culturalmente; distinções, identidades e representações; apropriações, controles, delimitações e domínios; influências e redes; práticas espaço-temporais construídas e definidas a partir das sociabilidades cotidianas (SAQUET, 2011).

Sucintamente, a territorialidade (humana) significa relações de poder, econômicas, políticas e culturais; diferenças, identidades e representações; apropriações, domínios, demarcações e controles; interações e redes; degradação e preservação ambiental; práticas espaço-temporais e organização política, que envolvem, evidentemente, as apropriações, as técnicas e tecnologias, a degradação, o manejo, os pertencimentos etc. Relações, apropriações e práticas construídas-definidas a partir da síntese unitária existente entre nossa sociabilidade – animalidade-espiritualidade [...] (SAQUET, 2011, p.17).

Territorialidades se fazem presentes na multiplicidade da existência humana como, por exemplo, nas relações que são vividas, sentidas, percebidas e compreendidas, simultaneamente, com ritmos e intensidades distintas. Ambas as territorialidades e as temporalidades são substantivadas por conexão, processos e características comuns, em meio às heterogeneidades, superposições, interações, conflitualidades, etc, que perfazem os elementos identitários da própria territorialidade (SAQUET, 2011), a qual pode ser assumida a partir de quatro relações, a saber:

a) como relações sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades; b) como apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não; c) como comportamentos, intencionalidades, desejos e necessidades e, por fim, d) como práticas espaço-temporais, multidimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza, ou seja, relações sociais dos homens entre si (de poder) e com a natureza exterior por meio de mediadores materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas...) e imateriais (conhecimentos, saberes, ideologias...). A territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo (SAQUET, 2011, p.77-78).

Cabe lembrar que a apropriação aqui tem três significados, tais como: posse, propriedade, controle (individual e/ou coletivo por sujeitos que estão presentes ou ausentes do espaço apropriado por meio de instrumentos) e mediadores (materiais ou imateriais); delimitação, parcelamento e divisão; e, uso do espaço e da natureza por meio humano (SAQUET, 2011).

Conforme Saquet (2011, p.27) a territorialização quer dizer apropriação de parte do espaço e envolve as relações sociais e as conflitualidades existentes no processo de apropriar-se. Assim, “as territorialidades (econômicas, políticas e culturais) são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território num movimento contínuo de desterritorialização e reterritorialização”, em que são condicionantes para o território. A territorialidade sendo ação de mudança do território como uma proposta para se alcançar a autonomia, justiça social, repartição da riqueza, proteção ambiental entre outros.

Estas relações formam redes conectando indivíduos e lugares em diferentes escalas (local, regional, nacional, internacional e global) e dimensões (econômica, política e cultural) (SAQUET, 2011).

Segundo o mesmo autor, as temporalidades também são compreendidas como processualidades históricas que são vistas no presente. Por isso, elas podem coexistir simultaneamente, podendo ser absoluta e relativa, a partir do próprio movimento contínuo e descontínuo da sociedade, já que o homem é um ser natural, espiritual, social, espacial, temporal e territorial.

De acordo com o autor anterior, as territorialidades estão vinculadas às temporalidades, por isso são multidimensionais, já que se associam as relações sociais, as apropriações, as intencionalidades e as práticas econômicas, políticas, culturais e ambientais.

Sucintamente, a territorialidade “significa as relações diárias, momentâneas e processuais, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica para sobreviverem biológica e socialmente”. Nesse sentido, a territorialidade é a realização concreta da existência humana, sendo ela materializada nas atividades cotidianas, do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola, da rua, do bairro, como fruto condicionado de um processo de produção que envolve o território, a desterritorialização e a reterritorialização (SAQUET, 2011, p.87).

A relação dos territórios com a ideia de desenvolvimento nos leva a compreender que a política elaborada para gerar o desenvolvimento de uma dada área

depende de como é entendido o conceito de território. Deste modo, o entendimento de território não é o mesmo que nas instâncias da instituição pública, uma vez que, o território, no âmbito de gestão pública, é entendido como um conjunto de municípios e/ou áreas que apresentam características geográficas semelhantes. Assim, quando analisamos as políticas de desenvolvimento rural na interface da realidade dos assentamentos estudados nesta tese, percebemos que a política de desenvolvimento rural não tem uma abordagem territorial a partir do que aqui foi discutido anteriormente, especialmente porque as propostas de programas institucionais como, por exemplo, o PRONAF são elaboradas dentro de um contexto mais genérico, não aplicado exclusivamente à realidade territorial do produtor rural assentado.

O rebatimento dessa proposta de política contribui para o processo de des-re-territorialização, no qual os sujeitos são condicionados a se adequarem aos programas e não o programa a sua realidade, caso contrário não são favorecidos e, portanto, ficam à margem dessas políticas.

Por outro lado, cabe ressaltar que existe um conflito de interesse no que tange ao desenvolvimento rural no contexto do recorte paulista, entre os atores elaboradores dos programas (instituição pública), os atores que intermediam o acesso às políticas (técnicos e instituições financeiras) e os beneficiários (assentados). O jogo de poder existente entre esses atores contribui efetivamente para o processo de des-re-territorialização dos territórios, no qual os beneficiários dos programas podem ou não ser contemplados.

No que tange à política de desenvolvimento rural no recorte galego foi verificado que existem conflitos de interesses, mas que não é tão acentuado como no Brasil, já que em virtude da problemática de despovoamento em que o rural se encontra na Galícia, e na Europa de uma forma geral, as políticas conseguiram fomentar e subsidiar projetos que contribuía com a permanência das pessoas no rural por meio da geração de renda e emprego.

Dado o exposto, acredita-se ser relevante a discussão sobre o processo de des-re-territorialização, apontado no surgimento e desaparecimento dos territórios e das territorialidades, para poder compreender como esse processo se configura no contexto dos casos selecionados e como o turismo se territorializa, já que observamos que os projetos de turismo surgem como uma proposta nas políticas para desenvolver o rural.

Haesbaert (2007) afirma que a discussão sobre o processo de des-re-territorialização, ou seja, sobre a criação e o desaparecimento dos territórios, é uma das

mais importantes na última década, já que proporcionou uma troca de conhecimento entre a geografia e outras ciências.

Saquet (2011) entende que o processo de territorialização se dá por meio de um movimento historicamente determinado e, além disso, é fruto dos processos socioespaciais e das contradições sociais, econômicas, políticas e culturais, que vão condicionar as distintas territorialidades, circunscritas no espaço e no tempo, às desterritorialidades e às re-territorialidades.

No território, há mudanças, continuidades e movimentos; na desterritorialização, desligamento, mudanças, rompimentos, transformações e movimentos. O comerciante compra mercadorias num território, desterritorializa-as e as reterritorializa nos circuitos comerciais por meio da troca e do consumo. O próprio pensamento se desterritorializa constantemente. O território significa movimento contínuo que se objetiva – subjetiva multidimensionalmente no processo de T-D-R: territorialização – desterritorialização – reterritorialização [...]. O processo T-D-R gera as territorialidades que, por sua vez, geram os territórios, porém, o território também influencia nas territorialidades e, ambos determinam o processo T-D-R, que é, simultaneamente, histórico e relacional, num único movimento espaço-tempo-território ou transtemporal, multiescalar e transterritorial (SAQUET, 2011, p.70).

Para este mesmo autor, os principais elementos da territorialização estão também presentes na desterritorialização e na reterritorialização. São eles: desaparecimento e renovação da identidade; transformações nas relações de poder, em novas relações sociais, culturais, econômicas e políticas que, por sua vez, passam por processo de reterritorialização e distinção no território. Cabe lembrar que o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) acontece simultaneamente.

Para Deleuze e Guattari (2010), o processo de desterritorialização e reterritorialização nos leva a pensar sobre a existência de um território e as contradições existentes nesse movimento de des-re-territorializar-se, fazendo-se presente em ações do cotidiano, tais como se exemplifica a seguir:

[...] o homínídeo: desde seu registro de nascimento, ele desterritorializa sua pata anterior, ele a arranca da terra para fazer dela uma mão, e a reterritorializa sobre galhos e utensílios. Um bastão, por sua vez, é galho desterritorializado. É necessário ver como cada um, em toda idade, nas menores coisas, como nas maiores provações, procura um território para si, suporta ou carrega desterritorializações, e se reterritorializa quase sobre qualquer coisa, lembranças, fetiche e

sonho [...] O comerciante compra num território, mas desterritorializa os produtos em mercadorias, e se reterritorializa sobre os circuitos comerciais (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p.82-83).

Para Haesbaert (2007), há cinco diferentes concepções de desterritorialização, com distintas interpretações, contrapondo fixidez e fluidez e entre território e rede. O primeiro grupo, representado por Badie, entende a desterritorialização como propriedade das redes, dos fluxos e da mobilidade. Por sua vez, a concepção de território é aceita aqui como o *locus* da solidez e do enraizamento. A mobilidade das redes proporcionada por sua hegemonia se sobrepõe à ordem estável do mundo territorial moderno (BADIE, 1996 apud Haesbaert, 2007).

No segundo grupo, estão autores como Lèvy (1996 apud HAESBAERT, 2007) considerando a desterritorialização como a perda de referenciais espaciais, concretos e das relações imateriais. Nesse sentido, o território é, principalmente, o alicerce material/espacial da sociedade, sendo confundido com a noção de espaço geográfico.

Em terceiro, estão aqueles que acreditam na desterritorialização como a perda de poder, no que tange ao domínio dos processos sociais por meio do espaço, especificamente, relacionado à formação dos Estados modernos. Nesse caso, o território “seria uma construção histórica bem definida, ligada especialmente à formação dos Estados modernos. A crise do papel regulador do Estado, hoje, levaria a crescente desterritorialização”, já que a desterritorialização em uma escala pode estar significando o domínio em outras (HAESBAERT, 2007, p.60-61).

Em quarto, a desterritorialização é entendida como “deslocalização” econômica e emancipação, sobretudo por parte das grandes corporações transnacionais, atraídas por fatores locais favoráveis, que impulsionariam o seu deslocamento e a sua localização em diversos lugares (BOURDIN, 2001 apud HAESBAERT, 2007).

No quinto, a desterritorialização é resultado do progressivo processo de homogeneização cultural global. O território é reconhecido em sua dimensão cultural, identitária, atrelado à diferenciação e à pluralidade cultural. Contudo, ao valorizar uma suposta homogeneização por meio do processo de globalização, deixa-se de lado a “natureza contraditória deste movimento, seu caráter dialógico, na medida em que reúne num mesmo conjunto globalização e fragmentação, homogeneização e heterogeneização, condições culturais mundiais e locais” (HAESBAERT, 2007, p.61).

Para Saquet (2015, p.85) os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) são “concomitantes e complementares, isto é, processos de

mobilidade dos indivíduos e as mudanças-permanências (continuidades e descontinuidades) sociais e territoriais que estão presentes em qualquer apropriação”.

Para Haesbaert (2004) pode-se identificar ao menos três desdobramentos da desterritorialização sob a perspectiva econômica, tais como: de uma forma mais geral a desterritorialização é vista como sinônimo de globalização econômica, ou como uma de suas características fundamentais; como sinônimo de deslocalização, na medida em que enfatiza as empresas multinacionais em detrimento a autonomia local e, por fim, de maneira ainda mais restrita e vinculada à tecnologia informacional que tornaria mais evidentes as transações circulando em tempo real superando as distâncias.

A desterritorialização numa perspectiva política, embora o Estado deveria ser um agente territorializador ou como condição territorializada, especialmente nas obras de como Deleuze e Guattari (1975; 1977; 1991) parafraseadas por Haesbaert (2004), em que consideram o Estado um agente desterritorializador. Ao contrário do que prega estes autores, para Haesbaert a desterritorialização política está associada com a concepção de território, como o sustentáculo do Estado moderno.

Para Haesbaert (2004, p.211) é fundamental realçar o papel contraditório que o Estado exerce no mundo contemporâneo, pois,

ao mesmo tempo em que libera as fronteiras no sentido da livre circulação de capitais – e mesmo de mercadorias”, em muitos casos-, atua num movimento inverso no que diz respeito ao controle da circulação da força de trabalho ou de refugiados políticos, impondo cada vez mais “muros” mundo afora para impedir a entrada de migrantes (HAESBAERT, 2004, p. 211).

A desterritorialização na perspectiva da cultura, entendida como cultura política, é concomitantemente material e simbólica, o que se discute é que a cultura sempre fez parte do processo de construção de um território, sobretudo evidenciada na identidade ou símbolos de um grupo em um determinado local (HAESBAERT, 2004).

Desterritorialização sempre está vinculada ao processo de reterritorialização quando aplicada à fenômenos que apresentam instabilidade ou está fragilizado territorialmente, sobretudo “entre os grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios” postos em uma acepção de dominação político-econômica, ou de apropriação simbólico-cultural (HAESBAERT, 2004, p. 312).

Conforme Haesbaert (2004, p. 211) para o cenário descrito anteriormente se apresentam duas retificações, a saber:

- desterritorialização, ao contrário de “exclusão social”, não tem uma valoração exclusivamente negativa (ver, no seu extremo oposto, algumas proposições de Deleuze e Guattari, que vêem na desterritorialização como “linha de fuga” um sentido amplamente positivo, por seu potencial transformador, criador, de “devir”;
- como a desterritorialização está vinculada, aqui, a uma noção de território ao mesmo tempo como dominação político-econômica (sentido funcional) e apropriação ou identificação cultural (sentido simbólico), e reconhecemos que *todo* processo de desterritorialização está associado a um processo de reterritorialização, podemos ter situações em que, apesar de “territorializados” no sentido funcional, mais concreto, podemos estar mais desterritorializados no sentido simbólico-cultural, e vice-versa; a exclusão como desterritorialização deve ser vista então, também, na sua múltipla dimensão, econômico-política e simbólico-cultural (HAESBAERT, 2004, p. 312-313).

Segundo Saquet (2011, p.73), podem ser consideradas territorialidades e temporalidades “os sujeitos, as relações sociais, as apropriações, as mediações, as práticas espacio-temporais (i)materiais”, manifestando-se nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, estes que se realizam simultaneamente “em cada relação espaço-tempo-território e entre diferentes relações espacio-temporais-territoriais” nos mesmos ou distintos locais e períodos.

Para Haesbaert (2007), há duas posições contrárias, uma vez que envolvem extremos e visões antagônicas de desterritorialização, a saber:

A primeira é aquela que diz respeito à debilitação das bases materiais na dinâmica social, uma espécie de desterritorialização “do alto” ou “superior”, especialmente vinculada às categorias sociais privilegiadas, que usufruem de todas as benesses dos circuitos técnico-informacionais globalizados. A segunda, num outro extremo da pirâmide social, é a desterritorialização “de baixo” ou “inferior”, pois envolvem alguns dos grupos mais expropriados, aqueles que não só estão alijados do acesso a esse mundo “imaterial” do ciberespaço, como estão sendo privados do acesso ao território no seu sentido mais elementar, o de “terra”, “terreno”, como base material primeira da reprodução social. Sem-terra, sem-teto, indígenas... muitos são os grupos “excluídos” que entram nessa categoria de desterritorializados *stricto sensu* (HAESBAERT, 2007, p.61-2, grifo do autor).

A desterritorialização significa a desmaterialização, rompimento das distâncias, deslocalização de firmas e o enfraquecimento dos domínios fronteiriços, que configuram um processo de exclusão social, ou seja, de exclusão socioespacial. Na atual

conjuntura econômica que a sociedade contemporânea vive, conclui-se que a segregação e a precarização socioespacial é o principal responsável pela desterritorialização (HAESBAERT, 2007).

Para Deleuze e Guattari (2010, p.107, grifo dos autores) a desterritorialização pode ser relativa ou absoluta. É relativa quando a terra se relaciona historicamente com o território revelando ou ocultando os fenômenos; enquanto que a absoluta é na ocasião que a terra se relaciona no plano de imanência de um pensamento, uma vez que a sua desterritorialização não suprime uma reterritorialização, mas ao contrário, afirma-a como a gênese de uma terra que está por encaminhar-se.

Para Haesbaert (2004, p. 338) o processo de reterritorialização na pós-modernidade pode ser denominada de multiterritorialidade humana, já que a multiterritorialidade é corolária de “relações sociais construídas através de território-rede, sobrepostos e descontínuos, e não mais de território zona, que marcaram aquilo que podemos denominar modernidade clássica territorial-estatal”.

Segundo Haesbaert (2004, p. 365) “não haveria desterritorialização apenas pelo fato de que ela é ‘o outro lado’ da territorialização, seu ‘outro’ dialeticamente conjugado”. Assim que não há um domínio da desterritorialização sobre a territorialização, “mas a afirmação de um terceiro (que na verdade não exclui de forma alguma os outros dois), a que estamos chamando de multiterritorialidade” ou multiterritorialização.

De forma sintética o autor aponta para o que não seria uma desterritorialização, tais como: Desmaterialização ou domínio de relações simbólicas e/ou virtuais; não presença ou desvinculação do aqui e do agora; Aceleração do movimento ou predomínio da fluidez sobre a estabilidade; Enfraquecimento dos controles espaciais através de limites-fronteiras e áreas; Aumento da hibridização cultural; Justaposição e imbricação de territórios (HAESBAERT, 2004).

A desmaterialização ou domínio de relações simbólicas e/ou virtuais é a condensação espaço-tempo por meio do ciberespaço “está sempre a serviço da construção de novas territorialidades, ainda que com um conteúdo imaterial muito maior” partindo de uma construção “não idealista e não materialista de território”. Já a não presença ou desvinculação do aqui e do agora seria a condensação, ou seja, o desencaixe espaço-tempo também produzindo novas formas de articulação na dicotomia próximo-distante ao mesmo tempo em que valoriza e controla o espaço (HAESBAERT, 2004, p.366).

A aceleração do movimento ou predomínio da fluidez sobre a estabilidade se realizaria quando o território fosse construído no “movimento ou, pelo menos, na repetição do movimento”, representando um tipo de controle. O enfraquecimento dos controles espaciais através de limites-fronteiras e áreas seria quando houvesse “um controle por redes (território-rede) e uma rearticulação de limites”, enquanto que o aumento da hibridização cultural aconteceria por meio da multiplicidade de identidades territoriais. E a justaposição e imbricação de territórios seriam os processos em que a reterritorialização resultaria na, ou através da, multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004, p.366).

Conforme a discussão de Haesbaert sobre desterritorialização segue o quadro 01 que sintetiza os principais apontamentos do autor.

#### Quadro 1- Principais elementos de desterritorialização por Haesbaert

	Desterritorialização é:	Desterritorialização não é
Haesbaert	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desaparecimento dos territórios;</li> <li>- Como sinônimo de deslocalização, em que enfatiza as empresas multinacionais em detrimento a autonomia locais;</li> <li>- O papel contraditório que o Estado exerce;</li> <li>- Apropriação ou identificação cultural (sentido simbólico);</li> <li>- Desmaterialização;</li> <li>-Enfraquecimento dos domínios fronteiriços;</li> <li>- Exclusão socioespacial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desmaterialização ou domínio de relações simbólica e/ou virtuais</li> <li>“Não presença” ou desvinculação do aqui e do agora</li> <li>Aceleração do movimento ou predomínio da fluidez sobre a estabilidade</li> <li>Enfraquecimento dos controles espaciais através de limites-fronteiras e áreas</li> <li>Aumento da hibridização cultural</li> <li>Justaposição e imbricação de territórios</li> </ul>

Fonte: Haesbaert (2004; 2007). Org.: Santos (2017).

Em consonância com o apresentado podemos dizer que o processo de des-re-territorialização no qual estão imersos os territórios é consequência do modelo de desenvolvimento capitalista, que impõe constantes transformações aos lugares e às pessoas, levando ao surgimento-destruição-reconstrução de modos de vida, modos de produção, de lugares, enfim, de territórios e territorialidades.

No próximo item será discutido sobre a ideia de desenvolvimento e como isso está relacionado com as políticas de desenvolvimento rural.

### 3.2 As concepções de desenvolvimento

Segundo Favareto (2007) a etimologia da palavra desenvolvimento se origina do verbo latim *volvere* e dos verbos *evolvere* e *revolvere* que significam movimento progressivo e movimento regressivo, respectivamente. Daí o uso da palavra evolução como sinônimo de desenvolvimento como inerente à noção de algo direcional e predeterminada.

Até o final do século XIX, a ideia de evolução era associada a progresso, sobretudo dada “a incorporação dos modos de produção, pelo padrão de consumo e estilo de vida dos países centrais do capitalismo”, assim que “a industrialização e a urbanização desses países passaram a ser símbolos de progresso” (ORTEGA, 2008, p.23).

Segundo Favareto (2007), a ideia de progresso advém dos filósofos positivistas, influenciada pela teoria evolucionista da espécie na biologia, assim que, segundo a proposta do positivismo, o avanço do capitalismo asseguraria o progresso retilíneo da humanidade.

A ideologia que estava por trás da ideia de desenvolvimento não durou muito e logo foi substituída pela busca intensa do crescimento econômico como resposta para superar as crises em que o sistema capitalista estava submetido (ORTEGA, 2008).

Para Favareto (2007) foi a partir da chegada do século XX que teve fim o entendimento de desenvolvimento associada à ideia de evolução, especialmente depois das crises políticas a que muitos países foram expostos.

Portanto depois de cem anos da chamada *Pax* Britânica, tem início uma crise econômica que levou o mundo a uma crise política, que culminou na Primeira Guerra Mundial, e “colocou uma pá de cal” naquela visão otimista. Dessa maneira, a procura pelo crescimento ocorreu, sobretudo, em função das graves crises vividas nas primeiras décadas do século XX, particularmente, pelos países centrais (ORTEGA, 2008, p. 23).

Diante desse cenário de duras críticas feitas pelos liberais, principalmente pelas dificuldades que passava a humanidade, a ideia de progresso foi sobreposta pela ideia de crescimento econômico, no qual os Estados nacionais passaram a desenvolver um papel significativo para a superação dos problemas, especialmente o desemprego, a distribuição da riqueza e a exclusão social (ORTEGA, 2008).

Como reflexo dessa realidade Hobsbawn vai dizer que o século XIX termina com o início de grandes calamidades para a humanidade, já que entre os anos de 1914 e 1948 houve crises econômicas e grandes guerras mundiais. No qual, essas crises culminaram com a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Comunista de 1917 na Rússia, em 1929 a queda da Bolsa de Valores de Nova York, somando um cenário de mais profundas crises econômicas vivenciadas pelos países capitalistas, caracterizando o início do século XX (ORTEGA, 2008).

Esses acontecimentos colocaram em xeque, inclusive, a capacidade do capitalismo de levar adiante o “progresso da humanidade”, como fora idealizado anteriormente. Foi então, nos anos 30 do século passado, que a noção de crescimento econômico se sobrepõe à ideia de progresso, com papel ativo do Estado. Exemplo desse maior intervencionismo foi a política econômica norte-americana executada pelo governo Roosevelt para retirar o país da profunda crise por que passava (ORTEGA, 2008, p. 24).

Nessa conjuntura pela qual passavam os países capitalistas urgia a necessidade de mudanças econômicas que tornasse as taxas de crescimento mais elevadas para que homens e mulheres tivessem melhores condições de poder de consumo e qualidade de vida. Além disso, propagaram-se políticas sociais para minimizar as perversas crises juntamente com uma resposta as ações do socialismo, que nesse momento, conseguia tirar muitas pessoas da pobreza extrema (ORTEGA, 2008).

Exclusivamente com o término da Segunda Guerra Mundial, em que os aliados saíram vitoriosos, sob a liderança norte-americana e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), é que se cria um ambiente propício “à superação das crises econômicas, sociais e políticas. O temor de novos enfrentamentos e de suas consequências terríveis levou os líderes mundiais à mesa de negociações” (ORTEGA, 2008, p. 25).

Nessa perspectiva organismos multilaterais foram criados com o intuito de mediar junto aos países, para a suplantação dos problemas que culminaram com as duas grandes guerras mundiais. Assim, cria-se a Organizações das Nações Unidas (ONU) para zelar pela paz entre os países e, conseqüentemente, suas agências de apoio ao desenvolvimento, tais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), com o objetivo de fomentar a produção agropecuária e solucionar os problemas inerentes à fome do mundo; a Organização das Nações Unidas para a

Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para retratar essas áreas; a Organização Mundial de Saúde (OMS) para questões da saúde; a Organização Mundial do Trabalho (OIT) para questões pertinentes ao trabalho; surge nesse cenário, o Fundo Monetário Internacional (FMI) para ajudar os países em crises e o Banco Mundial para garantir a estabilidade financeira das moedas (ORTEGA, 2008).

A Guerra Fria em que houve o enfrentamento entre as potências hegemônicas capitalista (EUA) e comunista (URSS), contribuiu para a reflexão sobre o desenvolvimento já que, nesse momento, as regiões subdesenvolvidas tornaram-se prioridade de capitalistas e comunistas. Nesse contexto despontou a elaboração de políticas para a suplantação das desigualdades entre os países, uma vez que o crescimento econômico já não era suficiente para distribuir a riqueza, por isso, pensou-se no processo de desenvolvimento econômico que garantisse a redução das desigualdades existentes (ORTEGA, 2008).

No caso do Brasil, o crescimento econômico refletiu tão somente no processo de industrialização, não caracterizando acessibilidade das populações desfavorecidas a bens materiais e culturais, como tinha acontecido nos países desenvolvidos (ORTEGA, 2008).

Dado o exposto, pode-se dizer que inicialmente o conceito de desenvolvimento estava intimamente relacionado com a noção de crescimento econômico surgido no ano de 1940 na conjuntura de reconstrução dos Estados devastados no pós-guerra (SACHS, 2004).

Ao longo do tempo, no entanto, após estudos e reflexões, se percebeu que este não poderia ser tão somente um crescimento econômico, mas igualmente deveria envolver aspectos sociais, políticos e culturais para superar os problemas de desigualdades existentes entre as nações (GARCÍA DOCAMPO, 2007).

Na virada dos anos 60 para os anos 70 difunde-se um movimento ambientalista internacional que, insatisfeitos sobre o debate de desenvolvimento, fazem a crítica ao entendimento até o momento tido e propõem outro debate à ideia de desenvolvimento (FAVARETO, 2007).

A partir de então surge uma infinidade de adjetivações em torno da ideia de desenvolvimento, tais como: desenvolvimento includente, desenvolvimento social, desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno, entre outros.

A mudança no conceito de desenvolvimento relacionado ao econômico para algo mais amplo se explica pelo esgotamento das teorias fordistas de produção de massa e

pela incapacidade das políticas macroeconômicas de resolverem os problemas de desestruturação e desequilíbrios que apresentavam os territórios (GARCÍA DOCAMPO, 2007).

Historicamente as mudanças do entendimento de desenvolvimento podem ser consideradas a partir de eventos internacionais marcantes como uma resposta às críticas sociais, tais como as conferências das Nações Unidas.

Uma tentativa de resposta surge na Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente, em 1972, na qual cunha-se a noção de ecodesenvolvimento apontando para a necessidade de instituir-se outro modelo de relação entre sociedade e natureza, contribuindo para repensar nas práticas e usos dos recursos naturais até então realizados (VEIGA, 2010; FAVARETO, 2007).

Na Comissão *Brundtland*, em 1987, a noção de ecodesenvolvimento foi substituída pelo termo desenvolvimento sustentável, entendendo que este representaria as propostas de desenvolvimento preocupadas com os recursos do presente e do futuro. Aos poucos a definição de ecodesenvolvimento foi sendo substituída por desenvolvimento sustentável nos documentos oficiais por parte das instituições multilaterais e dos movimentos ambientalistas, não só como uma mudança atrelada ao uso de um termo, mas, sobretudo, como uma mudança de paradigma até então dominante sobre desenvolvimento.

Diante do dilema ambiental e das críticas dos movimentos ambientalistas, a adoção de desenvolvimento sustentável parecia dar respostas às inquietações daquele momento. A Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, foi um momento que consagrou a adoção do termo desenvolvimento sustentável, contudo, a maior dificuldade foi a implementação de acordos firmados entre os órgãos internacionais e governos nacionais com a intenção de prosseguir com a proposta de uma agenda para o século XXI (VEIGA, 2010; FAVARETO, 2007).

Outro momento importante pautado nas críticas sociais sobre o entendimento de desenvolvimento é a proposta de adoção de novas medidas e orientações que freassem a desigualdade e a pobreza. Nesse desdobramento, as Nações Unidas adotaram a expressão desenvolvimento humano que repercutiu internacionalmente por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH é de autoria do paquistanês Mahbub Ul Haq, mas ganhou visibilidade por meio do economista indiano Amartya Sen, sendo o IDH um indicador que consegue mensurar o desenvolvimento de uma população por

meio da dimensão econômica e social como uma alternativa ao PIB (VEIGA, 2010; FAVARETO, 2007).

É evidente a importância dos dois entendimentos cunhados sobre desenvolvimento, tanto o de desenvolvimento sustentável quanto o de desenvolvimento humano, forjados no bojo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, respectivamente, além do âmbito científico. Entretanto, esses documentos não se dialogam, já que o documento proveniente da Conferência de Brundtland não menciona as questões sociais, e igualmente não há a dimensão ambiental em Amartya Sen (FAVARETO, 2007).

Cabe dizer que a propagação das expressões aqui citadas não esgotaram as possibilidades de surgimento de outras adjetivações e, até mesmo, de negação da proposta de conceituação de desenvolvimento. Contudo, é notório que a partir das reflexões que circundaram estas duas expressões houve uma ampliação do entendimento de desenvolvimento para além de crescimento econômico.

Uma adjetivação importante no entendimento de desenvolvimento é que este reflita na melhoria dos territórios, ou seja, das comunidades locais, como processo de desenvolvimento endógeno e articulado com o exógeno. Veremos a seguir como a ideia de desenvolvimento endógeno está correlacionada com o surgimento das políticas públicas.

### **3.2.1 Desenvolvimento endógeno e territorial**

Frente ao conceito de desenvolvimento, cunha-se o de desenvolvimento endógeno com o intuito de contrapor e relacionar desenvolvimento com crescimento econômico. A partir disso, a ideia é que o desenvolvimento tenha como referências os processos de geração de capital dos territórios em suas particularidades, para que assim haja uma valorização do que é produzido localmente (VÁZQUEZ BARQUERO, 2007).

Ojeda Rivera (2003) considera que desenvolvimento deve ser entendido como um conceito multidisciplinar, tanto quantitativo quanto qualitativo, em que engloba os parâmetros de equilíbrio na distribuição de recursos, autonomia nas decisões, qualidade de vida, entre outros.

O conceito de desenvolvimento endógeno estava envolvido com a noção de crescimento econômico até a década de 1990. Mas isso se converteu ao longo do tempo,

não apenas em crescimento econômico, mas também em identidade social, política, local e cultural.

Para Di Pietro (2001 apud GARCÍA DOCAMPO, 2007) o local não pode ser restrito ao tamanho dos territórios e não se limitam aos territórios excluídos ou fragilizados, mas isso é reflexo de um processo de contextualização regional, nacional e global no qual acabam envolvendo territórios, já que são eles que representam as comunidades pequenas e desfavorecidas que se destacam com projetos focados no desenvolvimento local.

De acordo com Vázquez Barquero (2007, p.17), o desenvolvimento endógeno ou local é "um processo de crescimento e mudança estrutural, afetando uma comunidade territorialmente definida, concreto em uma melhoria do padrão de vida de seus habitantes".

Para o desenvolvimento endógeno é necessário envolver a comunidade em todos os processos de tomada de decisão, já que o desenvolvimento também deve levar em conta a equidade e a sustentabilidade.

Pode se dizer que não é apenas o aspecto econômico que é importante, mas uma série de fatores que contribuem para o fato de o desenvolvimento se tornar concreto. É pensar no capital humano e social como elementos-chave e não como coadjuvantes neste processo.

Trata-se de fato de um conceito que tenta interpretar a complexa realidade do desenvolvimento, por isso pode ser argumentado em termos da singularidade do conceito de desenvolvimento endógeno. É uma visão territorial do desenvolvimento que se refere aos processos de crescimento e acumulação de capital de uma localidade ou território como referência, o qual é o centro dos processos de transformação da economia e da sociedade (VÁZQUEZ BARQUERO, 2007).

O endógeno baseia-se, portanto, na crítica de uma dependência excessiva e vulnerável do desenvolvimento projetado e controlado por forças extralocais. O desenvolvimento endógeno/local pode ser aplicado a estados inteiros (onde o extralocal é manifestado em potências nacionais e outros atores internacionais) ou a níveis subnacionais (de regiões para aldeias-comunidades onde o extralocal se torna o aparato político-administrativo do Estado) (RAY, 2000).

Para Galdeano-Gómez, Aznar-Sánchez e Pérez-Mesa (2011) o princípio fundamental do desenvolvimento endógeno é o aproveitamento dos recursos existentes no local, sejam eles naturais, humanos ou culturais. Tem como força dinâmica a

iniciativa e a empresa localmente estabelecida. Sua principal função nas áreas rurais é a diversificação da economia e dos serviços. O principal problema de desenvolvimento rural endógeno está na capacidade limitada de áreas e grupos para participar da atividade econômica. Tem como foco na capacitação, tais como habilidades, instituições, infraestrutura para superar a exclusão do desenvolvimento rural.

A teoria do desenvolvimento endógeno entende que no território estão os agentes de transformação social, que incluem os atores e organizações envolvidas na tomada de decisões de investimento, no qual é o resultado das diferenças espaciais que introduziram os sistemas produtivos e técnicas utilizadas nos processos produtivos e as correspondentes mudanças na estrutura econômica, relações sociais e culturais (VÁZQUEZ BARQUERO, 2007).

Segundo High e Nemes (2007) há nos estudos sobre o desenvolvimento endógeno uma lacuna que não se consegue explicar porque o consideram como um forte processo que se dá de forma espontânea, mas não tem material teórico suficiente que comprove como essas características observadas podem ser transformadas em prescrições políticas que serão implementadas.

Outros autores, tais como Galdeano-Gómez, Aznar-Sánchez e Pérez-Mesa (2011) também têm criticado as benesses do desenvolvimento endógeno. Estes autores argumentam que a ideia de que as áreas rurais locais busquem um desenvolvimento socioeconômico autônomo sem influências externas (da globalização, comércio externo ou da ação governamental ou da União Europeia) se caracteriza apenas um ideal, mas que não é uma proposição prática na Europa contemporânea. Qualquer localidade irá incluir uma mistura de forças exógenas e endógenas, e a escala local deve interagir com o extralocal. O ponto crucial do desenvolvimento endógeno consiste em entender como aumentar a capacidade das áreas locais nos processos, no uso dos recursos e nas ações em seu benefício. A ênfase deve estar nas interações constantes entre as áreas locais e seus ambientes políticos, institucionais, comerciais e naturais de uma maneira mais ampla, e como essas interações são mediadas, propondo um novo conceito de endógeno, chamando-o de neoendógeno.

Segundo Galdeano-Gómez, Aznar-Sánchez e Pérez-Mesa (2011) as experiências do programa LEADER da UE exemplificam ações que comprovam iniciativas locais neoendógenas, já que a centralidade desse programa está no papel do capital humano e nos indivíduos, empresas e organizações. Assim, no desenvolvimento rural busca-se o

capital humano e social em rede com empresas, profissionais e instituições que trabalham em áreas rurais.

Para High e Nemes (2007), enquanto alguns estudiosos apostam no dualismo endógeno e exógeno, o desafio posto é encontrar uma síntese que caracterize esse processo, já que não há um desenvolvimento endógeno isento de forças exógenas. É necessário um olhar híbrido já que o desenvolvimento envolve a interação dinâmica entre os processos endógenos e exógenos.

Assim como Galdeano-Gómez, Aznar-Sánchez e Pérez-Mesa propõem, High e Nemes (2007) também defendem um novo conceito de desenvolvimento endógeno, o neoendógeno, que supera a dicotomia existente até então. O desenvolvimento neoendógeno é fundamentado no local, mas aliado a fatores extra locais, que passam a ser reconhecidas como integrantes e essenciais para o processo de desenvolvimento. É um processo de interação no qual local e extralocal se complementam e, sobretudo, mantém-se uma crença na potencialidade das áreas locais como autônomas para planejar o futuro que desejam.

Para High e Nemes (2007) a síntese de desenvolvimento rural endógeno consiste na integração na qual as instituições exógenas e endógenas de desenvolvimento rural operam de forma a reforçar uns aos outros, e não em oposição.

Furmankiewicz (2011) afirma que o desenvolvimento endógeno e exógeno não deve ser interpretado como categorias mutuamente exclusivas, mas que deve ser levado em consideração o conceito de governança territorial já que envolve uma interação entre forças locais e externas no controle dos processos de desenvolvimento, com um papel significativo para as redes, já que por meio delas as comunidades locais podem se fortalecer e sobreviver. O problema, segundo este autor reside no fato de que as políticas são moldadas continuamente pelos governos centrais, ao passo que a gestão de baixo para cima é aplicada apenas em relação a uma quantidade limitada de recursos públicos.

Portanto, as políticas da UE como, o LEADER, não são adequados para todos os países membros, pois cada um deles têm suas peculiaridades. O modelo de desenvolvimento territorial proposto não corresponde às distintas realidades europeias e múltiplas identidades territoriais que um programa com a amplitude do LEADER não consegue envolver.

Conforme Vázquez Barquero (2007) cada território tem sua identidade que deve ser levada em consideração no processo de desenvolvimento. Nesse sentido, as

sociedades e as economias locais não se adaptarão passivamente aos processos e transformações nacionais e internacionais, mas seu ajuste também estará condicionado pela identidade econômica, política, social e cultural historicamente definida.

Nesta perspectiva, todas as comunidades locais possuem um conjunto de recursos (econômicos, humanos, institucionais e culturais) que constituem seu potencial de desenvolvimento. Ao nível de cada localidade, país ou território pode ser detectada, por exemplo, a dotação de certa estrutura produtiva, mercado de trabalho, conhecimento técnico, empreendedorismo, recursos naturais, estrutura social e política, ou tradição e cultura em que se articulam as iniciativas que impulsionam o progresso econômico e melhoram o padrão de vida da população (VÁZQUEZ BARQUERO, 2007).

Apesar da heterogeneidade de adjetivações existente em torno do termo desenvolvimento, a tendência mais aceita nas últimas duas ou três décadas na política europeia de desenvolvimento rural, sob a concepção predominante de um modelo de desenvolvimento endógeno, tem sido promover uma diversificação crescente para acomodar várias atividades econômicas e novos estilos de vida (GALDEANO-GÓMEZ; AZNAR-SÁNCHEZ; PÉREZ-MESA, 2011).

Segundo Kageyama (2008, p. 59), anteriormente a modernização da agricultura dominou a teoria, as práticas e as políticas como o principal instrumento para aumentar a renda e garantir o desenvolvimento nas áreas rurais. Este conceito foi substituído na Europa pela ideia de desenvolvimento rural, no qual se buscou um novo modelo para o setor agrícola, com outros objetivos, tais como: “a produção de bens públicos (paisagem, sinergias com os ecossistemas locais, a maior valorização das economias de escopo em relação às economias de escala, e a pluriatividade das famílias rurais)”.

De acordo com Veiga (2000) não existe o desenvolvimento rural como fenômeno concreto e separado do desenvolvimento urbano, pois o desenvolvimento é um processo abstruso (enigmático), há um esforço de simplificação estudando-o separadamente em desenvolvimento econômico, rural, etc.

Para Kageyama (2008, p. 59) o desenvolvimento rural implica a

[...] criação de novos produtos e serviços, associados a novos mercados; procura formas de redução de custo a partir de novas trajetórias tecnológicas; tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e de economia rural como um todo; representa, enfim uma saída para as limitações e falta de perspectiva intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe.

De acordo com Kageyama (2008) embora uma das características fundamentais do desenvolvimento rural seja a diversificação, ainda existe a centralidade na agricultura nesse processo.

Segundo Anjos (2003, p. 76) os novos enfoques em desenvolvimento rural surgiram a partir de:

[...] duas estratégias ou proposições fundamentais: “diversificar e aglutinar”. O primeiro dos termos diz respeito ao incentivo a todo tipo de atividades e iniciativas levadas a termo pelo agricultor e seus familiares no seio da exploração ou fora dela. Aglutinar, por outra parte, significa a possibilidade de que a união dos distintos ingressos gerados mediante a diversificação sirvam para garantir um nível de vida socialmente aceitável. O crucial é que a especialização produtiva conduz à instabilidade e dependência exclusiva a uma única fonte de ingresso, o exercício de múltiplas atividades simultaneamente permite um maior grau de autonomia e uma ocupação plena da força de trabalho do grupo doméstico.

Para Murdoch e Marsden (1994) citado por Kageyama (2008, p. 62) o ponto fundamental do desenvolvimento rural está na mudança do uso da terra por diversos motivos, como reivindicações sociais, políticas de utilização da propriedade e consolidação do capital na terra, que contribuíram para o surgimento de mercados segmentados e direcionados aos distintos setores de produção e consumo. O peso de cada um deles vai alterando e reconfigurando o desenvolvimento rural e o território, cada um com sua lógica produtiva, instituições e atores sociais.

O desenvolvimento rural tem a especificidade de referir-se a uma base territorial, local ou regional, numa constante interação dos diversos setores de produção e de apoio (KAGEYAMA, 2008).

Antes as áreas rurais estavam restritas à produção agrícola, no entanto passaram a abranger outras atividades, tais como:

[...] o artesanato e o processamento de produtos naturais e aquelas ligadas ao turismo rural e à conservação ambiental; a função populacional, que nos períodos de industrialização acelerada consistia em fornecer mão-de-obra para as cidades, agora inverteu-se, sendo necessário o desenvolvimento de infraestrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção de população na área rural; a função ambiental passa a receber mais atenção após as fases iniciais da industrialização (inclusive do campo) e demanda do meio rural a criação e proteção de bens públicos e quase-públicos, como a

paisagem, florestas e meio ambiente em geral (KAGEYAMA, 2008, p.67).

Para Kageyama (2008, p.72), a presença de atividades e ocupações diversificadas não garante o dinamismo dessa área, sendo que é fundamental para o desenvolvimento rural as sinergias que essas atividades apresentam. Neste processo são importantes as “sinergias entre sistemas locais e regionais, ou entre bens e serviços específicos, cadeias alimentares, movimentos sociais, bem como, entre a locação do trabalho familiar rural para atividades agrícolas ou para atividades não-agrícolas”. O desenvolvimento rural deve envolver o desenvolvimento agrícola, mas também o desenvolvimento da rede urbana local e regional, já que são nessas áreas que as famílias rurais buscarão outras fontes de renda complementares.

O desenvolvimento rural não pode ser identificado tão somente com o crescimento econômico, entretanto igualmente como um processo que envolve múltiplas dimensões, tais como econômica, sociocultural, política e ambiental (KAGEYAMA, 2008).

O caso europeu está relacionado com as medidas adotadas pela Comissão Europeia (CE) para o desenvolvimento rural entre as décadas de 1980 e 1990 e, no caso brasileiro, com o surgimento das políticas públicas para o rural nos anos de 1990.

Sumpsi Viñas (2007) aponta que as condições de desenvolvimento rural são distintas na Europa e América Latina, apontando sete diferenças. A primeira consiste que no período de transformação mais intensa das áreas rurais, nas décadas de 1960 e 1970, na Europa o mercado de trabalho apresentava escassez de mão-de-obra, o que facilitou a rápida absorção do excedente de mão-de-obra rural de menor qualificação pelas atividades urbano-industriais, aliado às baixas taxas de crescimento demográfico; no Brasil e na América Latina como um todo, as condições eram completamente diferentes.

A segunda diferença diz respeito ao fato de que a modernização agrícola e rural na Europa se fez a partir da fatura de capital público e privado, com subsídios para investimento em obras de infraestrutura social e produtiva rural; já no Brasil os recursos para investimentos são restritos ou inexistentes (SUMPSI VIÑAS, 2007).

A terceira diferença refere-se às alianças políticas que no caso europeu sustentaram o pacto socialdemocrata para a política de desenvolvimento rural que teve como ênfase o emprego e a criação de renda, enquanto que na América Latina as

políticas estavam fundamentadas na redução da pobreza com a prestação de serviços sociais básicos e entregas direta de dinheiro aos mais necessitados (SUMPSI VIÑAS, 2007).

A quarta diferença consiste nas áreas rurais deprimidas da Europa e da América Latina, já que nos países europeus apenas 15% da população vive em áreas rurais desfavorecidas, enquanto que nos países da América Latina a porcentagem chega à metade da população, em que se entende como áreas deprimidas aquelas que estão distantes, fragilmente integradas ao mercado, territórios isolados desprovidos de infraestrutura viária, acesso restrito aos meios de comunicação, informação e serviços, com indivíduos majoritariamente pobres e sem oportunidades (SUMPSI VIÑAS, 2007).

A quinta diferença está na produção agropecuária, já que essa atividade tem peso diferente na economia dos dois continentes, pois na América Latina as ocupações atingem aproximadamente 80% e na Europa não supera 40% nas áreas rurais (SUMPSI VIÑAS, 2007).

A sexta diferença diz respeito à fragilidade das instituições e políticas existentes para o rural, já que nos países latino-americanos são recentes enquanto que na maioria dos países da União Europeia dispõem de um sistema político e instituições descentralizadas e experientes (SUMPSI VIÑAS, 2007).

A sétima diferença está no âmbito de organização dos produtores rurais, pois na União Europeia estão mais bem estruturados e organizados em cooperativas, grêmios, organizações de produtores, sindicatos, associações, já nos países latino-americanos e no Brasil ainda está à deriva (SUMPSI VIÑAS, 2007).

Segundo Veiga (2000) os principais elementos comuns que colaboram para o desenvolvimento rural são a integração mercantil com as cidades da própria região; combinação de uma agricultura familiar com o processo de urbanização e industrialização que gere mercados locais e produtos diversificados; a pluriatividade dos produtores rurais; diversidade das fontes de renda; programas de geração de empregos; e a existência de recursos no território.

De acordo com Eboli (1995 apud KAGEYAMA 2008) as análises e as classificações sobre a evolução das estruturas agrárias tomaram três direções nos últimos anos: da dimensão estrutural à comportamental e relacional, da estática à dinâmica e das óticas parciais às visões mais holísticas, nas quais houve uma passagem do foco da heterogeneidade morfológica para a heterogeneidade das relações dinâmicas entre agentes e contexto.

Para Kageyama (2008, p. 63) durante os anos de 1960 o tema recorrente era as estruturas produtivas (estrutura econômica e estrutura agrária) que controlava o debate econômico e as políticas de agricultura; nos anos de 1970 o debate foi acerca das leituras dualísticas, na dicotomia entre empresa capitalista e familiar, que nos anos de 1980 foram substituídas pela dicotomia *full-time* e *part-time*, resultando nos estudos de pluriatividade e da diversidade das fontes de renda.

Conforme aponta Veiga (2001) há uma diversidade de fatores que contribuem para dinamizar as áreas rurais, que vão desde a presença de recursos naturais ao capital social construído pelos sujeitos no território. Dentre eles, destacam-se: menor desigualdade social, sobretudo no acesso a terra e à educação uma vez que esta última traz benefício ao desenvolvimento colaborando para o crescimento positivo em detrimento da diminuição da pobreza; uma produção agrícola diversificada, principalmente de cunho familiar, que favoreça a mobilidade e a articulação social, em redes de pequenas e médias empresas; a criação e o fortalecimento do Sistema Produtivo Local (SPL) que concentram unidades de negócios independentes, nos quais constituem oportunidade de dinamizar as áreas rurais; fortalecimento de arranjos institucionais adequados entre municípios e regiões no intuito de valorizar o território e as relações existentes que contribuam para o desenvolvimento rural.

Consoante a Schneider et al. (2010), o desenvolvimento rural refere-se aos processos e ações que intervêm na melhoria das condições objetivas de reprodução social das pessoas que vivem em áreas rurais, mas igualmente às relações dos indivíduos dessas áreas com os processos de transformação econômico-ambiental, técnico-tecnológico, sociocultural, político-institucional, ético-moral, em interação mais abrangentes de relações com toda a sociedade.

Conforme apontam Schneider e Tartaruga o desenvolvimento rural pode ser entendido como:

[...] um processo que resulta de ações articuladas que querem induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no ambiente do rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações. Dadas as especificidades e particularidades do espaço rural, determinadas pelas condições sociais, econômicas, ambientais e tecnológicas, o desenvolvimento rural se refere a um processo evolutivo, interativo e hierárquico de seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2006, p. 17).

O desenvolvimento rural demonstra a característica específica que se constitui na ação previamente articulada que induz mudanças em uma determinada área rural (NAVARRO, 2001). No entanto, para este autor é necessária precaução ao uso dessa expressão, já que:

a definição do que seja exatamente “desenvolvimento rural”, em tais ações, igualmente tem variado ao longo do tempo, embora normalmente nenhuma das propostas deixe de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final desse desenvolvimento (adotando indicadores de ampla aceitação). As diferenças, portanto, surgem nas estratégias escolhidas, na hierarquização dos processos (prioridades) e nas ênfases metodológicas. Além disso, certamente tais diferenças são fundamentadas em leituras de realidade (interpretações) distintas apontando objetivos igualmente distintos, ou seja, a análise do que tenha sido exatamente o desenvolvimento agrário fundamentará leituras (e projetos) correspondentes de desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001, p.88).

A apreensão do que vem a ser desenvolvimento rural se fez necessária para entender o movimento pelo desenvolvimento territorial rural em que as políticas aqui analisadas foram criadas.

Segundo Boisier (1996), os principais objetivos do desenvolvimento territorial rural são a melhoria do território, entendido como sistema físico e social complexo, dinâmico e articulado; a melhoria da sociedade ou comunidade; e a melhoria de cada indivíduo que vive no território.

Para Ortega (2008, p.73), a sistematização das diferentes experiências e trajetórias colaborou para cunhar uma concepção de desenvolvimento que fosse “delimitado pela articulação e pela organização de interesses territorialmente circunscritos”. Em virtude disso, as políticas públicas passaram a refletir e reforçar as bases sociais de cada local na tentativa de fortalecer os diferentes atores sociais no Brasil e na Europa conforme aponta este autor.

Segundo Ortega a fundamentação do desenvolvimento territorial estaria consequentemente na

[...] identificação ou criação de uma cultura no território centrada na crença em uma perspectiva de desenvolvimento, alicerçada em capacidades e recursos existentes em nível territorial, no aproveitamento de recursos humanos, na mobilização de atitudes e valores, com o objetivo de criar uma trajetória de desenvolvimento (ORTEGA, 2008, p. 74).

A ênfase no território e seus atributos, tais como as capacidades e recursos existentes, coloca em evidência a importância da área rural, de sua gente e suas atividades no processo de dinamização de muitas localidades. Em outras palavras, é fundamental a discussão sobre o desenvolvimento territorial e rural já que por meio dele se pode debater a problematização da “flexibilidade e sustentabilidade, expresso na sua capacidade de organizar estratégias de sobrevivência apoiadas não só na inserção nos mercados de produtos agrícolas (na medida em que estes lhe são acessíveis)”, mas refletir sobre a inserção de novos “mercados de produtos e serviços”, tanto de “produtos agroindustriais, serviços, artesanato, mas também de mercado de trabalho em atividades agrícolas e não agrícolas” (ORTEGA, 2008, p. 74).

Para Giménez Guerrero e Pérez Yruela (1994) é possível a construção de um caminho alternativo para o desenvolvimento rural, no qual evidencia-se a participação da comunidade e o aproveitamento dos recursos existentes disponíveis, contribuindo para a criação de emprego e renda para além dos circuitos hegemônicos.

Além disso, pode-se dizer que o desenvolvimento territorial e rural põe em evidência a agricultura familiar enquanto rebatimento

[...] dos processos globais de flexibilização produtiva, rigidez distributiva, reestruturação/ampliação das áreas e canais de valorização capitalista – cuja face mais evidente é o acirramento do desemprego, da concentração da renda e da exclusão social – não suplantaram dinâmicas locais, em que o rural assume um papel importante (ORTEGA, 2008, p. 74).

Nesse contexto apresentado, as políticas públicas desempenham um papel fundamental, já que por meio delas é possível determinar qual o modelo de desenvolvimento que se deseja para as áreas rurais. Dessa forma, as políticas públicas seriam um instrumento de fortalecimento a partir da própria comunidade (GIMÉNEZ GUERRERO; PÉREZ YRUELA, 1994).

Diante dessa conjuntura em que a área rural está submergida, desponta uma nova demanda a qual indica-se a dilatação de suas funções. Deste modo, incumbiria às políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento territorial rural colaborar com alternativas afirmativas que viabilizassem a inserção da população rural nos mercados de produtos e trabalho (ORTEGA, 2008).

Claro que o esforço empreendido nessa discussão foi tão somente de recuperar historicamente e teoricamente os aportes acerca do tema de desenvolvimento a partir da contextualização em que as políticas públicas de desenvolvimento territorial rural estão estabelecidas, sobretudo com o fomento à diversificação econômica das áreas rurais através da inserção de novas atividades como, por exemplo, o turismo.

No próximo item trataremos sobre o turismo, como uma das principais atividades beneficiadas com as políticas de desenvolvimento rural.

### **3.3 Abordagem do Turismo**

O turismo no espaço rural surge, por um lado como uma alternativa do produtor frente ao modelo vigente de políticas de desenvolvimento rural e, por outro, como parte integrante dessas políticas em fomentar a diversificação econômica e produtiva das áreas rurais.

O turismo é uma atividade complexa visto que envolve múltiplos elementos (naturais, culturais, sociais etc.) e analisá-lo consiste em refletir sobre todo o conjunto de ações necessárias para o seu desenvolvimento (SANTOS, 2013).

O interesse da Geografia pelo turismo se dá porque a ciência geográfica tem a preocupação de analisar e refletir sobre o espaço geográfico, e, por isso, esforça-se para acompanhar as mudanças sociais e territoriais que são geradas pelo turismo, quando o mesmo se apropria dos elementos característicos dos lugares, transformando o território e a paisagem.

Cabe dizer que o surgimento do turismo enquanto prática social está vinculado ao modelo econômico vigente que, ora se apresenta como reprodutor e alimentador desse sistema, ora como alternativa para sobreviver dentro desse modelo de desenvolvimento. Assim que para os entrevistados brasileiros aqui retratados, a atividade de turismo no espaço rural constitui-se uma alternativa de permanência no território, uma vez que complementa a renda familiar, permitindo a diversificação e valorização do seu modo de vida.

É notório que, tratando-se de um estudo das realidades brasileira e espanhola, como explicitado nos procedimentos metodológicos, traz-se uma apresentação sobre o turismo no espaço rural na Galícia e em São Paulo, pois o seu entendimento pelos entrevistados será substancial para entender o rebatimento das políticas que levaram ao surgimento dessa atividade.

### 3.3.1. Definição e planejamento de turismo no espaço rural

As práticas de turismo no espaço rural brasileiro refletem a diversidade do seu território. Em virtude disso, há uma pluralidade de atividades que podem ser incorporadas à denominação de turismo no espaço rural (SANTOS, 2013).

Para a geógrafa Cruz, a origem do turismo no espaço rural deu-se de uma forma geral na década de 1960, mas reconhece-se que sua existência pode ter acontecido anteriormente a isso. A referida autora, ao contextualizar o início da atividade, diz que a abertura das “propriedades rurais como meios de hospedagem acabou por gerar um novo segmento no vasto mundo do turismo: o turismo em espaços rurais, tido, por diversos autores, como uma modalidade alternativa de turismo” (CRUZ, 2003, p.19).

Para Bricalli (2005), no Brasil a definição de turismo rural se fundamenta em uma junção de natureza, contato humano e cultura, pressupondo proveitos para o turista, para os proprietários rurais e a comunidade local.

De acordo com Bricalli (2005, p. 45) o turismo em espaço rural, diferentemente do turismo rural, pode ser definido como “mais abrangente englobando todas as demais formas de turismo de qualquer empreendimento turístico que esteja em território rural”. No entanto, deveria existir uma relação entre os recursos naturais com as atividades agropecuárias, com os turistas e os proprietários com o compromisso de prezar pelo desenvolvimento local.

Para Tulik (1997) sobressaem-se dois elementos que estão presentes na maioria das definições recorrentes de turismo rural, que são os alojamentos e o processo produtivo rural, em que os alojamentos estariam localizados em áreas rurais para acomodar o turista e a atividade turística estaria atrelada também ao processo produtivo, sendo este um atrativo.

Isto posto, Bovo (2005) complementa ao afirmar que o turismo rural é composto pelos alojamentos e pelo modo de vida do agricultor, que se apresenta pelo seu processo produtivo e as lidas diárias.

Para Tulik (2003, p.32) turismo rural é uma definição ampla que se embasa no “aproveitamento turístico do conjunto de componentes existentes no espaço rural, incluindo aqueles basicamente rurais e culturais (principalmente o patrimônio arquitetônico) e, também, elementos da natureza”. Nesse contexto o turismo no espaço

rural e turismo rural poderiam ser utilizados como sinônimos, embora alguns autores entendam que deva haver uma precisão para utilizar os termos de forma distinta.

Rodrigues (2001) discute que a imprecisão de conceitos sobre turismo rural está associada à classificação fundamentada em parâmetros europeus, à grande extensão geográfica do território brasileiro, aos diferentes processos históricos de apropriação do território, entre outros.

Além disso, essa autora, assim como Tulik (2003), contribui com a discussão ao apontar que uma das dificuldades em definir essa atividade está em compreender primeiramente o que é urbano e o que é rural, assim sua definição acaba não fugindo da dicotomia urbano e rural que ainda não foi superada.

Para Rodrigues (2001, p. 103) o turismo rural

estaria correlacionado a atividades agrárias, passadas e presentes, que conferem à paisagem sua fisionomia nitidamente rural. Diferenciando-se, nesses casos, das áreas cuja marca persistente é o seu grau de naturalidade, com ecossistemas ricos em biodiversidade, onde a natureza encontra-se ainda bastante preservada e cujo melhor exemplo são as áreas dos altos vales dos rios da Bacia Amazônica, particularmente na sua margem esquerda, como no vale do rio Negro, onde existem expressivos equipamentos de ecoturismo denominados de hotel de selva ou *lodges*.

Segundo Rodrigues (2001), a definição de turismo rural inclui a sapiência de paisagem, tipo de empreendimento, o roteiro, a origem, as motivações, o tempo de permanência, atividades desenvolvidas, entre outras. Nesse sentido, diversas variantes de turismo podem ser desenvolvidas no espaço rural, tais como turismo rural, ecoturismo, turismo de pesca, etc.

De acordo com o Ministério do Turismo (MTur), a atividade turística no espaço rural envolve as distintas atividades desenvolvidas no meio rural, como por exemplo, o turismo rural, o agroturismo e o turismo rural na agricultura familiar. Logo, é o conjunto de atividades comprometidas com as atividades agropecuárias e com a valorização do patrimônio cultural e natural (BRASIL, 2008).

Consoante a Palomeque López (2008, p.33-34), a definição de turismo rural se assenta em duas tendências. A primeira que considera a condição geográfica do espaço em que se desenvolve a atividade turística “*Se trata de tener en cuenta el espacio geográfico, no sólo por su carácter de simple contenedor, sino por el hecho de que los atributos geográficos de cada lugar confieren unos atractivos diferenciados en cada caso*”. A segunda considera a integração de seus componentes ou a sua dimensão

socioeconômica “*naturaleza compleja del turismo rural conduce a que ensayen definiciones que intentan integrar los distintos puntos de vista (motivaciones, carácter rural, contacto con lo autóctono)*”.

Para Crosby e Prado (2009), o turismo rural é a atividade de turismo desenvolvido em áreas rurais. Dessa forma, o turismo rural é uma denominação genérica que envolve qualquer atividade de turismo que esteja localizado no espaço rural.

Para Solla (2012), o turismo rural deve estar relacionado não tão somente ao universo rural, mas também ao natural e patrimonial, sobretudo para diferenciar os produtos nos diferentes territórios.

Cruz (2003, p.20) ressalta que o turismo em espaço rural consiste na apropriação, pela atividade do turismo, de uma parte do território. Por isso, a autora pergunta: “Há espaços dos quais o turismo não pode se apropriar?”. Ao qual a mesma conclui que

ao apropriar-se de espaços rurais, tais como de cidades de áreas naturais, o turismo impõe sua lógica de uso desses espaços e, a despeito dos conflitos que possam surgir desse processo, a prática turística promove, em geral, a reorganização desses espaços para que ela possa acontecer (CRUZ, 2003, p.20).

Cruz, diferentemente de Rodrigues e Tulik, utiliza a denominação de turismo no espaço rural ao referir-se a este segmento de atividade que se desenvolve no rural. Além disso, define essa atividade como “a visitação a propriedades rurais, com ou sem pernoite, e o envolvimento ou não do turista com as práticas rurais comumente presentes nesses espaços” (CRUZ, 2003, p.20).

No quadro 2 tem-se a representação dos autores que utilizam a expressão turismo no espaço rural e turismo rural, embora sabe-se que não há um consenso sobre o seu uso.

#### **Quadro 2- Expressão utilizada por autor**

Expressão utilizada	Autor
Turismo Rural	Rodrigues (2001).
Turismo Rural diferente de Turismo no Espaço Rural	Bricalli (2005), Bovo (2005), Ministério do Turismo-MTur (2008).
Turismo Rural como sinônimo de Turismo no Espaço Rural	Tulik (1997), Crosby e Prado (2009).
Turismo no Espaço Rural	Cruz (2003).

Fonte: Elaborado por Santos (2017).

Cabe dizer que na Espanha existe uma diferença terminológica em relação ao turismo rural já que, para eles, este termo é equivalente à oferta de qualquer serviço no espaço rural, ao passo que o agroturismo seria o mesmo que o nosso turismo rural, ou seja, prestação de serviços em complementação à produção agropecuária, segundo Palomeque López (2008).

Por isso, a oferta de turismo rural na Galícia se dá dessas duas formas: o agroturismo e o turismo rural. O agroturismo é considerado como a oferta de alojamento turístico em concomitância com a produção agropecuária, no qual na maioria das vezes, o turismo é uma atividade complementar para a família. Já o turismo rural seria identificado apenas com a oferta de alojamento ou prestação de serviços turísticos localizado no meio rural (SPARRER, 2005).

Nesse sentido, conforme o quadro 3, percebe-se que as terminologias e classificações do que se entende sobre o turismo rural apresentam diferenças no que diz respeito à Galícia e ao Brasil.

**Quadro 3 - Comparação do termo turismo rural em Galícia e em São Paulo.**

Comunidade Autônoma/País	Galícia	Brasil
Tipologia	1-Casa de Turismo Rural  2-Agroturismo: turismo rural com a participação dos visitantes nas atividades produtivas	Turismo no Espaço Rural: atividades turísticas que se desenvolvem no espaço rural, mas que não está apenas relacionado com o modo de produção e com o modo de vida rural.  Turismo Rural: compreende a participação nas atividades agropecuárias.  Agroturismo: definição similar ao de turismo rural adotado especialmente no Estado do Espírito Santo.
Classificação	1-Casa de Turismo Rural: Grupo A: <i>pazos</i> , castelos, mosteiros, casa grande e casa reitorais. Grupo B: casas de aldeia. Grupo C: casas de labranza. Grupo D: aldeias de turismo rural	Turismo Rural: se aplica a terminologia de turismo rural para essa atividade de uma forma geral, exceto os casos que configuram turismo no espaço rural ou outra atividade.

Fonte: Xunta de Galícia (2011; 2016). Org.: Santos (2016).

No caso brasileiro, não se tem um consenso sobre o conceito de turismo rural, mas geralmente é compreendido como a atividade de turismo realizada na área rural com, obrigatoriamente, a participação dos visitantes nas atividades agropecuárias. Já o turismo no espaço rural é a denominação extensiva de qualquer atividade turística que se desenvolve no espaço rural, mas que não impreterivelmente esteja relacionada com o modo de produção e com o modo de vida rural. É com base nesses pressupostos que entendemos o turismo no espaço rural.

No processo de uso turístico no território, essa atividade se apropria dos objetos levando a uma reorganização do espaço, transformando os seus significados. Para isso, Cruz (2003) cita como exemplo, a casa da fazenda que pode transformar-se em hospedagem. Trazendo para esta tese, cita-se o caso estudado, a sede da ex-fazenda do assentamento Porto Maria que se transformou em Restaurante e os quartos servem de hospedaria para os turistas que ali chegam procurando abrigo.

Cabe dizer que, nesse contexto, o turismo em espaços rurais pode também significar uma opção para ampliar os ganhos da propriedade e da comunidade, já que existe muita dificuldade enfrentada pelos produtores rurais da agricultura familiar brasileira para manter sua produção agropecuária e dela garantir o sustento da família e permanecer no meio rural. Esta é uma preocupação brasileira, e, a principal preocupação das políticas de desenvolvimento rural europeias.

Tanto Cruz (2003) quanto Rodrigues (2007) afirmam que o espaço geográfico é o objeto de consumo do turismo, sendo esta a característica substancial que determinará a prática social do turismo: a presença do turista que se desloca até o local que é produto a ser consumido. Em função disso, a atividade de turismo traz transformações ao território, configurando-o ou organizando-o conforme o seu interesse, apropriando-se dos elementos naturais e antrópicos.

É de suma importância problematizar a questão da territorialização do turismo, pois sabe-se que é uma atividade que não tem limites definidos para o seu desenvolvimento (CRUZ, 2003). Assim, quem deveria determinar os contornos que a atividade teria no território seria a comunidade e o poder público por meio de normas que limitassem o ordenamento urbano e rural pela atividade.

Portanto, o planejamento é indispensável, pois contribui para minimizar os rebatimentos da atividade na área rural, entretanto, cabe esclarecer que ameniza, mas não evita os impactos no território.

No tocante ao planejamento aplicado ao turismo, há alguns autores que abordam o tema de forma explícita, mas com enfoques diferentes e/ou similares, tais como: Acerenza (2003), Petrocchi (1998), Boullón (2002), Barretto, (2005), Ruschmann (1997), entre outros.

- Acerenza (2003) aborda o planejamento estratégico em turismo especificando os passos necessários para planejar a política de turismo, contudo, mais aplicado no âmbito da gestão e organização macroambiental.
- Petrocchi (1998) tem uma preocupação com o planejamento no âmbito da gestão em que predomina planejamento mais estratégico, mas também na esfera municipal.
- Boullón (2002) discute sob a perspectiva do planejamento voltado ao espaço integral e aponta algumas análises e critérios para o planejamento em ambientes físicos, tais como natural e urbano;
- Barretto (2005) aborda a questão do planejamento sustentável em que há uma preocupação com o desenvolvimento responsável da atividade, mas a partir do planejamento no âmbito local.
- Ruschmann (1997) discute a busca pelo planejamento do turismo vinculado à proposta de desenvolvimento sustentável em que prioriza controlar os impactos da atividade no meio ambiente.

A princípio serão evidenciadas as características principais concernentes à ideia de cada autor sobre o planejamento, que trarão sustentação à discussão teórica aplicada ao turismo, prezando por elencar uma abordagem mais ampla sobre o planejamento, que envolve desde ações locais chegando ao âmbito de gestão pública, principalmente levando em consideração a importância do planejamento estratégico de turismo que se formalizará nas políticas desta atividade.

A ação de planejar constitui-se, principalmente, em estabelecer critérios que permitam uma ação que direcione a obtenção de resultados a partir de objetivos traçados previamente.

Para Petrocchi (1998) o planejamento é algo corriqueiro e natural pertencente às ações dos indivíduos, pois planejam suas ações para auxiliar na conquista dos objetivos traçados. Este autor, sob a perspectiva do enfoque sistêmico, aponta que, no

planejamento, o primeiro passo é analisar a informação, depois sobre ela é tomada uma decisão e, em seguida, concretiza-se essa ação para se ascender ao objetivo.

No que diz respeito ao planejamento do turismo, as primeiras ações foram elaboradas por Molina, em 1983 propondo um estudo sobre o mercado que compõe o turismo, tais como um estudo de âmbito mais genérico e outro específico ao ecológico, já na tentativa de planejar para evitar os rebatimentos negativos da atividade nas comunidades e na natureza (ACERENZA, 2003).

A princípio, o planejamento do turismo era mais atrelado à participação de instituições públicas oficiais deixando a comunidade local à deriva das decisões concernentes ao turismo. Entretanto, na contemporaneidade, percebe-se planejamento com viés participativo, que valoriza a participação de todos os envolvidos, principalmente a comunidade, constituindo-se um novo paradigma no desenvolvimento do turismo. Para Barretto (2005, p.26) esse novo delineamento no desenvolvimento turístico está pautado na concepção de um turismo mais responsável, assim que o planejamento do turismo “sustentável surge [...] como a forma de evitar a ocorrência de danos irreversíveis nos meios turísticos, para minimizar os custos sociais que afetam os moradores das localidades e para aperfeiçoar os benefícios do desenvolvimento turístico”.

Cabe lembrar que o planejamento é dinâmico, em que se faz necessário acompanhar o movimento da realidade da comunidade, por isso, requer um constante monitoramento para possíveis adequações ao longo do tempo.

Conforme Barretto (2005, p.33) os elementos que direcionam o planejamento são “da inerência, o da universalidade, o da unidade, o da previsão e o da participação” podendo ser agrupado pelos fatores de ordem temporal, geográfico, econômico, administrativo, intencional ou teleológico, agregativo e pelo objeto.

Para Ruschmann (1997), o planejamento é uma atividade que tem a intencionalidade de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos. Ele tem por propósito criar facilidades e serviços para que uma determinada comunidade atenda suas necessidades.

Segundo Boullón (2002, p. 8), o planejamento é uma técnica que permite descobrir "como é a realidade (nossa realidade, não outra), e ser capaz de imaginar aquilo que devemos agregar-lhe, para que, sem que perca seus atributos, adapte-se as nossas necessidades”.

Para o autor citado anteriormente, é indispensável ter um sistema de planejamento nacional, pois a partir dele será possível definir seu âmbito de ação tanto definindo as metas para o país quanto tentando envolver as diferentes regiões.

Barretto complementa a ideia de Boullón ao apontar que o

[...] planejamento precisa estar orientado para a ação dentro do contexto histórico, caso contrário é mais uma instância burocrática que não leva ao melhoramento da sociedade. E acreditar na possibilidade de melhorar a sociedade mediante a ação humana [...] (BARRETTO, 2005, p.40).

Por isso, a mesma autora defende que o planejamento significa inserir os envolvidos no desenvolvimento do turismo e, sobretudo, na proposta de resguardar a qualidade de vida dos moradores locais. Temos alguns exemplos de turismo no cenário nacional brasileiro que ilustram a perversidade desta atividade, que desrespeita o meio ambiente, cultura, patrimônio, identidade e a comunidade receptora. Entretanto, esses exemplos nos servem de alerta para pontuar qual o modelo de desenvolvimento do turismo que não se deseja para as comunidades.

Por outro lado, cabe dizer que esses exemplos ilustram o quanto o turismo pode ser maléfico quando não planejado com a participação da comunidade, mas igualmente como os gestores, sejam eles municipais, estaduais ou federais que, aliados aos interesses dos representantes de grandes cadeias multinacionais de turismo e lazer, se valem do turismo como pano de fundo para proveito próprio e auspiciam lucros com a instalação de projetos de turismo miraculosos (como, por exemplo, os resorts), que atraem investimento para a localidade, mas não envolvem um melhoramento na condição de vida da população.

Conforme aponta Boullón (2002), não se deve interferir na paisagem natural, moldando-a para criar paisagens artificiais como se faz na cidade, com o objetivo de criar uma cenografia adequada para o visitante se deleitar. Assim para o planejamento turístico do espaço natural

[...] o procedimento correto não é impor a cada atrativo natural o uso que se considera mais conveniente de acordo com critérios desenvolvimentistas; deve-se, antes - uma vez estabelecidas as necessidades de crescimento do setor em relação à incorporação de novos atrativos naturais ou à expansão do empreendimento turístico dos que estão sendo explorados - identificar quais se prestam melhor a cada tipo de uso" (BOULLÓN, 2002, p. 226).

Para Petrocchi (1998) o planejamento estratégico envolve a delimitação de objetivos gerais, procura definir diretrizes e regras com o objetivo de tornar o relacionamento mais acessível. Normalmente compreende decisões que requerem mais tempo e, por isso, são de longo prazo e guiam em qual caminho se deve seguir. Para este autor, o planejamento pode ser de diversos aspectos, mas que a seleção de um modelo de planejamento não exclui o outro, já que estes modelos devem ser adequados à realidade do que se almeja planejar.

Segundo Acerenza (2003, p.86), o planejamento estratégico determina os principais pontos que poderão conduzir para o desenvolvimento turístico adequado e pode ser entendido como “o processo destinado a determinar os objetivos gerais do desenvolvimento, as políticas e as estratégias que orientarão os aspectos relacionados aos investimentos, ao uso e ao ordenamento dos recursos utilizáveis com esta finalidade”.

O planejamento estratégico é comumente utilizado por um nível hierárquico mais alto, pois envolve a organização de uma atividade como um todo e suas ações são de longo prazo. Acredita-se que esse tipo de planejamento é o que seria mais adequado para o envolvimento das iniciativas de turismo no espaço rural no contexto das realidades aqui estudadas.

O planejamento estratégico do turismo se divide em três aspectos basilares: definição de objetivos e formulação da política; determinação de estratégias de desenvolvimento e; especificação dos programas de ação, mas que esquematicamente deve obedecer às seguintes fases, tais como: Fase A-análise da gestão realizada; Fase B-avaliação da posição atual do turismo; Fase C-Formulação da política turística; Fase D-Determinação de estratégia de desenvolvimento; Fase E-Especificação dos programas de ação (ACERENZA, 2003).

O desenvolvimento do planejamento estratégico do turismo na Fase A, segundo Acerenza (2003) tem o propósito de conhecer o que se tem de resultados e planos apresentados pelo órgão máximo de turismo nacional para fomentar a atividade.

A Fase B, para este autor (2003, p.93), “é a mais importante de todo o processo de planejamento estratégico do turismo, já que será com base nos resultados das avaliações que serão realizadas aqui, que as decisões de política turística serão sustentadas”.

A Fase C consiste na elaboração da política turística, em que esta é a coluna que determinará o desenvolvimento da atividade, desse modo, Acerenza (2003, p.98) esclarece que a política turística é entendida como

[...] o conjunto de decisões em matéria turística que, integradas harmonicamente no contexto da política nacional de desenvolvimento, orientam a condução do “setor” e regem as ações a serem seguidas, as quais se traduzem em planos e programas de desenvolvimento setorial.

A Fase D constitui-se em elaborar estratégias para chegar ao desenvolvimento do turismo. Para Acerenza (2003, p.116) a estratégia é “o meio usado para a liberação dos recursos disponíveis para que os objetivos propostos sejam alcançados”. Essas estratégias, na prática, são conhecidas como planos nacionais de turismo ou os planos respectivos no âmbito estadual e municipal.

A Fase E consiste na base para a elaboração do plano operacional, já que “se especificam os delineamentos para os programas de ação”. Aqui, por questão de detalhar melhor o planejamento, cabe dizer que tanto o estratégico quanto o operacional são igualmente importantes, sobretudo, porque o planejamento estratégico “estabelece as bases e o planejamento operacional se ocupa de ordenar os recursos disponíveis e orientá-los ao alcance dos objetivos e metas estabelecidos no plano estratégico geral, identificado com o plano nacional de turismo” (ACERENZA, 2003, p. 121).

O planejamento estratégico é de suma importância para se estabelecer as diretrizes do turismo nacional e seus rebatimentos nas políticas estaduais e municipais, sobretudo porque o plano nacional de turismo fortalece a atividade já que ameniza a instabilidade de mudanças significativas no planejamento, mesmo que haja a troca do ministro de turismo no âmbito político nacional, pois o planejamento é de médio prazo, de aproximadamente três anos.

O planejamento do turismo no Brasil é uma tarefa complexa uma vez que o país possui grande extensão territorial, por isso é difícil à elaboração de políticas públicas que envolvam as distintas realidades regionais. Entretanto pode ser considerado um avanço o esforço das diferentes gestões do Ministério do Turismo para a formulação do Plano Nacional de Turismo com o intuito de demarcar as bases para o desenvolvimento da atividade, principalmente porque só recentemente (ano de 2003) o turismo ganhou um Ministério exclusivo para representar a atividade.

Comparado com outras realidades, como por exemplo os Estados Unidos e a Europa, o planejamento ocorreu entre 1935 e 1962, e a Espanha que foi um dos pioneiros no planejamento do turismo nacional (ano de 1952) com a elaboração do Plano Nacional de Turismo (ACERENZA, 2003).

Para Barretto o planejamento de turismo pode ser dividido em vários níveis, obedecendo a critérios de complexidade crescentes, tais como:

- 1 – Planejamento de primeiro nível: Excursões, viagens.
- 2 – Planejamento de segundo nível: Transformação de locais em núcleos turísticos; revitalização de núcleos preexistentes; criação de novos núcleos ou instalações turísticas.
- 3 – Planejamento de terceiro nível: Criação de políticas nacionais para incentivar a atividade turística no país e organizá-la (BARRETTO, 2005, p. 67).

Embora os autores aqui adotados, trabalhem com diferentes abordagens, pode-se concluir que na esquematização de um roteiro básico de planejamento, não podem faltar os seguintes elementos: a elaboração de objetivos, a análise do ambiente externo e interno, o diagnóstico, estratégias de marketing, estratégias de comunicação e os planos setoriais adequados à realidade da comunidade.

Os autores têm pontos convergentes, como os citados anteriormente, mas cabe esclarecer que são abordagens que retratam tão somente a esquematização do planejamento. Ademais cabe dizer que são esquemas que sintetizam um processo de planejamento, não constituindo uma verdade absoluta, já que cada localidade deveria ter autonomia para tomar decisões acertadas sobre o que diz respeito a sua realidade.

No tocante ao planejamento mais voltado ao âmbito municipal, Petrocchi (1998) e Barretto (2005) destacam que seria necessária a análise macro ambiental, o diagnóstico, os objetivos, a execução, as estratégias de marketing, as estratégias de comunicação, entre outros.

A análise macro ambiental compreende a externa e interna. A análise externa, por meio do estudo das ameaças e oportunidades, pode ser feita com a participação das pessoas envolvidas com a atividade. Já a análise interna consiste no levantamento de informações por meio de inventário turístico. Este deve abranger não apenas a infraestrutura, os recursos naturais e culturais, mas igualmente reunir a opinião da comunidade, categorizando os pontos fortes e pontos fracos. O levantamento é fundamental ao processo de planejamento para se conhecer a situação atual e assim obter êxito no estabelecimento da situação planejada (PETROCCHI, 1998).

Em complementação a Petrocchi, Barretto aponta que a escolha e delimitação também são necessárias já que é “uma etapa de análise e síntese, na qual o planejador deve decidir o que planejar e delimitar bem o alcance (os limites) desse planejamento, explicitando, também, o que não vai ser objeto de planejamento” (BARRETTO, 2005, p. 72).

O diagnóstico é a etapa que “pode ser definida como de investigação, reflexão, compreensão e juízo dos dados provenientes da realidade empirismo com base em um quadro normativo definido, com fins operativos”. Sendo assim diagnóstico consiste na síntese da situação atual dos atrativos existentes (BARRETTO, 2005, p. 73-74; PETROCCHI, 2002).

A elaboração dos objetivos é parte elementar de todo o processo de planejamento, já que

para definir os objetivos da ação são necessárias clareza e legitimação destes [...]. A definição dos objetivos dependerá dos interesses do poder decisório, do equacionamento de competências (no sentido de autoridade delegada) e da capacidade de negociar de todos os envolvidos, das relações entre variáveis e o meio, estudadas na etapa anterior, e da coerência com as políticas e diretrizes, os padrões e os valores da entidade planejadora (BARRETTO, 2005, p. 77).

Também devem constar no planejamento as alternativas de intervenção, tais como estudo de viabilidade econômica e social, análise de custos e benefícios observando os estudos realizados na primeira etapa. Já a etapa de Implementação consiste na concretização do que se planejou. E a fase sequente da execução, controle e avaliação (BARRETTO, 2005, p. 81).

Nessa discussão buscou-se elencar a importância do planejamento do turismo no âmbito municipal especificamente abordando quais os elementos que são essenciais no processo, pois se observa que é no planejamento municipal onde a população poderia participar mais das decisões no que diz respeito ao turismo.

Vale dizer também que, por meio do planejamento da atividade de turismo municipal, se limitaria a apropriação dessa atividade no desenvolvimento desordenado do território.

Por isso, também é fundamental uma abordagem do planejamento com o viés da responsabilidade social e ambiental para que os impactos concernentes à atividade sejam amenizados no território, sobretudo respeitando as pessoas que ali vivem, o seu modo de vida e o meio ambiente.

Segundo Barretto (2005) planejar de forma responsável é pensar em ações futuras englobando o bem estar dos envolvidos. Nesse sentido, a ética é essencial para não se criar falsa expectativa e promessa, mas ter como propósito a melhoria da qualidade de vida da população local.

Para Ruschmann (1997, p. 10), o planejamento é a única ação capaz de “conduzir a uma evolução favorável para os empreendedores, para as populações receptoras, para os turistas e, conseqüentemente, para todas as destinações”. O valor do planejamento do turismo é substancial para que o uso do território pela atividade se dê de maneira sustentável, com o objetivo de resguardar os recursos que são a base para a existência da própria atividade.

Esta autora alerta que, para que o desenvolvimento do turismo seja de forma sustentável, é necessário que os envolvidos tenham atitudes comprometidas e respeitadas, não levando em conta apenas o seu interesse, mas que pense no desenvolvimento da comunidade e do entorno.

A seguir é contextualizado o surgimento da atividade do turismo no espaço rural na realidade brasileira.

### **3.3.2 O turismo no espaço rural em São Paulo (Brasil) e na Galícia (Espanha)**

O surgimento e o desenvolvimento do turismo no espaço rural no Brasil se assentam na problemática vivenciada no rural, e, sobretudo, na conjuntura em que o rural brasileiro está inserido, o qual passou por modificações, especialmente com os avanços tecnológicos que favoreceram a modernização da agricultura e, por conseguinte, com a expansão da migração do campo para a cidade (ELESBÃO, 2007).

Desse modo, houve uma maior ocupação das áreas urbanas e o surgimento e crescimento de problemas sociais, fato que contribuiu para uma busca mais intensa por qualidade de vida e contato com a natureza. Partindo desse pressuposto, a sociedade vislumbrou no turismo no espaço rural a oportunidade de, ainda que temporariamente, estar em contato com a natureza e fugir do estresse e do caos dos centros urbanos.

De acordo com Thomaz (2010), a mudança na estrutura produtiva agropecuária brasileira somada às dificuldades enfrentadas pelos produtores de permanecerem no campo contribuíram para o surgimento de um novo modelo produtivo rural, no qual está a inserção de outras atividades econômicas como, por exemplo, o turismo. A escolha

por esta atividade se dá, na maioria das vezes, por ser uma atividade de fácil adaptação e aproveitamento dos recursos existentes em oferta turística.

Soma-se a isso o fato de que a territorialização da atividade de turismo promoveu-se em razão da vulnerabilidade em que passa o rural brasileiro, em especial os produtores de pequena produção (e aqui incluem-se os assentados de reforma agrária).

As primeiras experiências de turismo no espaço rural no contexto nacional foram no Estado de Santa Catarina, no município de Lages, na década de 1980. As propriedades que eram conhecidas como estâncias, em virtude dos problemas financeiros, em sua maioria, reflexos da conjuntura política agropecuária, levaram os proprietários a buscarem alternativas para diversificar a renda familiar, e a abertura de suas casas para hospedagens foi à saída encontrada por eles para permanecerem no seu território.

O mesmo processo se verifica nos assentamentos rurais. As dificuldades inerentes ao modo de vida rural do assentado evidenciadas, sobretudo, na insuficiência de políticas públicas que são, em sua maioria, descontínuas com interrupção a cada gestão municipal e estadual, a falta de insumos, a escassez de recursos e, principalmente, dificuldade em acessar linhas de créditos, entre outros, se constituem alguns dos impeditivos ao desenvolvimento rural do Pontal do Paranapanema.

As adversidades enfrentadas pelos agricultores familiares em manterem-se unicamente da produção agropecuária aliada à própria demanda proveniente desse interesse das pessoas pelo estar próximo ao rural (sinônimo de tranquilidade e contato com a natureza) contribuíram para que alguns proprietários rurais assentados aderissem ao turismo como atividade complementar que dinamizaria a renda familiar.

Nessa conjuntura, os assentamentos são territórios marcados por lutas constantes, que não cessaram após a conquista da terra. Embora agora, conforme mencionado, os conflitos e as lutas sejam outros.

Com a conquista da terra os assentados se territorializaram em seus lotes e, com as práticas e vivências do seu modo de vida, foram afirmando seus hábitos, sejam relacionados à economia, à política e à cultura. Como consequência desse processo de territorialização surgiu às territorialidades, como visto anteriormente.

As territorialidades em sua própria reprodução podem apresentar rupturas e permanências como, por exemplo, o assentado que trabalhou com a agricultura e, de repente, por motivo ímpar, deixa essa atividade e decide investir na pecuária leiteira; ou

como o que produz no lote transforma a sua produção em derivados, tais como, conservas, doces, pães, etc., que são comercializados na cidade, dentre outros.

Ademais, essas territorialidades, sejam econômicas, políticas e culturais são os registros deixados por estes sujeitos no território. São essas experiências dos indivíduos que demarcam o território, tais como: o saber lidar com a terra, com a agricultura, saber o tempo certo de cada plantação; no saber cuidar dos animais, ordenhar uma vaca, cuidar do pasto; participar de reunião relacionada ao desenvolvimento do assentamento, estar engajado em uma associação, participar de cursos de capacitação, envolver-se com as festas do assentamento; constituem-se territorialidades inerentes ao modo de vida de assentado.

A busca pelas territorialidades do rural tem aproximado o turismo da cultura e, conseqüentemente, tem se tornado um pretexto que contribui para a transformação e turistificação dos territórios rurais.

Sabe-se que a territorialização do turismo no espaço rural está fundamentada, sobretudo na cultura, dessa forma, as territorialidades que marcam o saber fazer e as práticas sociais de convivência e cuidado com os elementos naturais característicos da paisagem se apresentam como motivação que atrai distintas pessoas aos assentamentos rurais.

Deste modo, o interesse pela cultura impõe-lhe outro significado, transformando-a em território turístico, com novos usos e novos sentidos. Dessa forma, o modo de vida que antes do turismo não tinha uma visibilidade, passou, com a atividade de turismo rural, a ser um dos principais atrativos, como se tem presenciado nos roteiros de visitaçao do Assentamento Nova Pontal e no Restaurante Rural Porto Maria.

Nesse sentido, a cultura tem um papel fundamental no desenvolvimento do turismo no espaço rural, sendo apropriada por essa atividade como parte do processo de informar aos visitantes sobre a realidade local.

Há dois diferentes cenários do turismo que foram identificados nos assentamentos investigados. Um está vinculado ao desenvolvimento do turismo rural por meio de visitaçao nas propriedades, que é o caso do Assentamento Nova Pontal, e, nesse caso, há uma relação direta com o modo de vida (saber-fazer), venda de artesanato e produtos *in natura* aos visitantes. Ou seja, há apropriação das territorialidades, já que aqui o turismo apropria-se da produção agropecuária, da lida e trato com os animais para mostrar ao visitante como é o seu modo de vida, o seu cotidiano.

O outro cenário está mais vinculado ao turismo de pesca e ao lazer, ou seja, demonstra-se que há o consumo dos elementos naturais da paisagem, marcado principalmente pelo uso dos rios Santo Anastácio e Paraná para estas atividades e relaciona-se indiretamente com o modo de vida do assentado, por meio da prestação de serviços, seja da preparação de alimentos e bebidas em restaurante, hospedagem, produção artesanal de alimentos, produtos relacionados à pesca, tais como, isca, motor para barco, piloto, etc., destacando-se os assentamentos Porto Velho e Lagoinha.

No cenário europeu, a atividade de turismo surgiu como uma ajuda para minimizar a crise em que estava submerso o rural deste continente, como a agricultura e a pecuária. Tanto os produtores agropecuários como os gestores públicos viram uma possibilidade de diversificar os negócios e ampliar a atividade econômica via turismo. No entanto, essas intervenções foram pontuais, que em grande proporção amenizou, mas não evitou a perda dos elementos naturais, culturais, rurais, sociais, humanos e econômicos nos territórios. Assim temos que, a territorialidade está fundamentada na preservação do patrimônio cultural (CROSBY; PRADO, 2009).

A atividade turística na Galícia tem origem na década de 1970, a partir do desenvolvimento do Programa Espanhol de Férias em *Casas de Labranza*, elaborado em conjunto com os *Ministerios de Información y Turismo e da Agricultura*. Todavia, nem todos comungam da mesma ideia, pois observou-se que nesse período houve ações específicas com ajuda financeira a algumas propriedades rurais, não contribuindo para a notoriedade da atividade no mercado (PALOMEQUE LÓPEZ, 2008).

Para alguns autores como, Solla (2012), na década de 1980 a atividade de turismo rural ganhou visibilidade e, a partir daí, foi crescendo paulatinamente. Esse fato deu-se em virtude da colaboração financeira de distintas instâncias governamentais ao fomento do turismo rural (CARNEIRO, 2015).

O turismo na Galícia, assim como nas demais regiões da Espanha e em outros países europeus, esteve relacionado a partir dessa década, com os programas de desenvolvimento rural, que tiveram como finalidade manter a dinâmica do espaço rural por meio da diversificação da renda.

De acordo com Sparrer (2005), foi em 1993, no Ano Santo Compostelano (Jacobeu 93), que se notou um maior investimento na atividade turística, pois se desenvolveram numerosas iniciativas que transformaram significativamente o cenário do turismo galego, tanto no que diz respeito à oferta quanto à demanda. A promoção do

ano santo Jacobeu se converteu em um dos principais desencadeadores do turismo na Galícia, mas também trouxe problemas e incertezas ao futuro da atividade.

No tocante ao turismo rural, essa tipologia só foi surgir oficialmente a partir de 1990, com a política de diversificação da oferta turística galega. Segundo Sparrer (2005) essa mesma autora, em 1995 criou-se a primeira normativa que rege sobre o turismo rural na Galícia. Neste documento se especifica sobre a denominação dos estabelecimentos de turismo rural. Os objetivos dessa normativa seriam contribuir para a criação de infraestruturas em núcleos rurais a partir do aproveitamento de sua riqueza histórico cultural e, igualmente, possibilitando a reabilitação e conservação desses lugares, além de colaborar para a criação de emprego e fixação da população rural.

No ano de 2011, essa normativa foi revisada, entrando em vigor uma nova que, igual à anterior, delimitou o que é o turismo rural (a Lei n.7 de 27 de outubro de 2011). Para os casos omissos que não são contemplados por esta lei, deveria aplicar-se a Ordem de 2 de janeiro de 1995, que esclarece sobre a Ordenação dos Estabelecimentos Turísticos de Turismo Rural (XUNTA DE GALÍCIA, 2011).

De acordo com a lei n.7, o alojamento turístico são empresas que tendo um *“establecimiento abierto al público, se dedican, de manera profesional, habitual y mediante contraprestación económica, a proporcionar alojamiento de forma temporal a las personas, con o sin prestación de otros servicios”* (XUNTA DE GALÍCIA, 2011, p. 49).

O artigo 67 dessa mesma lei determina que os estabelecimentos de turismo rural, são

*[...] aquellas edificaciones ubicadas en el medio rural que, por sus especiales características de construcción, ubicación y singularidad o antigüedad, prestan servicios de alojamiento turístico. Sin perjuicio de lo establecido en la normativa urbanística, estos establecimientos podrán estar ubicados en suelo de núcleo rural, en asentamientos tradicionales de menos de 500 habitantes cuyo suelo estuviese clasificado como suelo urbano o en suelo rústico. En cualquier caso, será de aplicación lo previsto en la normativa urbanística y en los instrumentos de planeamiento urbanístico en vigor* (XUNTA DE GALÍCIA, 2011, p. 58).

Essa normativa estabelece a oferta de turismo rural em quatro grupos de alojamento, tais como: Grupo A: compreende os *pazos*, os castelos, mosteiros, casa grande e casa reitorais; Grupo B: envolve as casas de aldeias situadas no espaço rural que, dada a sua antiguidade e singulares de construção, atendam às características de

típica casa rural galega; Grupo C: engloba as casas de *labranza*; e, Grupo D: abarcam as aldeias de turismo rural (XUNTA DE GALÍCIA, 2016).

Segundo a lei, mencionada anteriormente, as casas rurais do grupo A, tais como, os *pazos*, as casas grandes, as casas reitorias, etc., são construções que, em virtude de sua antiguidade, estão sujeitas a aplicação da normativa que rege sobre o patrimônio cultural galego, por isso devem ser protegidos e levados em consideração no que tange o planejamento municipal. Os serviços de alojamento turístico que se prestam nesses edifícios não podem representar ônus à preservação e à sobrevivência do bem (XUNTA DE GALÍCIA, 2011).

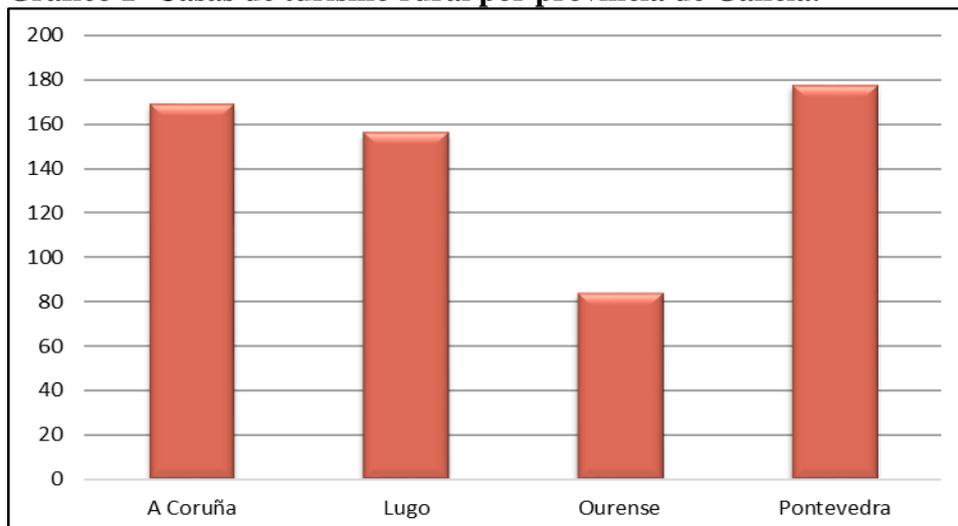
Para obter o título de *pazo* são necessários a presença de: cruzeiro, capela, moinho, entre outros e ser anterior ao ano de 1900. Nesse sentido, na pesquisa em Santiago de Compostela foram identificados dois *pazos*, o Xan Xordo e a Casa Grande de Bachao.

De modo geral as casas rurais do grupo B são entendidas como o estabelecimento de turismo rural que representam a arquitetura típica do rural galego, desde que anterior a 1940, no qual se presta serviço de alojamento turístico e outros serviços complementares (XUNTA DE GALÍCIA, 2011). Na pesquisa realizada em Santiago de Compostela e Padrón verificou-se, nesse caso, a presença das seguintes casas, que são: A Casa da Torre Branca, Casa María, Casa Peón dos Pardaces, Finca San Lorenzo, Os Vilares, Casa Rio Sarela e Casa de Marcelos e os Lambráns.

As casas do grupo C são aquelas situadas no espaço rural que ofertam alojamento aos visitantes, mas que mantenham as atividades agropecuárias em que podem participar os clientes hospedados. Esta forma de turismo também é definida como agroturismo (XUNTA DE GALÍCIA, 2011). Não tivemos casas desse grupo no recorte territorial selecionado.

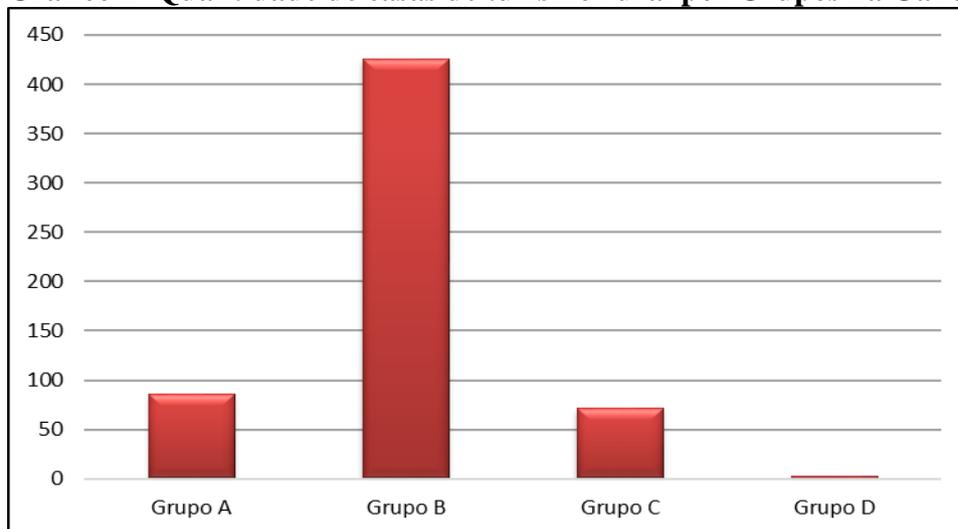
As aldeias de turismo rural são compreendidas como um conjunto de no mínimo três edificações que formam um único estabelecimento, no qual é destinada a oferta de alojamentos e serviços complementares (XUNTA DE GALÍCIA, 2011). No entanto, o recorte territorial galego aqui estudado não possuía patrimônio rural com esse título.

De um modo geral havia, no ano de 2016, 586 alojamentos de turismo rural registrados na Galícia, no qual destaca-se a província de Pontevedra com 30,20%, A Coruña com 28,84%, Lugo com 26,63% e Ourense com 14,33% (gráfico 1).

**Gráfico 1- Casas de turismo rural por província de Galícia.**

Fonte: Xunta de Galícia (2016). Org.: Santos (2017).

Dentre os estabelecimentos de turismo rural existentes observa-se que, segundo o gráfico 2, há predominantemente a presença de casas de turismo rural do Grupo B com 72,69%, em segundo o Grupo A com 14,67%, seguido do Grupo C com 12,11%, e Grupo D com apenas 0,51%.

**Gráfico 2- Quantidade de casas de turismo rural por Grupos na Galícia.**

Fonte: Xunta de Galícia (2016). Org.: Santos (2017).

Há uma relação do turismo com a recuperação dos bens patrimoniais rurais (casas rurais típicas galegas), ainda que as ações sejam pontuais, se pode dizer em geral que houve, por meio das políticas de desenvolvimento rural atrelado à prática turística, a recuperação desses bens, conforme mencionam Cànoves, Villarino e Herrera (2005).

De acordo com Crosby e Prado (2009, p. 29, tradução nossa) a “atividade turística serviu na Europa como um instrumento eficaz para revitalizar as áreas rurais em grave declive em apenas poucas décadas”. Também pode-se dizer que essas áreas necessitavam de políticas urgentes para combater o processo de despovoamento, dessa forma “foi o turismo um dos maiores fatores que contribuíram na mudança no processo de migração rural”. Para estes mesmos autores

*gracias a diferentes programas europeos de incentivos, económicos, fiscales, programas de formación (FSE), etc., a través de iniciativas comunitarias como LEADER, PRODER, se consiguió no solo frenar el proceso negativo, sino revitalizar estos territorios (CROSBY; PRADO, 2009, p. 29).*

A preservação do patrimônio é importante para o desenvolvimento do turismo, pois, como é corrente, o turismo necessita de um aporte material e imaterial para se efetivar, reproduzindo-se a partir da apropriação dos recursos naturais e culturais dos territórios.

Diferentemente das demais modalidades de turismo, o turismo no espaço rural é tido como uma atividade que produz um menor impacto negativo nos territórios, por estar, em sua maioria, alicerçada na iniciativa local, uma vez que é a própria comunidade que a gerencia.

Para Almeida (2011, p.247) por meio do turismo no espaço rural é possível o desenvolvimento do território, contribuindo “para a proteção dos recursos naturais e a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural do espaço rural”. Acredita-se que o turismo poderá atribuir um valor ao território rural.

Segundo Schlüter (2009) os elementos culturais imateriais permitem ao indivíduo ser ele mesmo porta-voz da cultura de sua comunidade, ademais, desempenha um papel social, político, econômico e cultural substancial na vida das comunidades.

Para Almeida (2011), os atributos culturais são parte do território e da paisagem, já que tornam visíveis os interesses espirituais, morais, dos quais comungam uma comunidade ou um grupo de pessoas.

A cultura é aqui entendida como sinônimo do modo de vida de um povo, seus bens materiais e imateriais, ou seja, suas territorialidades culturais, os quais são apropriados pela lógica do turismo como atrativos e se tornam essenciais para o seu desenvolvimento.

Para Rodrigues (2007, p. 17), o território assume um peso, uma identidade, que “consustanciada materialmente pelo poder econômico, político e pelas representações sociais, definirá novas ações humanas, que poderão fortalecer ou desestruturar as territorialidades construídas”.

É nesse território definido por múltiplas relações de poder, tanto material (econômico, político) e simbólico (sociocultural), no sentido de apropriação, conforme apresentado nos aportes teóricos sobre território e territorialidade, que o turismo se insere. No caso dos assentamentos rurais, o turismo emerge como uma prática protagonizada pela comunidade local que, diante dos atributos culturais e paisagísticos, viram nessa atividade uma oportunidade de dinamizar a renda. Enquanto que nos casos galegos o turismo é uma forma de preservar o patrimônio arquitetônico representativo do rural.

A partir desse entendimento, o turismo se apropria dos elementos característicos do território e da territorialidade em que, para e pelo turismo, muitos lugares são inventados e transformados em turísticos (ALMEIDA, 2011).

Tem-se como exemplo desse processo de territorialização no Pontal do Paranapanema, mais especificamente no município de Presidente Epitácio, o uso dos rios Santo Anastácio e Paraná aliados ao turismo de pesca, ao lazer e outras atividades que são desenvolvidas nos assentamentos em questão. Em função disso, a chegada de visitantes nos assentamentos, seja para conhecer o modo de vida rural, para pescar ou apenas para um momento de lazer, testemunha a apropriação do espaço pela prática do turismo e, como visto anteriormente, essa apropriação dos elementos naturais e culturais a partir da dinâmica estabelecida pelo homem (visitante e assentado) vem contribuindo para novos usos desses territórios atrelados à prática turística que vem (re)territorializando e estabelecendo novas lógicas territoriais, já que locais que outrora serviam apenas para a produção agropecuária estão se desvelando em territórios para o desenvolvimento do turismo.

Outro exemplo dessa (re)territorialização é o projeto de roteiro de visitação nos lotes do Assentamento Nova Pontal. As práticas do cotidiano das famílias estavam atreladas às funções laborais com a produção agropecuária e com a inserção do turismo rural, esses mesmos ambientes foram adaptados para o acolhimento de visitantes. Assim, houve um processo de territorialização pelo turismo no que tange ao novo uso dado e à apropriação das territorialidades inerentes a cada propriedade rural. A

produção agropecuária e o turismo rural convivem simultaneamente, no qual o turismo é um complemento à renda das famílias.

No caso do Assentamento Porto Maria, o processo de territorialização pelo turismo se evidenciou com a recuperação e apropriação da antiga sede da fazenda que estava abandonada, a partir da iniciativa da associação de famílias que foi criada para administrar o Restaurante Rural Porto Maria e, sobretudo, pela participação das mulheres, que tiveram uma atuação indispensável para a consolidação do novo empreendimento.

Igualmente aconteceu no Assentamento Porto Velho, no qual a procura por lugares para pesca e lazer contribuiu para o afloramento de uma demanda turística no território. Desse jeito os usos constantes, em especial, nos finais de semana, favoreceram o surgimento do turismo no espaço rural atrelado diretamente ao uso do rio Santo Anastácio e Paraná e, indiretamente aliado ao turismo, foram surgindo serviços que antes não existiam como, hospedagem, restaurante, aluguel de barcos, venda de iscas e anzóis, dentre outros. Dessa forma, o turismo foi se apropriando dos elementos naturais e culturais existentes e vem contribuindo para a transformação do território que antes era apenas agrícola, para a incorporação de estruturas que atendessem ao turismo como, construção de píer para barcos, espaços para campings, entre outros.

O Assentamento Lagoinha, diferentemente dos demais, não está associado diretamente à visitação nas propriedades, todavia se insere no turismo indiretamente, por meio da venda dos produtos artesanais. Desta maneira o uso turístico desse território se dá de forma indireta já que a produção artesanal é para atender a todos, não somente o turismo.

No que diz respeito à desterritorialização e reterritorialização, temos como base o que foi discutido anteriormente por Haesbaert (2007) e Saquet (2011), no qual se entende como a criação e o desaparecimento dos territórios e tudo a ele vinculado, o que contribui para as des-territorialidades e as re-territorialidades. Cabe dizer que são processos que acontecem simultaneamente nos territórios, sobretudo nos assentamentos rurais estudados.

No que se aplica ao contexto estudado do Pontal do Paranapanema, o turismo no espaço rural se desterritorializa quando, diante da ausência de políticas, escassez de recurso financeiro para investir na propriedade, falta de estrutura física, de apoio municipal para o desenvolvimento da atividade, além das adversidades cotidianas

enfrentadas pelos sujeitos, entre outras, há para o enfraquecimento da atividade e de sua concretização e, por isso, podem ser entendidos como processos de desterritorialização.

Concomitante a isso entendemos que o processo de reterritorialização se faz mediante a insistência dos assentados que, embora se deparem com essa conjuntura e com os obstáculos que desterritorializa buscam, sedimentados na luta e no enfrentamento dessas situações, se fortalecer e construir novas relações para desenvolvimento do turismo no espaço rural.

Assim, compreendemos que há diferentes maneiras de apropriação do território pelo turismo, configurando diferentes processos que estão diretamente associados ao surgimento da atividade em cada território e, conseqüentemente, são distintos os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

A seguir trataremos de apresentar as políticas de desenvolvimento rural PRONAF, LEADER e PRODER.

#### 4 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL E NA ESPANHA

Este capítulo tem o propósito de conceituar política pública bem como fazer uma contextualização do seu surgimento nos territórios a partir da apresentação descritiva das características dos programas PRONAF (Brasil) e LEADER e PRODER (Espanha).

A investigação das políticas públicas de desenvolvimento rural se faz necessária para se compreender o seu rebatimento nos territórios investigados, especialmente pela prática do turismo nos assentamentos rurais no contexto do recorte paulista e das casas rurais galegas.

A busca pelo desenvolvimento contribuiu para o surgimento de políticas públicas, como também as segmentações conceituais e operacionais inerentes a estas políticas (HEIDEMANN, 2009).

De acordo com Secchi (2013) nos países de língua latina há duas maneiras nas quais o termo política é utilizado, já nas comunidades de língua inglesa essa dificuldade não se apresenta, já que se usam distintamente a palavra *politics* e *policy*.

Segundo Bobbio (1997), *Politics* é o termo utilizado para caracterizar a atividade humana relacionada à aquisição e sustentação dos recursos necessários para o emprego do poder sobre o homem.

Nessa perspectiva, Arendt (1998) entende a política, já que a mesma serve para sistematizar as relações de convívio entre os indivíduos, num processo de equilíbrio dos elementos indispensáveis para o pleno desenvolvimento, englobando a articulação entre as dimensões política, econômica, social, ambiental e cultural.

No tocante ao segundo uso do termo política, é o equivalente ao termo em inglês *policy*. Essa dimensão da política está relacionada com orientações para decisões e ação e está muito presente no cotidiano das organizações públicas e privadas (SECCHI, 2013).

Por sua vez, a expressão política pública (*public policy*) está atrelada à segunda dimensão do termo política. Assim que as “políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões” (SECCHI, 2013, p.1).

Para Gastal e Moesch (2007, p. 39) as políticas públicas seriam as ações executadas “pelo Poder Público, instituições civis, entidades privadas e grupos comunitários, com o objetivo de atender à população nas suas necessidades materiais e

simbólicas, garantindo-lhes acesso às mesmas” com a intenção de que os indivíduos tenham qualidade de vida.

As políticas públicas são concretizadas por meio de normas jurídicas e intervenções diretas, amplas ou pontuais (GASTAL; MOESCH, 2007), como por exemplo, a política de desenvolvimento rural na Europa e no Brasil que direcionaram os programas LEADER, PRODER e o PRONAF, respectivamente.

Assim que o conceito de políticas públicas

[...] se constrói, historicamente, como o conjunto de ações que objetivem construir o controle social sobre bens, serviços e obras públicas, de modo que estes sejam desfrutados de maneira efetiva por toda a sociedade. Assim, as políticas públicas se caracterizariam pela democratização do usufruto dos bens – democratização do acesso – pela organização da sociedade para a determinação e distribuição desses bens – democratização da gestão (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 40).

Segundo essas autoras, as políticas de democratização não devem se limitar ao imediatismo e localismo, mas transformar-se em reivindicações e demandas que vão além dos problemas de gestão, ambiental, social, econômico e humano, mas servindo de base para a participação e o controle popular nos processos decisórios (GASTAL; MOESCH, 2007).

Para Secchi (2013, p. 2) a política pública é uma “diretriz elaborada para enfrentar um problema público”, logo que possui dois elementos fundamentais: a intencionalidade pública e a contestação a um problema público. Por isso a motivação de elaborar uma política pública será o “tratamento e a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante”.

Segundo Heidemann (2009, p. 28) o desenvolvimento de uma determinada sociedade depende de decisões que são formuladas e executadas pelo poder público dos Estados, sejam eles nacionais, subnacionais e supranacionais somados com as forças da sociedade. Dessa forma, “em seu conjunto, essas decisões e ações de governo e de outros atores sociais constituem o que se conhece com o nome genérico de *políticas públicas*”.

De acordo com Secchi (2013) há três abordagens nos estudos de políticas públicas. A primeira defende que só uma personalidade estatal pode ser protagonista na elaboração de políticas públicas, autores como Hecló, 1972 e Dye, 1972; Bucci, 2002 e Howlet, Ramesh e Pearl, 2013 defendem essa ideia. A segunda é de abordagem

multicêntrica ou policêntrica, na qual autores como Dror, 1971; Kooiman, 1993; Regonni, 2001; Hajer, 2003 acreditam que são responsáveis pela elaboração de políticas públicas as organizações públicas, as Organizações Não-Governamentais (ONGs), os organismos multilaterais e os atores estatais, desde que seja para resolver um problema público; nessa abordagem, os atores não estatais também podem participar do processo de criação de políticas e de sua implementação, ao contrário da primeira. A terceira abordagem diz que apenas são consideradas políticas públicas as macrodiretrizes estratégicas ou conjuntos de programas, tais como propõem Comparato, 1997; Massa-Arzabe, 2002.

Se se levar em consideração essa terceira abordagem não se reconhecem como políticas públicas as políticas municipais, regionais, estaduais e as intraorganizacionais, que são os programas, planos e projetos a nível operacional, pois nessa ótica só as diretrizes macro estruturantes são consideradas políticas públicas (SECCHI, 2013).

A partir do exposto é regularmente aceita a segunda abordagem de políticas públicas, acreditando-se que a política pública é uma diretriz que serve de orientação para a resolução de um problema de interesse de uma sociedade. Dessa forma, é o conceito que melhor se adequa à proposta desta tese, já que serão analisados o LEADER, PRODER e PRONAF, que são programas elaborados para resolver o problema de desenvolvimento rural.

A política pública se materializa por meio de instrumentos, tais como: programas, projetos, planos, leis, campanhas, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões jurídicas, coordenações de ações de uma rede de atores, gasto público direto, contratos formais e informais com *stakeholders*, etc. (SECCHI, 2013).

Segundo Secchi (2013) os atores envolvidos no processo de política pública são divididos em duas categorias principais:

- ✓ Atores governamentais: formados por políticos, designados politicamente, burocratas e juízes, que podem agir individualmente ou em interesse de um grupo;
- ✓ Atores não governamentais: representados por grupos de interesse (sindicatos, associações, movimentos sociais), partidos políticos, meios de comunicação (mídia), organizações de pesquisa (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA),

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), etc.), destinatários das políticas públicas (os indivíduos, grupos e organizações), organizações do terceiro setor (organizações privadas sem fins lucrativos que lutam por interesses públicos), outros *stakeholders* (fornecedores, organismos internacionais, comunidades, especialistas, etc.).

No que tange ao turismo, Gastal e Moesch (2007) afirmam que muito mais importante que ter uma política pública, é ter uma política que defenda qual desenvolvimento de turismo se deseja para um país, estado ou município. Nesse sentido, buscam-se políticas públicas comprometidas com a democratização do turismo que garanta o lazer e a hospitalidade aos visitantes e, sobretudo, cidadãos.

Para essas autoras, a democratização das políticas de turismo deveria ser pautada em:

a) ter normatizações jurídicas; b) realizar intervenções diretas na forma de linhas de financiamento, implantação de infraestrutura, gerenciamento de informações, treinamento e qualificação de recursos humanos, com a lógica da proteção a grupos e comunidades frágeis quer por razões econômicas, quer por razões culturais; c) consolidar diretrizes políticas que não intervêm apenas o Turismo nos seus desdobramentos econômicos, mas também nas suas implicações socioculturais centradas na pessoa, ou seja, no turista (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 42).

Para Gastal e Moesch (2007) as políticas públicas de Turismo ou políticas que derivam da atividade turística têm o compromisso de sensibilizar a comunidade e as autoridades locais sobre a pertinência do Turismo, não apenas como uma atividade econômica, mas que deslocar-se para outros lugares fora de sua rotina é um direito garantido no artigo 24 da Carta de Direitos Humanos, sendo o Brasil subscritor. Assim que é garantido aos cidadãos gozar de descanso, lazer e férias.

No que tange ao debate sobre o desenvolvimento rural e sua relação com a atividade turística tem que estar claro qual modelo de desenvolvimento turístico se busca e como as políticas públicas de desenvolvimento rural podem contribuir para isso.

De uma forma genérica aponta-se que o turismo é importante para o desenvolvimento endógeno, no entanto, as políticas deveriam orientar na direção de sua plenitude, portanto é imprescindível o planejamento do turismo a fim de que traga benefícios aos territórios, sujeitos e atores envolvidos.

A título de planejamento, tendo em vista as políticas de desenvolvimento territorial, segundo Ortega (2008) identificam-se duas estratégias: uma orientada de

cima para baixo (*top-down* ou descendente), sendo o desenvolvimento planejado no âmbito federal e repassado ao local; e o segundo de baixo para cima (*button-up* ou ascendente), em que os planos de desenvolvimento local são preparados de maneira descentralizada, com a participação de instituições públicas e privadas.

Na análise de Ortega (2008), o primeiro tipo de estratégia tende a retratar um maior apelo econômico em detrimento ao social. A segunda estratégia já denota uma cooperação entre governo e sociedade local, caracterizando-se como mais favorável para o desenvolvimento social e com uma maior participação dos sujeitos. Nessa segunda estratégia apresentam-se as seguintes características:

1. uma maior preocupação com aspectos sociais da localidade; 2. um maior conhecimento das necessidades das famílias e das características locais, podendo-se aumentar a eficiência na exploração de suas potencialidades; 3. um maior comprometimento da comunidade com o êxito dos programas implementados (ORTEGA, 2008, p. 30).

Os benefícios de um plano de baixo para cima consistem na promoção da democracia local, sensibilização da população sobre sua responsabilidade social, outorgando aos sujeitos legitimidade e eficiência aos modelos de desenvolvimento implementados (ORTEGA, 2008).

De acordo com Moyano-Estrada (1999) o ideal seria contrapor as duas estratégias de políticas públicas, superando as dificuldades existentes entre as políticas *button-up* e *top-down*. Para isso, também se faz necessário que a comunidade esteja preparada para agir em cooperação entre os agentes.

Segundo Moyano-Estrada (1999, p. 51), nos processos *button-up* ou ascendentes é fundamental a incorporação, já que

*la dimensión de “integración constituye una importante fuente de capital social, al capacitar a los miembros de una comunidad para intercambiar una amplia gama de servicios y recursos entre sí – desde información para encontrar empleo, hasta el cuidado de los niños o la utilización común del transporte. Mientras más intensos sean tales lazos sociales en una comunidad y más se extienda la mutua confianza entre sus miembros, mayor será el stock de esta forma de capital social.*

De acordo com Moyano-Estrada (1999, p. 53) os processos que caracterizam a estratégia *top-down* ou descendente são

*Las dinámicas internas que tienen lugar en comunidades pobres que emprenden proyectos de desarrollo no suceden aisladas, sino en contextos históricos concretos y en sistemas de regulación específicos que pueden fortalecer o socavar la capacidad de los grupos e individuos de la sociedad civil para organizar sus propios intereses colectivos. A su vez, tales grupos pueden jugar un importante papel en la configuración y resultados de las políticas públicas. La naturaleza de las relaciones sociales es, por tanto, crucial para comprender tanto los proyectos y posibilidades de los grupos económicos, como su eficacia en conformar la voluntad y capacidad del Estado – y otros grandes actores corporativos – para actuar de un modo favorable al desarrollo. Centrarse en las condiciones que apoyan una complementariedad y cooperación efectivas entre el Estado y la sociedad civil, y más generalmente entre los sectores público y privado, nos ayuda a forjar una vía intermedia entre los rígidos modelos socialistas, las prescripciones comunitaristas y las simplistas doctrinas del libre mercado a la hora de explicar los problemas del desarrollo.*

Para Moyano-Estrada (1999) é extremamente importante à construção de um modelo de desenvolvimento que negue as políticas de desenvolvimento *top-down*, pois estes modelos em sua maior parte limitam a participação da sociedade nos projetos formulados pelos governos centrais. Desse modo é urgente que surjam modelos *bottom-up*, em que a sociedade local possa fazer parte do processo, construindo e elegendo os projetos de desenvolvimento para o seu território.

Busca-se o modelo de desenvolvimento descentralizado, no qual na base desse desenvolvimento territorial, esteja a promoção ou criação de parcerias comunitárias, tendo como centralidade o desenvolvimento fundamentado em capacidades e recursos existentes no próprio território, na proficuidade dos recursos humanos e valorização de atitudes e valores (MOYANO-ESTRADA, 1999).

Diante desse cenário, aponta Moyano-Estrada (1999) e Veiga (2003) que nas áreas rurais, em virtude de sua estabilidade nas relações comunitárias, existe mais propensão para ações coletivas de parcerias ou cooperação, com as associações e cooperativas.

Para Brandão (2004) as dificuldades enfrentadas pelas comunidades no que diz respeito às estratégias de desenvolvimento, não envolvem apenas os fatores socioeconômicos, mas também podem ser pontuadas a desconsideração do ambiente macroeconômico, a redução dos conflitos políticos, a minimização das estruturas de classes sociais, das políticas nacionais, entre outros. No entanto, reafirma este autor que na maioria das vezes essas estratégias locais ou os arranjos socioprodutivos locais

denotam a luta dos sujeitos e atores sociais para sobreviver, significando inclusão, ainda que por menor que seja, social, econômica e política.

Sendo assim não se verificou o fim das fronteiras em função da globalização que levaria à completa desterritorialização do mundo, por isso, se faz necessário conhecer as tramas do fenômeno de globalização para que as comunidades encontrem alternativas para sobreviver (HAESBAERT, 2007). Dessa forma, em virtude do processo de globalização, o que se tem observado é o surgimento da dinâmica de desterritorialização e reterritorialização nos territórios, culminando com o surgimento e desaparecimento de territorialidades.

Para Moyano-Estrada (2005), os programas LEADER europeus e o programa operativo PRODER da Espanha têm despertado o debate sobre as necessidades das áreas rurais. Nesse sentido, esses programas têm apostado nas políticas que valorizam a diversificação produtiva dessas áreas, mas não em contraposição à produção agropecuária. São políticas de desenvolvimento em que o poder público nacional e regional assume um papel de moderador, participando com financiamento e regulação das iniciativas próprias desses territórios.

A discussão sobre a política que gera o desenvolvimento territorial rural é fundamental para conhecermos as transformações que vem acontecendo na área rural e entendermos a realidade em que elas se inserem tanto no caso brasileiro quanto espanhol.

#### **4.1 Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**

Para Delgado (1994) as reformas efetuadas pelo Estado durante o período de 1930 e 1964 refletiram na relação Estado com a agricultura por meio de uma regulação nos seguintes aspectos:

- 1) centralização federal da política rural; 2) intocabilidade tácita dos direitos de propriedade fundiária; 3) relativa ausência do Estado no âmbito da previdência social e da legislação trabalhista relativa ao meio rural; 4) explícita preferência à defesa da renda de segmentos patronais regionalmente selecionados; 5) virtual marginalização da agricultura familiar da execução concreta da política agrícola (DELGADO, 1994, p. 7).

Segundo Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003) a agricultura brasileira nos anos de 1970 e 1980 passou por transformações similares às ocorridas nos países capitalistas desenvolvidos. Nos anos de 1970, acreditava-se que a denominada “questão agrícola” havia sido suplantada pelo processo de modernização fundamentado na mecanização e na implantação de sementes selecionadas e insumos químicos (também conhecida como Revolução Verde). Nos anos de 1980 afirmava-se que esta substituição contribuiria para a integração da agricultura com os setores industriais, comerciais e financeiros; a esse agrupamento denominaram “complexos agroindustriais”.

Para Gonçalves (2004) a Revolução Verde trouxe transformações nas relações de poder por meio da tecnologia no meio rural, no qual

o mundo rural com a Revolução Verde com suas sementes híbridas e seu mais recente desdobramento com a biotecnologia dos transgênicos e do plantio direto está sofrendo mudanças profundas tanto ecológicas, como sociais, culturais e, sobretudo, políticas. À medida que o componente técnico-científico passa a se tornar mais importante no processo produtivo, maior é o poder das indústrias de alta tecnologia que passam a comandar os processos de normatização (candidamente chamados *normas de qualidade*) (GONÇALVES, 2004, p.7, grifo do autor).

Segundo os autores Pereira (2005), Silva e Marques (2009), as políticas implementadas no Brasil durante as décadas de 1970, 1980 e início dos anos de 1990 eram basicamente agrícolas e economicistas, dado que refletiam a instabilidade política, econômica e social que assolava o país, com problemas com a crise da dívida externa, o processo de alta da inflação, o baixo crescimento da economia, descrédito da sociedade, e no tocante à agricultura, ausência de crédito, queda da renda e concorrência intensa com os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Para Gonçalves (2004, p. 8) é questionável o discurso “de que toda essa revolução nas relações de poder por meio da tecnologia conhecida por revolução verde proporcionou o abastecimento de uma crescente população no mundo inteiro”, sobretudo da população urbana, entretanto o autor enfatiza que os rebatimentos “dessas transformações no mundo rural são mais complexos e contraditórios do que vem sendo admitido”.

De acordo com Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003, p. 2) o discurso pautado no novo rural vem sendo empregado para legitimar “a necessidade de abandonar as políticas agrárias e agrícolas voltadas para os setores mais fragilizados da produção

familiar, em função de beneficiar as “políticas de geração de emprego rurais não-agrícolas”, restringindo-se “o apoio às atividades propriamente agrícolas das famílias rurais àquelas que se considera competitivas por ocupar nichos de mercado, de produtos especiais de alto valor agregado cuja produção requer o uso intensivo de mão de obra”.

Este modelo fundamenta-se nos países capitalistas desenvolvidos, em que a modernização da agricultura se deu de forma que houve um equilíbrio entre o êxodo rural e a expansão do emprego urbano-industrial, além disso, a população dos EUA que trabalha com atividades agrícolas são cerca de 10% enquanto que no Brasil são mais de 65%, sendo assim é certo que o modelo de modernização empregado nos anos 1970 e 1980 não era compatível com a realidade brasileira aos moldes em que foi implantado, já que existem profundas diferenças entre as duas realidades. Dessa forma, a agricultura não tem o mesmo peso nos EUA e Brasil.

Para Navarro (2010), entre as décadas de 1940 e 1970 deu-se origem ao movimento denominado de modernização da agricultura, uma vez que o uso indiscriminado da tecnologia foi consensual em quase todos os países; só recentemente a modernização agrícola vem sendo problematizada.

Nessa conjuntura, o que se tinha no âmbito nacional para o desenvolvimento rural até a década de 1980 era o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que, diante do cenário institucional, perdeu força refletindo no setor agrícola, que passou a ser condicionado pelos complexos agroindustriais (DELGADO, 1994).

Ainda segundo este autor, a Constituição de 1988 logrou instituir regras que contemplaram alguns aspectos da relação social no campo como, por exemplo, Meio Ambiente (Art. 235), Política Agrícola (Art. 187), Política Fundiária e Reforma Agrária (Art. 184 a 186), Seguridade Social e Previdência Social (Art. 193 a 202), Tributos e Orçamento (Art. 145 a 169), além dos direitos individuais e coletivos mencionados no presente documento.

Delgado (2011) e Mielitz Netto (2011) afirmam que na década de 1980 o que o governo federal conseguiu fazer para o sistema de crédito rural como garantia de preço, incentivos fiscais, a tecnologia e infraestrutura não obteve êxito, especialmente diante da crise de 1989 que levou à perda de recursos fiscais pela União. Assim que a política vigente nesse período de instabilidade econômica levou ao dismantelamento de instituições, restrição quanto às funções fiscais dispendiosas e a descentralização de políticas para estados e municípios.

Segundo Mielitz Netto (2011, p.231) “o agravamento da situação econômica ao longo dos anos 1980 e início dos anos de 1990 e o paulatino definhamento do erário público significaram o esgotamento do antigo padrão de intervenção pública”, passando a ser mais supressor e rigoroso do que no passado. Em virtude do agravamento do déficit público e da inflação as políticas de preços mínimos e de crédito rural foram reduzidas.

Além disso, a abertura da economia brasileira no período do governo Collor contribuiu para valorizar a taxa cambial como fator fundamental para inserção e funcionamento dos setores agroindustriais. Nessa conjuntura surgiram tensões sociais e, conseqüentemente, demandas por reforma agrária.

No início dos anos de 1990, os liberais disseminavam princípios para se alcançar o crescimento saudável. Seus principais princípios eram:

a) estabilidade de preços cria condições para o cálculo econômico de longo prazo, estimulando o investimento privado; b) a abertura comercial impõe disciplina competitiva aos produtores localizados no País, forçando-os a realizar ganhos substanciais de produtividade; c) as privatizações e o investimento estrangeiro removeriam gargalos de oferta na indústria e na infraestrutura, reduzindo custos e melhorando a eficiência; d) a abertura da conta de capital atrairia poupança externa em escala suficiente para complementar o esforço de investimento nacional e para financiar o déficit em conta-corrente (MIELITZ NETTO, 2011, p.232).

As reformas articuladas pelo pensamento neoliberal na década de 1990, sobretudo no que tange às políticas agrícolas, desmantelaram os suportes “de fomento produtivo e comercial e abriram o comércio exterior de maneira muito diferente daquela que ocorrera no período anterior” (DELGADO, 2011, p.280).

Para Silva e Marques (2009) e Mielitz Netto (2011), a década de 1990 é caracterizada por mudanças no desenvolvimento rural brasileiro, sobretudo no âmbito político. Houve por parte dos movimentos sindicais, tais como Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), que se mobilizaram para reivindicar e lutar pela denominada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, que seriam atingidos pelo processo de abertura comercial da economia com a criação do Mercosul.

As jornadas tiveram destaque na primeira metade da década de 1990 e, em virtude de sua proporção, ficaram conhecidas como Jornadas Nacionais de Luta, que após o ano de 1993 passou a ser chamado Grito da Terra Brasil.

O fortalecimento e a diversificação das representações dos movimentos sociais nesse período cresceram contribuindo para o alargamento de suas demandas pautadas, sobretudo na reivindicação de criação de políticas específicas para a categoria de produtor rural que ao longo do tempo foram pouco favorecidos com as políticas públicas e conseqüentemente, excluídas e fragilizadas durante o período de crise (MIELITZ NETTO, 2011).

Com o movimento Grito da Terra, a Contag, no ano de 1993, reivindicou a criação de um programa de crédito para os produtores rurais, que ficou conhecido como o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que tinha parâmetros de acesso ao benefício limitado aos produtores rurais como tamanho de propriedade de acordo com o estipulado no programa e empregavam mão de obra familiar, e em 1995 foi criado o PRONAF (MIELITZ NETTO, 2011).

Outro elemento que não deve passar despercebido nessa tese é o fato de que as transformações decorrentes da década de 1990 afetaram a relação de trabalho no campo. Dessa maneira, segundo indicações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) analisados por Guanzioli et al. (2001, p. 33) houve uma redução do crescimento do emprego rural agrícola em detrimento do emprego não-agrícola. Esses dados têm sido utilizados por estudiosos como Graziano da Silva como sinalizador de uma pretensa tendência estrutural de mudança na área rural similar ao que aconteceu nos países capitalistas e que caberia ao Estado reforçá-la, deixando de “insistir no desenvolvimento agrícola como estratégia para a solução do emprego e da pobreza rural”.

Todavia, esclarecem Guanzioli et al. (2001), que diante das transformações ocorridas na agricultura brasileira nos últimos 30 anos e tendo como exemplos a realidade de países desenvolvidos, os dados da PNAD não aconselham tais conclusões.

Essas transformações ocorridas no período de 1960 a 1980 de modernização da agricultura alteraram as relações de trabalho no campo “com a substituição do trabalhador permanente residente na propriedade rural pelo trabalhador temporário residente em bairros rurais ou na periferia”, e paulatinamente o trabalhador foi sendo trocado pela “mecanização e quimificação em todas as produções agrícolas que eram possíveis”; ao passo que a mão de obra sobressaliente foi impulsionada a migrar para

regiões que demandavam emprego, o que intensificou o êxodo rural no Brasil (GUANZIROLI et al., 2001, p. 33).

A década de 1990, no que tange ao emprego agrícola, sofreu com a crise econômica desse período, sobretudo os estados que se destacavam como agrícolas, tais como o Rio Grande do Sul (GUANZIROLI et al., 2001).

No que diz respeito às ocupações agrícolas do produtor rural familiar em sua propriedade, o seu crescimento era uma consequência do cenário existente para a produção familiar. A criação do PRONAF foi uma reação ao problema do produtor rural familiar, já que seria ilógico aumentar o número de produtores rurais por meio do programa de reforma agrária se os que estavam no campo estavam abandonando-o por falta de respaldo governamental. Dessa forma no primeiro momento o PRONAF não equilibrou a saída de produtores do campo (GUANZIROLI et al., 2001).

Segundo estes autores,

[...] a redução relativa das ocupações agrícolas em geral é o resultado não surpreendente, por um lado, da modernização da agricultura e, por outro, das dificuldades de acesso à terra e de reprodução da pequena produção familiar. No que concerne ao crescimento da oferta de ocupações não agrícolas no espaço rural, esse, sem dúvida, reflete também tendências novas, embora não surpreendentes, como a descentralização industrial e a expansão imobiliária em áreas rurais (GUANZIROLI et al., 2001, p. 34).

Consoantes a Guanzioli et al. (2001) e Kageyama (2008, p.197) o surgimento das ocupações não-agrícolas sempre existiu como uma alternativa de sobrevivência dos produtores rurais familiares que diante da conjuntura de ausência de crédito e apoio ficam sem condições para manter sua produção e por isso buscam alternativas para sobreviver e complementar a renda. Contudo, acredita-se que a ocupação não-agrícola, é apenas uma complementação à renda agrícola e não deveria ser tomada, na realidade brasileira, “como uma forma avançada de desenvolvimento rural e decisiva na redução da pobreza”.

Assim como se defende nessa tese, as ocupações não-agrícolas são estratégias de permanência do produtor rural no campo, e no tocante ao turismo em áreas rurais, aplicado à realidade dos estudos de casos analisados no Brasil, são alternativas que não garantem por si só a renda doméstica, carecendo da continuação das atividades agropecuárias para a manutenção familiar.

Por outro lado, segundo Ortega (2008) e Delgado (1994) há que se reconhecer alguns avanços que se deram no rural brasileiro pautados, sobretudo, na “redução da adoção do pacote tecnológico hegemônico da agricultura; a reforma agrária que, lentamente, amplia a população rural; ou ainda, as políticas públicas dirigidas ao rural” como, por exemplo, o PRONAF, os programas sociais de transferências de renda e a aposentadoria rural.

Assim que as políticas de desenvolvimento territorial rural devem levar em consideração essas novas realidades do mundo rural, em que as atividades produtivas não se restringem às atividades agropecuárias e na qual o êxodo rural não pode mais ser uma saída para a solução dos problemas de desemprego e pobreza rural (ORTEGA, 2008, p.91).

Assim, pelo percurso teórico aqui trazido diante da pesquisa de estudiosos do tema, pode-se dizer que existe um dinamismo na área rural brasileira influenciado pelas recentes políticas de desenvolvimento rural, no qual a área rural passa a ser vista não apenas com relação à produção agropecuária, mas também com atividades não agrícolas como, por exemplo, empregados domésticos, serventes de pedreiro, artesanato, turismo em áreas rurais, caseiros de chácaras de lazer, funcionários de pesque e pague etc.

Conforme afirma Ortega (2008, p.83) “as políticas de desenvolvimento rural passam a explorar o caráter pluriativo e multifuncional dos estabelecimentos rurais e não buscam somente a consolidação das cadeias produtivas do agronegócio”. Diante dessa realidade em constante mudança, a abordagem territorial vem destacando-se na elaboração de políticas públicas que, a grosso modo, vem valorizando as áreas rurais.

Dado o exposto, pode-se dizer que aflora a abordagem territorial de desenvolvimento, alicerçada na definição de política territorial direcionada às demandas do produtor rural familiar. Uma dessas políticas que passou a vislumbrar a categoria “produtor rural” foi o PRONAF, embora apresente falhas e seja uma medida paliativa, não solucionando todos os problemas enfrentados pelo produtor.

Por essa assertiva, impõe-se a necessidade de se conhecer o PRONAF que foi incorporado à política de desenvolvimento nas áreas rurais brasileiras.

Cabe esclarecer que nesta tese não será discutido sobre o conceito de agricultura familiar em contraposição ao camponês, apenas nos referimos à agricultura familiar como aquela que incide nas políticas de desenvolvimento rural, como é o caso do PRONAF. Desta maneira será utilizada a expressão produtor rural familiar ou assentado (a) para designar aqueles sujeitos que são contemplados pelo PRONAF na agricultura

familiar. Aqueles que querem aprofundar os conceitos de campesinato e agricultura familiar deverão recorrer às obras de Bernardo Mançano Fernandes, Navarro, Abramovay, Graziano da Silva, entre outros.

De acordo com Schneider, Mattei e Cazella (2009) um dos acontecimentos mais marcantes no âmbito das políticas públicas para a área rural brasileira num período mais recente de 20 anos foi à criação do PRONAF. Afirmam que até o início da década de 1990 não existia no cenário nacional política pública direcionada especificamente para o produtor rural familiar.

Como dito anteriormente o PRONAF nasceu como uma resposta do governo do período, Itamar Franco, para as reivindicações dos movimentos sociais, especialmente, a partir do chamado “Grito da Terra Brasil” (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2009; MIELITZ NETTO, 2011).

A princípio surgiu o PROVAP que se sustentavam basicamente com os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A partir do PROVAP que se originou o PRONAF (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2009; MIELITZ NETTO, 2011).

Inicialmente o PROVAP não logrou bons resultados, ao passo que a sua transição para o PRONAF foi um marco significativo, já que caminhou para a construção de uma política pública direcionada para a categoria de produtores rurais, em suas distintas modalidades. No programa anterior todos os produtores eram encaixados como miniprodutores, de acordo com as normas do Manual de Crédito Rural do Ministério da Agricultura, porém, que nesse molde eles disputavam os recursos com os latifundiários que, historicamente, foram os mais privilegiados com créditos do que os produtores rurais familiares (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2009).

Já no governo de Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1995, o PROVAP foi reformulado e em 1996 transformou-se em PRONAF de acordo com o Decreto Presidencial n.1.946 de 28/7/1996, entretanto só no ano de 1997 que este programa ganhou notoriedade passando a operar de forma integrada no território nacional (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2009).

O objetivo geral do programa é fomentar a geração de renda e qualificação na mão de obra familiar mediante financiamento de atividades e serviços agropecuários e não se restringindo apenas às atividades agropecuárias para promover o desenvolvimento rural (BRASIL, 2003; ORTEGA, 2008).

Os objetivos específicos são:

a) ajustar as políticas agrícolas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2009, p.24).

Na perspectiva operacional, o PRONAF apresenta seis principais linhas de créditos que são: Grupo A, Grupo B, Grupo C, Grupo A/C, Grupo D, Grupo E, conforme descrição a seguir:

**PRONAF Grupo A** – É o primeiro crédito para os assentados da reforma agrária. É destinado à estruturação de suas unidades produtivas.

**PRONAF Grupo B** – É a linha de microcrédito criada para combater a pobreza rural. Os recursos de investimento são destinados a agricultores com renda familiar anual bruta de até R\$ 2 mil para financiar qualquer atividade geradora de renda.

**PRONAF Grupo C** – Beneficia, com crédito de custeio e de investimento, os agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$ 2 mil e inferior a R\$ 14 mil.

**PRONAF Grupo A/C** – É o primeiro crédito de custeio para as famílias assentadas da reforma agrária que já receberam financiamento do Grupo A.

**PRONAF Grupo D** – Beneficia, com crédito de custeio e de investimento, os agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$ 14 mil e limitada a R\$ 40 mil.

**PRONAF Grupo E (Proger Familiar Rural)** – Abrange os agricultores com renda familiar anual bruta entre 40 mil e R\$ 60 mil, que passam a ter direito a linhas de crédito para financiamento e custeio da produção (ORTEGA, 2008, p.127).

As principais fontes de financiamento responsáveis pela emissão do crédito são o BNDES, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), os Fundos Constitucionais do Nordeste (FNE), os Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO), verbas do Tesouro Nacional, os Bancos Cooperativos como o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) e o Banco Cooperativo do Brasil S/A (Bancoob) que trabalham em parceria com o Banco do Brasil, o Banco do Brasil (que atende a maior parte das demandas), o Banco do Nordeste (para a região do Nordeste) e o Banco Amazonas (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2009; ORTEGA, 2008).

Como critérios de seleção do perfil do produtor rural ficou delimitado que poderiam ser contemplados aqueles que: 1) possuíssem como mínimo 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária; 2) a propriedade tivesse uma área de

quatro módulos fiscais para a agricultura e seis quando pecuária; 3) explorasse a terra como proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; 4) que a mão de obra fosse exclusivamente familiar, ou manter como máximo dois empregados permanentes; 5) residir na propriedade ou agrupamento rural ou urbano próximo; 6) que a renda bruta anual não ultrapassasse 60 mil reais (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2009).

Desde sua criação o PRONAF passou por algumas reformulações. Institucionalmente deixou de ser parte do Ministério da Agricultura, passando a fazer parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Fazem parte do MDA o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável pela política fundiária e de assentamentos da reforma agrária; a Secretaria de Desenvolvimento Rural que foi substituída pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) que, mormente passou a cuidar institucionalmente das diversas linhas do PRONAF e de outros programas relacionados à agricultura familiar. No ano de 2003 houve mais reformulações no MDA com a criação da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), que passou a gerir a modalidade do PRONAF Infraestrutura e serviços municipais (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2009; ORTEGA, 2008).

Outra reformulação no programa diz respeito ao financeiro, com mudança nas taxas de juros e as formas de pagamento dos empréstimos bancários efetuados. No tocante aos juros, mediante reivindicação dos produtores rurais familiares, foi criada a Resolução n. 2.766 de 2000, na qual o Banco Central definiu uma taxa de juro fixa. A partir disso, houve uma redução dos encargos cobrados no qual a taxa varia de 1% a 7,25% ao ano de acordo com a linha de crédito PRONAF.

Soma-se a isso, o alargamento do prazo e carência para a quitação da dívida em conjunto com os descontos sobre os valores referentes aos juros (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2009; ORTEGA, 2008). Cabe dizer que as principais reformulações nesse programa foram feitas durante o governo presidencial de Lula.

Segundo Schneider, Mattei e Cazella (2009) e Ortega (2008) no ano de 2003 foram criadas mais algumas modalidades para destinar recursos a grupos especiais, tais como:

- PRONAF Alimentos: com crédito especial para incentivar a produção de cinco alimentos básicos da mesa do brasileiro (o arroz, feijão, mandioca, milho e trigo). Os produtores teriam o acréscimo de 50% a mais de crédito em relação à safra anterior para o cultivo desses produtos.

- PRONAF Semiárido: crédito para produtores localizados na região semiárida para a construção de obras hídricas como, por exemplo, cisterna, barragens para irrigação, cacimbas e planta de dessalinização da água;
- PRONAF Mulher: destinado às mulheres agricultoras que podem acessar o financiamento do grupo C e D com acréscimo de 50% para seus projetos.
- PRONAF Jovem Rural: destinados aos jovens que vivem no rural e que estejam cursando o último ano em escolas técnicas de nível médio e tenham idade entre 16 e 25 anos. Esse público poderá ser beneficiado com até 50% a mais aos financiamentos do grupo C e D.
- PRONAF Pesca: crédito para pescadores artesanais com renda bruta de até 40 mil reais ao ano para investir na melhoria da atividade.
- PRONAF Florestal: incentivo aos produtores na implantação de espécies florestais com projetos de manejo sustentável, reflorestamento e sistemas agroflorestais.
- PRONAF Agroecologia: Fomento a projetos com produção agroecológica ou aqueles que querem fazer a transição para uma produção sustentável.
- PRONAF Pecuária Familiar: Financiamento para a compra de animais para a pecuária de corte (bovinos, caprinos e ovinos).
- PRONAF Turismo na Agricultura Familiar: Financiamento aos produtores rurais para desenvolver projetos de turismo nas propriedades rurais como, por exemplo, pousadas, restaurantes, cafés coloniais, entre outros. Esta linha de crédito será analisada mais adiante por se tratar de tema da tese aqui defendida.
- PRONAF Máquinas e Equipamentos: Financiamento para a compra de maquinários viabilizando a melhoria na produção e produtividade.

Dado o exposto, embora seja uma política importante no desenvolvimento territorial rural brasileiro e para o produtor rural familiar, ainda requer melhoria em sua operacionalização, pois os proprietários rurais e instituições representativas dos produtores encontram dificuldade para acessar os recursos do PRONAF Crédito. Dentre as limitações estão a necessidade de avalista; imposições dos serviços bancários que encarecem o empréstimo; relutância dos gerentes em conceder os empréstimos aos produtores rurais apesar do baixo índice de inadimplência do programa, entre outras.

No que se aplica ao caso dos assentamentos rurais estudados, sobretudo do município de Presidente Epitácio, os assentados entrevistados queixaram-se da má

vontade da instituição financeira em conceder o empréstimo. Outra dificuldade gravíssima está na necessidade de ter um fiador para obter o crédito, pois alguns assentados ficaram negativados e juntamente seus fiadores ficaram impedidos de solicitar recurso no PRONAF.

No que diz respeito ao PRONAF Turismo Rural na Agricultura, tem-se um documento institucional chamado Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar do período de 2004 a 2007. Esse programa é uma parceria entre o MDA e o MTur em um trabalho em conjunto para que a atividade em áreas rurais traga retorno financeiro e melhoria na qualidade de vida dos proprietários rurais e da comunidade como um todo.

O objetivo do PRONAF Turismo é fomentar o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais mediante a inserção da atividade turística agregando valor a sua produção e gerando renda e postos de trabalho (BRASIL, [2008?]).

Os principais princípios deste programa são: valorizar e recuperar o patrimônio cultural e natural dos produtores rurais; comprometer-se com a produção agropecuária; contribuir para a inclusão dos produtores, respeitando a diversidade de gênero, etnia e raça; gestão comunitária e democrática da atividade; incentivar as parcerias institucionais; o turismo no espaço rural deverá ser uma complementação às atividades tradicionais agropecuárias desenvolvidas na propriedade; respeito às especificidades produtivas e regionais da agricultura brasileira; planejamento e gestão da atividade de forma descentralizada (BRASIL, [2008?]).

Entretanto, não existem informações sobre o desenvolvimento deste programa no *site* do MDA (não existe mais), o que impossibilita fazer uma avaliação sobre o mesmo. Segundo contato efetuado via telefone à SAF, foi firmada uma parceria com o MTur no qual os projetos relacionados ao tema de turismo seriam direcionados a este Ministério.

Como realizado no caso do PRONAF, também cabe conhecer os pressupostos das políticas públicas que direcionaram o desenvolvimento rural na Espanha e, assim, tomarmos ciência desse processo para compreender seus rebatimentos na atividade de turismo, conforme veremos a seguir.

## **4.2 Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural na Espanha: Programas LEADER e o PRODER**

Na Espanha a política agrícola estava relacionada com a PAC da UE. Dentre sua evolução histórica, pode-se dizer que até 1988, a PAC teve uma orientação estritamente setorial, especialmente direcionada aos agricultores e empresas agrícolas. Suas medidas eram compostas por dois tipos: apoio dos preços e intervenção nos mercados de produtos agrícolas e em segundo, a transformação das estruturas agrárias (FAO, 2003; CAMÓS ROMIO, 2006).

A primeira medida é a mais conhecida dentro da PAC por ser mais dominante que a segunda, embora sua importância foi aos poucos reduzindo-se e suas características se alterando no sentido de desprender-se dos auxílios relacionados ao sistema de preços. Sua aplicação não teve muito êxito, pois houve fortes oposições dos países exportadores de produtos agrícolas, sobretudo porque tinham como objetivos: I) estabelecer um mercado único agrícola na região, e II) assegurar aos agricultores ingressos similares aos trabalhadores de outros setores. Apesar das objeções esses objetivos estavam de acordo com as intenções da UE. Essas políticas foram subvencionadas por meio do componente chamado “Garantia” do Fundo Europeu de Orientação e Garantía (FEOGA-G), e foi conhecida pela UE como o primeiro pilar da PAC (FAO, 2003; CAMÓS ROMIO, 2006).

A segunda medida teve como beneficiários os agricultores e as empresas agrícolas. Sua finalidade era a modernização técnica, social e ambiental dos processos de produção agrícola e pecuária. Tratou-se de um conjunto amplo de diligências setoriais que foram introduzidas no começo dos anos de 1970 tendo como alicerce o Plano Mansholt (FAO, 2003; CAMÓS ROMIO, 2006).

Esse conjunto de ações consistiam em incentivos e subvenções para a modernização das explorações agrícolas, instalações de agricultores jovens, formação profissional dos agricultores, melhorias da transformação e comercialização dos produtos agrícolas, silvicultura, reflorestamento, práticas agrícolas ecológicas, aposentadoria antecipada dos agricultores, apoio aos agricultores em zonas de montanhas e desfavorecidas, melhoria das terras para o cultivo, assistência técnica, melhoria de infraestrutura da produção agrícola, entre outros (CANDELA HIDALGO; GARCÍA CARRETERO; SUCH CLIMENT, 1995; UE, 1999; FAO, 2003).

Vale dizer que no ano de 1988, após tentativas de intervenções em algumas zonas específicas, tais como, Itália, França e Grécia, por meio de programas integrados para regiões deprimidas, chegou-se a conclusão de que as políticas agrícolas eram insuficientes para desenvolver sustentavelmente a área rural. Após essa constatação introduziram novas medidas com lógica territorial e multissetorial que favoreciam a população rural em seu conjunto e não tão somente os agricultores, como fora determinado no princípio da PAC (FAO, 2003).

Dessa forma, há um reconhecimento de que as áreas rurais são múltiplas e diferentes e, por isso, necessitam de políticas e programas que satisfaçam as especificidades que possam ser pensadas em coesão com a participação dos agentes econômicos e sociais e aproveitando as diversas atividades existentes. Em virtude de sua importância, essas constatações se converteram em um documento ("El Futuro del Mundo Rural", COM 7957/88, de agosto de 1988), base que define a filosofia e orientação do desenvolvimento rural na Europa (FAO, 2003; CAMÓS ROMIO, 2006).

A partir desse documento as novas medidas incluíam incentivos e financiamentos para a renovação e desenvolvimento da população rural, a proteção e conservação do patrimônio rural, o fomento ao turismo, a promoção do artesanato, a comercialização dos produtos agrícolas de qualidade, serviços básicos à população rural e a diversificação de atividades na área rural (UE, 1999; FAO, 2003).

O documento europeu que remodelou as medidas passou a operar sobre a perspectiva de uma lógica territorial em conjunto com a transformação agrária e tornou-se a nova política de desenvolvimento rural europeu e representou o segundo pilar da PAC (CANDELA HIDALGO; GARCÍA CARRETERO; SUCH CLIMENT, 1995).

Este pilar teve o financiamento pelo componente "Orientação" do Fundo Europeu de Orientação e Garantia (FEGO-O) e uma pequena contribuição do componente "Garantia" desse mesmo Fundo (FEGO-G). Os investimentos nesse segundo pilar são menores se comparados com o primeiro, entretanto, todas as ajudas concedidas por meio deste pilar são consideradas medidas de desenvolvimento rural para a UE, o que não ocorre com as medidas do primeiro pilar da PAC. Além disso, as medidas passaram a ser regulamentadas por um instrumento único que é o Regulamento de Desenvolvimento Rural da UE e o Regulamento 1257/1999 (CAMÓS ROMIO, 2006; FAO, 2003).

Outro elemento chave para entender as políticas para o desenvolvimento rural europeu são os fundos estruturais já que são deles que proveem o apoio financeiro para

a execução das políticas (CANDELA HIDALGO; GARCÍA CARRETERO; SUCH CLIMENT, 1995; FAO, 2003).

O FEGOA-O e o FEGOA-G (que financia o segundo pilar da PAC) em conjunto com o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo Social Europeu (FSE) formam parte dos fundos estruturais da União Europeia. O FEDER e o FSE tem seus próprios regulamentos e financiam outras atividades além da agrícola em regiões rurais atrasadas e zonas desfavorecidas (FAO, 2003).

É importante dizer que os fundos estruturais são instrumentos pelos quais a UE empenha-se para alcançar os seus princípios basilares: a coesão econômica e social do seus territórios, compreendida como a redução de disparidades no desenvolvimento dos EE.MM e do atraso das regiões menos privilegiadas. Por isso se aplica tanto em grandes regiões político-administrativas com ingressos per capita inferiores a 75 por cento da média da UE (chamadas regiões Objetivo 1 como, por exemplo, se incluíram 10 Comunidades Autônomas da Espanha: a Andaluzia, Asturias, Ilhas Canárias, Cantabria, Castilla La Mancha, Castilla y León, Extremadura, Murcia, Comunidade Valenciana e Galicia), como a zonas rurais ou urbanas com problemas estruturais que possuem ingressos superiores a 75 por cento (chamadas de áreas Objetivo 2). Os fundos são utilizados para financiar uma diversidade de investimentos em infraestrutura e desenvolvimento urbano, rural, social e regional dos territórios desfavorecidos a partir da transferência de recursos dos países mais ricos aos mais pobres da UE (CANDELA HIDALGO; GARCÍA CARRETERO; SUCH CLIMENT, 1995; UE, 1999; FAO, 2003).

Ao contrário do que acontece com o primeiro pilar da PAC, no qual quase todas as decisões são tomadas pelo Conselho da UE que servem para todos os EE.MM, os recursos dos fundos estruturais são regidos pelo princípio de subsidiariedade, ou seja, as decisões sobre a utilização dos fundos se tomam descentralizadamente segundo cada caso e país. Conquanto, há algumas normas gerais que regem a respeito da sua utilização, tais como: concentração, programação, adicionalidade e acompanhamento-avaliação. Cada umas dessas normas se desdobram em requisitos específicos (FAO, 2003; UE, 1999).

Além de financiar as medidas já mencionadas, os fundos estruturais apoiam iniciativas integradas, que tem seus próprios objetivos, normas, organização institucional e recursos. Para exemplificar têm-se os programas LEADER e PRODER, que embora possuam seus objetivos, devem estar em harmonia com os dos fundos

estruturais (CANDELA HIDALGO; GARCÍA CARRETERO; SUCH CLIMENT, 1995; UE, 1999).

Com a reforma dos fundos estruturais iniciada em 1988, lança-se uma programação de caráter indicativa plurianual e integrada com o propósito de agregar os projetos em planos de desenvolvimento a partir de uma visão estratégica nacional, regional e local. Pensando na agilidade e viabilidade das ações que surgiu a Agenda 2000 (programação 2000-2006), na qual determinou-se que a Comissão Européia (CE) e as autoridades centrais de cada país tinham como responsabilidade exclusiva aprovar as orientações gerais, os eixos principais dos programas e o plano financeiro anual por eixo, dessa forma, ficando atribuída à autoridade encarregada de aplicar o programa em cada país e em colaboração com uma delegação da CE, a incumbência de especificar quais as medidas, os beneficiários e os detalhes financeiros (FAO, 2003).

Os financiamentos para as regiões do Objetivo 1 são co-financiadas pelo FEGOA-O e incluem a participação do Programa Operativo Regional (POR), que também incorporam as ações de desenvolvimento regional e social apoiadas pelo FEDER e pelo FSE. Por sua vez, as poucas medidas apoiadas pelo FEOGA-G formam parte do Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) de cada região. Para as regiões fora do Objetivo 1, todas as medidas de desenvolvimento rural do segundo pilar da PAC estão contidas no PDR e são cofinanciadas com o FEGOA-G (UE, 1999; FAO, 2003). Dessa forma tem-se uma junção de recursos advindos dos fundos estruturais europeus mas também aplicação de capital nacional, regional e local.

Com a reestruturação da PAC, a UE e muitos países lançaram programas que tinham como finalidade o desenvolvimento rural, focado no território e na diversificação das atividades, a preservação e valorização das singularidades de cada território como, por exemplo, o LEADER e o PRODER.

As políticas de desenvolvimento rural, como explanado anteriormente, tornaram-se prioridades dentro da UE em razão das disparidades existentes e, igualmente, pensando em ações de contenção do avanço do esvaziamento das zonas rurais.

Vale ressaltar que, dentro das medidas adotadas para o desenvolvimento das áreas rurais estão, não tão somente os recursos materiais, mas igualmente os recursos humanos e os conhecimentos, as atividades produtivas, as instituições, a administração local e o patrimônio histórico e arquitetônico, os quais envolvem os povos, as aldeias, o

patrimônio cultural (folclore, músicas tradicionais, a culinária local, a enologia e artesanato) que conferem identidade aos territórios (FAO, 2003).

De um modo geral, com as mudanças no entendimento de desenvolvimento rural nas políticas da UE, tem-se como resultado a criação de programas gerenciados por grupos locais e conseqüentemente, um desenvolvimento mais próximo das necessidades dos territórios.

Diante disso, estão a seguir a análise dos documentos do LEADER e do PRODER, no que tange a área de atuação que envolve a Galícia e, especialmente, os Conselhos de Santiago de Compostela e Padrón, e seu reatamento nos referidos territórios.

Considera-se que o LEADER foi a primeira tentativa de executar o novo enfoque do segundo pilar da PAC, voltado para o território, integrado e ascendente. Por isso, a proposta deste programa se fundamenta em três princípios gerais: a inovação, a parceria e a integração multissetorial. Assim, o programa LEADER intervém em um território (comarca) relativamente pequeno (entre dez a cem mil habitantes) e homogêneo (FAO, 2003).

A parceria vertical entre as distintas instituições, seja municipal, regional, nacional e Comissão Europeia, se faz necessária para se estabelecer as orientações gerais, as normas para seleção e aprovação dos projetos, as subvenções e apoio de cada parceiro no cofinanciamento dos projetos e as responsabilidades concernentes ao desenrolar de todas as etapas do processo (FAO, 2003; ESPANHA, 2011).

A partir da parceria vertical organiza-se a parceria horizontal por meio de Grupo de Ação Local (GAL), que após 1997 passou a se chamar Grupo de Desenvolvimento Rural (GDR), sendo esses GDR especificamente por meio de associações em que se participam os atores públicos, privados da economia e da sociedade pertencente ao território (FAO, 2003; PAÛL; LAZOVSKI; LOIS, 2016).

Compete aos GDR a execução dos projetos nos territórios, ou seja, as comarcas, sendo de sua competência a formulação do plano de ação para os anos de vigência do LEADER, bem como o estudo, a aprovação e a supervisão do andamento do projeto (ESPANHA, 2011; PAÛL; LAZOVSKI; LOIS, 2016).

As ações devem ser integradas, inovadoras e multissetoriais tentando aproveitar as peculiaridades dos territórios/comarcas envolvidos. Em razão disso deve promover o aumento da competitividade por meio da criação de cluster de pequenas empresas e associações e de sinergias e complementariedade entre os setores (ESPANHA, 2011).

Levando em consideração que o setor agrícola já é assistido por outros instrumentos da PAC, o LEADER se limita a privilegiar a diversificação da atividade na área rural, sobretudo a comercialização, melhorias no patrimônio e no meio ambiente, aumento do valor agregado aos produtos básicos, pequenas indústrias, artesanato, turismo e empresas locais (FAO, 2003; ESPANHA, 2011).

Os recursos do LEADER advêm de fundos europeus como, por exemplo, o FEDER, FEGOA-O, FEGOA-G, FSE, além de recursos do próprio Estado Membro, da região e investimento direto da iniciativa privada (FAO, 2003).

Ademais, outra característica deste Programa é a integração da comarca nos mercados por meio de geração de emprego, de observatório como, por exemplo, de Bruxelas para acompanhamento e avaliação e de cada país, além da cooperação entre os GDR existentes (FAO, 2003; ESPANHA, 2011).

O primeiro LEADER foi aprovado em 15 de março de 1991 pela CE (COM 91/C73/14), embora tenha iniciado suas atividades de fato entre 1991 e 1994 (ESPANHA, 2011). Apesar de ter surgido em 1991, somente depois da “Declaración de Cork” de 1996 que adquiriu notoriedade, já que o primeiro período do LEADER já tinha sido realizado. Vale destacar que, de acordo com esta declaração, a área rural tornaria-se uma prioridade da UE com a finalidade de frear o processo de migração do campo (PAÛL; LAZOVSKI; LOIS, 2016).

As ações do LEADER estão estruturadas em medidas que são pré definidas pela União Europeia, mas que localmente contam com o envolvimento dos agentes locais que participam da tomada de decisão no âmbito de gestão e execução das medidas.

Este programa teve várias fases, tais como: LEADER I (1991-1993), LEADER II (1994-1999), LEADER Plus ou também conhecido como LEADER + (2000-2006) e o LEADER-Eixo 4 (2007-2013), conforme será apresentado na sequência.

#### **4.2.1 LEADER I**

O LEADER I (1991-1993) foi aprovado no dia 06 de dezembro de 1991 na Espanha, no entanto só foi aplicado em âmbito nacional em 1992. A princípio participaram 53 GALs/GDRs que desenvolveram aproximadamente 108 propostas de desenvolvimento rural que estavam associadas direta ou indiretamente ao produto turístico Caminho de Santiago (ESPANHA, 2011).

De um modo geral participaram 217 grupos europeus, dos quais a Espanha apresentou uma proposta única de caráter nacional que representasse as necessidades das comarcas. Dessa forma, do total de grupos participantes, a Espanha representou 24,4% dos GALs/GDRs.

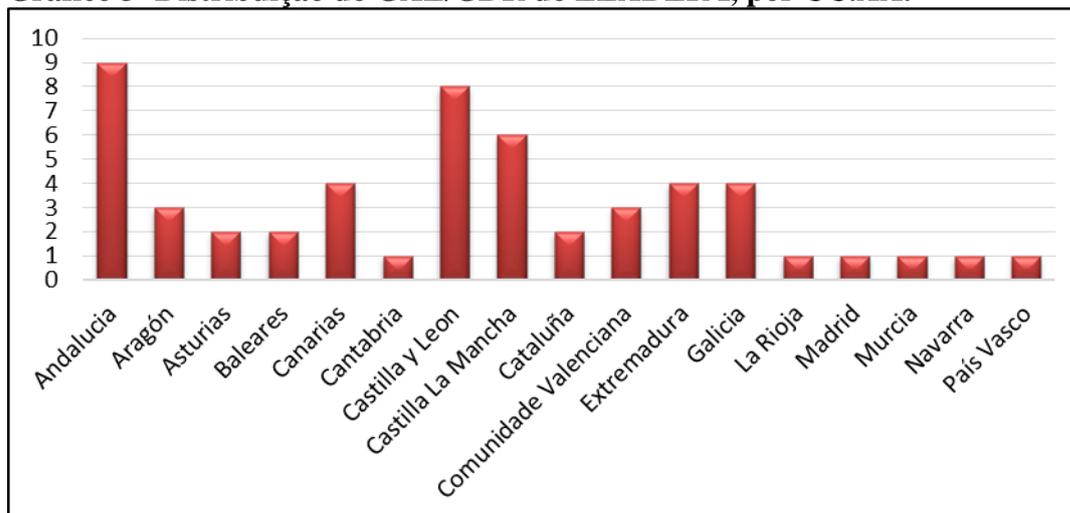
As linhas de apoio foram provenientes de três fundos estruturais europeus, tais como o FEGOA-O, o FEDER e o FSE. Os subsídios poderiam ser globais ou através de um organismo intermediário nacional que, no caso de Espanha foi o antigo Instituto Nacional de Reforma e Desenvolvimento Agrário (IRYDA) e, subordinadamente a este estavam as comunidades autônomas participantes (ESPAÑA, 2011).

As propostas direcionadas pelas comarcas tiveram como base 7 medidas, nas quais os 4.359 projetos foram agrupados. Essas medidas foram: 1- apoio técnico ao desenvolvimento; 2- formação profissional e ajuda ao emprego; 3- apoio ao turismo rural; 4- apoio às pequenas e médias empresas, artesanato e serviços locais; 5- valorização e comercialização de produtos agrícolas locais; 6- promoção cultural e apoio ao associativismo e; 7- equipamento e funcionamento dos grupos (ESPAÑA, 2011).

Executaram-se projetos em 217 comarcas localizadas em regiões consideradas atrasadas ou espaços rurais desfavorecidos. Seus principais apoios se deram na mobilização dos atores locais, na criação e funcionamento dos GALs/GDRs como instrumentos de consulta e trabalho. Todas essas ações foram direcionadas para a valorização do território comercial e diversificação das atividades produtivas (PEÑA VÉLEZ; JIMÉNEZ ARÉVALO, 2004; FAO, 2003).

Em geral as zonas rurais selecionadas compreenderam uma superfície territorial de 81.855 km<sup>2</sup> (quilômetros quadrados), ou seja, 16,2% do território da Espanha, envolvendo uma população de 1.854.305 habitantes, perfazendo um total de 4,8% da população espanhola. Em virtude disso observa-se que são lugares em que a densidade média é de 22,6 habitantes por km<sup>2</sup>, resultando, em sua maior parte, povoamentos localizados em zonas desfavorecidas e com significativos problemas de desenvolvimento econômico com altas taxas de desemprego (ESPAÑA, 2011).

Segundo o gráfico 3, destaca-se a Comunidade Autônoma de Andalúcia como a que mais GAL/GDR teve, com 16,98%; em segundo Castilla y León com 15,09%; em terceiro com 11,32% ficou Castilla La Mancha; e, em quarto, várias comunidades, especialmente a Galícia.

**Gráfico 3- Distribuição do GAL/GDR do LEADER I, por CC.AA.**

Fonte: Espanha (2011). Org.: Santos (2017).

No que diz respeito à Galícia foram contemplados 4 GALs/GDRs, tais como: Portodemouros, Ancares, Baixo Miño e Monterrei (XUNTA DE GALÍCIA, 2015).

#### 4.2.2 LEADER II

O LEADER II (1994-1999) teve como base o êxito da fase anterior, com a finalidade de consolidar e ampliar as ações iniciadas no primeiro. Dessa forma, dando continuidade ao seu antecessor, os recursos financeiros para as iniciativas foram limitados às regiões menos desenvolvidas, compreendidas no objetivo 1, mas igualmente as zonas com insuficiências estruturais e as zonas com baixa densidade populacional (ESPANHA, 2011; SPARRER, 2005).

Segundo este autor, embora o objetivo tenha sido o de apoiar as iniciativas comunitárias, esta segunda fase priorizou as características inovadoras dos projetos, o intercâmbio de experiências por meio da cooperação transnacional. Assim, ao contrário do primeiro, os projetos também seriam avaliados segundo o seu conteúdo técnico, a força do produto, o processo de produção, o mercado e a forma de organização e sua integração com o desenvolvimento rural (ESPANHA, 2011).

De um modo geral, a Espanha participou com 17 programas regionais, que se desdobraram em 132 GAL/GDRs. Com os efeitos do LEADER I, houve um aumento no número de candidaturas e programas das comarcas. Se comparado com o total de 906 grupos europeus, a Espanha representou 13,3%.

Com respeito ao financiamento, permaneceu o mesmo da versão anterior acrescentado o financiamento nacional das respectivas administrações central, autonômo, local e privada (ESPAÑA, 2011).

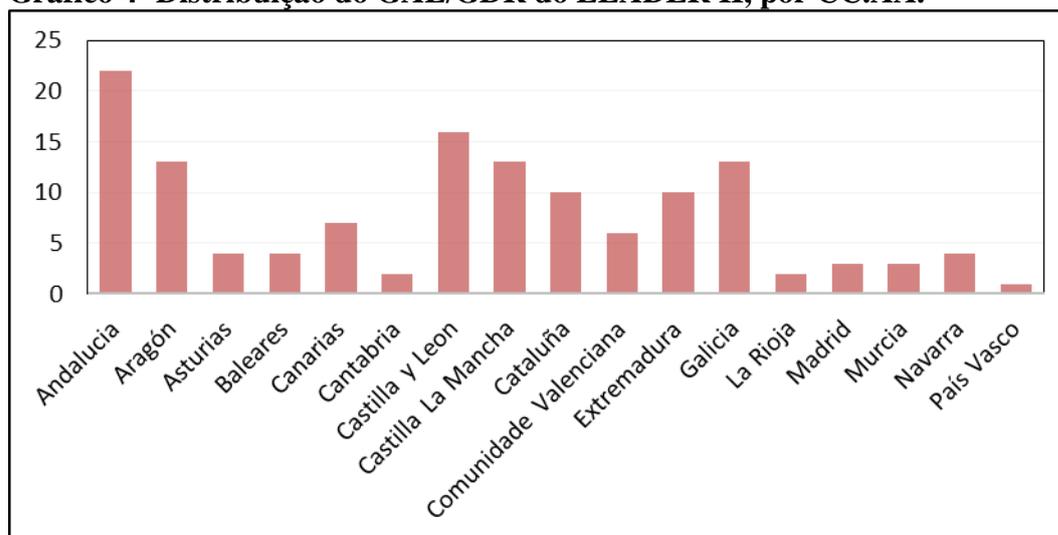
Nessa fase as medidas basilares foram: a Medida A relacionada à aquisição de competências; Medida B denominada programas de inovação rural, que se subdivide em 6 outras medidas, dentre elas o Turismo rural; Medida C relativa à cooperação transnacional; e Medida D, denominada de colaboração (ESPAÑA, 2011; SPARRER, 2005).

Foram executados projetos inovadores por meio da valorização de produtos locais, denominações de origem controlado, pequenas indústrias, turismo rural e artesanato e a colaboração por meio dos observatórios nacionais e europeus (PEÑA VÉLEZ; JIMÉNEZ ARÉVALO, 2004; FAO, 2003).

De modo geral as zonas rurais selecionadas compreenderam uma superfície territorial de 226.057 km<sup>2</sup>, ou seja, 45,2% do território de Espanha. Participaram aproximadamente 3.233 municípios, sendo 40% deles espanhóis, envolvendo uma população de 4,7 milhões de pessoas.

Conforme o gráfico 4, a Comunidade Autônoma que se destaca com maior número de GAL/GDR é a Andalucía com 16,54%, em segundo Castilla y León com 12,03% e em terceiro a Galícia e Aragón com 9,77%.

**Gráfico 4- Distribuição do GAL/GDR do LEADER II, por CC.AA.**



Fonte: Espanha (2011). Org.: Santos (2017).

Em Galícia foram beneficiados 13 GAL/GDR, tais como de: Neria, Portodemouros, Terra Chá, Fonsagrada, Ancares, Rio Lor, Ribeira Sacra do Sil, Conso-Frieiras, Monterrei, Val do Limia, Paradanta, Val do Miño e Ribeira Sacra Lucense (XUNTA DE GALÍCIA, 2015).

#### **4.2.3 LEADER plus**

A terceira fase da iniciativa comunitária europeia foi denominada de LEADER plus ou LEADER + (2000-2006). Esta fase privilegiou as estratégias integradas em torno de um ou dois temas ou eixos agrupadores do território por comarca com a finalidade de reforçar sua competitividade, além de incentivar a cooperação entre outros GALs/GDRs espanhóis e europeus, bem como contribuiu para a criação de observatório LEADER + (PEÑA VÉLEZ; JIMÉNEZ ARÉVALO, 2004; FAO, 2003).

Este programa LEADER teve como requisitos basilares atender as regiões menos favorecidas no cenário da UE. Por isso os auxílios tinham como finalidade contribuir para a coesão econômica, social e territorial dos EE.MM, os quais seriam destinados para a diversificação produtiva, ampliação de empresas e criação de pequenas e médias empresas. Dessa forma, foram divididos em três eixos: Eixo 1- apoio às estratégias de desenvolvimento rural territorial, integradas e piloto (que são subdivididas em 10 estratégias, na qual o turismo está representado na estratégia 108); Eixo 2- apoio à cooperação interterritorial e transnacional; Eixo 3- integração entre os territórios rurais que participam ou não do LEADER plus, bem como os agentes de desenvolvimento rural (UE, 2006).

Ademais, como um dos requisitos deste período a população total da região assistida deveria ser menor que da população não assistida. A fim de garantir que todas regiões tivessem recurso suficiente para os projetos, limitou-se que estes seriam até de 50% do total da população (UE, 2006).

A partir desta terceira fase o financiamento passou a ser apenas do FEGOA-O, portanto aumentou-se o valor a ser aplicado por este fundo e, diferentemente das versões anteriores, ampliou-se o acesso a todos os territórios rurais (ESPANHA, 2011).

Em razão da Espanha possuir peculiaridades dada as suas características institucionais, com uma estrutura autonômica descentralizada, o LEADER plus teve 17 programas regionais, sendo um para cada Comunidade Autônoma e um programa

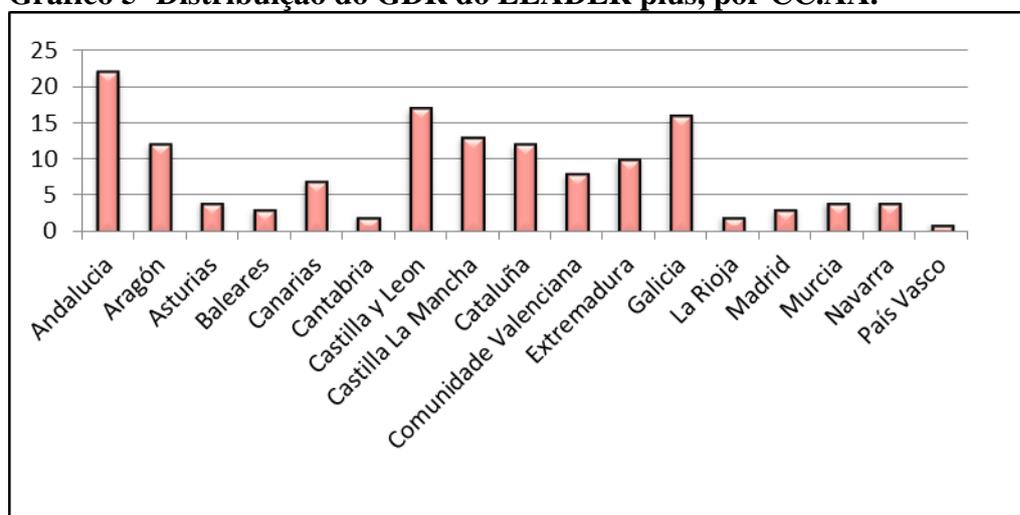
nacional, tendo como gestor o Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação (MAPA) (ESPANHA, 2011).

O programa nacional foi composto apenas por projetos de características interautônomos ou inter-regionais, ou seja, projetos que englobariam mais de uma Comunidade Autônoma, dentre eles: Prepireneo, Ancares, País Románico, Peña Trevinca e Puente de los Santos. Ao todo se aprovaram 147 GDR, sendo 140 grupos inseridos nos programas regionais e 5 grupos interautônomos do programa nacional, mencionados anteriormente (ESPANHA, 2011).

O LEADER plus envolveu 3694 municípios espanhóis, uma superfície de 251.187 km<sup>2</sup> e uma população de 5,9 milhões de pessoas, representando respectivamente 45,6%, 49,8% e 13,4% se comparado com o total do programa na Europa (ESPANHA, 2011).

De acordo com o gráfico 5, nota-se que as CC. AA de Andalucía, Castilla y León e Galicia apresentam o maior número de GAL/GDR, sendo respectivamente de 15,71%, 12,14% e 11,42%.

**Gráfico 5- Distribuição do GDR do LEADER plus, por CC.AA.**



Fonte: Espanha (2011). Org.: Santos (2017).

Esse programa beneficiou 16 GALs/GDRs em Galicia, tais como: Val do Limia, País do Bibei – Ribeira Sacra do Sil, Portodemouros, Terras do Miño, Ribeira Sacra Lucense, Valmiñor, Euroeume, Terra Cha, Rio Lor, Condado Paradanta, Montes, Neria, Ulla Umia, Terras de Miranda, Ordes e Monterrei Verín (XUNTA DE GALÍCIA, 2015).

#### 4.2.4 Eixo LEADER

Passados três períodos de programação LEADER, a Comissão Europeia considerou que este programa havia alcançado um amadurecimento e portanto, os EE.MM estavam preparados para ampliar o contexto de atuação da programa geral do desenvolvimento rural. Por isso, nesse período de 2007 a 2013, o enfoque LEADER passou a ser parte dos próprios PDR de cada país, centrando-se em um eixo específico na política de desenvolvimento rural.

Segundo a União Europeia (UE, 2006) e Espanha (2011), os investimentos passariam a ser do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), que também estabeleceu as diretrizes estratégicas para o desenvolvimento rural que estão estruturadas em quatro eixos. Além disso, na Espanha se estabeleceu a obrigatoriedade de destinar um mínimo de 10% dos recursos iniciais dos fundos disponíveis para os PDR regionais para aplicação do Eixo LEADER.

Nesse sentido, Espanha (2011) afirma que cada EE.MM deveria elaborar o seu Plano Estratégico Nacional (PEN) tendo como fundamento as orientações da UE. Segundo a Xunta de Galícia (2015) os planos estratégicos nacionais seriam executados por meio dos programas de desenvolvimento rural que englobariam um conjunto de medidas agrupadas em torno desses quatro eixos como, por exemplo:

- Eixo 1- Aumento da competitividade do setor agrícola e florestal;
- Eixo 2- Melhoria do meio ambiente e do entorno rural;
- Eixo 3- Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação rural;
- Eixo 4 - LEADER, no que incluem as seguintes medidas: - 41. Estratégias de desenvolvimento local: 411. Competitividade; 412. Meio ambiente/gestão da terra; 413. Qualidade de vida/diversificação. 421. Cooperação. 431. Custos de funcionamento, aquisição de competências e promoção do território.

Nessa conjuntura, o LEADER passa a integrar-se aos PDR. Os EE. MM tornariam-se os responsáveis por definir sua estratégia dentro da política de desenvolvimento rural, mas com obrigações de reportar-se sempre a UE sobre as subvenções dadas por meio deste programa (UE, 2006; ESPANHA, 2011; XUNTA DE GALÍCIA, 2015).

Na Espanha, a estrutura para esse período foi incorporada no PEN de Desenvolvimento Rural que indica as prioridades da intervenção do Fundo, do Estado e do Marco Nacional (MN) de Desenvolvimento Rural que contêm os elementos comuns

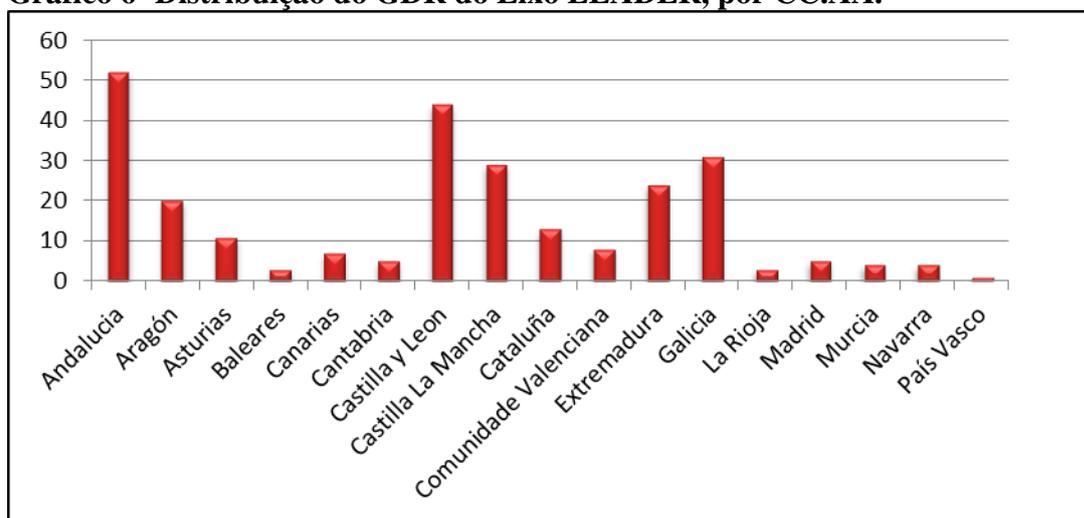
a todos os programas. Foram 17 programas regionais de desenvolvimento rural (um por comunidade autônoma) e um programa nacional da Rede Rural Nacional (RRN) (ESPANHA, 2011). Este último foi administrado pelo Ministério de Meio Ambiente, Meio Rural e Marinho (MARM).

Nesse contexto, o Eixo LEADER na Espanha se reproduziu em 18 programas de desenvolvimento rural (17 regionais e 1 nacional) e foi administrado por 264 GDR (ESPANHA, 2011).

Partindo desse pressuposto, o Eixo LEADER interveio em 7047 municípios espanhóis, envolvendo uma superfície total de 448.207 km<sup>2</sup>, ou seja, 88,8% do território nacional e atingindo uma população de 12,4 milhões de pessoas que representa 26,8% do total espanhol (ESPANHA, 2011).

Segundo o gráfico 6, as comunidades espanholas com o maior número de GDRs são: Andalucía, Castilla y León, Galícia, Castilla La Mancha, Extremadura e Aragón, representando respectivamente, 19,69%, 16,66%, 11,74%, 10,98%, 9,09%, 7,57%.

**Gráfico 6- Distribuição do GDR do Eixo LEADER, por CC.AA.**



Fonte: Espanha (2011). Org.: Santos (2017).

Este programa em Galícia envolveu 31 GDRs com as seguintes associações:

1. Desenvolvimento Comarcal da Mariña;
2. Desenvolvimento Comarcal da Terra Chá;
3. Montes e Vales;
4. Terras de Lugo;
5. Desenvolvimento Rural Ancares Courel;
6. Os Sete Castros;
7. Miño - Ulla;
8. Grupo de Desenvolvimento Rural Ribeira Sacra;
9. Desenvolvimento Rural Carballiño - O Ribeiro;
10. Desenvolvimento Rural Comarca de Ourense;
11. Desenvolvimento Rural Sil - Bibei - Navea;
12. GDR Valdeorras;
13. Monteval;
14. Grupo de Desenvolvimento Rural da Limia;
15. Avinza

GDR 15; 16. O Vieiro Leboreiro; 17. Desenvolvimento Comarcal Condado Paradanta; 18. Grupo Desenvolvimento Rural- MAIV- Baixo Miño; 19. Desenvolvimento Rural Pontevedra - Morrazo; 20. Grupo de Desenvolvimento Rural Ulla - Umia - Lárez; 21. Grupo de Desenvolvimento Rural Salnés 21; 22. Asociación de Desenvolvimento Rural Terras do Deza; 23. Grupo de Desenvolvimento Rural UTM 23 - Ulla Tambre Mandeo; 24. Terras de Compostela; 25. Desenvolvimento Local Deloa; 26. Costa da Morte GDR; 27. Desenvolvimento da Comarca de Bergantiños; 28. Desenvolvimento Comarca de Ordes; 29. Desenvolvimento Rural Mariñas - Betanzos; 30. Euroeume; 31. Costa Noroeste (XUNTA DE GALÍCIA, 2015).

Vale dizer que os GDRs são grupos criados para executar os recursos do LEADER nos territórios, uma vez que representam a parceria local para a preparação de um plano de ação específico para a gestão do LEADER (PAÛL; LAZOVSKI; LOIS, 2016).

#### **4.2.5 PRODER I**

O PRODER I (1994-1999) tinha como propósito promover o desenvolvimento socioeconômico e equilibrado no território por meio da diversificação de atividades econômicas, especialmente o turismo rural e a fixação da população no espaço rural (DELOA, 2015).

Este programa é fruto da iniciativa LEADER e, por isso, possui muita similaridade como, por exemplo, o financiamento por meio de recursos do fundo europeu. Entretanto, não se trata de uma iniciativa da UE, mas um programa lançado pela Espanha e outras comarcas que estão dentro do Objetivo 1 conforme o plano do Fundo Estrutural Europeu (PEÑA VÉLEZ; JIMÉNEZ ARÉVALO, 2004; FAO, 2003).

Na Espanha esse programa é coordenado pelo Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação e, como dito anteriormente, é subsidiado pelo fundo europeu (como, por exemplo, FEGOA-O e o FEDER), mas igualmente por recursos espanhóis, sejam eles nacional, regional e local (PEÑA VÉLEZ; JIMÉNEZ ARÉVALO, 2004; FAO, 2003; ESPANHA, 2011).

Tem como propósito estimular o desenvolvimento endógeno e sustentável dos espaços rurais atrasados por meio da diversificação de sua economia e diminuir o exôdo nessas áreas (PEÑA VÉLEZ; JIMÉNEZ ARÉVALO, 2004; FAO, 2003; ESPANHA, 2011).

As medidas subsidiadas são: valorização do patrimônio rural e local com a melhoria e fornecimento de pequenos núcleos urbanos e polígonos industriais; fomento ao investimento do agroturismo e turismo local; impulsionar pequenas empresas de artesanato e de serviços; revalorizar a potencialidade do produto agrícola e florestal; favorecer os sistemas de extensão agrícola e florestal (PEÑA VÉLEZ; JIMÉNEZ ARÉVALO, 2004; FAO, 2003).

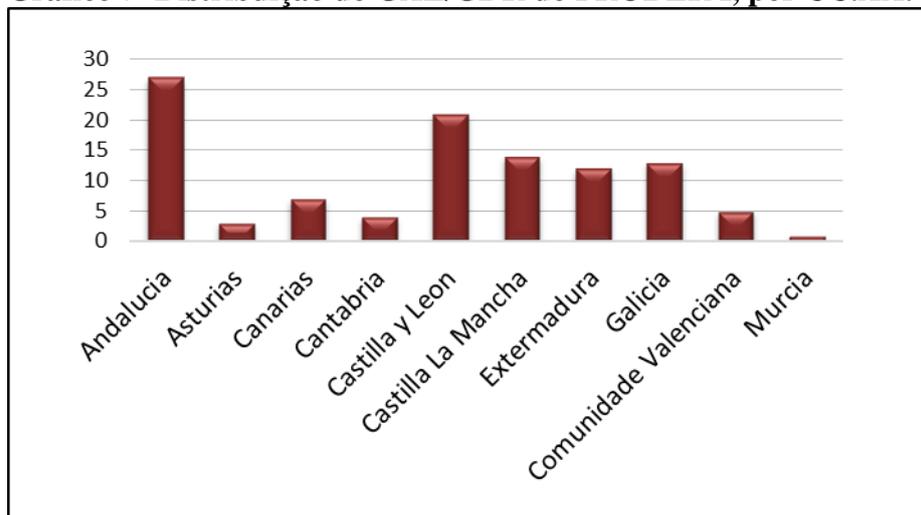
A principal diferença entre o PRODER e o LEADER é que o primeiro financia atividades agrícolas, mas também florestais. No entanto, desde que se tratem de projetos de carácter inovador. Ademais, não engloba a cooperação transnacional como o LEADER (PEÑA VÉLEZ; JIMÉNEZ ARÉVALO, 2004; FAO, 2003; ESPANHA, 2011).

O PRODER I envolveu 1764 municípios, totalizando uma superfície equivalente a 119.883 km<sup>2</sup> e uma população de 4,4 milhões de pessoas, que representam respectivamente 21% dos municípios espanhóis e 10% da população nacional (ESPANHA, 2011).

A redução em relação à população atendida se deu porque este programa teve como objetivo atingir os municípios com menor número de pessoas, ou seja, inferior a 36 hab./km<sup>2</sup>.

Segundo o gráfico 7 percebe-se que as CC.AA de Andalucía, Castilla y León, Castilla La Mancha e Galícia, nessa mesma ordem, com 25,23%, 19,62%, 13,08% e 12,14% foram as que mais projetos aprovados tiveram.

**Gráfico 7- Distribuição do GAL/GDR do PRODER I, por CC.AA.**



Fonte: Espanha (2011). Org.: Santos (2017).

No caso o PRODER I (1994-1999) favoreceu 13 GALs/GDRs na Galícia: Bergantiños, Euroeume, Ortegal, Inludes, Ulloa, Drucore, Vilar e Xunqueira, Adilom, O Condado, Baixo Miño, Mancomunidade Vigo, Terra de Montes e Corrubedo (XUNTA DE GALÍCIA, 2015).

#### **4.2.6 PRODER II**

O programa PRODER II foi realizado no período de 2000-2006 e ocorreu concomitantemente com o programa LEADER plus. Diferentemente do primeiro, foi dada abertura para que as regiões que não estavam no Objetivo 1 pudessem participar (CÀNOVES; VILLARINO; HERRERA, 2006).

Dado o exposto, foi aplicado em 12 comunidades do Objetivo 1 (Andalucia, Asturias, Canarias, Castilla y León, Castilla La Mancha, Extremadura, Galícia e Comunidade Valenciana), 1 em processo de transição e 3 que estavam fora do Objetivo 1 (Aragón, Catalunha e Madri) (ESPANHA, 2011).

Este programa foi cofinanciado pelos fundos FEOGA-O e FEDER, no tocante às regiões do Objetivo 1 e, para as demais regiões foi o FEOGA-G, que contou também com auxílios nacionais, das Comunidades Autônomas e locais (CÀNOVES; VILLARINO; HERRERA, 2006; ESPANHA, 2011).

Quanto aos seus objetivos apresentavam similaridades com o do LEADER plus. Ademais, o PRODER II converteu-se (ao contrário da primeira fase) em um conjunto de medidas aplicáveis a todo o território nacional desenvolvidas por meio dos Programas Operativos Integrados (para as regiões de Objetivo 1) e dos PDR (regiões fora do Objetivo 1) (CÀNOVES; VILLARINO; HERRERA, 2006; ESPANHA, 2011).

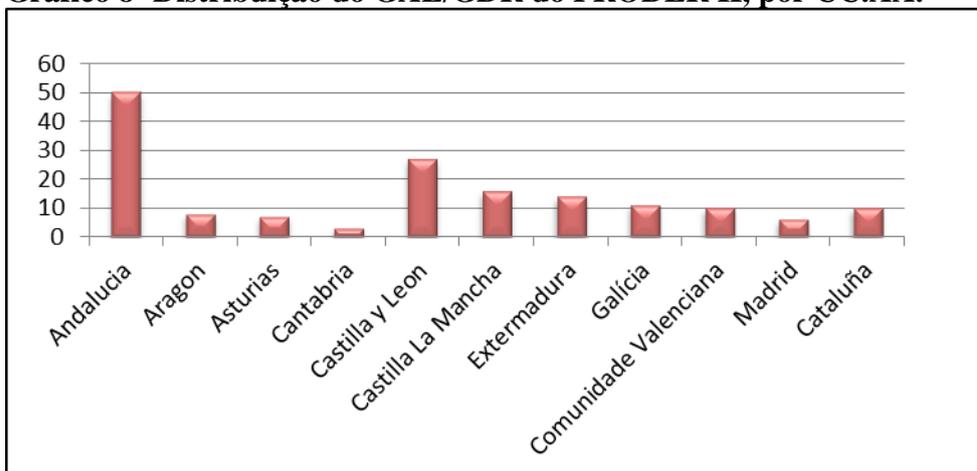
Suas medidas consistiriam praticamente em melhoria na comercialização e transformação dos produtos agrícolas de qualidade, diversificação de atividades no espaço rural, fomento ao turismo e artesanato, proteção do meio ambiente e cooperação (ESPANHA, 2011).

Este programa envolveu 3.646 municípios espanhóis, uma superfície de 234.219 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 7,6 milhões de habitantes, representando esses dados respectivamente, 45%, 46,4% e 17% em relação ao total nacional (ESPANHA, 2011).

Ao todo foram 162 GALs/GDRs, ao contrário do programa anterior que foram de 107 grupos. Nesse sentido, verificou-se que houve um aumento de 55 grupos que na primeira versão do programa.

Conforme observa-se no gráfico 8 a comunidade de Andalucía é a que se destaca na quantidade de GALs/GDRs com 30,86%, em segundo Castilla y León com 16,66%, Castilla La Mancha com 9,87%, depois Extremadura com 8,64% e Galicia com 6,79%.

**Gráfico 8- Distribuição do GAL/GDR do PRODER II, por CC.AA.**



Fonte: Espanha (2011). Org.: Santos (2017).

Na Galicia, no PRODER II (2000-2006) subvencionaram-se 11 projetos vinculados aos Gupos de Desenvolvimento Rural, foram eles: Pontevedra, Vigo, Muros-Noia, Salnés, Morrazo, Baixo Miño, Deloa, Costa Ártabra, Mariña Occidental, Sar-Ulla e Terras das Mariñas (XUNTA DE GALÍCIA, 2015).

O conhecimento dessas políticas de desenvolvimento rural são indispensáveis para analisar o seu rebatimento no recorte espacial da tese, principalmente na análise dos resultados.

## **5 DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS À CARACTERIZAÇÃO DO RECORTE ESPACIAL DA ÁREA DE PESQUISA**

### **5.1 Procedimentos Metodológicos**

Buscou-se traçar um percurso metodológico a fim de compreender a territorialização do turismo no espaço rural e para confrontar as políticas públicas de desenvolvimento rural no contexto da área de pesquisa selecionada.

O recorte temporal definido para a área espanhola teve como base o lançamento do programa LEADER (ano de 1991), que de uma forma mais ampla foi uma reformulação nas políticas públicas até então existentes na Europa para o desenvolvimento rural e que também impactou na criação de políticas públicas em outros países, sobretudo na América Latina, incluindo o Brasil. Assim, delimitamos o recorte temporal de 1991 a 2013 e de 1994 a 2006 que são, respectivamente, relativos as fases do LEADER e do PRODER na Espanha.

No Brasil, a política de desenvolvimento rural que fomenta o turismo no espaço rural é o PRONAF. Dessa forma, o recorte temporal brasileiro será iniciado no ano de 2003 a 2013, pois foi quando se criaram, neste programa, algumas modalidades especiais para destinar recursos, como, o turismo na agricultura familiar.

Para a produção do texto, foram necessários os seguintes procedimentos: a pesquisa bibliográfica, a análise documental dos programas LEADER, PRODER e PRONAF e entrevistas semi-estruturadas com os gestores públicos, associações e os proprietários rurais.

A pesquisa bibliográfica foi importante para entender no plano da discussão teórica sobre o território, as territorialidades, a des-re-territorialização, a ideia de desenvolvimento e turismo, a partir da perspectiva de alguns autores selecionados. A fundamentação teórica teve como propósito dar sustentação sobre o entendimento do processo de implantação das políticas públicas e, posteriormente, a análise das políticas públicas relacionadas ao turismo rural.

A pesquisa documental foi necessária para compreender e contextualizar o processo histórico de implantação das políticas públicas de desenvolvimento rural que envolvem o turismo no Brasil e na Espanha, sobretudo nos programas PRONAF, LEADER e PRODER.

As entrevistas foram substanciais para confrontar essas políticas nos territórios investigados, que são os casos localizados na região do Pontal do Paranapanema/SP, nos

municípios de Rosana e Presidente Epitácio, e dos casos galegos, localizados nos municípios de Santiago de Compostela e Padrón.

Segundo Colognese e Mélo (1998, p.144), as entrevistas, quanto a sua padronização, podem ser divididas em três grupos, a saber: não-estruturada (não-diretiva), semi-estruturada (semi-diretiva) e estruturada (padronizada). A mais recorrente é a semi-estruturada, já que ela possibilita mais flexibilidade ao pesquisador em inserir questões sobre aspectos importantes surgidos no ato da entrevista e que não tenham sido contemplados no roteiro. Além disso, há uma “participação bem mais ativa” do entrevistador.

Ao planejar uma entrevista, as condições de sua realização são igualmente importantes, por isso, deve-se deixar claro se haverá ou não estímulos, o número de horas de gravação, onde serão realizadas e se as narrativas decorrentes serão livres ou estruturadas (MEIHY, 2002; COUTINHO, 2013).

Segundo Thiollent (1980) a entrevista é uma técnica muito utilizada em pesquisa de cunho qualitativa, entretanto seu uso não deve se restringir tão somente a sua aplicação, mas deve se ter um cuidado com a sua realização.

Thiollent (1980) alerta para os perigos que essa técnica nos leva quando mal empregada, principalmente quando o entrevistar se torna meramente um ato de aplicação de “questionário-padrão”.

Assim, segundo Colognese e Mélo (1998, p.143) a entrevista é um processo de interação social, que tem por finalidade a aquisição de informações de valor expressivo para o andamento da pesquisa. Além disso, há uma interação entre o entrevistador e o entrevistado, podendo desvelar outras informações que não poderiam ser percebidas em outro momento. É “uma conversa interessada”, o qual o entrevistador desempenha a função de orientar, a fim de se obter um conhecimento sobre “o comportamento e a consciência dos sujeitos investigados, tanto quanto possível, em seu estado dado, objetivo”.

Segundo a natureza das informações, a entrevista pode ser com base na fala ao invés da escrita, pois conforme Colognese e Mélo (1998, p.145), possibilita “uma obtenção de informações amplas e detalhadas”. Com o auxílio de um roteiro a entrevista é conduzida, mas “privilegiando a posição do informante”. Cabe lembrar que o entrevistado detém as informações que são de extrema relevância, não tão somente “porque testemunham fatos e acontecimentos, mas também porque atestam relações implícitas, tensões, conflitos, sentimentos e ideologias que revelam os traços de uma

época e seu contexto”. Assim, merece destaque o fato de que é o entrevistado que deve ocupar lugar privilegiado “no contexto das relações sociais”, indo muito além da quantidade de entrevista a serem feitas.

Cabe esclarecer que tudo que é narrado pelo entrevistado é sempre uma construção, criação, seleção de fatos e percepções dos sujeitos, por isso são discursos que retratam uma verdade, mas não é a única verdade existente, embora, cabe dizer que cada narrativa, por mais parecida que seja entre si, traz diferenças significativas (MEIHY, 2002).

Vale lembrar que quanto ao tempo de cada entrevista, deve-se levar em consideração a dinâmica do encontro. Ainda que haja entrevistadores mais eloquentes, se faz necessário planejar antecipadamente o número de horas. Assim, deve-se ter em conta a flexibilidade, “mas de regra não deve ser quebrada sem razões. Além do aspecto prático de cada situação de entrevista, deve também prevalecer o cuidado com o material”, para que lamentavelmente não falte pilha para o gravador, entre outros (MEIHY, 2002, p. 80).

Se houver transcrição das entrevistas, cabe esclarecer como será a confecção do documento escrito, se será transcrição literal quando a transcrição respeita a linguagem do sujeito ou a transcrição em que se corrige os possíveis erros de ortografia, gramática, eliminando os vícios de linguagem, entre outros (MEIHY, 2002).

Apesar de ser fonte oral, a transcrição dos depoimentos e sua codificação são substanciais para confrontá-los entre si, o que para este autor é um ponto relevante, já que essa comparação possibilita fazer novas interpretações a partir do que foi falado (MEIHY, 2002).

A codificação, segundo Gibbs (2009, p. 60), “é a forma como você define sobre o que se trata os dados em análise”, o qual envolve a identificação e o registro das informações.

Para Bardin (2012) a categorização não é uma etapa obrigatória das análises de conteúdo, mas contribui para uma melhor organização das informações produzidas pelos entrevistados.

Segundo Bardin (2012, p.147) a categorização “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamentos segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”.

Sendo assim, para essa autora, as categorias são classes ou rubricas, que congregam um grupo de elementos a partir de um título genérico, agrupados por características comuns deste grupo (BARDIN, 2012).

De acordo com esta autora, alguns exemplos de categorização são: semântico relacionados a uma temática; sintático em que se destacam os verbos, os adjetivos; o léxico elencando a classificação de palavras segundo o seu sentido, com o nivelamento dos sinônimos e dos sentidos aproximados; expressivo como por exemplo as categorias que representam as distintas perturbações da linguagem (BARDIN, 2012).

Classificar elementos em categorias exige a “investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum existente entre eles” (BARDIN, 2012, p.148). No caso da análise das entrevistas desta tese, o que vai agrupar são as temáticas retratadas nas questões do roteiro de entrevistas e as respostas a ela inerentes.

A categorização é um processo que estruturaliza as informações e, por isso, pode ser realizada em duas etapas: a primeira, o inventário, consiste no isolamento dos elementos; e a segunda, a classificação, constitui-se na divisão dos elementos para determinar uma organização das informações. O processo classificatório é parte importante de toda e qualquer atividade científica (BARDIN, 2012).

A codificação do material deve produzir categorias que são fundamentais para a análise do conteúdo. A “categorização tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental) fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos” (BARDIN, 2012, p.148-149).

Para Bardin (2012), deve-se estar atento para a delicadeza desse procedimento metodológico, já que a análise de conteúdo fundamenta-se veladamente na convicção de que a categorização, ou seja, da passagem de dados brutos a dados organizados, não inclui desvios por abundância ou por rejeição. Como todo procedimento, cabe cautela, já que sempre há uma intencionalidade, tanto do entrevistado quanto do entrevistador, na produção das informações.

Segundo Bardin (2012, p.149) a categorização pode ser aplicada em dois processos inversos, a saber: quando “é fornecido o sistema de categorias e repartem-se da melhor maneira possível os elementos à medida que vão sendo encontrados”; e quando o sistema de categorias não é mencionado, “resulta da classificação analógica e progressiva dos elementos. Este é o procedimento por “acervo”. O título conceitual de cada categoria somente é definido no final da operação”.

Quanto à qualidade da análise de conteúdo, as categorias devem respeitar os princípios de exclusão mútua em que um elemento não pode existir em mais de uma divisão, ou seja, não ser aplicado em duas ou mais categorias sendo dependente da homogeneidade, a qual também é considerada como um princípio, ocorrendo quando um único tipo de classificação deve dirigir a organização; a pertinência que consiste em considerar uma categoria adequada ao material de análise escolhido; a objetividade e a fidelidade nas quais as diferentes partes de um mesmo material em que se empregam um conjunto de categoria devem ser codificadas da mesma forma; e a produtividade está relacionada com a qualidade do resultado obtido a partir da categoria selecionada, pois se é uma boa categoria, produzirá como resultados novas suposições e novas informações (BARDIN, 2012).

Outro elemento importante das entrevistas é a postura do pesquisador, já que o seu comportamento afeta diretamente na narrativa do entrevistado e, conseqüentemente, no conteúdo a ser analisado posteriormente. Meihy (2002, p. 119), afirma que o entrevistador deve ser “alguém que tem o compromisso de fazer um trabalho e, mesmo que ele não seja um mediador neutro, quando investido de seu papel profissional, deverá estar treinado para ser hábil” e primar pelo andamento da pesquisa.

Para Thiollent (1980, p.82), a postura do entrevistador pode influenciar na entrevista, visto que há um envolvimento de entrevistador e entrevistado, numa “situação de interação entre dois indivíduos na qual se manifesta um certo condicionamento das respostas e das interpretações possíveis”. Em razão disso, Foote-Whyte (1980) menciona que é interessante que o entrevistador deixe o entrevistado o mais à vontade possível, sem aferir juízo de valor as suas colocações.

De acordo com Becker (1999, p. 95), não há uma regra para direcionar a conversação na entrevista, pois cabe ao entrevistador utilizar “aquelas táticas que parecem ter maior probabilidade de trazer à tona o tipo de informação desejada”. Isso também é percebido por Meihy (2002), ao afirmar que é bom que se estabeleça um contato prévio com o entrevistado, a fim de estabelecer uma relação de confiança.

Em virtude disso, vale lembrar que o pesquisador deve procurar ser o mais agradável possível para que o entrevistado se sinta bem e, assim, estabeleça um diálogo mais próximo para que a conversa flua ‘desinteressadamente’ (FOOTE-WHYTE, 1980).

Como visto, o entrevistado detém as informações que são indispensáveis. Nem sempre essa “posição privilegiada” corresponde “necessariamente com a maior

visibilidade social de um agente”, por isso, caberá ao pesquisador encontrar esses indivíduos que não possuem visibilidade social, contudo, possuem notável conhecimento de vida, e entrevistá-los seria o diferencial, o ato decisivo para a pesquisa (COLOGNESE; MÉLO, 1998, p.145). Por isso, torna-se primordial a atuação de um informante para poder chegar até eles facilitando a aproximação.

Como nos lembram Colognese e Mélo (1998, p. 151-152), a entrevista, como qualquer outra técnica, não age na neutralidade, as perguntas e as respostas dos entrevistados estão cheias de “significados” e de “intencionalidades”. Por este motivo, caberá ao entrevistador superar esse problema, além de outros, tais como: “caráter denotativo e conotativo do discurso, de censura estabelecido pelas questões formuladas, das posições sociais dos quais e nos quais o discurso é pronunciado”. Dessa forma, é indispensável que o entrevistador tenha a sensibilidade para lidar com a situação e para tornar esse momento mais acessível ao entrevistado.

Os autores Thiollent (1980), Becker (1999), Meihy (2002) e Gibbs (2009) também afirmam que na realização de uma pesquisa, seja qual for a metodologia, não há imparcialidade, as perguntas do entrevistador e as respostas dos entrevistados estão permeadas de valores e de propósitos, assim que caberá ao entrevistador ascender essas adversidades.

Sendo assim, é indispensável que o entrevistador tenha a sensibilidade, ou seja, autorreflexibilidade, para lidar com a situação, tornando esse momento mais acessível, para que as perguntas e as respostas não sejam produzidas e interpretadas erroneamente (BECKER, 1999; GIBBS, 2009; MAY, 2004).

Gibbs (2009) afirma que a qualidade da pesquisa será reconhecida se nos resultados tiverem claros os critérios de validade, confiabilidade e generalização. Sendo que a validade está nas explicações verdadeiras e próximas para entender o que está acontecendo, utilizando para isso a comparação constante dos dados obtidos por meio da metodologia e sua relação com os aportes teóricos. A confiabilidade por meio da análise criteriosa das transcrições e sua sistematização, em codificação e categorias.

Tendo como pressuposto o que aqui foi discutido sobre a entrevista, pode-se dizer que o uso desse procedimento metodológico permitiu-nos compreender o contexto em que os sujeitos estão inseridos, a dinâmica produtiva, o surgimento da atividade do turismo como reverberação da política de desenvolvimento rural existente.

Cabe dizer também, como integrante dos procedimentos metodológicos, que embora não tenha sido prevista no projeto de tese inicial, optou-se por incluir a análise

comparativa na elaboração final da tese, já que, por meio dela é possível confrontar as informações pertinentes à territorialização do turismo no espaço rural e às políticas públicas de desenvolvimento rural a partir de estudos de casos localizados na região do Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo e na Comunidade Autônoma da Galícia/ES.

Os estudos sobre análise comparativa, segundo Sartori (1999, p. 32), se fazem “*para situar, para aprender de las experiencias de los otros, para tener términos, para explicar mejor, y por otros motivos*”.

De acordo com Sartori (1999), é necessário estabelecer qual a estratégia comparativa a ser adotada. Nesta tese, adotou-se como estratégia realçar as similitudes e diferenças das políticas públicas de desenvolvimento rural e do turismo no caso brasileiro e espanhol.

Entende-se que existem diferenças no processo histórico cultural dos recortes, contudo pretendemos, a partir da análise comparativa, verificar as práticas espanholas que poderiam contribuir na melhoria das políticas de desenvolvimento rural, as quais envolvem o turismo brasileiro.

Segundo Bulgacov (1998, p. 56), a comparação pode ser definida como a “*comparação sistemática de um grupo determinado de organizações, ou grupos específicos de organizações, com a finalidade de estabelecer relações entre suas variáveis ou categorias analíticas*”.

Para as análises das entrevistas foi adotado o texto de Bardin (2012) que sistematiza o processo de análise de conteúdo por meio de um conjunto de técnicas utilizada para tratar as informações. Dessa maneira, fundamentados nessa autora e nos demais trazidos neste subcapítulo, serão analisados as informações obtidas nas entrevistas e, posteriormente, sua comparação.

Optou-se pela entrevista semi-estruturada em profundidade porque acredita-se que era a mais adequada para entender com maior riqueza de detalhes o que cada entrevistado tinha para relatar. Para isso, foi utilizado um roteiro pré-estruturado com questões norteadoras a fim de assimilar as informações e observações dos sujeitos.

A partir das orientações aqui apontadas, optou-se pela gravação das entrevistas, todavia, ficou-se atenta para as interferências que poderiam surgir durante a sua realização, para que estas não comprometessem a qualidade do áudio e, conseqüentemente, prejudicassem o andamento da pesquisa.

No que diz respeito à escolha do local, este foi realizado respeitando a vontade do entrevistado, no entanto, a maior parte realizou-se em suas residências para os assentados e proprietários rurais e no local de trabalho para os gestores públicos.

Foi fundamental o uso do roteiro que contemplou questões que serviram de base e estímulo para o entrevistado, pois permitiu aos entrevistados acompanharem e lerem previamente o que lhes seria questionado, assim, puderam lembrar fatos importantes para serem relatados. O roteiro com questões norteadoras foi indispensável para o progresso das entrevistas.

No que se refere ao tempo, deixou-se livre, para que o entrevistado não se sentisse pressionado, comprometendo sua narrativa. Nesse sentido, as entrevistas duraram em média 30 minutos.

Foram utilizados diferentes roteiros de entrevistas dirigidos aos distintos atores entrevistados e levando em consideração as realidades do recorte paulista e galego. No entanto, para sua sistematização levaram-se em conta categorias similares, embora com formas diferentes de perguntas.

No que se referem às questões norteadoras para os entrevistados assentados rurais do Brasil, estas foram agrupadas em três blocos (Apêndice A) para melhor sistematização e análise, a saber: B I- Trajetória de vida e origem: Conhecer a origem de cada sujeito antes de chegar ao lote e como foi o processo de participar de um acampamento e ocupação até a conquista do direito de usufruto da terra. Esse bloco teve como proposta contextualizar o processo histórico em que os sujeitos estão inseridos. B II- Trabalho: conhecer as funções exercidas pelos sujeitos antes do processo de reforma agrária para entender quais deles tinham uma relação com o trabalho na agricultura e pecuária. B III – Atualidade: conhecer a realidade atual do entrevistado, a política de desenvolvimento rural e sua articulação com o turismo no espaço rural.

No tocante aos proprietários das casas rurais galegas (Apêndice B) foram indagadas questões similares às dos entrevistados assentados brasileiros, contudo, respeitando sua realidade como, por exemplo, trajetória de vida, trabalho, turismo, patrimônio e paisagem.

Para as instituições públicas, foram mantidas as mesmas perguntas em ambos os casos (Apêndice C e D), respeitando-se o contexto em que cada um estava inserido e, sobretudo, indagando sobre o turismo, as políticas públicas, o diálogo entre os envolvidos, valorização do modo de vida, entre outras.

Para a Associação do Restaurante Porto Maria, em que foi a única associação entrevistada, foi utilizado roteiro próprio (Apêndice E) e por isso, a análise da entrevista se deu separada das demais instituições.

Outro elemento da entrevista é a transcrição dos depoimentos e sua codificação, pois são de extrema relevância para confrontá-los entre si. A partir disso, pensou-se em identificar na narrativa dos assentados e proprietários as categorias semânticas, ou seja, por temática abordada, que representaram a trajetória de vida e origem; as funções exercidas pelos sujeitos, como agricultura e pecuária; na atualidade as categorias relacionadas ao turismo, tais como, início da atividade de turismo, renda, financiamento, paisagem, dificuldades em trabalhar com o turismo rural, conforme foram citadas pelos sujeitos.

No tocante às instituições, as categorias selecionadas foram turismo, políticas públicas, desenvolvimento, comunicação, valorização do rural, entre outras. Para a associação foram ressaltadas as categorias início, dificuldades, funcionamento, turismo rural, financiamento, entre outras. Assim, com essas categorias pode-se organizar os dados para uma melhor análise.

Para a confrontação de informações dos casos selecionados, procurou-se manter um padrão de sujeitos a serem entrevistados, como no caso dos municípios brasileiros de Rosana/SP e Presidente Epitácio/SP foram entrevistados os assentados rurais, assim, também se conservaram perfil similar nos casos galegos de Santiago de Compostela e Padrón, em que foram entrevistados os proprietários das casas de turismo rural.

Ademais, para um melhor agrupamento das informações, priorizou-se a uniformização de alguns elementos do roteiro de entrevistas para facilitar a confrontação das similitudes e diferenças entre os casos brasileiros e espanhóis, embora respeitando as particularidades inerentes a cada território como, por exemplo, as questões específicas sobre a trajetória de vida de um assentado que contempla a fase de acampamento e ocupação, já que essas características não fazem parte do rural galego. Além disso, identificamos em Santiago de Compostela e Padrón um estilo arquitetônico que caracteriza as típicas casas rurais galegas as quais não são encontradas nos municípios brasileiros estudados. Então, a essas singularidades foram direcionadas perguntas que só dizem respeito a esses casos.

Com relação à padronização das questões norteadoras, conservou-se as seguintes categorias: trajetória de vida e origem (com o intuito de saber desde quando a família vive no lugar, dificuldades e facilidades), trabalho (agricultura, turismo, fonte de renda:

se é a agricultura ou turismo), financiamento (turismo ou outros), turismo (quando adotou a atividade, quais as dificuldades), políticas públicas, programas de fomento e patrimônio cultural (bens culturais existentes, valorização do modo de vida pelo turismo, etc.).

As entrevistas com os representantes das instituições públicas brasileiras foram realizadas com a gerente da Área de Produção e Renda do ITESP, Diretora de Turismo e Cultura do município de Rosana, Secretário de Turismo de Presidente Epitácio e presidenta da Associação Restaurante Rural Porto Maria. Ao total foram 4 gestores.

Quanto aos assentados rurais que desenvolvem o turismo rural foram entrevistados 22 pessoas (em duas entrevistas tivemos a participação dos dois esposos, embora só as assentadas façam parte do projeto de turismo). As entrevistas foram realizadas durante os meses de maio e dezembro de 2015, bem como em janeiro de 2016 e setembro de 2017.

Cabe esclarecer que não foi possível a realização da entrevista com uma das assentadas do assentamento Porto Velho, pois a mesma estava passando por um problema de saúde na família e não quis gravar a entrevista. No entanto, ela conversou rapidamente com a pesquisadora e foi possível fazer algumas anotações. Assim, manteve-se o lote no item “Caracterização do Assentamento Porto Velho”, mas não foi possível trazer o seu relato na íntegra, embora tenham sido considerados os seus apontamentos nas análises gerais.

Quanto aos entrevistados galegos, foram: o presidente da Federação Galega de Turismo Rural (FEGATUR), a coordenadora de produto da Agência de Turismo de Galícia (TurGal), o secretário de Turismo de Padrón, a coordenadora de Turismo Área Santiago. Estas entrevistas foram realizadas no período de 02 de junho de 2016 a 10 de novembro de 2016.

A articulação das entrevistas com o referencial teórico contribuíram para compreender as dinâmicas estabelecidas, os conflitos de interesses, as disputas pelo poder, a participação comunitária nesses territórios e, a partir desses pressupostos, avaliamos como é complexo o processo de desenvolvimento rural, e por isso, o que se traz aqui é uma versão parcial no contexto das realidades estudadas.

Por essa tese, convém ainda esclarecer que não se trata de copiar modelos ou de reproduzir casos europeus na região do Pontal do Paranapanema/Brasil, mas, tão somente, trata-se de valorizar experiências que deram certo ou que estão caminhando

para isso, e buscar alternativas para pensar em estratégias, políticas, programas, ações, entre outros, que possam contribuir para o caso brasileiro.

Cabe dizer que se optou por não divulgar os nomes dos entrevistados e, por isso, quando se tratar de citações das entrevistas na seção 6 deste trabalho, os nomes foram substituídos aleatoriamente e, quando for o caso, por uma letra e um número de E-1 a E-36.

Também cabe mencionar que, em virtude da quantidade de entrevistados assentados, não foi possível reproduzir todos os relatos, por isso optamos por retratar trechos de algumas entrevistas que se sobressaíram em relação às categorias de análise. Dessa forma, escolheu-se trazer, sempre que possível, no caso dos entrevistados assentados, quatro narrativas, sendo duas representando os assentamentos do município de Rosana e duas do município de Presidente Epitácio, lembrando que do assentamento Porto Maria a análise foi realizada separadamente, conforme explicado anteriormente.

Vale dizer que as citações dos relatos foram feitas em separado do texto para realçar as falas. Os nomes, quando mencionados nas narrativas, foram retirados em alguns casos para não prejudicar o entrevistado e substituídos por outra palavra (colocada em colchetes), embora alguns foram mantidos quando não gerou dano ao entrevistado. Também esclarecemos que foi preservada nos relatos, a linguagem utilizada por entrevistado, não havendo correção de ortografia ou gramática. Entendemos que a linguagem, ou seja, a forma de cada um falar também é um elemento que caracteriza o modo de vida rural e, sobretudo, valoriza as narrativas de cada um ao falar de sua vida no campo.

## **5.2 Caracterização da Região do Pontal do Paranapanema**

A região do Pontal do Paranapanema tem em sua estrutura territorial a concentração de assentamentos de reforma agrária e, por esse motivo, foi uma região marcada, ao longo dos anos, pela atuação de movimentos sociais. A origem dos assentamentos a ser investigados faz parte desse processo.

Segundo dados históricos, apesar das terras do Pontal serem obtidas por meio de grilagem, houve o loteamento de terrenos e, em consequência disso, surgiram alguns povoados (LEITE, 1998).

Em razão dessas posses ilegais, o século XX foi marcado pelas disputas de terra nessa região, que foram na grande maioria violentas, em virtude do enfrentamento dos

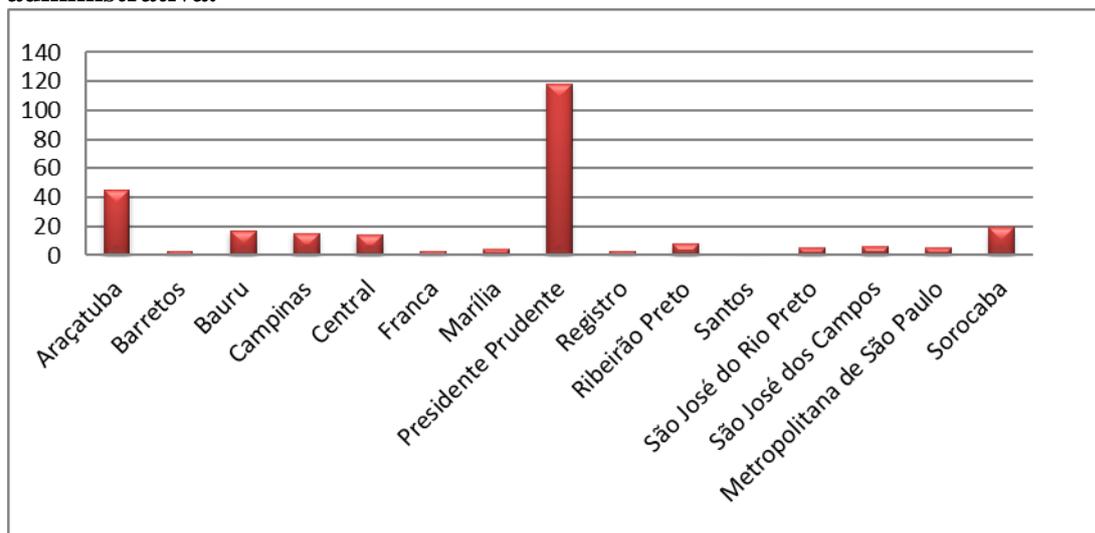
jagunços contratados pelos supostos proprietários, tais como, os posseiros, os grileiros contra os sujeitos dos movimentos sociais. Estas irregularidades não inibiram a criação e o crescimento de povoados, principalmente aqueles que estavam relacionados ao cultivo do café já que dispunham da ferrovia para escoar esse produto (FERRANTE; BARONE; BERGAMASCO, 2005).

Outro elemento histórico que merece destaque nessa região foi a expansão da pecuária, que colaborou para uma degradação maior dos elementos naturais característicos da paisagem, o aumento significativo da concentração fundiária e diminuição da população rural, que foi buscar emprego em centros urbanos (SÃO PAULO, 1999).

Em virtude dos fatos mencionados os movimentos sociais se inseriram no Pontal do Paranapanema e influenciaram na criação de inúmeros assentamentos. Esses movimentos, tais como, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), Movimento Terra Brasil (MTB), Movimento dos Brasileiros Unidos Querendo Terra (MBUQT), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, além de tantos outros, tiveram na luta pelo acesso à terra sua principal reivindicação.

Levando em consideração esses aspectos históricos destaca-se que, dos 32 municípios que compõem essa região, 16 apresentam assentamentos rurais. Em comparação com outras regiões do Estado de São Paulo, conforme gráfico 9, a região do Pontal, incorporada à Região Administrativa de Presidente Prudente, tem um expressivo número de assentamentos de reforma agrária, ou seja, é a região que categoricamente tem mais assentamentos rurais em todo o Estado de São Paulo. Segundo o Dataluta (2012; 2014), essa região possui um total de 112 assentamentos.

**Gráfico 9- Distribuição dos assentamentos rurais do Estado de São Paulo por área administrativa.**



Fonte: Dataluta (2014). Org.: Santos (2017).

Diante do número de assentamentos de reforma agrária criados no âmbito estadual, surgiu o ITESP, que foi criada em 15 de março de 1991, pelo Decreto nº 33.133, sob a tutela de gerenciar a questão agrária e fundiária no Estado. No princípio de sua criação não contava com a estrutura técnica necessária para prestar assessoria aos assentamentos e isso contribuiu para que os resultados não fossem satisfatórios (PILLA; ANDRADE; MARQUES, 2013).

Segundo estes autores, com a lei nº 10.207 de 08 de janeiro de 1999, fora constituída a Fundação ITESP, que regulamentava a sua atribuição, principalmente lhe dando mais autonomia e deixando-a menos à mercê da vontade política dos partidos que estavam no poder. Assim, poderiam promover a partir de suas competências a mediação dos conflitos pela posse da terra e propiciar o desenvolvimento das regiões com assentamento por meio da geração de empregos e renda aos pequenos produtores assentados.

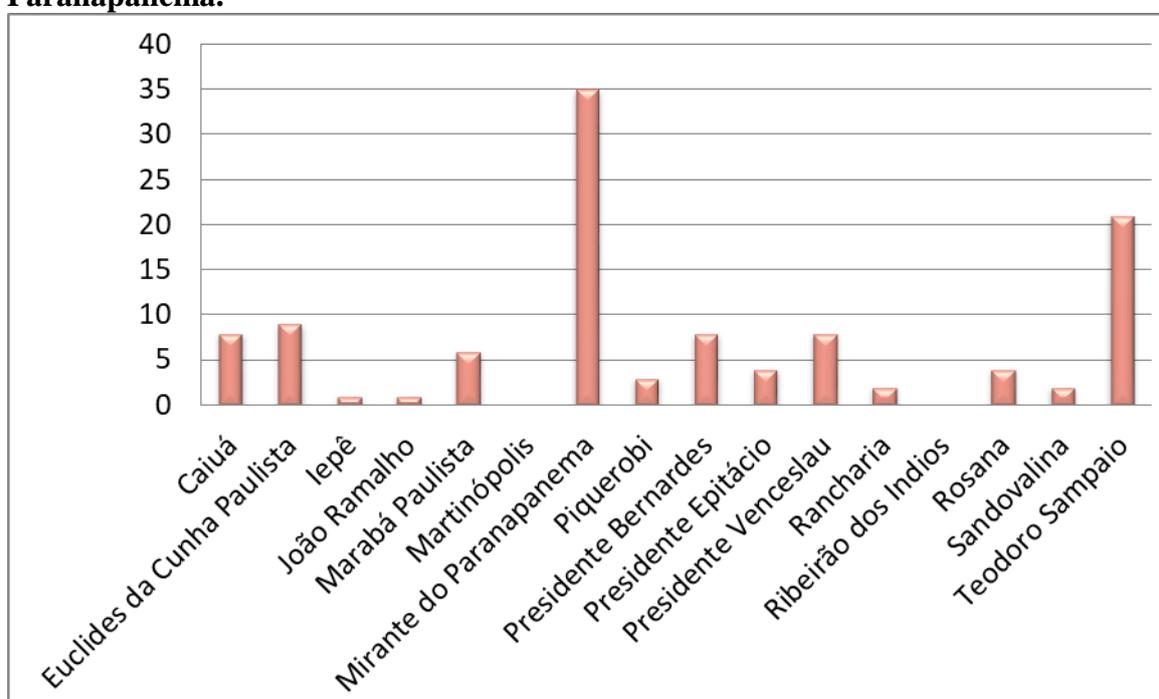
Nesse ínterim, o ITESP se espalhou pelo Estado de São Paulo, mantendo escritórios nas principais regiões administrativas, ilustradas no gráfico 9, mas, sobretudo, na região do Pontal, pelos motivos citados anteriormente.

Em virtude da representatividade dos assentamentos, em entrevista concedida a esta pesquisadora E-33 (2015, gestora do ITESP) aponta que a região do Pontal do Paranapanema “é a área que nós temos o maior número de assentamentos estaduais e hoje nós ganhamos a chamada pública do INCRA para dar assistência técnica e

trabalhar a extensão rural nas áreas federais. Então, o Pontal inteiro hoje é assistido pela Fundação ITESP”.

O ITESP desenvolve ações de acompanhamento nos assentamentos dos seguintes municípios: Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista, Caiuá, Presidente Bernardes, Presidente Venceslau, Marabá Paulista, Rosana, Presidente Epitácio, Piquerobi, Rancheira, Sandovalina, Martinópolis, Iepê, João Ramalho e Ribeirão dos Índios. A quantidade de assentamentos rurais nestes municípios está representada no gráfico 10 (DATALUTA, 2012; BARONE; MELAZZO; SILVA, 2011).

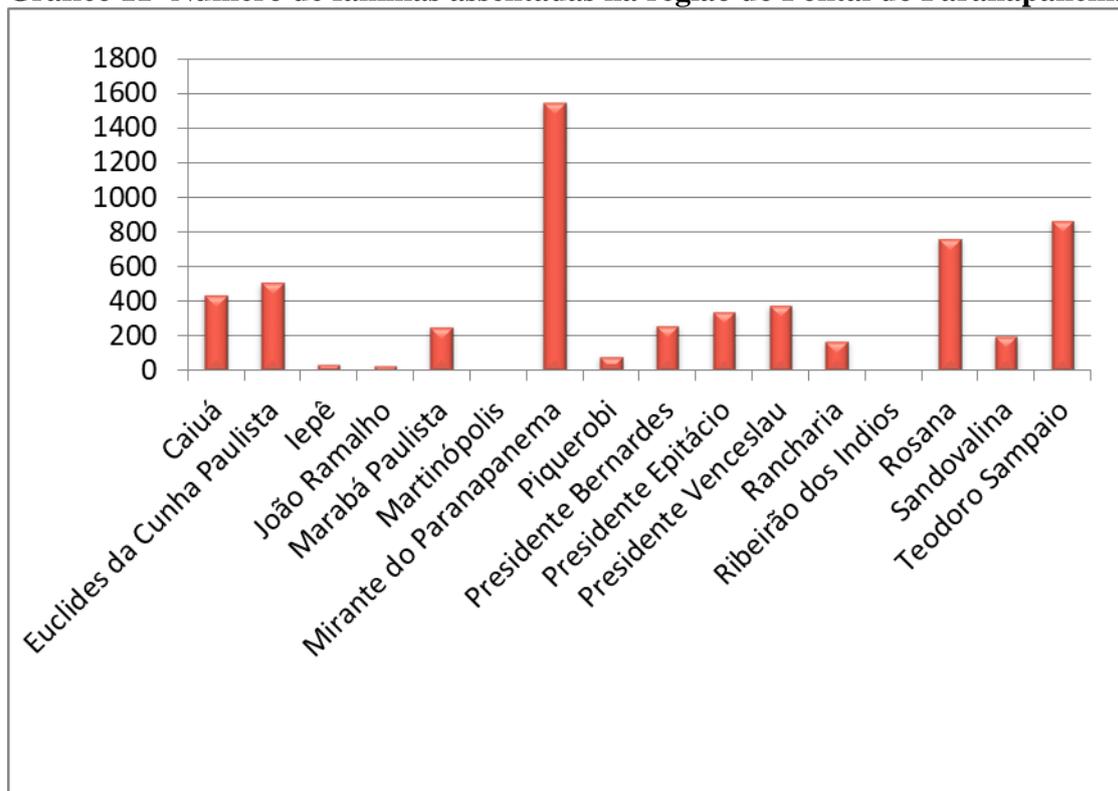
**Gráfico 10- Assentamentos rurais por município da região do Pontal do Paranapanema.**



Fonte: Dataluta (2012); Barone, Melazzo; Silva (2011). Org.: Santos (2017).

Os assentamentos desta região não possuem um padrão quanto à área territorial ocupada, pois isso se dá de acordo com o número de famílias a serem assentadas. Nesse sentido, este era, até 2012, de 5.892 famílias assentadas ao total.

A quantidade de famílias é mais significativa nos municípios que possuem grande quantidade de assentamentos como, por exemplo, Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Rosana e Euclides da Cunha Paulista, que são os três maiores no que tange a esse aspecto, de acordo com o gráfico 11.

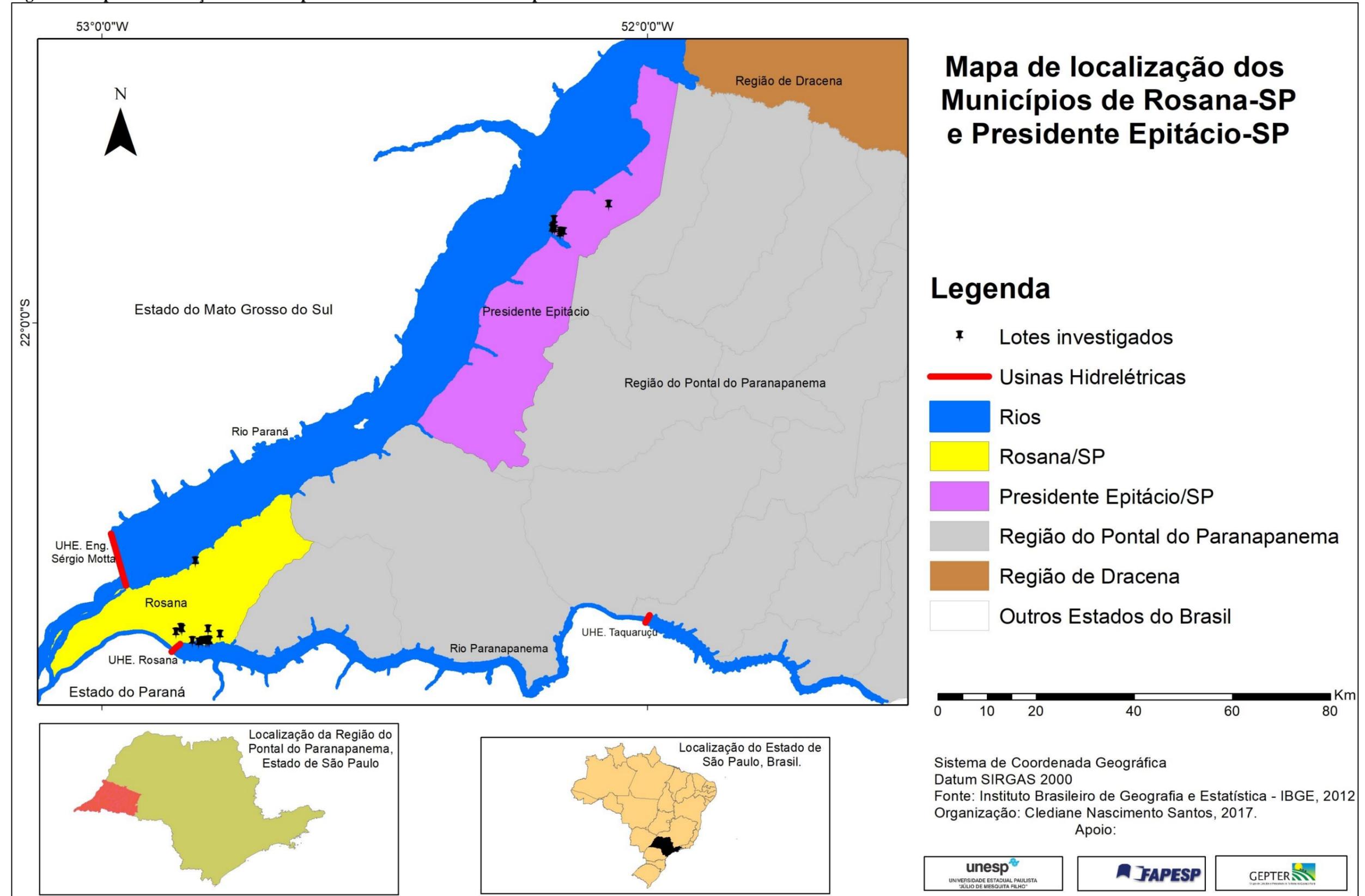
**Gráfico 11- Número de famílias assentadas na região do Pontal do Paranapanema**

Fonte: Dataluta (2012). Org.: Santos (2017).

Com o trabalho de campo realizado e por meio de conversas informais foi possível identificar que, dos 16 municípios mencionados anteriormente, apenas quatro assentamentos apresentam alguma iniciativa de turismo no espaço rural.

Levando em consideração o exposto, no Pontal identificamos a existência das práticas relacionadas ao turismo no espaço rural em dois assentamentos dos municípios de Rosana (Nova Pontal e Porto Maria) e Presidente Epitácio (Porto Velho e Lagoinha), embora, temos o conhecimento de que outros assentamentos apresentem potencialidade para o desenvolvimento da atividade. Na figura 02 tem-se a localização destes municípios e dos lotes que desenvolvem atividades de turismo.

Figura 2- Mapa de localização dos municípios de Rosana/SP e Presidente Epitácio/SP.



Fonte: IBGE, 2012. Org.: Santos, 2017.

### 5.3 Caracterização do Município de Rosana/SP

O município de Rosana está localizado no extremo oeste do Estado de São Paulo (SP), pertencente à região do Pontal do Paranapanema. Tem como limites os seguintes municípios: Teodoro Sampaio (SP), Euclides da Cunha Paulista (SP), Diamante do Norte no Estado do Paraná (PR) e, no Estado do Mato Grosso do Sul (MS) com Bataiporã e Anaurilândia.

Segundo o IBGE (2016a), este município possui uma área de 742,870 km<sup>2</sup>, com uma população total estimada em 18.791 pessoas, das quais são 9.276 homens e 9.515 mulheres.

Segundo dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), em comparação com a Região Administrativa de Presidente Prudente (10<sup>a</sup> R. ADM) da qual este município faz parte, sua população representa 2,20% (SEADE, 2016).

De acordo com este órgão, os dados coletados no ano de 2015 mostram que os setores da economia com destaque no município são os de serviços e o comércio com, respectivamente, 20,17% e 63,65%. Estes valores se justificam já que Rosana/SP não pode ter concentração industrial por ser uma Área de Proteção Ambiental (APA) e pela presença de duas usinas hidroelétricas e uma universidade pública, a Universidade Estadual Paulista (UNESP) Campus de Rosana, que contribuem para o surgimento desses setores.

Possui um PIB per capita de R\$ 64.579,76, muito superior à média da região administrativa, que é de R\$ 26.728,05, e do Estado de São Paulo que é de 43.544,61. Nesse sentido possui, em comparação à região e ao Estado, um bom desempenho do total de bens e serviços produzidos (SEADE, 2016).

No que diz respeito à produção agrícola destacam-se as lavouras permanentes com cultivos de banana, abacate, borracha, café, caqui, coco, goiaba, laranja, limão, mamão, manga, maracujá, tangerina, urucum; e lavouras temporárias com a produção de abacaxi, algodão, alho, amendoim, batata doce, batata inglesa, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, juta, linho, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, soja, tomate (IBGE, 2016a).

Essa diversificação produtiva na agricultura se dá em virtude da presença dos assentamentos rurais no município, os quais produzem diversos itens que são, em sua maior parte, lavouras temporárias que ocupam um total de 14.588 hectares (ha), enquanto que os permanentes ocupam o equivalente a 131 hectares.

Em relação à pecuária destacam-se a criação de bovinos, bubalinos (búfalos), equinos, suínos, caprinos, ovinos, galináceos, apicultura (venda do mel de abelha), casulos do bicho da seda, entre outros. Verifica-se que a pecuária predomina no município de Rosana, com

93,06% da criação bovina, sendo que a quantidade de vacas ordenhadas para a produção de leite representa 6,94%.

O seu território é composto por quatro assentamentos de reforma agrária: Gleba XV de Novembro, Nova Pontal, Bonanza e Porto Maria. Juntos abrangem um total de 19.432 hectares, com uma representatividade de 13,9% do total da área territorial municipal (DATA LUTA, 2012). Cabe destacar que são objetos de estudo dessa pesquisa os assentamentos Nova Pontal e Porto Maria.

O conhecimento dos elementos econômicos do município de Rosana, com destaque para a produção agropecuária dos assentamentos rurais, é substancial para entender a dinâmica da atividade de turismo rural, já que esta atividade se apropria justamente desses elementos, ou seja, da produção agropecuária para o desenvolvimento dos roteiros de visitação no assentamento Nova Pontal ou para a elaboração dos pratos no restaurante do assentamento Porto Maria.

### 5.3.1 Caracterização do Assentamento Nova Pontal

O Assentamento Nova Pontal foi formado por 122 famílias, abarcando uma área de 2.786 hectares de terra localizada nas margens direita e esquerda da rodovia que liga o distrito de Porto Primavera ao Paraná, via Diamante do Norte (CRUZ, 2008).

**Figura 3- Visitantes às margens do rio Paranapanema.**



Fonte: Turismo Rural Nova Pontal<sup>3</sup> (2016) .

---

<sup>3</sup> As fotos com essa fonte foram retiradas da página do *Facebook* do Turismo Rural Nova Pontal. Cabe alertar que as figuras que contenham crianças, foram editadas e seu rosto camuflado com tinta por cautela. Entretanto,

Em virtude da proximidade com o rio Paranapanema e o reservatório da Usina Hidrelétrica de Rosana, possui em sua área grande capacidade hídrica, considerada como uma potencialidade para o desenvolvimento do turismo, conforme a figura 3.

A sua origem está associada à concessão da Fazenda Timboril Agropecuária Ltda., como terras do Estado no ano de 1998. O ITESP realizou assembleia com as 122 famílias selecionadas para ocupar essa área. Este assentamento foi um caso específico já que foi formado por quatro grupos diferentes: o MST, o MAST, ex-funcionários das fazendas e os sindicatos de Porto Primavera, sendo que cada um ficou com uma área do assentamento (CARNEIRO, 2007).

Segundo estudo de Carneiro (2007) as famílias que se instalaram inicialmente neste assentamento tiveram dificuldades, tais como, a ausência de: estradas, água canalizada, energia elétrica, meios de transporte, escolas. Somado a isso, estava a falta de recurso para investir na terra, fazendo com que as famílias buscassem ajuda na gestão municipal da época para produzir e para perfurar os poços; do Estado conseguiram ajuda para fazer estradas e escola. Assim, com o apoio e o esforço das famílias as dificuldades foram sendo superadas.

Segundo dados do ITESP (2012), do total de 122 lotes, 50 investiram no cultivo dos seguintes produtos: maracujá azedo, banana maçã, abobrinha brasileira, pepino industrial, cana forrageira, mandioca indústria e milho grão.

O total da produção vegetal, no ano de 2012, por quilo, foi de 1.340.658,00. Desse valor, do total de fruticultura produzido, 97,05% foi destinada à comercialização e 2,95% é reservado ao consumo doméstico; da olericultura produzida, 100% foi comercializada; e dos demais produtos, 21% é para comercialização e 79% para consumo interno (ITESP, 2012).

A produção de variedade agrícola propiciou o desenvolvimento do turismo no espaço rural, por meio da criação de roteiros de visitação que levam o visitante a conhecer as formas de se cultivar ou os processos de fabricação de alimentos como, por exemplo, a confecção de polpa de fruta, conforme figura 4.

**Figura 4- Produção de polpa de fruta do lote 75.**



Fonte: Santos (2016).

Este assentamento tem grande potencialidade para o desenvolvimento do turismo (turismo rural, turismo de observação, ecoturismo, turismo náutico, turismo de pesca). Constitui-se, portanto, num assentamento de grande beleza cênica pela proximidade com o rio Paranapanema, sendo que alguns lotes que o margeiam são os que desenvolvem o turismo.

O levantamento sobre a estrutura deste assentamento demonstrou que o mesmo possui centro comunitário amplo numa área arborizada e dispõe de cozinha comunitária pertencente à Associação das Mulheres do Assentamento Nova Pontal (AMANP), por isso é possível realizar atividades como café da manhã ou almoço nesta área, conforme figura 5.

**Figura 5- Grupo de mulheres na cozinha da AMANP.**



Fonte: Acervo da família Carvalho Pino (2016).

O grupo de mulheres que mantém a organização do turismo no espaço rural realiza o roteiro de visita pelos lotes que desenvolvem atividades agropecuárias, como a criação de bovinos, búfalos, cavalos, ovelhas, galinhas e, assim, os visitantes são estimulados a conhecer como é o trato com os animais e a agricultura (figura 6).

**Figura 6- Grupo de estudantes em contato com bezerro.**



Fonte: Turismo Rural Nova Pontal (2014).

De acordo como os entrevistados são, em sua maioria, visitas de grupos escolares dos municípios do entorno. Em geral são estudantes das séries iniciais, conforme mostra a figura 7.

**Figura 7- Grupo de visita escolar.**



Fonte: Turismo Rural Nova Pontal (2014).

No roteiro inclui-se a alimentação, conforme aponta a figura 08. Dessa forma, orienta-se para que na preparação dos alimentos sejam aproveitados os produtos cultivados nos lotes, assim, agrega-se valor ao que é produzido e também se valoriza a mão de obra do pequeno produtor.

**Figura 8- Alimentos servidos a um grupo de visitantes.**



Fonte: Acervo da família Carvalho Pino (2016).

São 14 famílias que trabalham direta e indiretamente com o turismo rural, que serão apresentadas a seguir.

**Figura 9- Pé de maracujá, lote 79.**



Fonte: Santos (2016).

No lote 79 observa-se que a renda principal é o leite. No entanto, cultiva-se a mandioca, abóbora e árvores frutíferas como, por exemplo, a banana, o maracujá (figura 9), entre outras, em que a produção de polpa é destinada para a comercialização.

Quando há encomenda produz-se queijo, conservas, doces de diversos tipos, pães e biscoitos que ajudam a complementar a renda familiar. Na culinária o que se destaca é o bolo de maracujá, aproveitando o fruto existente no lote.

O lote possui uma área externa ampla e sombreada e a casa tem 6 cômodos. A assentada participa da AMANP há aproximadamente 8 anos.

No lote 113 a principal renda é a horta, que é um trabalho desenvolvido por todos os membros da família (entrevistada, esposo e filhos). Há aproximadamente 13 anos, entrega hortaliças para o mercado Jorge, do núcleo urbano do distrito de Primavera. Além disso, cria animais como cavalos, vacas, galinhas, entre outros. Ela faz parte da AMANP há aproximadamente uns 9 anos. Seu lote fica localizado às margens do rio Paranapanema (figura 10), possuindo um diferencial para o desenvolvimento de atividades de lazer que envolvem a água.

**Figura 10- Vista para o rio Paranapanema ao fundo, lote 113.**



Fonte: Santos (2016).

Na mesma figura 10 verifica-se a presença de uma estrada que dá acesso ao rio Paranapanema dentro do lote. O caminho também é utilizado para o pastoreio do rebanho bovino.

No lote 75, a assentada participa da AMANP há aproximadamente 9 anos. A principal renda é o leite, mas para complementar planta café e produz polpa de frutas (figura 11) de

acerola, abacaxi, amora e goiaba. Além disso, cria animais como cavalos, vacas, galinhas, entre outros.

**Figura 11- Despolpadora de fruta, lote 75.**



Fonte: Santos (2016).

A assentada produz compotas, conforme figura 12, de diversos tipos, sobretudo de pimentas. Além disso, produz artesanatos em tecidos como, por exemplo, pano de prato bordado ou com fitas e tapetes de crochê.

**Figura 12- Conserva de pimenta, lote 75.**



Fonte: Santos (2016).

No lote 116, a assentada não faz parte da associação, mas trabalha com turismo rural há aproximadamente 3 anos. A principal renda é a aposentadoria do esposo, entretanto para complementar cria gado para corte.

**Figura 13- Produção do lote 116**



Fonte: Santos (2016).

O que planta é somente para o consumo familiar. Os principais produtos são a banana, a abóbora (figura 13) e a cebolinha. Além disso, cria animais como porcos, galinhas, entre outros. Também faz pães, biscoitos, licores e doces.

**Figura 14- Resfriador de leite, lote 118.**



Fonte: Santos (2016).

No lote 118, a assentada faz parte da AMANP há aproximadamente 12 anos, desde o início da associação. A principal renda é o leite, uma vez que possui um resfriador (figura 14), no lote.

O que cultiva é para o consumo familiar, mas para complementar a renda, esporadicamente vende frango, produz queijo, vende o gado quando necessário e faz pães e biscoitos. É beneficiária do programa Bolsa Família e no que diz respeito à atividade de turismo, participa indiretamente ajudando na preparação e manipulação dos alimentos.

No lote 07, a assentada também participa da AMANP há aproximadamente 12 anos, desde o início da associação, sendo uma das fundadoras, bem como idealizadora do projeto de turismo rural. A renda familiar é composta por uma diversidade de produtos, como por exemplo, o leite que se tira com a máquina de ordenha (figura 15) no lote.

**Figura 15- Equipamento para a ordenha, lote 07.**



Fonte: Santos (2016).

Além disso, tem a venda do bezerro quando desmama, a produção de farinha, a criação de animais, tais como porco, gado e galinhas (figura 16) e vendem o que produzem na feira livre do distrito de Primavera.

**Figura 16- Criação de galinhas, lote 07.**



Fonte: Santos (2016).

No lote 11, a assentada também participa da AMANP há aproximadamente 12 anos, desde o início. A renda familiar é composta pela venda do leite, por isso possui um resfriador para o seu armazenamento (figura 17), bem como por outros produtos como, por exemplo, a horta e a criação de peixe.

**Figura 17- Resfriador, lote 11.**



Fonte: Santos (2016).

Além disso, produz linguiça, pães, bolacha, doces e sobretudo, os queijos tipo muçarela e queijo temperado de búfala, já que cria búfalos em seu lote. Os búfalos são o principal atrativo dos estudantes que visitam o assentamento (figura 18).

**Figura 18- Estudantes conhecendo a criação de búfalos, lote 11.**



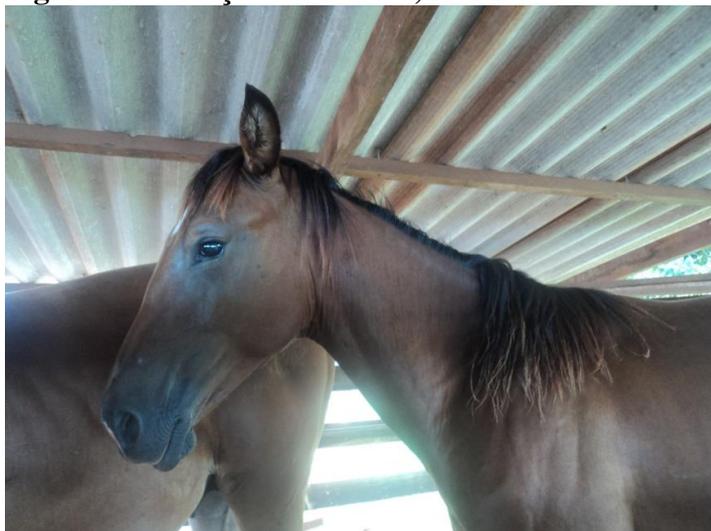
Fonte: Turismo Rural Nova Pontal (2014).

Por serem animais característicos da região norte do país, sua presença no assentamento chama a atenção, sobretudo das crianças, que ficam curiosas para ver esses animais.

No lote 13, a assentada também faz parte da AMANP desde o seu início, junto com sua irmã, que mora no lote 11. A renda familiar é a venda do leite, por isso utiliza um resfriador que é de uso coletivo para o seu armazenamento. O leite também é aproveitado para a produção de queijo tipo muçarela e o frescal.

Além disso, complementa a renda com outros produtos, como por exemplo, a horta com o cultivo de abóbora, banana, cenoura e beterraba. Faz doce de goiaba e mamão. No entanto o que chama a atenção no lote é a criação de cavalos, conforme a figura 19. Os visitantes, sobretudo os grupos escolares, ficam encantados com os animais.

**Figura 19- Criação de cavalos, lote 13.**



Fonte: Santos (2016).

No lote 31, a assentada faz parte da AMANP também há aproximadamente 12 anos. A principal renda familiar é a venda do leite, por isso possui um resfriador para o seu armazenamento e sistema de ordenha com maquinário, além de outros produtos, como, por exemplo, o cultivo de café (figura 20).

**Figura 20- Plantação de café, lote 31.**



Fonte: Santos (2016).

O lote tem fundo para o rio Paranapanema. Conforme a figura 21, verifica-se a presença de árvores na margem do rio sendo um potencial para a realização de trilhas ecológicas.

**Figura 21- Vista para o rio Paranapanema, lote 31.**



Fonte: Santos (2016).

Além disso, investiu na plantação do mogno e no cultivo para o consumo próprio, tais como feijão, abobrinha, queijo, pães, biscoitos e licor de diversos sabores (jenipapo, carambola, abacaxi, caju, maracujá, jabuticaba).

No lote 59, a assentada não faz parte da AMANP, mas participa do projeto de turismo rural. A renda principal é a pensão que recebe após a morte do marido. Antes disso, trabalhavam com o gado Jersey.

**Figura 22- Horta, lote 59.**



Fonte: Santos (2016).

Para complementar a renda possuem horta (figura 22), plantação de milho, criação de frango e porco, vende leite e, queijo, produz pães, biscoitos, etc. A assentada também faz artesanatos para vender, conforme ilustra a figura 23. Trabalha com panos de pratos e guardanapos que borda, passa fita e trabalha com sianinha.

**Figura 23- Panos bordados, lote 59.**



Fonte: Santos (2016).

No lote 52, a assentada também faz parte da AMANP há aproximadamente 12 anos, porém, no grupo de turismo rural entrou há pouco tempo. A principal renda do lote é o leite e utiliza um resfriador coletivo para o seu armazenamento. Além disso, é beneficiária do programa social Bolsa Família do governo federal. Também tem plantação de banana (figura 24), batata, pepino, tomate e almeirão e alface, que é mais para o consumo da família. Além disso, faz queijos, doce de leite, doce de abóbora e mamão, pães e biscoitos, etc.

**Figura 24- Plantação de banana, lote 52.**



Fonte: Santos (2016).

No lote 120, a assentada faz parte da AMANP e está no assentamento desde 2011. É formada em história e foi professora do estado, mas pediu exoneração para comprar o lote em que vive no assentamento.

A principal renda é o leite, com uma produção média de 20 litros por dia, mas o esposo é aposentado. Tem horta e pomar com plantios diversificados como, por exemplo, laranja, coco, amora, entre outros (figura 25).

**Figura 25- Pé de laranja, lote 120.**



Fonte: Santos (2016).

Neste lote, o pomar é um dos atrativos já que as plantas frutíferas são baixas, ao alcance das mãos das crianças, que podem colher as frutas do pé e comer na hora. Possui duas casas, uma em que a família vive e a outra, a primeira em que morou quando chegou ao assentamento e, atualmente alugam para temporada. Está localizado às margens do rio Paranapanema.

No lote 91, a assentada participa da AMANP há aproximadamente 8 anos. Ela é aposentada, foi diretora de escola e possui formação em pedagogia. A renda é composta pela produção de leite e sua aposentadoria. O principal atrativo são os fornos de carvão (figura 26), pois antigamente funcionava ali uma carvoaria da família, que atualmente está desativada.

**Figura 26- Forno da antiga carvoaria, lote 91.**



Fonte: Santos (2016).

Em parceria com a assentada do lote 75, faz artesanato como costura, bordado e crochê que são vendidos quando se tem visitante.

No lote 114, a assentada faz parte da AMANP há aproximadamente 10 anos. A renda principal do lote é a pensão por morte do esposo, mas para complementar a renda também faz queijo e doce de leite. O lote está localizado às margens do rio Paranapanema (figura 27). Há uma pequena trilha de acesso do lote ao rio.

**Figura 27- Sítio com fundo ao rio Paranapanema, lote 114.**



Fonte: Santos (2016).

Esta assentada é responsável pelo atendimento via rede social (Facebook) para o agendamento das visitas nos lotes.

### **5.3 2 Caracterização do Assentamento Porto Maria**

O Assentamento Porto Maria foi criado no ano de 2008, ocupando uma área de 1.064,977 ha, possui 41 lotes, sendo que a maior parte deles margeia o rio Paraná (PILLA; ANDRADE; MARQUES, 2013).

Segundo Voss (2010 apud MELO, 2010), antes da criação do assentamento, as famílias haviam montado acampamento próximo ao assentamento Gleba XV de Novembro, enquanto aguardavam a finalização do processo de negociação com o antigo proprietário. Em virtude da área arrecadada ser pequena, só cabiam 41 famílias. Nesse sentido, foi necessário um processo de seleção, já que o número de famílias acampadas passava de 100. Criou-se a comissão de seleção. A princípio, neste processo de criação, foram identificados quatro grupos, a saber: os agregados, que são os filhos dos assentados da Gleba xv de Novembro; os ex-funcionários da fazenda; pessoas participantes do MST; e os participantes do MAST.

Para o processo de seleção, primeiramente, foi realizado o cadastro das famílias. Nesse cadastramento os interessados responderam perguntas relacionadas à aptidão agrícola e outros requisitos para que fossem beneficiados com o lote. É um sistema de pontuação em que, além da aptidão para a atividade agropecuária, são levados em consideração a quantidade de filhos,

tempo de moradia na região, tempo que exerce a atividade agrícola, etc. (VOSS, 2010 apud MELO, 2010).

No que tange à comissão, esta foi formada por um presidente, funcionário do ITESP. Além disso, compunham a comissão um representante da procuradoria do Estado, representantes do Sindicato, Pastoral da Terra (PT), Câmara Municipal e funcionário da Prefeitura, do setor de Agricultura. Foram, aproximadamente, de sete a oito pessoas que integraram a comissão (VOSS, 2010 apud MELO, 2010).

Em virtude do número de famílias ser maior do que a disponibilidade de lotes, levou-se em consideração também o tempo que cada um estava acampado, sendo que aquele com maior tempo teria mais chance de ser beneficiado (MELO, 2010).

No caso do Assentamento Porto Maria, durante a negociação das terras da área da fazenda, foi decidido que os lotes seriam distribuídos por meio de sorteio com o intuito de contribuir para a integração da comunidade. Entretanto, isso não ocorreu, haja vista que possuíam vivências e trajetórias de vidas diferentes (MELO, 2010).

Assim como nos demais assentamentos implantados nesta região, o iniciar a vida no lote conquistado foi conduzido com dificuldade, apresentando-se principalmente por: falta de um setor comunitário, ausência de água encanada, luz, estradas, além da falta de material como, por exemplo, cercas para fazer a delimitação dos lotes, entre outras infraestruturas (MELO, 2010).

Estando em seu lote, enquanto assentados, eles tinham o direito de financiamento a fundo perdido para adquirir recursos a serem aplicados em habitação, apoio e fomento inicial ao desenvolvimento do lote. Além disso, poderiam acessar a linha de crédito, tais como o PRONAF, já que este Programa tem como objetivo financiar recursos, via Banco do Brasil, para ser destinado na produção, neste caso, a leiteira, já que esta atividade gera uma renda fixa mensal (VOSS, 2010 apud MELO, 2010).

No que diz respeito à geração de renda, alguns assentados desenvolviam a agricultura de subsistência e a pecuária leiteira, que era vendida para duas empresas, a Líder e a Patá, ambas passavam recolhendo a produção, o que facilitava a comercialização para o assentado (MELO, 2010).

Para a formação inicial deste assentamento, o ITESP assessorou com outros programas, tais como, o Pomar Doméstico, que consistiu na distribuição de sementes para os assentados e; o Kit Ave, que concedeu filhotes de aves e 25 metros de tela para a proteção dos mesmos, trazidos em parceria com a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”

(ESALQ), da Universidade de São Paulo, Campus de Piracicaba/SP. Os kits foram entregues às famílias que manifestaram interesse, ou seja, 15 famílias.

Estabelecidas em seus lotes, as famílias passaram a desenvolver atividades agropecuárias, especialmente aquelas que teriam mais aptidão ou retorno financeiro seguro para o sustento da casa.

Por outro lado, além das iniciativas produtivas, percebeu-se na atividade de turismo no espaço rural, uma alternativa para complementar a renda por meio do aproveitando do recurso natural do rio Paraná, conforme figura 28.

**Figura 28- Local de banho no Rio Paraná, Restaurante Porto Maria.**



Fonte: Santos (2017).

A proximidade com o rio Paraná configura uma potencialidade para o desenvolvimento do turismo. Por isso, utilizando o espaço da antiga sede da fazenda aliado a essa potencialidade já usufruída antes pelas pessoas que se deslocavam para o local, foi pensado na proposta de uso e apropriação da casa sede para a implantação do Restaurante Rural (figura 29).

**Figura 29- Restaurante rural, Assentamento Porto Maria.**



Fonte: Santos (2017).

A sede da fazenda ficou abandonada desde a criação deste assentamento, por isso sua área ficou coberta por mato. Mas com a iniciativa de um grupo de mulheres, em parceria com a UNESP (Campus de Rosana), ITESP e Prefeitura foi possível a concretização do projeto que originou o Restaurante Rural, conforme a figura 29.

Com a reforma deu-se o processo de apropriação do território e de sua paisagem, já que o mesmo se encontrava sem serventia e corria se o risco de, com a ação do tempo, perder a edificação. Nesse espaço houve uma territorialização com o desenvolvimento de outra atividade que não a agropecuária e sim, a apropriação do território para atividade de lazer como, por exemplo, o turismo e o turismo de pesca. Podemos deduzir que houve uma transformação na paisagem local, comparando-se o antes em estado de abandono e o depois da reforma, com a instalação do Restaurante Rural Porto Maria.

A proximidade com o rio contribuiu em demasia para a apropriação do território pela prática turística, já que antes do restaurante as pessoas iam para o local e tinham que se preocupar com alimentação e estrutura. Assim, com a implantação do restaurante, as pessoas dispõem de um ponto de apoio para alimentação e outros serviços. A figura 30 ilustra como o local é procurado para o lazer, especialmente para banhar-se nas águas do rio Paraná.

**Figura 30- Visitantes em momentos de lazer.**



Fonte: Restaurante Rural Porto Maria<sup>4</sup> (2014).

Este restaurante, normalmente, abre aos domingos com um prévio agendamento para que possam se organizar em relação à quantidade de alimentação a ser oferecida. Quem administra é uma associação de famílias, com destaque ao grupo de mulheres assentadas.

#### **5.4 Caracterização do Município de Presidente Epitácio/SP**

Segundo o IBGE (2010), o município de Presidente Epitácio possui uma área estimada em 1.260,281 km<sup>2</sup>. Faz limite territorial com os municípios de Caiuá (SP), Panorama (SP), Marabá Paulista (SP), Teodoro Sampaio (SP), Anaurilândia (MS), Bataguassu (MS), Santa Rita do Pardo (MS) e Brasilândia (MS).

Com relação a sua população, em 2016 tinha aproximadamente 41.947 pessoas, composta por 20.443 homens e 21.504 mulheres. Segundo mostram os dados do SEADE em comparação com a Região Administrativa de Presidente Prudente, da qual este município faz parte, possui uma população pequena, representando 4,92% (SEADE, 2016) do total da região.

Segundo este órgão, durante o ano de 2015 os setores da economia com destaque são os de serviço, comércio e a indústria com, respectivamente, 44,45%, 29,03% e 21,11%.

Possui um PIB per capita, em reais, de R\$ 23.051,14 para o ano de 2014, que é inferior ao da região administrativa e do Estado de São Paulo, respectivamente, de R\$ 26.728,05 e R\$ 43.544,61 e, também inferior ao município de Rosana (SEADE, 2016).

---

<sup>4</sup> Fotos obtidas da rede social (*Facebook*) do Restaurante Rural do Assentamento Porto Maria.

No tocante à produção agrícola destacam-se as lavouras permanentes com cultivos de abacate, algodão, banana, borracha, café, coco, figo, goiaba, laranja, limão, mamão, manga, maracujá, tangerina, entre outros; e lavouras temporárias com a plantação de abacaxi, algodão, alho, amendoim, batata doce, cana-de-açúcar, feijão, fumo, girassol, juta, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, soja, tomate (IBGE, 2016b).

Pode-se dizer que um dos motivos que contribui para essa diversificação produtiva agrícola é a presença dos assentamentos rurais no município, que cultivam uma diversidade agrícola sendo, em sua maior parte, lavouras temporárias, ocupando um total de 18.384 hectares enquanto que as permanentes ocupam o equivalente a 374 hectares.

No que diz respeito à pecuária, destaca-se a criação de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, galináceos, entre outros. Porém, há um destaque para a criação bovina que representa 83,89% da pecuária existente (IBGE, 2016b).

Sabe-se, em virtude de incursões a área de estudo, que a criação de animais é substancial para os assentamentos rurais, em especial o bovino leiteiro. Dessa forma, verificou-se que predomina no município de Presidente Epitácio a criação bovina, no entanto, vale dizer que, embora seja pequena, a quantidade de vacas ordenhadas para a produção de leite representa 5,53% do total.

Segundo dados do IBGE (2016b) somados o total nos dois municípios brasileiros mote desta investigação, destaca-se o município de Presidente Epitácio com 64,26% de rebanho bovino em detrimento de Rosana com 35,74%.

No tocante à configuração territorial, este município é composto por quatro assentamentos rurais de reforma agrária, são eles: Engenho, São Paulo, Lagoinha e Porto Velho. Destes, os dois últimos serão investigados já que estão relacionados direta e indiretamente com a atividade do turismo.

É salutar dizer que os aspectos econômicos, nos quais destacamos as principais atividades tanto do município de Rosana quanto de Presidente Epitácio, são fundamentais para o turismo rural, já que são as atividades agropecuárias que formam, em conjunto com outros aspectos, a base para o desenvolvimento do turismo no espaço rural.

#### **5.4.1 Caracterização do Assentamento Porto Velho**

Criado em outubro de 2001, com um total de 85 lotes, ocupa uma área equivalente a 1.492,6 ha. Este assentamento surgiu em meio às ocupações, ordens de despejos e violência

por parte dos empregados da fazenda que receberam os manifestantes com disparo de arma de fogo (PILLA; ANDRADE; MARQUES, 2013; MAZZINI, 2007). Ele foi implantado pelo INCRA, mas o ITESP ganhou a licitação pública para prestar assistência técnica.

Segundo Mazzini (2007), este assentamento está dividido naturalmente em duas áreas, uma que margeia o rio Santo Anastácio que atravessa o assentamento e encontra-se com o Rio Paraná (figura 31) e outra área composta por lotes que não margeiam os rios. Em virtude desse predicativo esta área é considerada um berçário biológico natural e apresenta relevante beleza paisagística, o que favorece o desenvolvimento do turismo.

**Figura 31- Encontro das águas dos rios Santo Anastácio e Paraná.**



Fonte: Santos (2015).

Com ajuda de um funcionário do ITESP de Presidente Epitácio, foram indicados oito lotes que, de alguma forma, são beneficiados com o turismo. Assim, em consonância com o trabalho de campo, foram percebidas, algumas territorialidades neste cenário, tais como: confecção de embutidos, doces, o artesanato e o turismo de pesca que, de alguma maneira, estão entrelaçadas com o desenvolvimento do turismo no espaço rural.

Nesse assentamento existem 7 famílias que, direta ou indiretamente, desenvolvem alguma atividade relacionada ao turismo no espaço rural que serão apresentados a seguir.

O lote 23 está localizado próximo à estrada e ao centro de Presidente Epitácio/SP. É denominado Sítio Pôr do Sol e, realiza a atividade de turismo há mais de três anos. A assentada vive no assentamento desde a sua criação e dedica-se aos afazeres do sítio com a ajuda do filho.

Possuía na beira do rio Paraná, um local para a montagem de barracas para fazer churrasco e um píer para pescaria, conforme figura 32. A paisagem é atraente, com águas cristalinas.

**Figura 32- Píer para pescaria, lote 23.**



Fonte: Santos (2015).

No lote 38, a assentada vive desde a fundação do assentamento. Trabalha com turismo há mais de três anos por meio do aluguel de um rancho para turistas, como demonstra a figura 33 (conforme aponta a flecha).

**Figura 33- Chalé ao fundo, lote 38.**



Fonte: Santos (2015).

No lote 39, o assentado desenvolve o turismo há três anos. Ele foi o líder dos sem-terra do MTB e participou de muitas ocupações até conquistar as terras onde atualmente é o assentamento Porto Velho.

A principal renda é o leite, mas investiu no turismo como uma alternativa para complementar a renda e aproveitar a beleza paisagística do lote, pois o mesmo está localizado próximo do encontro dos rios Santo Anastácio e Paraná, conforme figura 34.

**Figura 34- Vista para o rio Santo Anastácio, lote 39.**



Fonte: Santos (2017).

Dispõe de estrutura para receber turistas que desejam acampar e possui um ponto de venda de alimentos (figura 34 e 35). Possui uma bela paisagem do rio Paraná e no final da tarde é possível apreciar o pôr do sol.

**Figura 35- Espaço com quiosques, lote 39.**



Fonte: Santos (2017).

No lote 53, a assentada está no assentamento desde sua criação. A renda do lote é composta pela venda de produtos tanto na feira livre semanal quanto para as pessoas que vêm ao lote. São vendidos o colorau, doces conforme a temporada das frutas como, o jenipapo e a abóbora. Vende legumes e verduras como, por exemplo, a abóbora, berinjela e batata. Tem criação de animais, especialmente o porco que, na época de final de ano, já tem comprador. A figura 36 ilustra a criação de porcos.

**Figura 36- Criação de porco, lote 53.**



Fonte: Santos (2015).

Não trabalha diretamente com o turismo, mas indiretamente consegue se inserir na rede por meio da comercialização de seus produtos. A assentada produz artesanalmente linguiça de porco, conservas de pimenta (figura 37), pepino, sendo o primeiro o mais vendido; além disso, faz galinha caipira, caldo de cana, entre outros. Aliado a isso, participa do Projeto Macaúba, que tem potencial para o desenvolvimento do turismo pedagógico.

**Figura 37- Produção artesanal de conservas de pimentas, lote 53.**



Fonte: Santos (2015).

No lote 54, a assentada está no assentamento desde sua criação. A sua casa era a antiga sede da fazenda. A renda do lote é composta por sua aposentadoria e pela venda de produtos para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Tem um ponto de venda para a comercialização de alimentos, conforme figura 38.

**Figura 38- Estabelecimento comercial, lote 54.**



Fonte: Santos (2015).

Esse ponto de venda também é aproveitado para a realização de cursos, pois possui cozinha estruturada. Ela faz cachaça, doces, pão de mandioca e conservas de pepino e pimenta, de acordo com a figura 39.

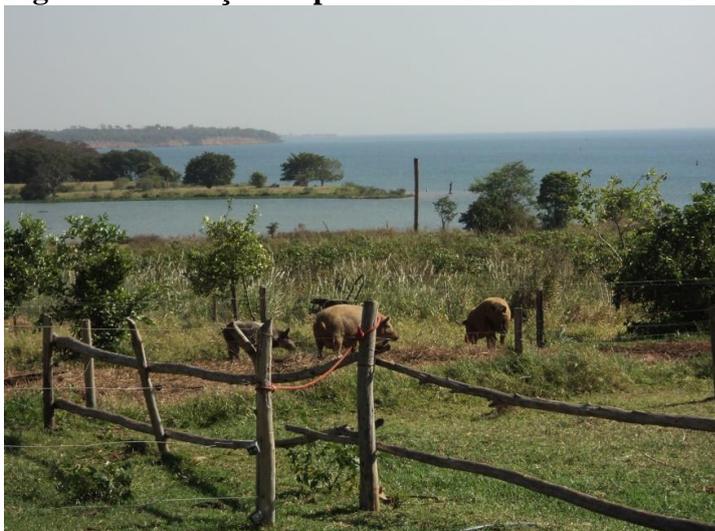
**Figura 39- Produção artesanal de conservas, lote 54.**



Fonte: Santos (2015).

No lote 55 o assentado reside no local desde a sua fundação. Seu lote localiza-se próximo ao encontro das águas dos rios Santo Anastácio com o rio Paraná (figura 40).

**Figura 40- Criação de porco e ao fundo os rios Santo Anastácio e Paraná, lote 55.**



Fonte: Santos (2017).

A casa possui uma varanda grande e arejada, que pode ser aproveitada para receber o turista e servir refeição. A base da renda é a criação de gado leiteiro (figura 41), mas cria outros animais, como galinha e porco. Também cultiva árvores frutíferas e horta.

**Figura 41- Criação de animais e galinhas, lote 55.**



Fonte: Santos (2017).

Tem interesse em estruturar um espaço para o camping com direito à pesca e alimentação, aproveitando a área com gramado que possui no sítio, como demonstra a figura 42. Dispõe também de uma Área de Preservação Permanente (APP) que pode ser aproveitada para trabalhar com educação ambiental.

**Figura 42- Área para camping, lote 55.**



Fonte: Santos (2015).

No lote 60, o assentado vive no local desde a criação. A renda principal é o aluguel das casas (que ele chama de rancho) para os turistas, mas também complementa com a venda dos produtos do lote, tais como alface, manga e acerola. Atualmente tira-se o leite para o consumo familiar. Cabe dizer que quando chegaram ao assentamento era o leite a renda principal.

As duas casas sempre são alocadas para visitantes, especialmente para o turista pescador, devido a proximidade com o rio Santo Anastácio, conforme ilustra a figura 43. Tem-se fácil acesso de barco para o rio.

**Figura 43- Vista para o rio Santo Anastácio, lote 60.**



Fonte: Santos (2017).

O público que se hospeda nos ranchos é geralmente pescadores e seus familiares. Por isso, os dois ranchos dispõem de estrutura para atender a esse público como, por exemplo, área externa para limpar o peixe e churrasqueira.

O rancho da figura 44 foi feito entre os anos de 2015 e 2017, pois quando foi realizado o primeiro trabalho de campo em 2015 ainda não estava em construção. Nesse período só havia um rancho para alocação.

**Figura 44- Rancho, lote 60.**



Fonte: Santos (2017).

Os pescadores (turistas) alugam esses ranchos porque são atraídos pelas espécies de peixes da região como, por exemplo: pintado, pacu, o tucunaré azul, piapara, bagre, piau, dourado, entre outros.

#### **5.4.2 Caracterização do Assentamento Lagoinha**

Este assentamento é o mais antigo do município, criado em 1998, com 150 lotes, distribuídos em 13,5 ha para cada família. Os funcionários da antiga fazenda também foram beneficiados com a posse da terra. Fora isso, muitos relataram que ficaram acampados mais de 2 anos à beira do Córrego do Veado. Após a conquista da área tiveram que aguardar aproximadamente um ano no lote provisório coberto de lona (MAZZINI, 2007). Ele foi implantado pelo INCRA, mas na atualidade recebe assistência técnica da Fundação ITESP e da Prefeitura Municipal.

Quanto à participação dos movimentos sociais, segundo Mazzini (2007), os relatos apontam que o MBUQT, oriundo do próprio município e o MST foram os que tiveram maior peso no processo de formação deste assentamento.

No que diz respeito a sua localização, fica estrategicamente próximo à sede do município, que na parte sul é cortado pela Rodovia Raposo Tavares (SP 270); a oeste faz limite com duas propriedades menores, próximos aos trilhos da Estrada de Ferro da Alta Sorocabana; a noroeste com a estrada municipal, de frente ao Parque Turístico Figueiral e o Rio Paraná; e a norte e leste com a fazenda Lagoinha e outra propriedade rural (MAZZINI, 2007).

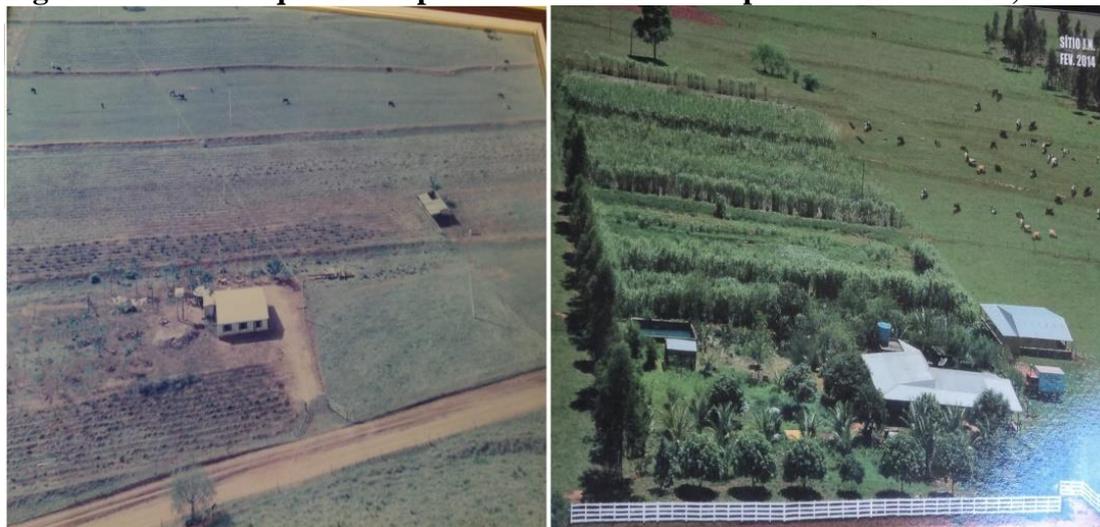
Em 2007, já contava com uma estrutura considerável, com a sede da ex-fazenda sendo utilizada como posto de saúde do Programa da Saúde da Família (PSF). O PSF foi instalado com o propósito de realizar uma medicina preventiva, em virtude disso, é integrado por um médico e várias agentes de saúde escolhidas dentro do assentamento, no qual realizam visitas regulares nos lotes, orientando e esclarecendo sobre como evitar doenças (MAZZINI, 2007).

Há no assentamento uma área comunitária com barracão que é aproveitada para reuniões, festas, atividades de formação e capacitação e atividades relacionadas com o bem comum.

As famílias que compõem este assentamento e que participaram do processo histórico de luta e posse da terra tem criado, após muitas dificuldades e constantes lutas travadas, estratégias de resistência no campo. Essas resistências se fazem presentes na confecção de embutidos, doces, compotas, artesanato, produtos orgânicos, hortaliça e mel, entre outros que de alguma forma se entrecruzam com o turismo. Estas territorialidades representam a alternativa que, ao menos uma família encontrou para complementar a renda com a venda desses produtos ao turista.

Com base no exposto, o lote 61, denominado Sítio J.N, é um dos lotes do assentamento que desenvolve um trabalho paralelo ao turismo. O sítio tem uma produção diversificada que é destinada dentre outras coisas para a fabricação artesanal de conservas.

**Figura 45- Foto do quadro de parede com o antes e depois do ano de 2014, lote 61.**



Fonte: Família Moraes (2014). Org.:Santos (2015).

A figura 45 ilustra o progresso do lote, especialmente a mudança que se deu em virtude da diversificação produtiva e da cozinha artesanal instalada, somado ao esforço da família.

Além da produção convencional de banana nanica e prata, coco, goiaba, manga, maxixe, quiabo, pepino, os assentados produzem o mamão orgânico, com a certificação do produto. Também produzem o leite que é utilizado na fabricação dos doces.

A figura 46 mostra a cozinha que os assentados utilizam para a fabricação dos doces e conservas. O local tem autorização de funcionamento da Vigilância Sanitária Municipal.

**Figura 46- Equipamentos para produção de alimentos, lote 61.**



Fonte: Santos (2015).

Os produtos eram deixados em consignação nas pousadas e nos estabelecimentos comerciais do centro da cidade de Presidente Epitácio e também em alguns estabelecimentos comerciais de Presidente Prudente. É o próprio assentado que faz a administração do negócio e a distribuição dos produtos no comércio.

Os doces produzidos são feitos com a matéria prima do lote ou, na falta deles, são comprados de outros produtores do assentamento. Dessa forma, são feitos doces com o amendoim, utilizando a torradeira, conforme a figura 47, e outras diversidades de doces de leite.

**Figura 47- Torradeira de amendoim, lote 61.**



Fonte: Santos (2015).

Com o andamento da produção artesanal surgiu a necessidade de criar uma marca que representasse os produtos. Diante disso surgiu ‘Tacho Melado’. Os alimentos têm selo de inspeção que se faz necessário para a sua comercialização, conforme ilustra a figura 48.

**Figura 48- Marca Tacho Melado, lote 61.**



Fonte: Santos (2015).

Esse lote tem potencial para a produção artesanal de alimentos, especialmente com a venda desses produtos no comércio local, nas feiras e eventos promovidos na cidade.

Uma vez que já esclarecido no início deste trabalho sobre a incorporação dos municípios galegos, será apresentada a seguir a caracterização dos mesmos.

### **5.5 Caracterização da Comunidade Autônoma da Galícia**

A Galícia é uma CC.AA da Espanha e está localizada ao noroeste da Península Ibérica, limitando-se, geograficamente, ao norte com o mar Cantábrico, ao sul com Portugal, ao oeste com o oceano Atlântico e ao leste com as CC.AA de Asturias e Castilla y León (LOIS GONZÁLEZ et al., 2001).

A Galícia tem dois idiomas oficiais, o galego, a língua própria desta comunidade, e o castelhano. A pessoa que nasce na Galícia é chamada de galego/a (LOIS GONZÁLEZ et al., 2001).

A cidade de Santiago de Compostela foi, no ano de 2002, declarada a capital da Galícia, na qual está a sede dos poderes executivo e legislativo, representada pela Xunta de Galícia e o Parlamento galego, respectivamente.

O reconhecimento dos direitos da Galícia como nacionalidade se deu na Constituição Espanhola de 1978, entretanto, só em dezembro de 1980 lhe foi conferida sua autonomia política, já que foi quando a população galega votou favoravelmente ao referendo que aprovava o Estatuto de Autonomia, no qual em seu artigo 9 concedia o poder ao governo da

região, no caso o Presidente, o Parlamento e a Xunta de Galícia (XUNTA DE GALÍCIA, 2016).

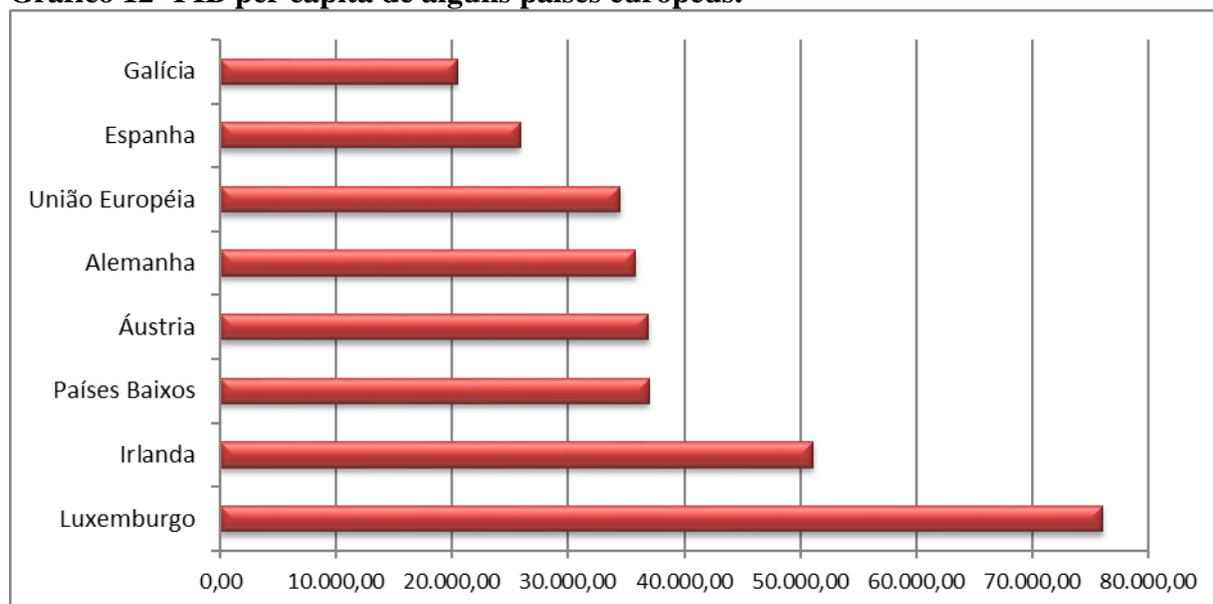
Em 1981 foi criado o Parlamento com o colegiado representativo do povo galego. Assim, a cada quatro anos são eleitos 75 parlamentares. São atribuições do colegiado garantir a posteridade legislativa, o controle e funcionamento das ações executivas da Xunta e a aprovação das conjunturas de Galícia (XUNTA DE GALÍCIA, 2016).

Territorialmente, a Galícia está dividida em quatro províncias, são elas: A Coruña, Lugo, Ourense e Pontevedra. Por sua vez essas províncias estão subdivididas em comarcas, que posteriormente são subdivididas em *Concellos*, como por exemplo, o *Concello* de Santiago e de Padrón, objetos de estudos desta pesquisa.

Na economia destaca-se o setor de prestação de serviços. De acordo com INE (2009), os principais setores econômicos segundo o número de empresas registradas são: a indústria, construção, comércio e serviços, com respectivamente 6,24%, 15,08%, 40,62% e 38,06%. Com relevância para o setor de comércio que envolve as empresas de comércio, transportes e hotelaria. Dessa forma, tendo como base o perfil da Espanha que para esses mesmos setores, têm, reciprocamente as seguintes porcentagens, 6%, 12,6%, 23,4% e 58% (inclusive a hotelaria). Assim, pode se dizer que a Galícia mantém uma média proporcional em relação a Espanha.

Segundo dados da Estatística Europeia (EUROSTAT) e do INE (2016), o PIB per capita da Espanha no ano de 2015 era de 25.900 euros. Confrontado-se com Luxemburgo que tem o maior PIB per capita da UE, a Espanha tem 34,03% do total (gráfico 12). Já a Galícia, se equiparado com Luxemburgo, tem 26,82% do total. Por outro lado, se comparado com a média do PIB da UE, que é 34.500 euros, a Galícia tem 58,38%, mesmo assim uma média abaixo do padrão europeu (UE, 2016).

Em virtude do baixo PIB que a Espanha tem e, sobretudo a Galícia, pode ser beneficiada com ajuda do fundo europeu para o desenvolvimento de seu território como, por exemplo, os programas LEADER e PRODER (UE, 2016; INE, 2016).

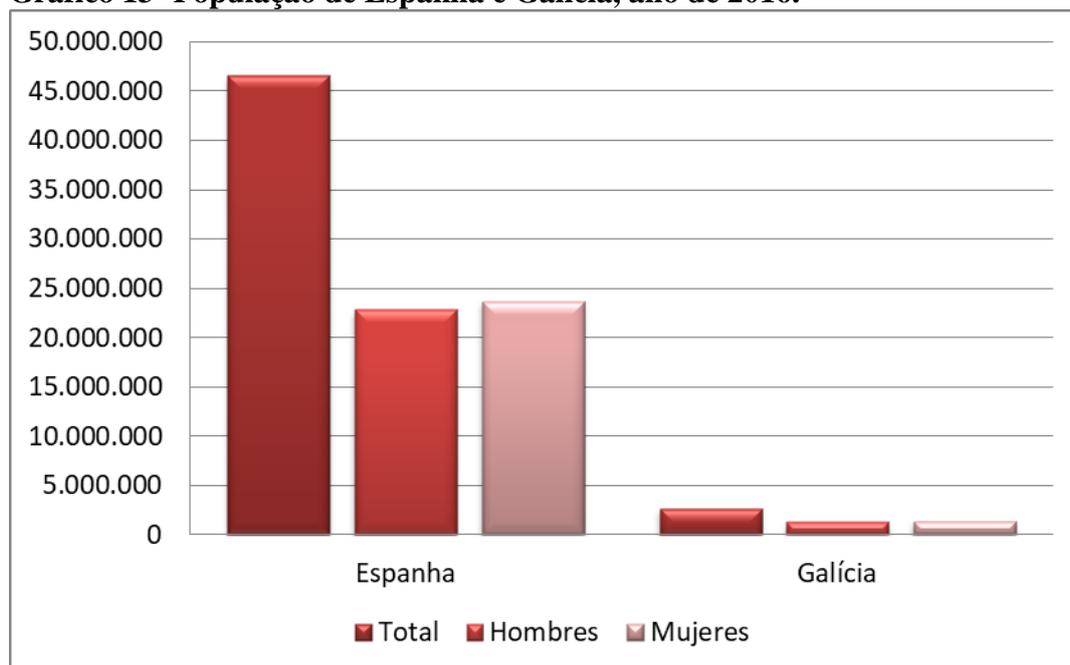
**Gráfico 12- PIB per capita de alguns países europeus.**

Fonte: UE (2016); INE (2015). Org.: Santos (2017).

A respeito da produção agrícola, têm-se os cultivos de uvas para a produção de vinho (com 13,72%), uma pequena produção de hortaliças (0,62%) e herbáceos (74,87%). Entretanto, o que se destaca na Galícia é o gado leiteiro, por isso a existência de pasto e, conseqüentemente, a grande presença de herbáceos (INE, 2009).

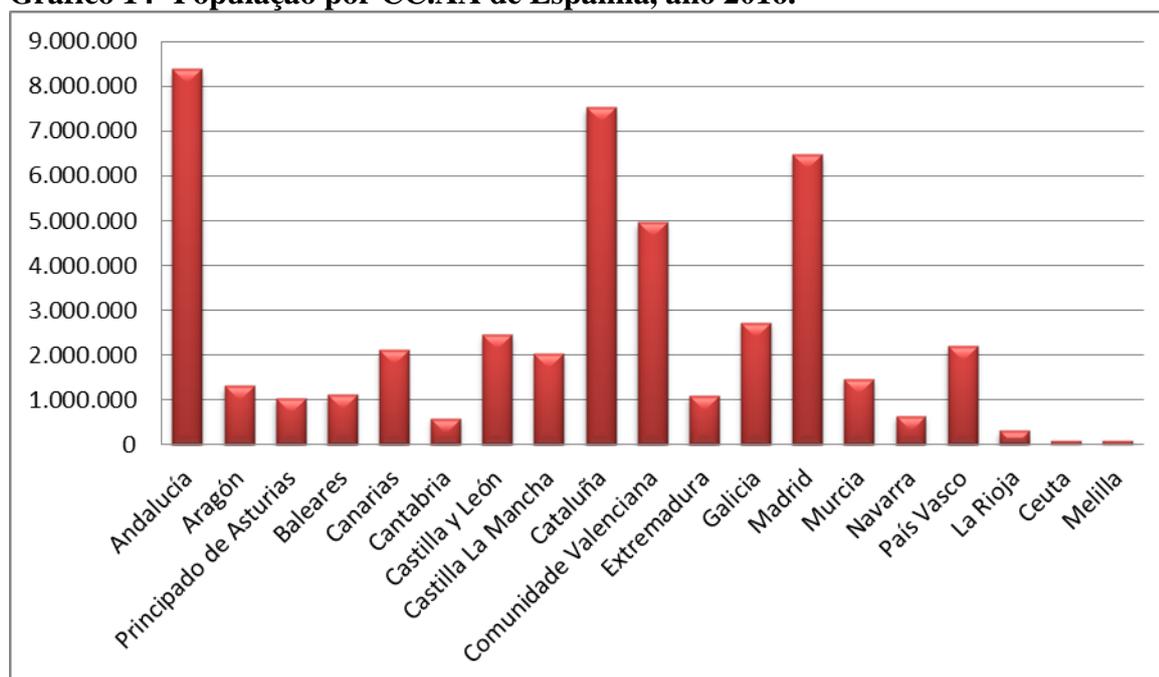
Em relação à pecuária destacam-se a criação de bovinos, com vacas leiteiras e gado de corte; ovinos, caprinos, suínos, equinos, aves, coelhos, entre outros. Entretanto, destacam-se majoritariamente a criação de bovinos, com 59,8%, vale dizer que das cabeças de bovinos existentes, 60,73% são de vacas e, dessa porcentagem, 37,14% são destinadas à produção leiteira, a qual é empregada na produção de lácteos e derivados com marcas próprias da Galícia (INE, 2009).

No que diz respeito a sua população, a Galícia tem 2.718.525 habitantes (gráfico 13), no qual se distribuem em 1.309.809 homens e 1.408.716 mulheres, em comparação com a Espanha que possui 46.557.008 total de habitantes, sendo 22.843.610 homens e 23.713.398 mulheres (INE, 2016).

**Gráfico 13- População de Espanha e Galícia, ano de 2016.**

Fonte: INE (2016). Org.: Santos (2017).

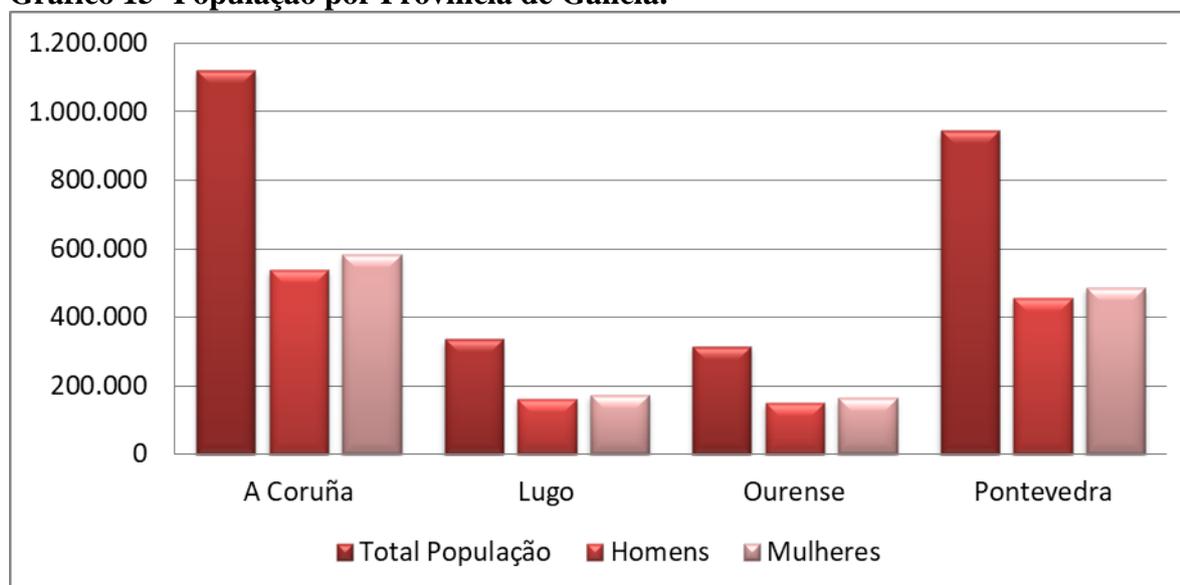
A Galícia apresenta a quinta maior população, representando 6% da população total de Espanha, perdendo somente para Andaluzia com 15%, Catalunha com 14%, Comunidade de Madri com 12% e Comunidade Valenciana com 10%, conforme apresenta o gráfico 14.

**Gráfico 14- População por CC.AA de Espanha, ano 2016.**

Fonte: INE (2016). Org.: Santos (2017).

Territorialmente, a população se distribui da seguinte forma nas quatro províncias: A Coruña com 1.122.799 habitantes, Lugo com 336.527 habitantes, Ourense com 314.853 habitantes e Pontevedra com 944.346, conforme gráfico 15.

**Gráfico 15- População por Província de Galícia.**



Fonte: INE (2016). Org.: Santos (2017).

A província de A Coruña tem o maior número de habitantes porque, segundo o INE (2016), a população de Galícia está distribuída pela zona costeira, especialmente no município de A Coruña com uma população de 245.923 habitantes; também porque o município de Santiago de Compostela, apesar de não estar localizado na zona costeira, possui a segunda maior população desta província, com 95.966 habitantes.

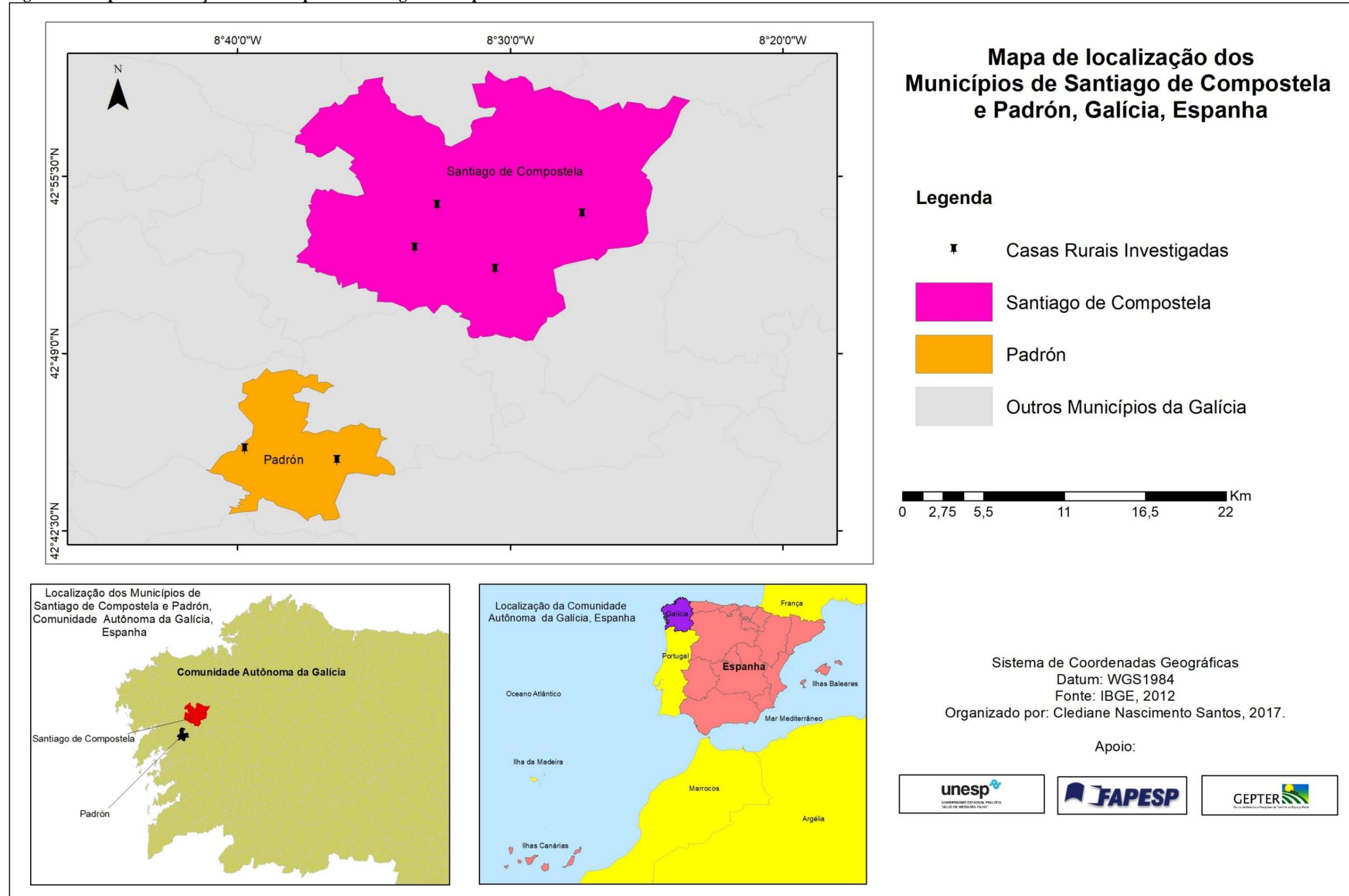
Apesar da Galícia possuir um número considerável de habitantes, não se pode deixar de mencionar que existe um problema com a perda da população rural, especialmente porque há muitas aldeias rurais abandonadas. As pessoas migraram para outros lugares, sobretudo para as cidades, em busca de melhores condições de vida. Em virtude dessa problemática que atinge não somente a Galícia, mas igualmente outras regiões europeias, surgiram políticas como o LEADER e o PRODER, na tentativa de frear esse processo de esvaziamento do campo para a cidade e oferecer condições para que as pessoas possam permanecer no rural.

Além disso, outro problema identificado que contempla de forma geral os países europeus refere-se à baixa taxa de fecundidade, que está em torno de 7,13% em comparação com a alta taxa de mortalidade que é de 11,63%, ou seja, há uma diferença relevante entre o número de nascimentos e obituários. Desta maneira, a porcentagem de pessoas com faixa

etária entre 25 a 64 anos são de 55,30%, já de pessoas com mais 65 anos são de 24,57% e de jovens e crianças somam 19,93%, ou seja, tem-se um perfil de população que está envelhecendo. As consequências disso se darão nos aspectos sociais, econômicos, entre outros, e, também poderão contribuir para o esvaziamento populacional no espaço rural (INE, 2016).

Em razão da problemática citada anteriormente, as políticas públicas propostas tinham a finalidade de dinamizar a economia e a produção rural. Diante disso, os municípios selecionados foram Santiago de Compostela e Padrón, conforme é apresentado na figura 49 a localização dos mesmos e das casas rurais investigadas.

Figura 49- Mapa de localização dos municípios de Santiago de Compostela e Padrón.



Fonte: IBGE (2012). Org.: Santos (2017).

Destarte, o que influenciou a escolha pela região da Galícia foi que o turismo está entrelaçado com as políticas de desenvolvimento rural como uma alternativa de permanência para a comunidade local e isso tem repercutido sobre o patrimônio natural e cultural, já que sem a presença dessas pessoas nessas áreas dificulta-se a sobrevivência dos bens culturais, sobretudo, o patrimônio cultural representado pelas casas rurais de arquitetura tradicional galega que, com o incentivo dado ao turismo, foram restauradas.

Santiago de Compostela foi selecionada por ser um importante foco de turismo, especialmente o turismo religioso, em virtude do produto turístico Caminho de Santiago. Contudo, cabe ressaltar que, embora seja um turismo de cunho religioso, existe uma combinação entre a peregrinação e o turismo rural, pois este Caminho passa pelo espaço rural. Dessa forma, envolve muitas casas de turismo rural que tem como principais clientes os peregrinos que fazem o Caminho.

No tocante à Padrón, a escolha se deu porque está localizado próximo ao Caminho Português e também pelos auxílios recebidos do PRODER e LEADER nos últimos anos.

## **5.6 Caracterização do Município de Santiago de Compostela**

Santiago de Compostela é a capital da Galícia, conhecida pelo turismo religioso relacionado ao Caminho de Santiago. Está localizada na comarca de Santiago e geograficamente faz limites ao norte com o município de Val del Dubra, Trazo e Oroso, ao sul com Teo, Vedra e Boqueijón, ao leste com Pino e Touroe, ao oeste com Ames. Tem uma área de aproximadamente 223 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 95.966 habitantes (INE, 2016).

Este município possui como governo o Conselho de Santiago de Compostela. A administração do Conselho inclui o centro histórico, o Ensanche, bairros do entorno e 29 paróquias rurais. São 25 conselheiros, incluindo o prefeito, que são todos democraticamente eleitos a cada quatro anos por meio de votação (CONSELHO DE SANTIAGO, 2016).

Sua economia se fundamenta em prestação de serviços com 51,46%, com relevância para as áreas de informática, comunicações, atividades financeiras, seguros, imobiliárias (as imobiliárias estão presentes em virtude da Universidade de Santiago de Compostela (USC) e da capitalidade da região), educação, saúde, etc. Destaca-se também o comércio que envolve o transporte e hotelaria, representando o segundo

maior número de empresas, com 34,19%, ou seja, o setor de hotelaria e turismo tem um grande peso na economia deste município, em razão do turismo religioso do Caminho de Santiago (INE, 2016).

Os setores econômicos, em comparação com a economia galega, representam especificamente, outros serviços 2,38% e o comércio 1,58%, ou seja, tomando-se como pressuposto de que o total de todas as empresas dos municípios galegos, pode-se pensar que o número de empresas é baixo para este município que possui a segunda maior população da Galícia (INE, 2016).

Como se observa, além do turismo religioso que atrai muitos peregrinos, Santiago de Compostela tem outro fator de atração, que são os estudantes, já que é a sede da reconhecida USC. Estimativa-se que ao menos 30.000 alunos estejam matriculados, dos quais são provenientes de diferentes partes do mundo, incluindo o Brasil. Por isso tem-se uma representatividade na prestação de serviços, especialmente pela presença das imobiliárias.

Cabe também ressaltar que, em virtude da beleza paisagística do centro histórico, pela integridade de seus monumentos e levando em consideração o significado espiritual devido às peregrinações pelo Caminho de Santiago, em 1985 a UNESCO declarou Santiago como Patrimônio Cultural da Humanidade, reconhecendo-o como um destino religioso e cultural de fundamental importância da Idade Média (IGLESIAS AMORIN, 2011).

Pode se dizer que esse título está fortemente alicerçado na história de fundação dessa cidade, já que, de acordo com Álvarez Rodriguez (2011, p. 13), tanto o presente quanto o passado estão relacionados com a tumba do apóstolo, embora *“mucho antes de la inventio apostólica, el espacio que hoy ocupa el ayuntamiento de Santiago estuvo habitado por una sucesión de gentes cuya existencia no se vio definida, obviamente, por el culto tributado a los restos del Apóstol”*. Assim, para López-Mayán (2011) a origem de Santiago ainda que tenha nascido na primeira metade do século IX com a descoberta do sepulcro do apóstolo, não significa que antes não houve povoamento, pois desde a Antiguidade havia presença humana neste território.

Com a descoberta do túmulo do apóstolo surgiram as peregrinações, pois muitas pessoas queriam visitá-lo. Isso despertou o interesse da Igreja Católica, que percebendo a importância do apóstolo para os fiéis e pensando em estar mais próxima, mudou a sede da Sé católica para a cidade de Santiago de Compostela, logo após a descoberta do túmulo (CONSELHO DE SANTIAGO, 2016).

O fluxo contínuo de peregrinos fazendo o Caminho de Santiago se fortaleceu em virtude da projeção turística de Santiago, derivado em grande parte do fenômeno jacobino. Em razão do turismo religioso propagado, a cidade passou a receber cerca de 5 milhões de visitantes por ano (IGLESIAS AMORIN, 2011).

Na atualidade existem nove roteiros que levam a Santiago, a saber: Caminho Português, Caminho Francês de Somport, Caminho Francês por Roncesvalles, Caminho Primitivo, Via da Prata, Caminho de Finisterra, Caminho do Norte, Caminho Inglês, Rota Jacobina do Mar de Arousa e Rio Ulla. Destes, o tradicional é o Caminho Francês (CONSELHO DE SANTIAGO, 2016).

O trajeto do Caminho Português, mais conhecido, passa por: O Porto, depois entra em Galícia (Espanha) por Tui que segue depois por Porriño - Ondela - Caldas de Reis - Padrón - Santiago. Ao total são 116 quilômetros que o peregrino tem que fazer para chegar a Santiago (CONSELHO DE SANTIAGO, 2016).

O Caminho Francês de Somport sai de França por Somport, território aragonês, e continua através das províncias de Huesca, Zaragoza e Navarra. São 6 dias e 167 quilômetros até unir-se com o tradicional Caminho Francês. Seu itinerário é: Somport - Canfranc - Jaca - Sangüesa - Lumbier - Puente La Reina e depois segue o roteiro do Caminho Francês de Roncesvalles (CONCELLO DE SANTIAGO, 2016).

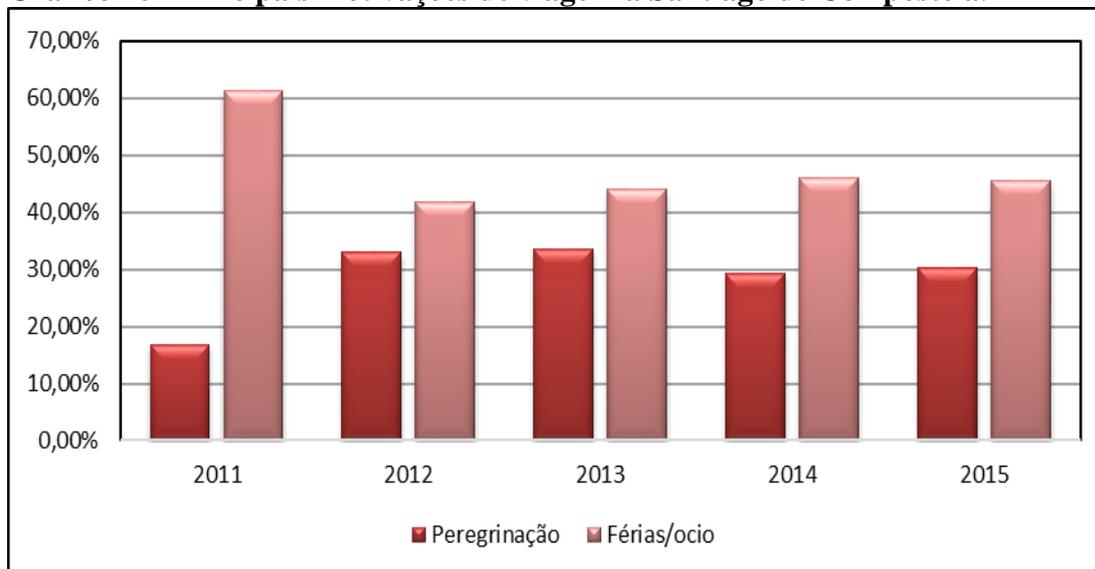
O Caminho Francês por Roncesvalles é o mais tradicional e o mais longo de todos. Os peregrinos saem da França, de Saint Jean Pied de Port (França), percorrem a pé pela Espanha as províncias de Navarra, La Rioja, Burgos, Palencia, León, Lugo e A Coruña. São 774 quilômetros, uma média de 20/25 quilômetros por dia, assim, são necessários cerca de 30 dias para chegar ao destino que é Santiago de Compostela (CONSELHO DE SANTIAGO, 2016).

O roteiro do Caminho Francês é: Roncesvalles - Pamplona - Puente La Reina - Estella - Logroño - Nájera - Santo Domingo de la Calzada - Burgos - Castrogeriz - Carrion de los Condes - Fromista - Sahagun - Leon - Astorga - Ponferrada e entram o território galego por O Cebreiro - Samos - Sarria - Portomarín - Palas de Rei - Melide - Arzúa - Santiago de Compostela (CONSELHO DE SANTIAGO, 2016).

Levando em consideração o exposto, dados do Centro de Estudos e Investigações Turísticas (CETUR) revelam que a peregrinação pelo Caminho de Santiago é a segunda principal motivação de viagem para Santiago de Compostela, ficando atrás apenas da motivação por férias ou ócio, conforme podemos visualizar no

gráfico 16 (CETUR, 2011; CETUR, 2012; CETUR, 2013; CETUR, 2014; CETUR, 2015).

**Gráfico 16- Principais motivações de viagem a Santiago de Compostela.**



Fonte: CETUR (2011; 2012; 2013; 2014; 2015). Org.: Santos (2017).

Embora o alojamento tradicional ao longo do Caminho seja os albergues, têm surgido nos últimos anos numerosos estabelecimentos de turismo rural que oferecem aos peregrinos formas de descanso diferentes aos dos clássicos albergues. O relatório do Observatório do Caminho de 2010 indica que quase 25% dos peregrinos utilizaram em algum momento o alojamento hoteleiro, entre os quais se incluem as casas de turismo rural (CETUR, 2011).

Todas as casas rurais em Santiago de Compostela estão próximas do Caminho de Santiago e, portanto, ofertam serviço de alojamento aos peregrinos, são eles: A Casa da Torre Branca, Pazo Xan Xordo, Finca San Lorenzo e Casa Rio Sarela.

Cabe esclarecer que ao utilizar o termo casa de turismo rural ou casa rural, referimos-nos às casas que foram restauradas e que, atualmente, servem como meio de hospedagem para os turistas que chegam ao município.

As informações de cada uma das casas foram obtidas por meio das entrevistas, mas também nos respectivos sites. Sendo assim, que passaremos a uma breve caracterização de cada uma delas.

A Casa da Torre Branca foi uma propriedade rural do século XVII que está localizada no município de Santiago de Compostela. Foi restaurada, mas se preservou a arquitetura tradicional do rural galego, ou seja, as pedras utilizadas na sua construção,

conforme se apresenta na figura 50, notam-se nas paredes. A propriedade sempre foi da mesma família.

**Figura 50- Casa, A Casa da Torre Branca.**



Fonte: Santos (2016).

A princípio, a propriedade foi adquirida pelos bisavôs da atual dona, que por meio de processo de inventariação dos bens, acabou ficando com ela. Há um sentimento de pertencimento da proprietária com o imóvel, pois relembra com saudades dos tempos de infância, do cuidado dos avós e dos pais com a propriedade.

**Figura 51- Teto de madeira, A Casa da Torre Branca.**



Fonte: Santos (2016).

A casa possui estruturas com grandes vigas das castanheiras, comum na região. As vigas são originais desde o período de seus bisavôs (figura 51), as pedras que construíram as paredes também o são. Entretanto, o interior foi modificado e reformado, pois havia muitos buracos. Ainda existe área a ser construída, mas a proprietária não faz planos para ampliar o estabelecimento.

Da família a proprietária foi a única que teve interesse em ficar com a casa como uma tentativa de preservar sua história e a memória de seus antepassados. É uma casa que ainda mantém a estrutura característica de uma propriedade rural galega como, por exemplo, a presença de hórreo (figura 52). Este hórreo foi muito utilizado para guardar o milho que seria moído para a fabricação de pães ou que serviam de ração para os animais.

**Figura 52- Hórreo, A Casa da Torre Branca.**



Fonte: Santos (2016).

Para a restauração, a proprietária, por meio da elaboração de um projeto, conseguiu o financiamento do PRODOR. Quando foi aprovado, o projeto de restauração durou aproximadamente 3 anos, pois como era um dinheiro público que foi investido, sempre havia vistoria para verificar se a obra estava seguindo de acordo com o que indicava o projeto. Uma das condições foi aproveitar o material original que estivesse em boas condições, por isso, conforme dito anteriormente, usou-se as pedras e as madeiras (figura 53).

**Figura 53- Fogão a lenha, A Casa da Torre Branca.**



Fonte: Santos (2016).

Na figura 53 temos uma das paredes de pedra e parte do telhado de madeira e no centro um antigo forno que os bisavôs, avós e os pais utilizavam para assar o pão que era utilizado para o consumo familiar.

A Figura 54 é outra parte da casa que foi reformada, onde atualmente funciona o restaurante da casa rural para atender os hóspedes ou reservas externas. Antes da reforma este espaço era o estábulo onde ficavam as vacas.

**Figura 54- Restaurante, A Casa da Torre Branca.**



Fonte: Santos (2016).

A sua localização permite que os turistas cheguem facilmente, seja por meio de carro, bicicleta ou transporte público, pois há uma parada de ônibus em frente à

propriedade. Além disso, disponibiliza aos clientes estacionamento, salão social, churrasqueira, aluguel de bicicletas, jardim para leitura e lazer, restaurante e funciona o ano inteiro.

A propriedade rural dispõe de 9 quartos, geralmente com decoração simples, mas que realça a naturalidade e originalidade das paredes de pedras e do telhado de madeira.

Já o Pazo Xan Xordo foi restaurado tentando preservar a sua estrutura original do século XIX. Esta propriedade de turismo rural possui mais de 64 mil metros quadrados de área que é margeada pelo rio Lavacolla.

De acordo com o entrevistado, anteriormente, esse rio era usado por peregrinos no Caminho, que se banhavam nessas águas como um ritual de purificação antes de chegar a Santiago de Compostela.

Historicamente um *pazo* é considerado um tipo específico de casa senhorial tradicional galega com um estilo majestoso e geralmente está localizado na área rural. A casa foi construída de pedra com vigas de madeira no teto e dois andares (Figura 55).

**Figura 55- Entrada Pazo Xan Xordo.**



Fonte: Santos (2016).

A figura 55 ilustra a entrada da casa rural Pazo Xan Xordo, em que se observam as pedras que compõem tanto a parede quanto o chão. Além disso, manteve-se a chaminé da casa que atualmente funciona para manter o aquecimento interno durante o inverno.

Os *pazos* antes do século XIX foram a residência de pessoas notáveis, como reis ou nobres. Assim, representavam importantes construções dos séculos XVII a XIX, uma vez que possuía uma arquitetura rural e monástica.

De estilo arquitetônico palaciano, os *pazos* tornaram-se marca social e principal ponto de refúgio para a classe fidalga. Para não perder sua arquitetura singular, o *pazo* foi restaurado, preservando suas características e tornando-se um estabelecimento de turismo rural.

Neste *pazo* preservaram-se alguns elementos que caracterizam esse estilo arquitetônico, como a fonte de água, que é original, usada para saciar a sede dos animais que ali chegavam e depois usada pelos peregrinos que passavam pela casa, para refrescar-se e descansar da caminhada, como se pode ver na figura 56.

**Figura 56- Fonte de água, Pazo Xan Xordo.**



Fonte: Santos (2016).

Para obter o título de casa rural com a categoria *pazo*, foi necessário atender alguns critérios como, por exemplo, apresentar hórreo, capela, cruzeiro e moinho. No *pazo* em questão foi observada a presença de todos esses elementos como ilustram as figuras 57, 58, 59 e 60.

O hórreo assim como na casa da Torre Branca, também era o local onde se guardava o milho, especialmente para que os animais não comessem e proteger das chuvas comuns e constantes nos períodos de dezembro a maio na Galícia.

**Figura 57- Hórreo, Pazo Xan Xordo.**



Fonte: Santos (2016).

A capela (figura 58), geralmente fica aberta para visitação dos turistas que se hospedam na casa, entretanto não há cultos religiosos, salvo quando solicitado por um padre que vem acompanhando uma peregrinação para a realização de uma missa ou de um momento de oração.

Assim como a casa, a capela também foi restaurada. Vale ressaltar que quando foi adquirida a propriedade, não havia nada em seu interior. Assim, a decoração é recente e está relacionada a sua utilização pelos turistas.

**Figura 58- Capela, Pazo Xan Xordo.**



Fonte: Santos (2016).

Outro elemento característico é a presença de cruzeiro, conforme ilustra a figura 59. Este cruzeiro   original desde quando se adquiriu a casa rural. Fica localizado na

entrada da propriedade e sua presença é muito comum nas casas da área rural da Galícia.

**Figura 59- Crucero, Pazo Xan Xordo.**



Fonte: Santos (2016).

Na figura 60, tem-se um moinho de água que, segundo descrição do entrevistado, era utilizado para moer trigo e milho para produção de farinha, já que o trigo era usado para fazer pão, muito consumido na alimentação familiar, e o milho para alimentar os animais.

**Figura 60- Moinho, Pazo Xan Xordo.**



Fonte: Santos (2016).

Dado o tamanho da casa e da área externa pensou-se em aproveitá-la como casa de turismo rural, já que a família não ocupava todos os cômodos e estes estavam sem utilidade.

O *pazo* tem 10 quartos, salão social com chaminé, sala de reuniões, cozinha externa, estacionamento, jardim amplo, horta e área externa para fazer caminhada, jogar e fazer leitura, etc.

**Figura 61- Quarto, Pazo Xan Xordo.**



Fonte: Santos (2016).

Na figura 61 tem-se uma imagem que ilustra um dos quartos dessa casa de turismo rural. Como se observa, o teto é de madeira, representativo de sua construção em que se mantiveram as madeiras originais. As paredes são de pedras e um fato curioso atrelado a essa característica é que geralmente possuem formato irregular em que os turistas aproveitam para deixar moedas, como um ritual de agradecimento pela realização da peregrinação até Santiago.

Este *pazo* está bem localizado, pois fica perto do último trecho do Caminho de Santiago, a 1 quilômetro (km) da estrada, a 7 km de Santiago de Compostela e a 3 km do Aeroporto de Lavacolla. Há uma parada de ônibus próximo do *pazo*, com a linha de ônibus que faz o trajeto aeroporto para o centro histórico de Santiago de Compostela e vice e versa.

A Finca San Lorenzo está localizada em Santiago de Compostela, perto do centro histórico da cidade e de um pequeno vale através do qual passa o rio Sarela, como mostra a figura 62.

**Figura 62- Vista de cima, Finca San Lorenzo.**



Fonte: Finca San Lorenzo (2016).

A figura 62 nos dá uma dimensão da localização da casa. De acordo com o entrevistado no momento em que a propriedade foi adquirida já possuía essas características, construída em cima do rio Sarela, pois no período de sua construção não havia um rigor por parte da proteção ao meio ambiente, sendo que na atualidade é improvável uma construção nessa proporção.

Esta casa rural está localizada ao lado das corredeiras de moinhos (também chamada de Caminho dos Moinhos), que foi utilizada por mais de 100 anos pelas pessoas da cidade de Santiago de Compostela como o local específico para moer; atualmente existe uma trilha que se pode percorrer às margens do rio Sarela em que se poderá visualizar moinhos antigos. O Caminho dos Moinhos em um determinado ponto, cruza com o trecho do Caminho de Santiago que vai para Finisterra (o Caminho a Finisterra é feito para a purificação dos peregrinos que realizam o Caminho de Santiago).

Como os demais, ainda se preservam as paredes de pedra que foram utilizadas na construção da casa, bem como a pedra que se usava no moinho, conforme se observa na figura 63. Nessa mesma figura tem-se a lareira que, durante o inverno, serve para aquecer.

**Figura 63- Interior da casa, Finca San Lorenzo.**



Fonte: Santos (2016).

Quando foi adquirida pelos pais do atual proprietário já não funcionava o moinho, mas sabe-se que é do século XVIII que retém no seu interior, as pedras de trabalho que foram usadas para moer o trigo (figura 64) e um forno de pedra que fica na cozinha.

**Figura 64- Pedra do Moinho, Finca San Lorenzo.**



Fonte: Santos (2016).

A casa possui 5 quartos, em virtude disso somente aluga-se a casa completa. Além disso, aluga-se para eventos sociais, tais como comemorações de aniversário, batizado, casamentos, entre outros.

A Casa Rio Sarela (figura 65) está localizada a 3 quilômetros da Catedral de Santiago de Compostela. A casa é um edifício composto por dois andares e um moinho e é cercado por um muro de pedra de alvenaria. É uma propriedade de 6.000 metros quadrados, através do qual passa o rio Sarela.

**Figura 65- Casa Rio Sarela.**



Fonte: Casa Rio Sarela (2016).

A casa estava em ruínas quando foi comprada pelos atuais proprietários. Tudo foi reformado, mas mantendo as características originais de uma casa rural típica galega como, por exemplo, a estrutura de pedra, como as demais casas da arquitetura popular. O moinho foi reabilitado e atualmente é utilizado como quarto para os hóspedes. Possui dois andares, com quatro quartos, cozinha e sala de estar (figura 66). Comporta 8 pessoas.

**Figura 66- Sala de Estar, Casa Río Sarela.**



Fonte: Casa Río Sarela (2016).

A casa rural foi aberta para o turismo há aproximadamente quatro anos. A princípio a aquisição do imóvel era para ser como uma casa de lazer da família, depois mudaram de ideia e decidiram investir no turismo. Aluga-se somente a casa.

### **5.7 Caracterização do Município de Padrón**

Padrón é um município da Galícia que está localizado ao sul da província de A Coruña, na comarca de O Sar. Tem uma área de aproximadamente 48,5 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 8.581 habitantes (INE, 2016). A vila de Padrón é a capital comarcal de O Sar e um núcleo urbano centralizador da atividade econômica e sociocultural do espaço rural e do entorno.

Possui um governo municipal próprio que é o Conselho de Padrón. A administração pública inclui cinco paróquias, que são: Paróquia de Carcaría, Paróquia de Cruces, Paróquia de Herbón, Paróquia de Iria Flavia e Paróquia de Padrón (CONSELHO DE PADRÓN, 2016).

No que diz respeito a sua história, o seu surgimento está associado à paróquia de Iria Flavia, já que este foi um importante assentamento romano segundo a tradição *jacobea*, foi a sede apostólica por onde chegou o corpo do apóstolo Santiago. A barca que o trazia atracou no rio Sar e foi amarrada a uma pedra, o '*pedrón*', que deu nome mais tarde a este povoamento. Após o traslado dos restos mortais do Apóstolo para Santiago de Compostela, os peregrinos, que se deslocavam por via marítima,

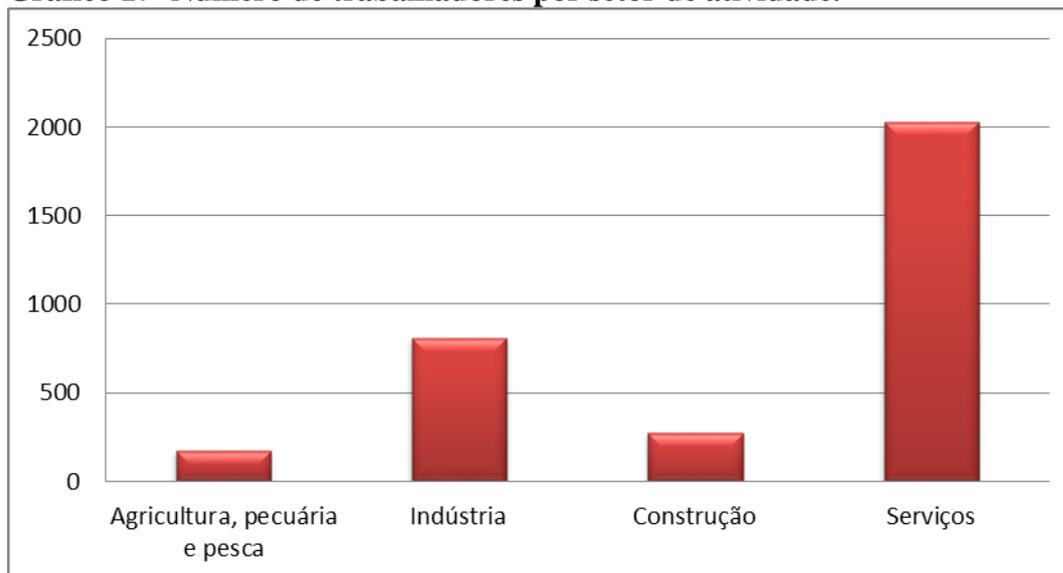
continuaram a fazer o mesmo percurso até chegar a Santiago, assim nasceu o Caminho Português (CONSELHO DE PADRÓN, 2016).

Além do Caminho Português, também existe o roteiro conhecido como itinerário jacobeu do Mar de Arousa e Rio Ulla. Este é um percurso marítimo-fluvial ao longo do Rio Arousa e do rio Ulla, pois quem o faz rememora a chegada do corpo do Apóstolo à Galícia pelo mar. Segundo o costume, acredita-se que a barca entrou pelo rio Ulla atracando no assentamento romano de Iria Flavia, passando por Pontecesures e Padrón. O roteiro passa por: Sanxenxo - O Grove – Cambados – Vilanova y Vilagarcía de Arousa – Catoira - Pontecesures – Padrón – Santiago; ou entrando por Ribeira - A Pobra – Boiro – Rianxo – Pontecesures – Padrón – Santiago (CONSELHO DE PADRÓN, 2016).

Sua economia se fundamenta no comércio, transporte e hotelaria, que representa o maior número de empresas registradas, com 41,91%, ou seja, o setor de hotelaria e turismo está presente na economia de Padrón, sobretudo em virtude do turismo religioso do Caminho Português. A prestação de outros serviços (informática, comunicações, atividades financeiras, seguros, imobiliárias, etc.) somam 32,73% (INE, 2016).

Quanto à representatividade dos dados econômicos, em comparação tanto com a economia galega quanto em relação à província de A Coruña, são valores pequenos, já que todos os setores econômicos representam menos de 1%.

Vale dizer que às empresas especializadas em alumínio estão em Padrón, gerando mais de 100 postos de trabalho, para um núcleo populacional que não chega a 10.000 habitantes. Essas empresas são importantes não somente para Padrón, mas igualmente para os municípios do entorno, já que estão presentes muitas empresas de transformação do alumínio, como é o caso do grupo Cortizo. Na agricultura (gráfico 17) desenvolve a produção intensiva por meio de hortas, do qual se destacam os famosos ‘pementos’ de Herbón, também conhecidos como ‘pementos de Padrón’ (DELOA, 2015).

**Gráfico 17- Número de trabalhadores por setor de atividade.**

Fonte: DELOA (2015). Org.: Santos (2016).

Economicamente, pode-se dizer que a peregrinação que envolve o Caminho Português contribuiu para o investimento no setor turístico, especialmente no tocante à abertura de alojamentos. Segundo dados da pesquisa do ano de 2015 realizada pelo CETUR, o Caminho de Santiago representa 42,3% da preferência dos turistas que chegam a Santiago (CETUR, 2015).

Nessa conjuntura propiciada pelo Caminho Português e aproveitando as subvenções dos programas LEADER e PRODER (com financiamento de projetos no espaço rural), surgiram os dois estabelecimentos registrados como casas de turismo rural em Padrón: Os Lambráns e Casa de Marcelos, como veremos a seguir.

A Casa de Marcelos está localizada a 5 km do centro da cidade de Padrón o último trecho antes de chegar à cidade histórica de Santiago de Compostela, ou seja, perto do Caminho Português.

Está localizada no vale do rio Ulla, muito conhecido pela pesca da lampreia e próximo do cultivo dos *pementos* de Herbón. Os *pementos* são procedentes da América do Sul que foram trazidos ao município no final do século XVI pelos missionários franciscanos que se instalaram no Convento de Hérbon. Este *pemento* é uma variedade de Padrón e obteve o reconhecimento como Denominação de Origem Protegida “*Pemento de Herbón*” pela Ordem da *Consellería do Medio Rural*, em 1 de julho de 2009 (DELOA, 2015). Existe um ditado propagado que diz: ‘*pementos* de Padrón, uns picam outros não’, uma vez que nem todos ardem (picam), somente ao comer-los é que se saberá.

Com 4 quartos, a casa é de arquitetura tradicional galega, com a construção de pedra, como se mostra na figura 67. Foi restaurada com um financiamento adquirido do PRODER.

**Figura 67- Entrada, Casa de Marcelos.**



Fonte: Santos (2016).

Nessa casa rural há criação de gado, produção agrícola para consumo próprio e produção de vinho, como é apresentado na figura 68, (a videira está no jardim da casa rural).

**Figura 68- Videira, Casa de Marcelos.**



Fonte: Santos (2016).

Assim como os outros, a propriedade é grande e proporciona um ambiente de descanso. Tem jardim (figura 68) em que o turista pode aproveitar para fazer leitura e relaxar.

Já a casa Os Lambráns está localizada no município de Padrón, na região de Sar, no Caminho Português, a alguns quilômetros de Santiago de Compostela. É uma aldeia antiga que foi comprada pela atual proprietária porque tinha a vontade de dedicar-se ao turismo rural. É composta por três moradias restauradas, de acordo com a figura 69, em que tudo o que se podia manter foi mantido.

**Figura 69- Casa de Aldea, Os Lambráns.**



Fonte: Os Lambráns (2016).

Dos elementos característicos das casas rurais galegas foi mantido o hórreo, figura 70, e o forno para assar pão, que está na parte interna de uma das casas. A filha da proprietária é arquiteta e fez o projeto para a restauração. Desta forma, tudo foi planejado com a ideia de sustentabilidade, sobretudo a partir do uso de energias renováveis, por meio de um sistema térmico baseado em biomassa e painéis solares para aquecimento de água.

**Figura 70- Hórreo, Os Lambráns.**



Fonte: Santos (2016).

Possui 9 quartos, jardim (figura 71) com espaço para descanso dos turistas com árvores como o carvalho e flores galegas, tais como a camélia, a hortênsia, etc. Também está localizado próximo ao cultivo dos conhecidos '*pementos*' de Padrón.

**Figura 71- Jardim da casa rural, Os Lambráns.**



Fonte: Santos (2016).

Diferentemente das demais, essa casa não obteve financiamento pelos programas LEADER ou PRODER, mas foram buscadas alternativas de recurso para a restauração da casa, através de auxílios que apoiavam projetos sustentáveis, conseguindo financiamento da Xunta de Galicia por meio do setor de energia renováveis.

O conhecimento dos elementos naturais e das territorialidades que caracterizam os municípios e as propriedades aqui estudadas, ainda que de forma descritiva, foram de suma importância para compreender essas realidades.

## 6 TERRITORIALIDADES DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DO TURISMO NOS MUNICÍPIOS DE ROSANA, PRESIDENTE EPITÁCIO, SANTIAGO DE COMPOSTELA E PADRÓN

### 6.1 O Programa PRONAF Turismo Rural na Agricultura Familiar no Desenvolvimento do Turismo de Rosana/SP e Presidente Epitácio/SP

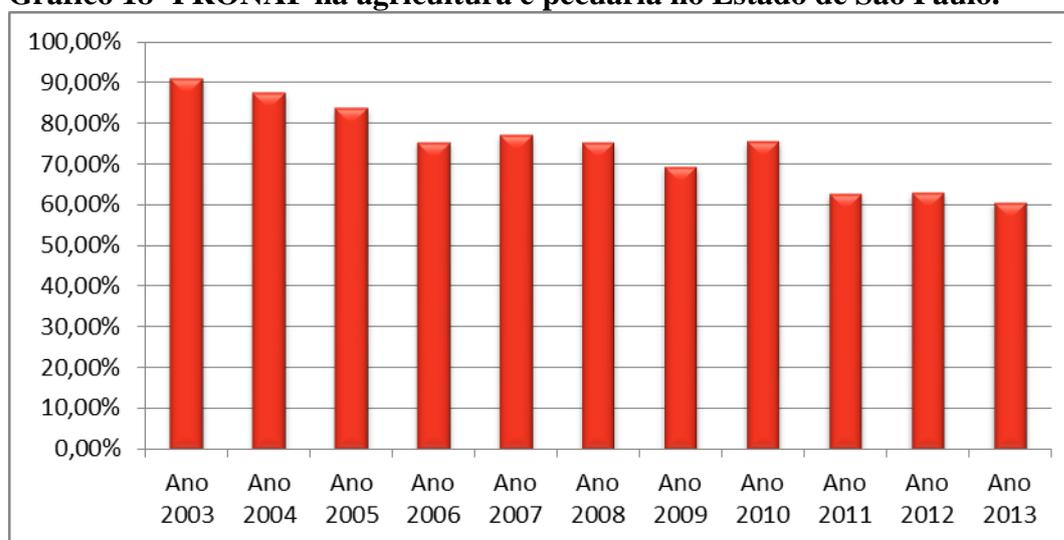
A intencionalidade desse sub capítulo é apresentar informações sobre o investimento no campo a partir do PRONAF nos municípios de Rosana/SP e Presidente Epitácio/SP, sobretudo enfatizando se nesses investimentos aparece o turismo rural em sua proposta ao longo do tempo (2003 e 2013).

Segundo dados do Banco Central do Brasil (BCB), disponível no Anuário Estatístico do Crédito Rural do PRONAF, durante os anos de 2003 e 2013 foram concedidos financiamentos para as modalidades agrícola e pecuária. Assim, os recursos alocados com a agricultura foram para o plantio de algodão, arroz, batata, café, cana-de-açúcar, feijão, fumo, mandioca, milho, soja e outras lavouras (BRASIL, 2013).

No que diz respeito à pecuária foram investidos recursos para a compra de animais, beneficiamento ou industrialização, aquisição de maquinário e equipamentos, compra de veículos, etc.

Segundo o gráfico 18, o PRONAF no Estado de São Paulo custeou principalmente o setor agrícola e pecuário durante o período de 2003 a 2013, destacando-se os primeiros anos com respectivamente, 91,27%, 87,6% e 83,9% dos gastos.

**Gráfico 18- PRONAF na agricultura e pecuária no Estado de São Paulo.**



Fonte: Brasil (2015); Brasil (2013).

Se comparados o número de contratos do PRONAF no âmbito nacional em relação ao Estado de São Paulo (2003 a 2013) obteve-se respectivamente a seguinte porcentagem: 2,26%, 1,96%, 1,27%, 1,20%, 1,59%, 2,08%, 2%, 2,12%, 2,15%, 1,83% e 1,73% (BRASIL, 2015; BRASIL, 2013). A tabela 1 apresenta a evolução do número de contratos ao longo dos anos com a variação em âmbito municipal, estadual e nacional.

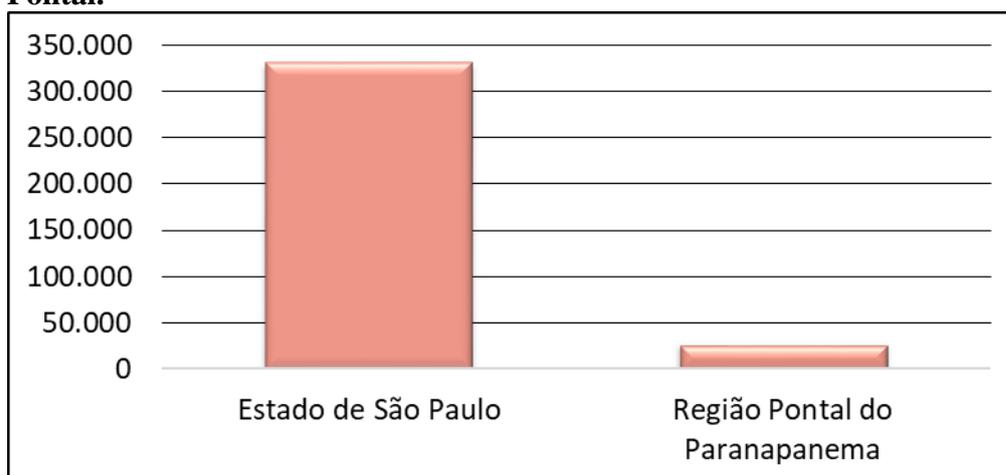
**Tabela 1- Números de contratos PRONAF concedidos.**

<b>Ano</b>	<b>Presidente Epitácio</b>	<b>Rosana</b>	<b>Estado de São Paulo</b>	<b>Brasil</b>
<b>2003</b>	167	14	22.718	1.003.837
<b>2004</b>	246	292	26.402	1.345.713
<b>2005</b>	414	188	28.256	2.208.198
<b>2006</b>	481	163	30.734	2.551.497
<b>2007</b>	324	225	30.639	1.923.317
<b>2008</b>	310	138	32.322	1.550.749
<b>2009</b>	377	160	35.122	1.704.947
<b>2010</b>	285	72	33.729	1.585.486
<b>2011</b>	304	149	33.197	1.539.901
<b>2012</b>	203	92	33.526	1.823.210
<b>2013</b>	392	150	34.469	1.988.234

Fonte: Brasil (2013); Brasil (2015). Org.: Santos (2017).

Também foi analisado o documento do MDA com informações dos estados e municípios no que diz respeito à produção agropecuária e créditos PRONAF liberados. Segundo os dados apresentados no gráfico 19, a região do Pontal do Paranapanema teve um percentual de 8,29% em comparação ao estado de São Paulo, durante o período de 2003 a 2013 sobre o número de contratos concedidos (BRASIL, 2015; BRASIL, 2013).

**Gráfico 19- Números de contratos PRONAF no Estado de São Paulo e região do Pontal.**

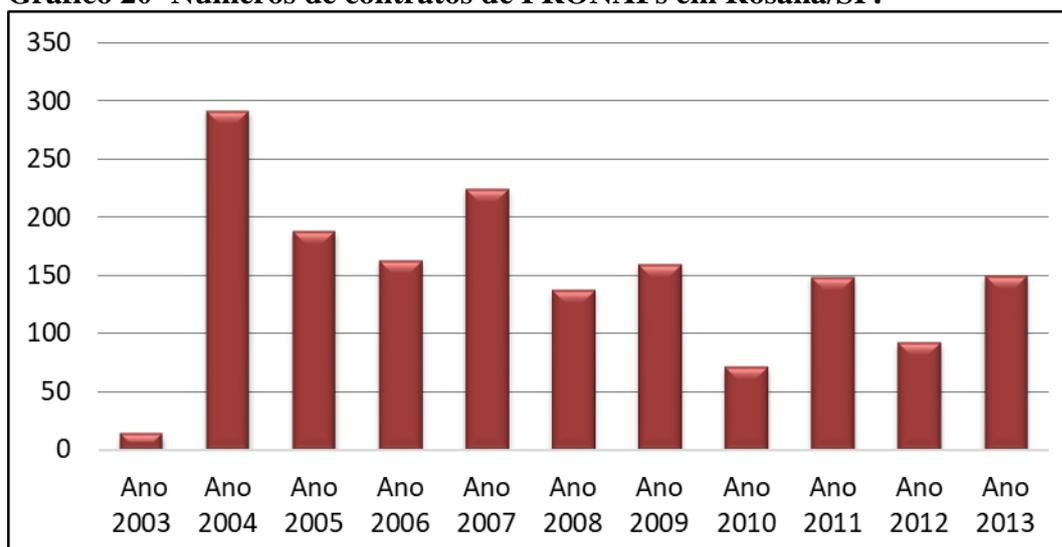


Fonte: Brasil (2013); Brasil (2015). Org.: Santos (2017).

Cabe dizer que a somatória dos contratos PRONAF na região do Pontal do Paranapanema é fundamentada nos municípios mencionados anteriormente, pois são estes que, em sua composição territorial, apresentam assentamentos de reforma agrária.

Os contratos do PRONAF em Rosana/SP, conforme se aponta no gráfico 20, durante o ano de 2003, comparado-se com os demais anos, foi relativamente baixo, mas ao longo do tempo mostrou-se com períodos de altas e baixas, com picos durante os anos de 2004, 2005 e 2007, com respectivamente 17,7%, 11,44%, 13,69% (BRASIL, 2015; BRASIL, 2013).

**Gráfico 20- Números de contratos de PRONAFs em Rosana/SP.**

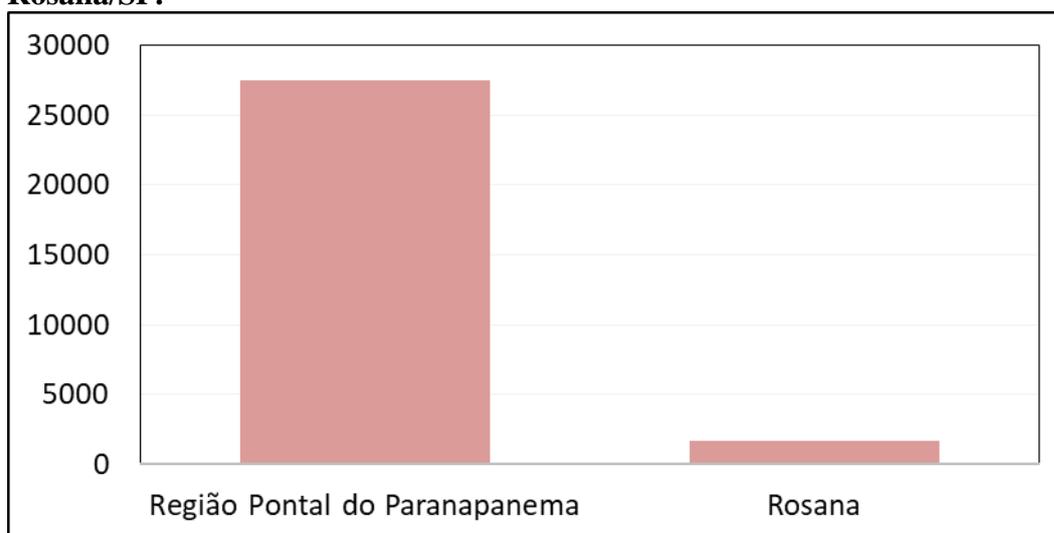


Fonte: Brasil (2013); Brasil (2015). Org.: Santos (2017).

Se comparado com o Estado de São Paulo, nesse mesmo período (2003 e 2013) houve destaque para os anos mencionados anteriormente com respectivamente 1,13%, 0,64%, 0,74% (BRASIL, 2015; BRASIL, 2013).

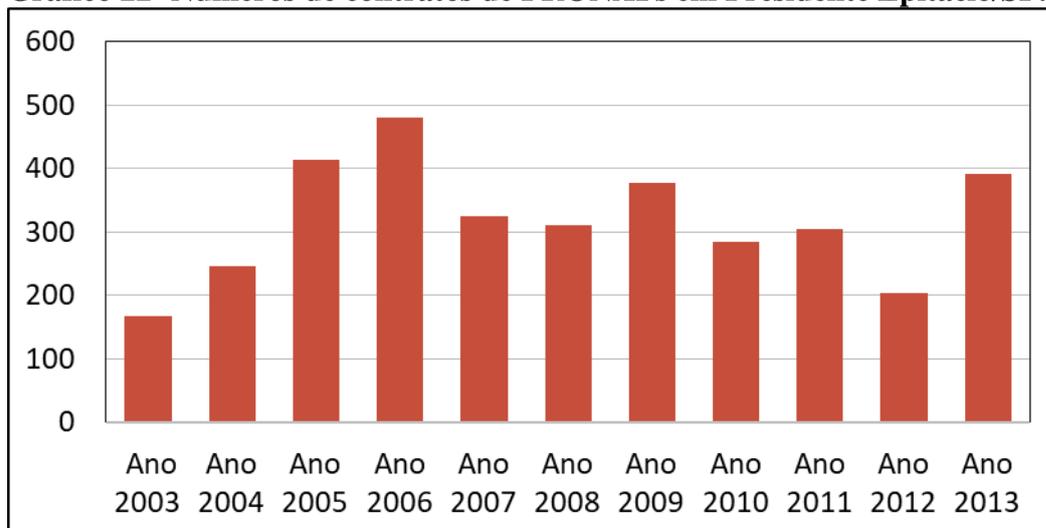
No tocante ao município de Rosana, em comparativo com a região do Pontal do Paranapanema, conforme gráfico 21, obteve-se a porcentagem de aproximadamente 5,96% de contratos aprovados (BRASIL, 2015; BRASIL, 2013).

**Gráfico 21- Números de PRONAFs na região do Pontal do Paranapanema e Rosana/SP.**



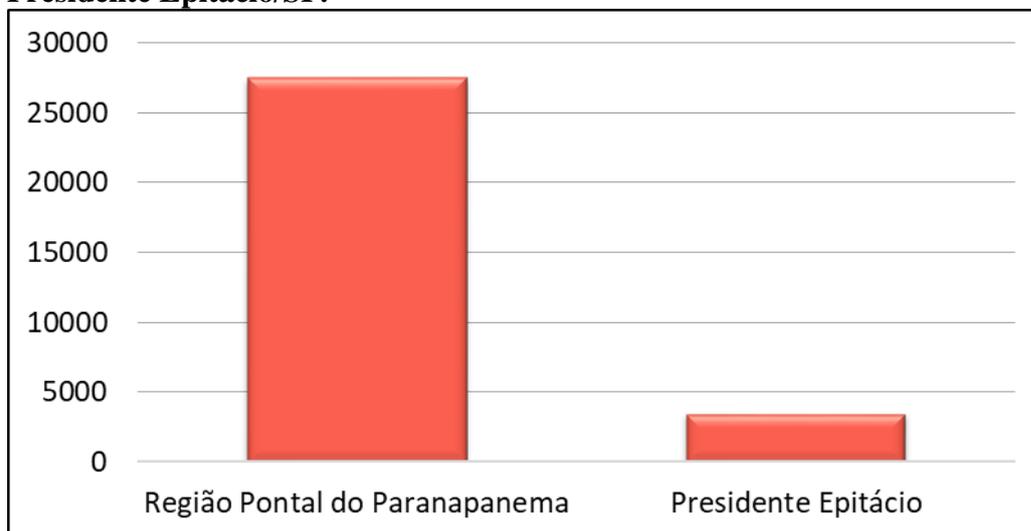
Fonte: Brasil (2013); Brasil (2015). Org.: Santos (2017).

Os contratos do PRONAF em Presidente Epitácio/SP, conforme observa-se no gráfico 22, durante o ano de 2003 foi o mais baixo, se se levar em consideração os demais anos. Entretanto, assim como no município de Rosana, houve momentos de altas e baixas, com destaque para os anos de 2005, 2006 e 2013, com respectivamente 11,8%, 13,73% e 11,2% contratos efetivados. Comparando-se com o Estado de São Paulo, nesse mesmo período (2003 a 2013) destacam-se os anos mencionados anteriormente, com respectivamente 1,60%, 1,65% e 1,29% (BRASIL, 2015; BRASIL, 2013).

**Gráfico 22- Números de contratos de PRONAFs em Presidente Epitácio/SP.**

Fonte: Brasil (2013); Brasil (2015). Org.: Santos (2017).

No que diz respeito ao município de Presidente Epitácio, comparando-se com a região do Pontal do Paranapanema, conforme gráfico 23, observa-se que o município apresenta mais que o dobro do número de contratos de Rosana pontuando com aproximadamente de 12,71% de contratos assinados (BRASIL, 2015; BRASIL, 2013).

**Gráfico 23- Números de PRONAFs na região do Pontal do Paranapanema e Presidente Epitácio/SP.**

Fonte: Brasil (2013); Brasil (2015). Org.: Santos (2017).

Para a análise do turismo rural vinculado à agricultura familiar foi necessário buscar na página *web* da Secretaria de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário informação sobre o assunto. Partindo disso descobriu-se que essa secretaria está

subdividida em outras sub secretarias, tais como: Planejamento e Gestão, Desenvolvimento Rural, Reordenamento Agrário, Agricultura Familiar, entre outras.

A Secretaria Especial de Agricultura Familiar (SEAF) pertence à SAF, respondendo diretamente pelas propostas relacionadas ao turismo rural (BRASIL, 2003a).

A SEAF tem ações e programas nas seguintes modalidades: Agroindústrias, Alimentação Escolar, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Biodiesel, Declaração de Aptidão ao PRONAF, PRONAF, Garantia Safra, Mais Alimentos, Mais Gestão, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGRAF), Projetos Especiais, Seguro da Agricultura Familiar, Selo da Agricultura Familiar, Sociobiodiversidade, Talentos do Brasil e Turismo Rural (BRASIL, 2003a).

O programa Turismo Rural, segundo informações do SEAF, tem como objetivo incentivar a diversificação produtiva e de renda familiar, sobretudo, com produtos diferenciados na agroindústria, no turismo e no artesanato (BRASIL, 2003a), fomentando a criação de roteiros turísticos voltados à valorização da agricultura familiar.

Na página *web* menciona que os roteiros turísticos são experiências exitosas, contudo não existe documento disponível no portal que nos permita analisar essas informações. Ademais, os links existentes não funcionam, inviabilizando qualquer análise sobre os projetos de turismo rural existentes. Vale ressaltar que essas informações não foram encontradas porque o MDA foi extinto por meio da Lei nº13.341, de 29 de setembro de 2016 (BRASIL, 2016).

O documento encontrado não estava na página *web* da SEAF, mas sim na internet e chama-se “Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar 2004/2007”, em que foi possível examinar e trazer aqui alguns apontamentos.

Consiste em um relatório bem simplificado em que se descreve o que foi o programa durante o período de 2003 e 2006, levando em consideração as demandas sociais, as ações durante o primeiro mandato do governo Lula e a geração de trabalho e renda.

Este programa teve como princípios a: 1) Valorização do patrimônio cultural, natural e do sistema produtivo dos agricultores; 2) Envolvimento com a produção agropecuária; 3) Inserção dos agricultores e organizações, resguardando as relações de gênero, geração, raça e etnia; 4) Gestão compartilhada entre os participantes; 5)

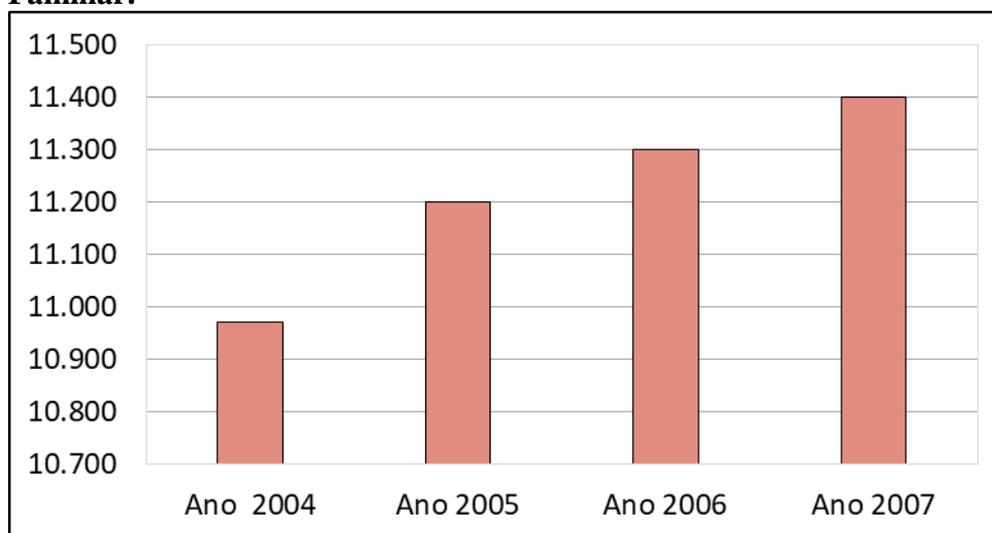
Construção de parcerias institucionais; 6) A atividade de turismo em complementariedade à agropecuária; 7) Entender que há distintas realidades da agricultura familiar brasileira e respeitar a suas singularidades; 8) Planejamento participativo e gestão descentralizada (BRASIL, [2008?]).

O público atendido foram os produtores familiares convencionais, assentados de reforma agrária, extrativistas florestais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, povos da floresta, seringueiros, etc. (BRASIL, [2008?]).

O programa teve como principais diretrizes a: Capacitação, Infraestrutura, Legislação, Mercado e Gestão. A capacitação foi voltada para a melhoria e qualidade do serviço turístico ofertado, pensando na valorização das atividades agropecuárias existentes e da autoestima do produtor (BRASIL, [2008?]).

Foram capacitados técnicos e os agricultores, sendo que estes últimos, segundo o gráfico 24, durante os anos de 2004 e 2007 representaram respectivamente 24,44%, 24,96%, 25,18%, 25,40% de produtores agrícolas. Embora no presente documento não seja mencionado, acredita-se que esses dados se refiram ao desenvolvimento do programa em âmbito nacional.

**Gráfico 24- Números de capacitações no PRONAF Turismo Rural na Agricultura Familiar.**



Fonte: Brasil ([2008?]). Org.: Santos (2017).

As principais estratégias para a capacitação foram: participação das comunidades rurais, sensibilizando-as para a importância do turismo planejado e integrado que valorizasse os talentos locais; desenvolvimento de ações voltadas à capacitação de multiplicadores para a realização do programa; preparação de cursos,

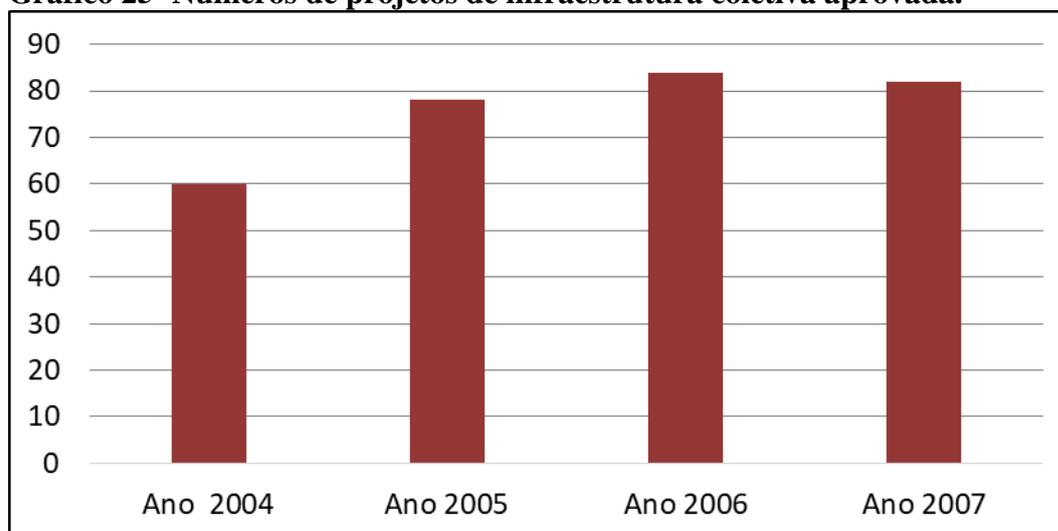
bem como visitas técnicas para capacitação dos técnicos, agricultores e lideranças para o turismo; e, elaboração de materiais educativos para o público, na tentativa de contribuir para o conhecimento acerca do projeto e a percepção para o turismo rural (BRASIL, [2008?]).

As ações dessa diretriz foram financiadas pelo PRONAF capacitação, por outras linhas de subvenções de instituições públicas e outros programas estaduais de desenvolvimento e recolocação de mão-de-obra (BRASIL, [2008?]).

Na diretriz infraestrutura o objetivo foi adequar e implantar a infraestrutura básica e turística necessária para o desenvolvimento do turismo, sobretudo pautada na responsabilidade social, cultural, ambiental e territorial (BRASIL, [2008?]).

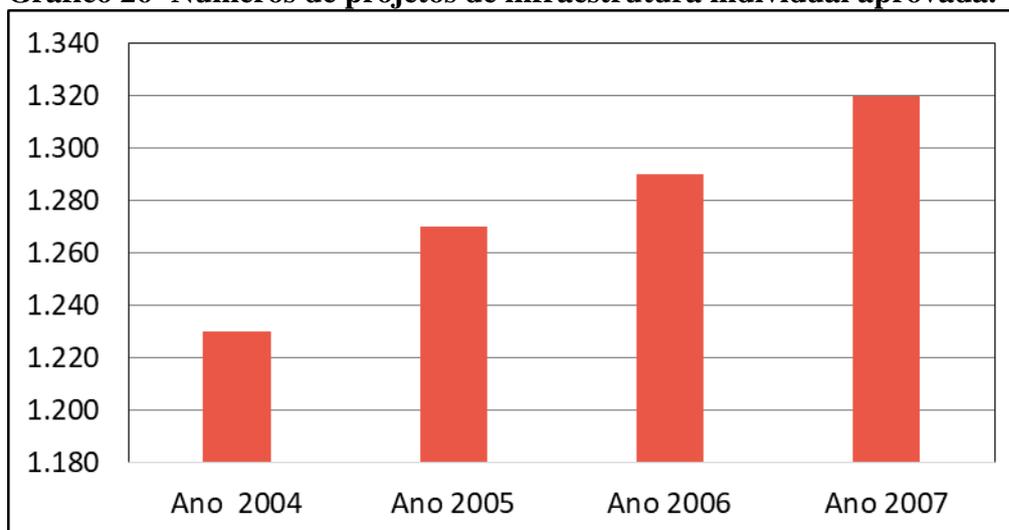
No gráfico 25 tem-se que a infraestrutura básica atendeu uma média anual de 76 projetos de infraestrutura coletiva. Durante o período de 2004 a 2007 foram gastos nessa modalidade 19,73%, 25,65%, 27,63%, 26,97% respectivamente, do valor disponível para esta diretriz.

**Gráfico 25- Números de projetos de infraestrutura coletiva aprovada.**



Fonte: Brasil ([2008?]). Org.: Santos (2017).

Nessa diretriz (infraestrutura), segundo dados do referido Programa, foram beneficiados ao todo 24.052 agricultores familiares no Brasil entre os anos de 2004 e 2007. Já em infraestrutura privada, ou seja, individual, foram aprovado, em média 1278 projetos anualmente. O gráfico 26 aponta que houve um aumento crescente nos anos de 2004 a 2007, sendo este último com o maior percentual de projetos aprovados, com respectivamente, 24,07%, 24,85%, 25,24%, 25,83%.

**Gráfico 26- Números de projetos de infraestrutura individual aprovada.**

Fonte: Brasil ([2008?]). Org.: Santos (2017).

As principais estratégias para esta diretriz foram de disponibilizar linhas de crédito para a implantação, aumento, adequação e reestruturação de propriedades rurais para o turismo. Além disso, possibilitar linhas de financiamento para infraestrutura coletiva e/ou privada que esteja vinculada ao turismo rural (BRASIL, [2008?]). Para estas ações os recursos foram provenientes do Pronaf infra-estrutura, programas estaduais e fundos de incentivos ao turismo.

A diretriz legislação teve como propósito estabelecer normas e procedimentos que serviriam de base para orientar e incentivar a atividade de turismo rural na agricultura familiar. Ademais, visou também orientar e informar sobre as mudanças nas legislações relacionadas ao turismo rural, sobretudo aplicado à agricultura familiar. Também estimulou para que outras instâncias do legislativo pudessem corroborar com o turismo e identificar e propor incentivos federais, estaduais e municipais para o desenvolvimento da atividade (BRASIL, [2008?]).

Sobre a diretriz mercado, esta teve como objetivo introduzir os agricultores no mercado turístico, seja na instância federal, estadual e municipal, integrando os serviços e produtos do turismo rural (BRASIL, [2008?]).

As principais estratégias para essa diretriz foram: inserir os produtos e serviços de turismo rural ofertados pelos agricultores em Arranjos Produtivos Locais (APLs); formular materiais técnicos que viabilizassem novos mercados; fomentar e difundir os produtos e serviços turísticos dos agricultores, por meio de eventos e material de

divulgação; aproveitar os equipamentos públicos para a comercialização dos produtos, etc. (BRASIL, [2008?]).

A diretriz gestão objetivou a prática do modelo de gestão fundamentado na articulação, participação e solidariedade entre os envolvidos. As principais estratégias auferidas nessa diretriz foram: articulação entre as instituições públicas e privadas; construção de redes entre agricultores e instituições atreladas ao turismo, seja no âmbito municipal, regional, estadual e nacional; envolvimento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural nos projetos de turismo rural; monitorar e avaliar o programa; criação de um sistema de informação para conduzir o programa; criação de grupos de gestão com funções e temas de trabalhos definidos para melhor gerenciamento do programa; fazer constantes avaliações do programa para minimizar os efeitos negativos; fazer monitoramento participativo em que o agricultor tenha a autonomia para decidir sobre o que está sendo ofertado, entre outras (BRASIL, [2008?]).

No que diz respeito ao arranjo institucional, o Programa contou com o MTur, já que a proposta do programa foi estar atrelado ao Plano Nacional de Turismo 2003-2007. A nível estratégico foi composto pelo Ministério do Turismo, o Conselho Nacional de Turismo e o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (BRASIL, [2008?]).

Existiu dentre as instituições participantes um nível de hierarquização, mas teoricamente respaldado no diálogo entre os envolvidos, sobretudo na gestão descentralizada com representatividade das organizações de agricultores familiares nos Conselhos Municipais de Turismo, sendo posto como um novo modelo de gestão descentralizada do Plano Nacional de Turismo.

Os Conselhos participantes são órgãos deliberativos de gestão do referido Programa, pois podem decidir, estabelecer parcerias entre instituições e controlar as metas do programa.

A grosso modo, sobre o PRONAF, podemos inferir, partindo da análise dos documentos emitidos pelo Banco Central do Brasil sobre o crédito rural brasileiro, que não houve registro de crédito rural especificamente para a modalidade turismo rural no Brasil e tão pouco nos municípios de Rosana e Presidente Epitácio.

A análise dos documentos do MDA sobre o crédito PRONAF concedido aos produtores rurais dos municípios de Rosana e Presidente Epitácio não relatam a presença da atividade de turismo rural. O financiamento, pela descrição dos documentos analisados, foi para a implementação de infraestrutura e de reestruturação produtiva.

Sobre o documento “Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar 2004/2007” aqui analisado não podemos afirmar em que localidades esses recursos foram investidos, contudo, acreditamos que não foram nos municípios de Rosana e Presidente Epitácio já que os entrevistados, em sua maioria, desconheciam a existência dessa linha de crédito para o turismo no espaço rural.

## **6.2 Os Programas LEADER e PRODER no Desenvolvimento do Turismo de Santiago de Compostela e Padrón**

Na Galícia, no LEADER I (1991-1993), foram contemplados 4 GALs/GDRs, tais como: Portodemouros, Ancares, Baixo Miño e Monterrei (XUNTA DE GALÍCIA, 2015). Cabe ressaltar que, dentre esses projetos, alguns foram de intervenção turística. Nesse sentido, foram contempladas as casas do espaço rural galego que com o financiamento puderam reformar e restaurar com o objetivo de reabilitá-las em casa de turismo rural. São exemplos disso o Pazo Xan Xordo e a Finca San Lorenzo.

Assim, pode-se dizer que o LEADER na fase I aproveitou as potencialidades dos recursos existentes em cada local, contribuindo para a diversificação da economia e criação de postos de trabalho, embora houvesse um demasiado enfoque na medida 3 (apoio ao turismo rural).

No LEADER II (1994-1999), em Galícia foram beneficiados 13 GALs/GDRs (Neria, Portodemouros, Terra Chá, Fonsagrada, Ancares, Rio Lor, Ribeira Sacra do Sil, Conso-Frieiras, Monterrei, Val do Limia, Paradanta, Val do Miño e Ribeira Sacra Lucense). Os municípios estudados neste trabalho (Santiago e Padrón) não foram contemplados por esses GDRs (XUNTA DE GALÍCIA, 2015).

A partir da conjuntura apresentada, de modo geral, o LEADER II também beneficiou projetos atrelados ao turismo rural, embora em menor proporção que a fase anterior, mas houve um investimento em pequenas empresas, artesanato e serviços e valorização da produção agrária (ESPANHA, 2011).

Notou-se nesse período a presença das parcerias feitas nos territórios, já que no primeiro não havia essa proposta. As parcerias foram um instrumento fundamental para pensarem em trocas de informações e ações que contribuíssem para o desenvolvimento rural.

No caso da Galícia, o LEADER plus (2000-2006) beneficiou 16 GALs/GDRs que foram: Val do Limia, Pais do Bibe – Ribeira Sacra do Sil, Portodemouros, Terras do Miño, Ribeira Sacra Lucense, Valmiñor, Euroeume, Terra Cha, Rio Lor, Condado

Paradanta, Montes, Neria, Ulla Umia, Terras de Miranda, Ordes e Monterrei Verín (XUNTA DE GALÍCIA, 2015). Entretanto, os municípios de Santiago de Compostela e Padrón não participaram de nenhum desses grupos.

Percebeu-se que o LEADER plus espanhol priorizou ações relacionadas com recursos naturais e culturais, produtos locais, qualidade de vida e, por último, o uso das tecnologias da informação e comunicação.

O programa LEADER-Eixo 4 (2007-2013), no que se refere a Galícia, teve como objetivos estratégicos a orientação de atividades dos grupos voltados a dinamização, promoção, seleção e iniciativas, reduzindo a sua carga burocrática e de gestão; o aproveitamento do potencial deste Programa para avançar na dinamização do espaço rural galego, a partir de uma perspectiva comarcal; priorização de projetos produtivos e, em especial, aquelas atividades relacionadas com inovação na agroalimentação e florestais, bem como os projetos que atendessem às necessidades da população rural.

Esse Programa na Galícia foi uma das bases do PDR, que se executou a partir de quatro eixos: Eixo 1 (competitividade do setor agrícola e florestal), Eixo 2 (melhoria do meio ambiente), Eixo 3 (qualidade de vida e diversificação) e Eixo 4 com aplicação de medidas do programa LEADER. Nesse sentido, conforme observamos na tabela 2, as medidas do Eixo 4 receberam 10% do investimento.

**Tabela 2- Distribuição dos recursos por eixos.**

<b>Investimento dos fundos públicos por eixos</b>	
Eixo 1	46,43%
Eixo 2	32,58%
Eixo 3	10,37%
Eixo 4	10%

Fonte: Xunta de Galícia (2015). Org.: Santos (2017).

O Eixo 4 (LEADER) teve como parâmetro as seguintes medidas: a 410 que tratou das estratégias de desenvolvimento local, atuando para aumentar a competitividade dos setores agrários e florestais, melhoria do meio ambiente e do entorno rural, aumentar a qualidade de vida nas zonas rurais e a diversificação da economia rural; a medida 421 (cooperação transnacional e interregional); e a medida

431 (funcionamento dos GDRs, aquisição de capacidades e promoção territorial) (XUNTA DE GALÍCIA, 2015).

Este programa favoreceu 31 GDRs, já mencionados, contudo, foram analisados os GDR nos quais estão inseridos os municípios que fazem parte do objeto desta investigação, sobretudo os GDR 24 e 25, denominados respectivamente, Associação Terras de Compostela e a Associação de Desenvolvimento Local (DELOA).

O GDR Associação Terras de Compostela é formado pelos municípios de Ames, A Baña, Boqueixón, Brión, Negreira, Santa Comba, Santiago de Compostela, Teo, Val do Dubra e Vedra.

Os projetos financiados foram das medidas 411, 412, 413 e 431, recebendo cada uma respectivamente 20,41%, 5%, 43,41%, 19,49, 16,65% do valor disponível. As principais atividades estavam relacionadas com os projetos denominados Promoção de Produtos Locais, a Dinamização do Setor Agropecuário e Florestal, a Dinamização dos Recursos Turísticos, além de fomentar o emprego e a criatividade feminina (ASSOCIAÇÃO TERRAS DE COMPOSTELA, 2015).

A Promoção de Produtos Locais teve como objetivo a valorização dos produtos do território por meio de ações de informação, promoção e de estratégias que direcionasse a qualidade e a identidade do território (ASSOCIAÇÃO TERRAS DE COMPOSTELA, 2015).

O projeto de Dinamização do Setor Agropecuário e Florestal teve a finalidade de contribuir com a formação, assessoramento, gestão, comercialização, melhorias nas atividades e diversificação produtiva (ASSOCIAÇÃO TERRAS DE COMPOSTELA, 2015).

O projeto de Dinamização dos Recursos Turísticos teve o intuito de valorizar e conhecer os recursos naturais, patrimoniais, culturais, etnográficos existentes no território deste GDR (ASSOCIAÇÃO TERRAS DE COMPOSTELA, 2015).

O projeto de Fomento à Criação de Emprego Feminino foi desenvolvido pensando nas mulheres que estavam desempregadas, dando a elas a oportunidade de serem empreendedoras autônomas e gestoras do seu próprio negócio (ASSOCIAÇÃO TERRAS DE COMPOSTELA, 2015).

O GDR DELOA foi formado pelo conjunto de municípios de três comarcas, a saber: comarca de Barbanza com os municípios de Boiro, A Pobra do Caramiñal, Rianxo e Riveira; a comarca de Noia com os municípios de Noia, Outes, Porto do Son,

Lousame e Muros; a comarca de O Sar com os municípios de Dodro, Padrón, Ribeira e Rois (DELOA, 2015).

Os projetos que tiveram subsídios do LEADER- Eixo 4 nesse GDR estavam relacionados com as medidas 411 (Diversificação do setor agrário e florestal), 413 (Diversificação da economia rural e melhoria da qualidade de vida) e 431 B (Aquisição de capacidades e promoção territorial) (DELOA, 2015).

De modo geral, os projetos foram executados em núcleos com até 100 habitantes representando 36% do total dos projetos, de 100-500 habitantes com 37%, entre 500-1000 habitantes 15% e os polígonos industriais com mais de 1000 habitantes 12%.

Dos projetos vinculados à medida 411, foram subvencionadas 2 empresas, uma no município de Rois e outra em Padrón. Rois foi favorecido com o projeto de robotização de ordenha leiteira, tendo em vista que essa produção é importante para a Galícia e, sobretudo, porque neste município se concentra 62% do total da produção leiteira existente neste GDR (DELOA, 2015).

Em Padrón, o projeto beneficiado foi para a diversificação de produtos da pimenteira da horta de Herbón. Esses *pementos* foram reconhecidos como uma Denominação de Origem Protegida (*Pementos de Herbón*). A produção de pimentos é realizada por uma cooperativa majoritariamente de mulheres que se dedicam ao cultivo do *pemento*, e, com o subsídio investiram em novos produtos como, por exemplo a marmelada e os *pementos* pré fritos.

No tocante às medidas do LEADER-Eixo 4, a 413 foi a que mais teve projetos aprovados, os quais estavam relacionados à Diversificação da economia rural com ajuda à criação e desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas (PEMES) e a melhoria da qualidade de vida por meio da prestação de serviços básicos voltados para a população rural, a conservação, a melhoria do património rural e a economia local (DELOA, 2015).

Segundo o autor acima, tendo em vista a diversificação das atividades econômicas no espaço rural, foram beneficiadas as seguintes empresas: SL (Outes), Talleres Picón SL (Noia), Maderas Omanda (Porto do Son), Rotogal SL (Boiro) e Agro Esparis Comercial Sl (Rois).

Sobre a melhoria da qualidade de vida da população rural, foram executados projetos de prestação de serviços, tais como Tanatorio de Lousame, criação de um complexo deportivo em Noia, criação de espaços em Ribeira e reforma do parque infantil em Porto do Son. Além disso, as pessoas com deficiências foram beneficiadas

com a criação de uma casa em Boiro, um centro para atividades diurnas em Noia, um centro integral em Boiro e um centro de atividades diurnas em Lousame (DELOA, 2015).

Sendo o patrimônio considerado como substancial para o desenvolvimento das zonas rurais foram contemplados 4 projetos de iniciativa pública: o projeto de conservação da paisagem industrial das Minas de San Finx (Lousame); a recuperação da paisagem da Idade de Ferro de Castro Cidá (Ribeira); a restauração do retábulo da Igreja de Camboño (Lousame); e as trilhas de Porto Son (DELOA, 2015).

Sobre a medida 431 B sobressaíram projetos do próprio GDR com a finalidade de criar uma imagem relacionada com a marca DELOA e sua promoção interna e externa, sobretudo apostando na marca “DELOA, destino turístico de qualidade”. Além disso, foram promovidas algumas atividades relacionadas com o patrimônio imaterial do espaço rural como, por exemplo, promoção de produtos musicais tradicionais e agroalimentícios; e, um concurso de música tradicional denominado de Interitmos (projeto de cooperação interterritorial), que tiveram três iniciativas: a primeira com as audições dos participantes, a segunda, com a gravação do tema ganhador em estúdio profissional e, por fim, a terceira, com a jornada formativa para a profissionalização da música tradicional (DELOA, 2015).

Sobre o PRODER I (1994-1999) na Galícia foram favorecidos 13 GALs/GDRs: Bergantiños, Euroeume, Ortegal, Inludes, Ulloa, Drucore, Vilar e Xunqueira, Adilom, O Condado, Baixo Miño, Mancomunidade Vigo, Terra de Montes e Corrubedo (XUNTA DE GALÍCIA, 2015). Dado o exposto, verificou-se que os municípios que compõem a área de estudo desta tese não foram contemplados nesse Programa.

De modo geral, as medidas que tiveram mais efeitos foram do tipo produtivo que estavam orientadas à diversificação da renda, incremento das atividades de turismo, pequenas empresas e artesanato, além do fomento à valorização do patrimônio.

Na Galícia, no PRODER II (2000-2006), foram subvencionados 11 projetos vinculados aos GALs/GDRs, que foram: Pontevedra, Vigo, Muros-Noia, Salnés, Morrazo, Baixo Miño, Deloa, Costa Ártabra, Mariña Occidental, Sar-Ulla e Terras das Mariñas (XUNTA DE GALÍCIA, 2015). Entretanto, estudaremos, especialmente a associação Sar-Ulla e a DELOA, inseridos nos municípios galegos objetos de estudo desta tese.

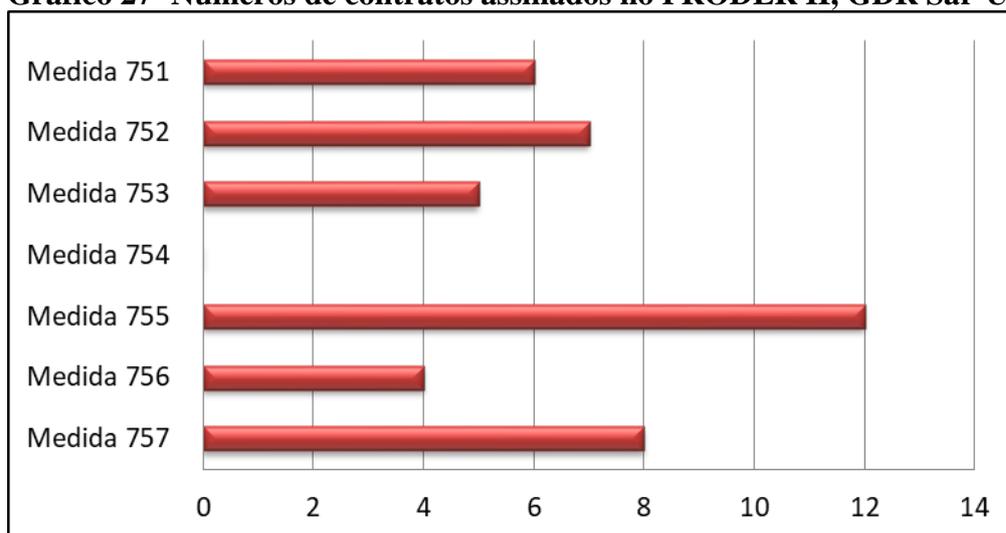
O GDR Sar e Ulla envolveu os municípios de Ames, Brion, Santiago de Compostela e Teo. As principais medidas adotadas nesse GDR foram: 751- Assistência

técnica com gastos de funcionamento do GDR; 752- Prestação de serviços às empresas; 753- Renovação, desenvolvimento e melhoria dos núcleos de população rural; 754- Valorização da produção agrária; 755-Fomento de pequenas empresas e atividades de artesanato e de serviços; 756-Valorização do património rural e local e; 757-Fomento dos investimentos turísticos no espaço rural: agroturismo e turismo local (XUNTA DE GALÍCIA, 2015).

Segundo o gráfico 27, as medidas que tiveram o maior número de contratos assinados foram a 755, 757, 752, 751, 753 e 756 com respectivamente, 28,58%, 19,05%, 16,67%, 14,28%, 11,90%, 9,52%. Ressalta-se que a medida 754, que diz respeito à valorização da produção agrária, não teve nenhum projeto vinculado.

Pode-se dizer que, embora o foco seja sempre as medidas relacionadas ao turismo rural, acredita-se que no conjunto, direta ou indiretamente, todas contribuem para o desenvolvimento do turismo no espaço rural.

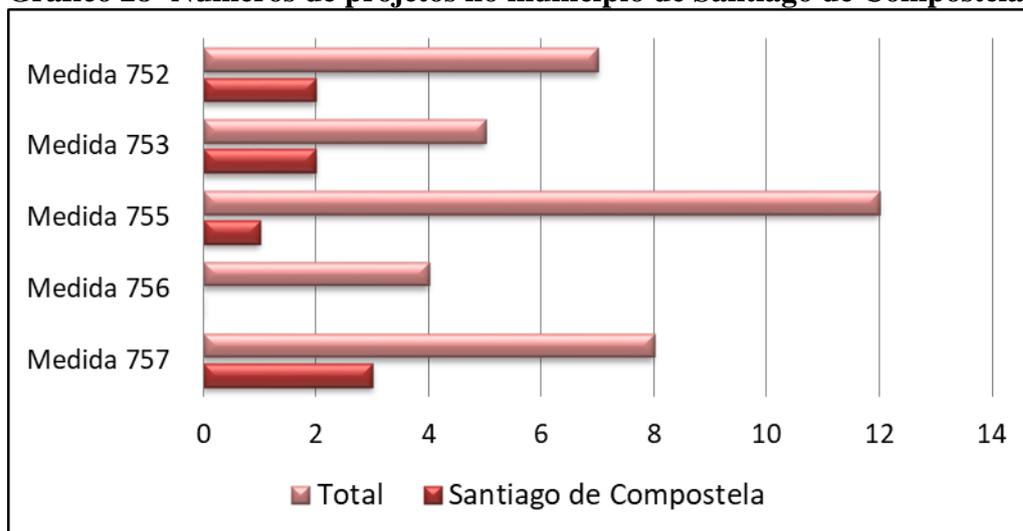
**Gráfico 27- Números de contratos assinados no PRODER II, GDR Sar-Ulla.**



Fonte: Xunta de Galícia (2015). Org.: Santos (2017).

No tocante ao turismo, segundo o gráfico anterior, a medida 757 foi a que obteve o segundo maior número de projetos contratados, com financiamento de aproximadamente 459.073 euros, em comparação com a primeira colocada, a medida 755 (fomento a pequenas empresas e atividades de artesanato e serviços) que teve um investimento de 1.119,417 euros (XUNTA DE GALÍCIA, 2015).

Dentre os projetos concretizados município de Santiago, destacaram-se as medidas: 753 com 40%, 757 com 37,5%, 752 com 28,57% e a 755 com 8,33, conforme apresenta o gráfico 28.

**Gráfico 28- Números de projetos no município de Santiago de Compostela**

Fonte: Xunta de Galicia (2015). Org.: Santos (2017).

Nesse mesmo gráfico observa-se que a medida 756, que diz respeito à valorização do patrimônio rural e local, não teve nenhum projeto aprovado em Santiago e no conjunto do GDR essa medida foi a que teve o menor número de contratos validados.

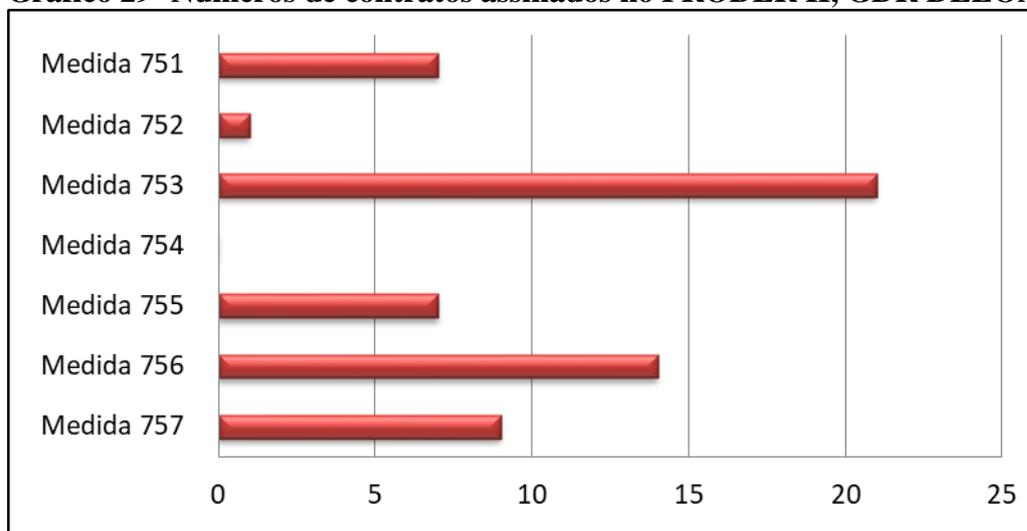
Já sobre a medida 757, que aprovou os investimentos na área de turismo, Santiago obteve a maior média de projetos junto com o município de Teo. Já o município de Ames representa 12,5% dos investimentos em projetos vinculados ao turismo. O único município que não teve subsídio nessa medida foi o de Brion (XUNTA DE GALÍCIA, 2015).

No município de Santiago os recursos foram destinados a Casa Amancio, que está cadastrada como hotel-apartamento, localizada no Caminho de Santiago, e A Casa da Torre Branca (XUNTA DE GALÍCIA, 2015).

O GDR DELOA englobou os municípios de Boiro, Dodro, Padrón, Puebla del Caramiñal, Rianxo, Ribeira e Rois. Tiveram as mesmas medidas que o GDR Sar-Ulla, a saber: 751- Assistência técnica com gastos de funcionamento do GDR; 752- Prestação de serviços às empresas; 753- Renovação, desenvolvimento e melhoria dos núcleos de população rural; 754- Valorização da produção agrária; 755- Fomento de pequenas empresas e atividades de artesanato e de serviços; 756- Valorização do patrimônio rural e local e; 757- Fomento dos investimentos turísticos no espaço rural: agroturismo e turismo local (XUNTA DE GALÍCIA, 2015).

De acordo com o gráfico 29, a medida que teve a maior incidência de contratos aprovados foram a 753, 756, 757, 755, 751 e 752, nesta ordem com 35,6%, 23,73%, 15,25%, 11,86%, 11,86% e 1,7%, respectivamente.

**Gráfico 29- Números de contratos assinados no PRODER II, GDR DELOA.**

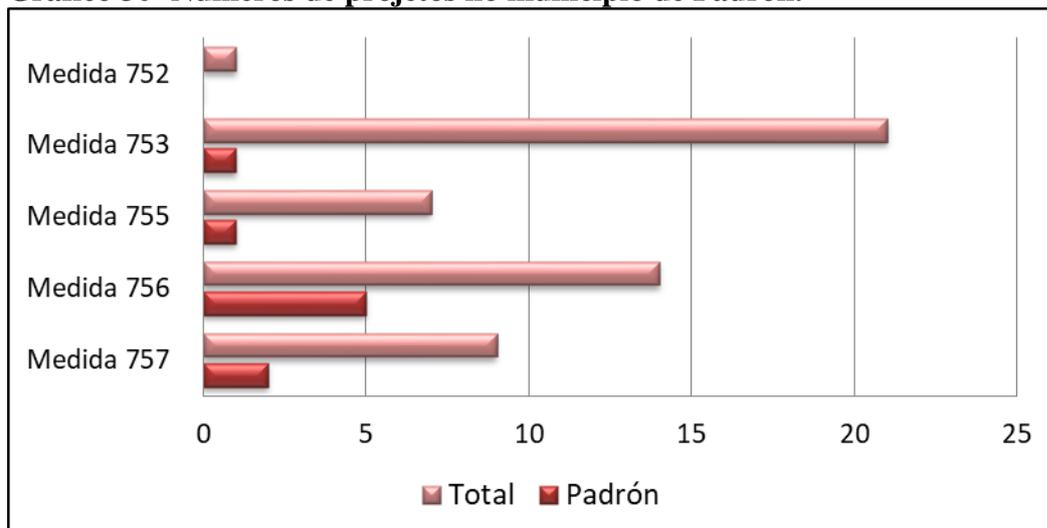


Fonte: Xunta de Galicia (2015). Org.: Santos (2017).

Em relação ao turismo, conforme o gráfico anterior, a medida 757 (turismo rural) conseguiu o terceiro maior número de aprovações, perdendo apenas para os projetos da medida 753 e 756. Ressalta-se que a medida 757 teve um investimento de 583.603 euros em comparação com a medida 753, que teve 2.701.405 euros (XUNTA DE GALÍCIA, 2015).

As medidas que tiveram projetos subsidiados no município de Padrón, foram a 756, 757, 755 e 753 com respectivamente, 35,71%, 22,22%, 14,28% e 4,76%, conforme se observa no gráfico 30. Além disso, nota-se que a medida 752 (Prestação de serviços às empresas) não teve projetos contratados (XUNTA DE GALÍCIA, 2015).

No entanto, a medida 757 que viabiliza projetos na área de turismo, em Padrón, teve apenas 2 contratações, ficando atrás dos municípios de Boiro e Ribeira que somaram a mesma porcentagem de 33,33% (XUNTA DE GALÍCIA, 2015).

**Gráfico 30- Números de projetos no município de Padrón.**

Fonte: Xunta de Galicia (2015). Org.: Santos (2017).

No município de Padrón, no tocante à medida 757, foram liberados recursos para a criação do hotel rústico Casa da Meixida e a criação do albergue turístico em Carcacía, sendo que o primeiro obteve ajuda no valor correspondente a 30% do orçamento total para a obra e o outro estabelecimento turístico conseguiu 20% (XUNTA DE GALÍCIA, 2015).

Conforme explanado anteriormente, a partir do Jacobeu de 1993 houve um grande impulso do turismo na Galícia, contribuindo para o aumento do número de pernoites no turismo local.

Observou-se que após esse período a atividade foi crescendo, em especial o turismo rural, que foi favorecido, como já visto, pelas políticas de desenvolvimento rural, não somente na Galícia, mas em outras CC.AA.

Consoante a Solla (2012), o turismo no espaço rural na Galícia tem progredido de forma significativa, de tal maneira que as tradicionais casas rurais se uniram a outros estabelecimentos e tipologias como, por exemplo, o turismo termal e os hotéis monumentos.

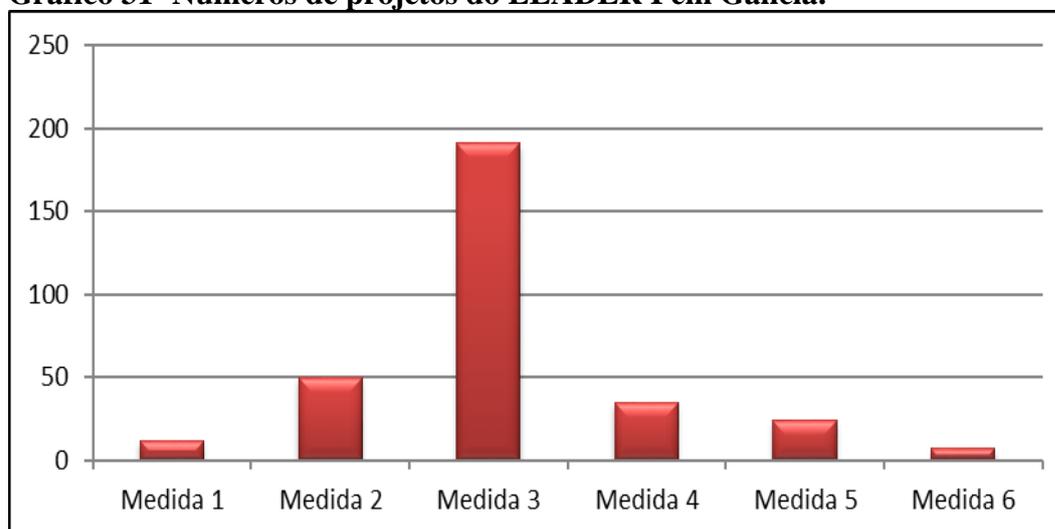
Também esse crescimento se deu em virtude dos investimentos dos programas LEADER e PRODER no território galego, sobretudo nas primeiras fases desses programas, pois haviam medidas específicas para essa atividade. No quadro 4, temos as principais medidas de aplicação para a atividade de turismo rural.

**Quadro 4- Medidas para o turismo rural**

<b>Programa</b>	<b>Medida de aplicação do Turismo Rural</b>
<b>Leader I</b>	Medida 3 (Apoio ao turismo rural).
<b>Leader II</b>	Medida B3 (Turismo rural).
<b>Proder I</b>	Medidas 3 (Fomento ao investimento turístico no espaço rural-agroturismo) e a Medida 4 (Fomento aos investimentos turísticos no espaço rural).
<b>Leader Plus</b>	Medida 108 (Turismo).
<b>Proder II</b>	Medida 757 (Turismo e artesanato).
<b>Leader-Eixo 4</b>	Medida 413 (Diversificação da economia rural e melhoria da qualidade de vida envolvendo atividade de turismo rural e o agroturismo) e Medida 431B (Custos de funcionamento, aquisição de capacidades e promoção territorial abrangendo a promoção do setor turístico).

Fonte: Espanha (2011). Org.: Santos (2017).

No LEADER I, a medida 3 (Turismo rural) corresponde ao maior percentual de projetos, com 59,87% em comparação com as demais que tem 15,67%, 10,97%, 7,57%, 3,76% e 2,19% (grafico 31). Dessa forma foi essa medida que, conseqüentemente, recebeu o maior número de investimentos (SPARRER, 2005).

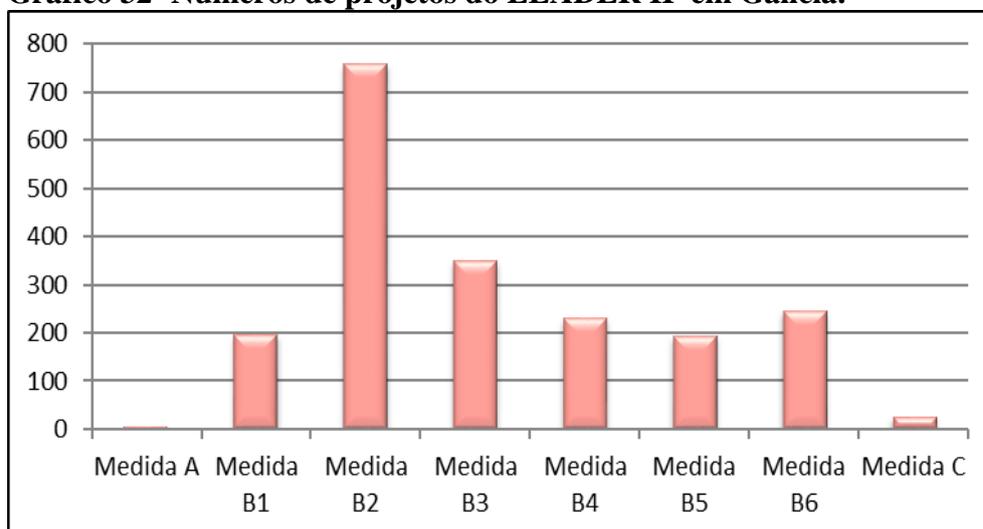
**Gráfico 31- Números de projetos do LEADER I em Galícia.**

Fonte: Sparrer (2005). Org.: Santos (2017).

No LEADER II a medida B3 (Turismo rural) teve 17,45%, perdendo apenas para a medida B2 (formação profissional e ajudas a contratação), com 37,84%. Merece destaque o fato de que as medidas A (aquisição de capacidades) e C (cooperação

transnacional) foram as que menos projetos tiveram com, respectivamente, 0,29% e 1,92%, conforme o gráfico 32 (SPARRER, 2005).

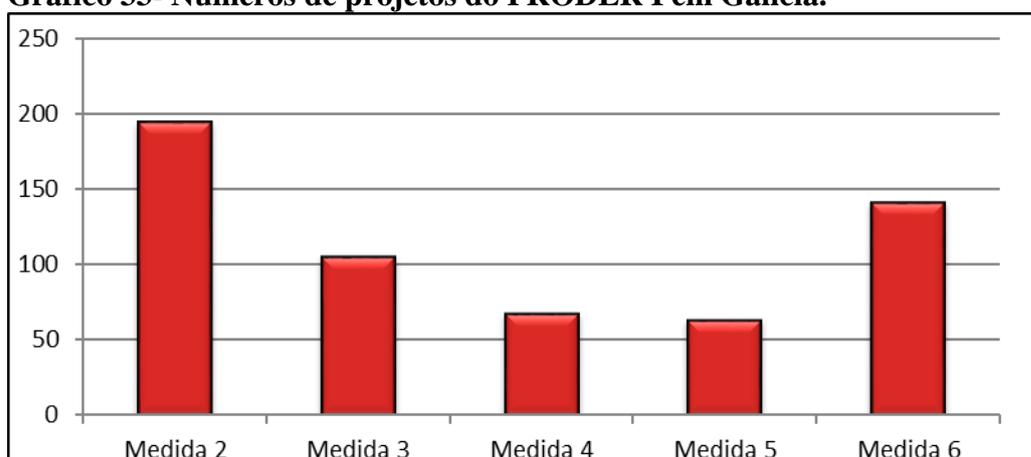
**Gráfico 32- Números de projetos do LEADER II em Galícia.**



Fonte: Sparrer (2005). Org.: Santos (2017).

No que diz respeito ao PRODER I, segundo o gráfico 33, a medida 3 (Fomento aos investimentos turísticos no espaço rural- agroturismo) e a medida 4 (Fomento aos investimentos turísticos no espaço rural) corresponderam ao total de 30,24% de projetos, ficando atrás apenas da medida 2 (Valorização do patrimônio local) com 34,09% (SPARRER, 2005).

**Gráfico 33- Números de projetos do PRODER I em Galícia.**

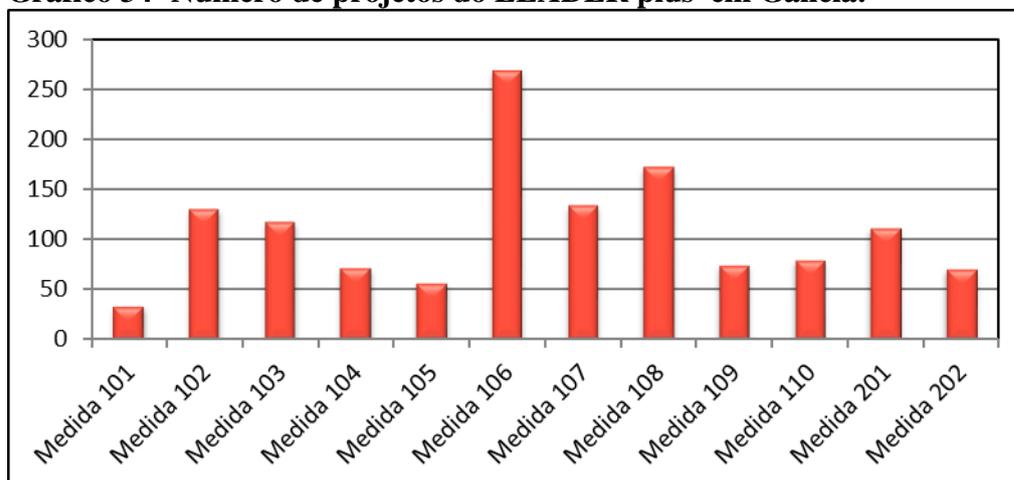


Fonte: Sparrer (2005). Org.: Santos (2017).

No LEADER plus a medida que se sobressaiu foi a 106 (PEMES e serviços) com 19,25% e, em segundo a medida 108 (Turismo) com 12,38% (gráfico 34). No que

corresponde a medida de turismo, destacaram-se os GDRs de Neria e Portodemouros, respectivamente, com 15,02% e 14,45% dos investimentos (XUNTA DE GALÍCIA, 2015).

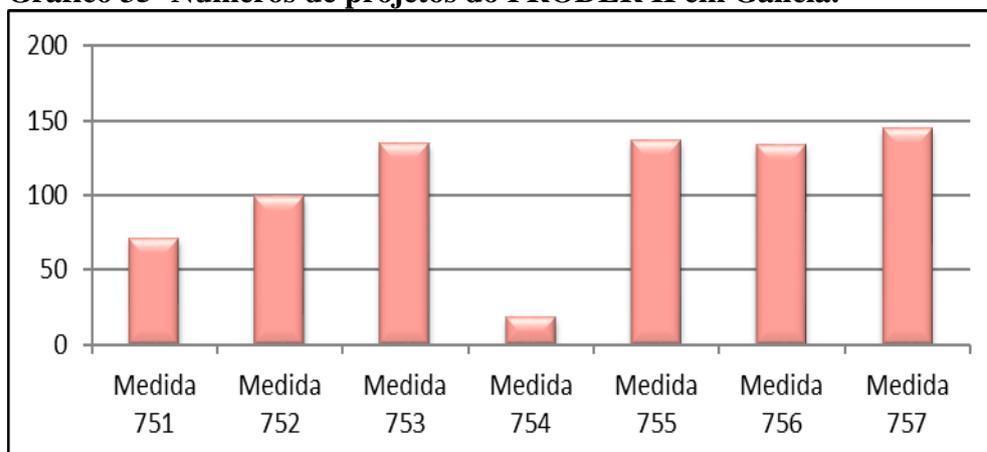
**Gráfico 34- Número de projetos do LEADER plus em Galícia.**



Fonte: Xunta de Galícia (2015). Org.: Santos (2017).

No PRODER II, realizado no período de 2000-2006, evidenciaram-se os projetos relacionados com a atividade de turismo rural (gráfico 35): a medida 757 (Fomento dos investimentos turísticos no meio rural: agroturismo e turismo local) com 19,54%, a medida 753 (Renovação, desenvolvimento e melhoria dos núcleos rural) com 18,19% e 756 (Valorização do patrimônio rural e local) com 18,05% (XUNTA DE GALÍCIA, 2015).

**Gráfico 35- Números de projetos do PRODER II em Galícia.**

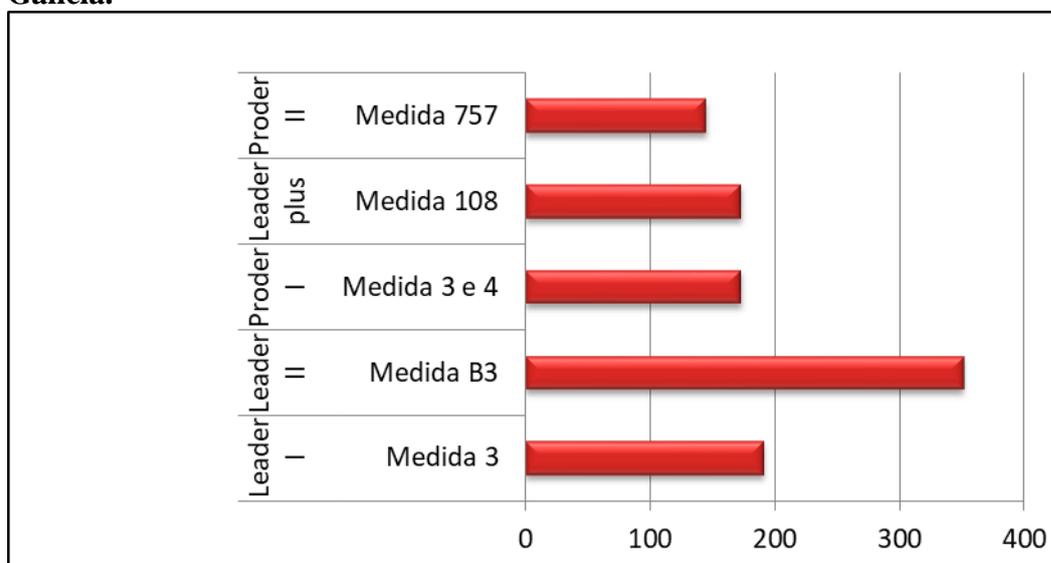


Fonte: Xunta de Galícia (2015). Org.: Santos (2017).

Vale dizer que, dentre os 11 GDRs existentes nesse Programa, destacaram-se o GDR de Terras das Mariña, com 31,72% dos projetos executados com a medida 757, ou seja, relacionada ao turismo rural. Assim, do total de todo o recurso disponível empregou-se 35,43% nessa medida (XUNTA DE GALÍCIA, 2015).

Outro fato que cabe ressaltar é que houve mais projetos no período correspondente ao LEADER II (1994-1999), ou seja, o período após a comemoração do Jacobeu. Entretanto, no primeiro LEADER (1991-1993) já notou-se o crescimento de iniciativas relacionadas ao turismo rural, pois como vimos anteriormente (gráfico 31), foi a medida que mais teve investimento. Em razão disso, observou-se que houve um número considerável de projetos de turismo rural nos últimos 15 anos (gráfico 36).

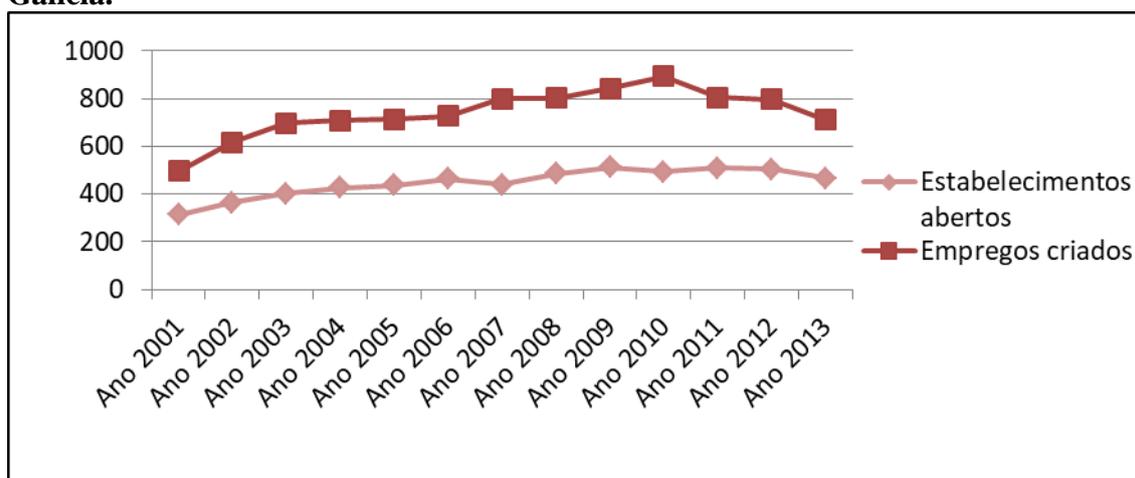
**Gráfico 36- Números de projetos de turismo rural nos LEADERS e PRODERS em Galícia.**



Fonte: Xunta de Galícia (2015); Sparrer (2005). Org.: Santos (2017).

De modo geral, considerou-se que houve um forte impulso do turismo rural que levou ao seu crescimento nos últimos 13 anos. Nesse sentido, na Galícia, no período de 2001 até 2013 (compreendendo os períodos do LEADER plus, PRODOR II e LEADER-Eixo 4) houve um aumento de 26% ao ano na oferta de alojamentos de turismo rural, conforme gráfico 37 (INE, 2016).

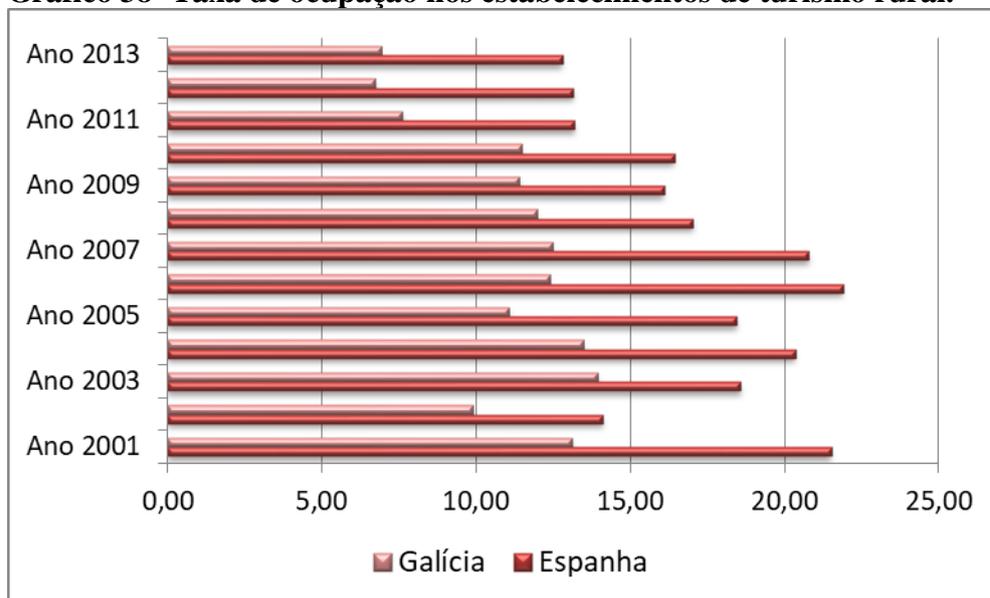
**Gráfico 37- Números de alojamentos e empregos criados em turismo rural, Galícia.**



Fonte: INE (2016). Org.: Santos (2017).

Também notou-se que, nos últimos anos, o número de postos de trabalho acompanhou o crescimento do número de alojamentos. O ano de 2010 foi o que mais se destacou na criação de empregos na Galícia, com 893 e crescimento de 27,89% (INE, 2016).

**Gráfico 38- Taxa de ocupação nos estabelecimentos de turismo rural.**



Fonte: INE (2016). Org.: Santos (2017).

O peso do turismo rural também se fez presente nas taxas de ocupação dos alojamentos turísticos da Galícia, conforme gráfico 38. Se considerado o período de 2001 a 2013, verificou-se que a Galícia tinha 467 estabelecimentos abertos

representando uma taxa de ocupação anual de 28,4% em relação ao nacional (INE, 2016).

### **6.3 Territorialidades do Turismo a partir dos Entrevistados Paulistas**

Os resultados aqui apresentados foram obtidos a partir das análises das entrevistas realizadas com os representantes das instituições públicas: o ITESP, os gestores de turismo dos municípios de Rosana e Presidente Epitácio e membra da Associação Restaurante Rural Porto Maria; os assentados rurais que desenvolvem o turismo rural.

As instituições foram selecionadas em virtude de serem as planejadoras e executoras das políticas nos territórios e nos assentamentos rurais, em razão de serem os principais beneficiados com as políticas de desenvolvimento rural aqui expostas.

Como já explicado anteriormente, optou-se por não divulgar os nomes dos entrevistados no decorrer das análises das entrevistas, que foram substituídos aleatoriamente, quando foi o caso, por uma letra e um número, descritos nos procedimentos metodológicos.

Tendo em vista o grande acervo de respostas das entrevistas, preliminarmente serão abordados por categorias, já expostas nos procedimentos. Levando em consideração que as questões apresentaram especificidades quanto aos sujeitos e atores entrevistados, dividiu-se em partes para facilitar a compreensão, sendo uma destinada à análise das respostas obtidas com as instituições e assentados rurais do recorte brasileiro, e em outra parte com os entrevistados do recorte espacial galego.

#### **6.3.1 Territorialidades a partir dos Gestores Institucionais Paulistas**

No município de Rosana/SP o turismo faz parte da Secretaria de Esportes, Turismo e Cultura, desmembrando-se em Diretoria de Turismo e Cultura que responde pelas ações de turismo e cultura municipal.

No município de Presidente Epitácio/SP o turismo faz parte da Secretaria de Turismo e Cultura. O secretário tem a função de coordenar atividades relacionadas ao planejamento e execução do turismo, mas também outras atividades que estão vinculadas a ela, tais como: artesanatos, eventos e esportes.

O ITESP, conforme explicitado anteriormente desenvolve atividades pertinentes à questão agrária e fundiária no Estado de São Paulo. É a instituição que trabalha diretamente com os assentamentos prestando serviços de assistência técnica.

Os entrevistados das instituições públicas citadas anteriormente, quando questionados sobre a categoria relação da entidade com o desenvolvimento dos assentamentos mencionaram que, de forma geral, desenvolvem ações pontuais nos assentamentos rurais, alguns com grupos interessados na proposta de turismo e outros buscando parceria para concretizar ações, conforme os relatos a seguir.

Então o que nós tentamos fazer aqui é fomentar que elas consigam desenvolver por conta própria, assim, o turismo rural, para que não fique tão dependente da gente (E-4, 2016, gestora de turismo de Rosana).

Turismo hoje é uma das maiores fontes de renda do mundo. E como nós temos aqui de dez a onze assentamentos e mais dois ou três reassentamentos rurais, a nossa intenção, junto com o município, é buscar essa parceria junto aos assentados, que nós temos o INCRA e o ITESP que trabalha aqui com nós na nossa região. E os sindicatos rurais que tem o Patronal (E-21, 2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio).

Então, compete ao Grupo Técnico de Agronegócios [GTA], depois que o beneficiário ele já foi assentado, já teve acesso aos programas de segurança alimentar, a partir do momento que vai iniciar o planejamento da atividade econômica e a exploração daquela unidade produtiva, aí entra o acesso ao crédito que é um subprograma do grupo de agronegócios e todas as variantes de agregação de valor, até chegarmos à comercialização, seja comercialização do mercado convencional ou do mercado institucional. Depois disso, conforme ele vai se desenvolvendo e vai acessando mercados, muitas vezes eles se identificam dentro de outras atividades que podem estar gerando e agregando valor ou aquele produto *in natura* que ele produz ou por estar numa região privilegiada com algum atrativo. Esse atrativo ele pode ser um atrativo ambiental, pode ser um rio, pode ser uma represa, e ele vislumbra ali uma oportunidade de agregação de valor, ou o início de um processo de agroindustrialização (E-33, 2015, gestora do ITESP).

As três falas nos mostram que as propostas dessas instituições são de colaborarem dentro de suas limitações, cabendo também à comunidade assumir o protagonismo no desenvolvimento do turismo nos assentamentos rurais.

De modo geral, existe noção da importância desses assentamentos para a economia local, no entanto para o desenvolvimento do turismo rural, ressaltaram por

meio de suas falas que estão buscando parcerias para trabalharem em conjunto com os assentados e com as instituições envolvidas.

Em particular a fala da E-33 (2015, gestora do ITESP) percebe-se que, dentre as instituições, o ITESP é o que provém mais recursos estruturais e humanos para com os assentamentos, pois é a instituição que tem a responsabilidade de gerenciá-los e contribuir para o seu desenvolvimento produtivo. Dessa forma, existe uma infraestrutura de apoio aos assentados para a inserção dos produtos no mercado (comercialização) e agregação de valor ao que foi produzido.

No entanto, no decorrer da fala da E-33 (2015, gestora do ITESP) e analisando a realidade dos fatos *in loco*, percebeu-se que, na teoria, existem os programas e os subprogramas que fomentam o desenvolvimento do turismo. No entanto, quando se intencionam sua prática, esbarram na dependência de atuação dos técnicos que assessoram os assentados ou na burocracia interna da instituição.

Outro problema é a descontinuidade de projetos, o que gera desmotivação. Dessa forma, caberia aos assentados, sendo os maiores interessados no sucesso do turismo rural, assumir a liderança para levar adiante a proposta de turismo, em específico no assentamento Porto Velho. Estes assentados ficam na expectativa de que os técnicos façam alguma coisa e as ações não saem do plano teórico. Nesse caso em particular, os assentados deveriam buscar alternativas e parcerias para o desenvolvimento da atividade, articulando-se por meio de associação.

No que tange à categoria atividades não agrícolas desenvolvidas nos assentamentos, foram mencionadas pelos entrevistados a produção de alimentos diversos que são comercializados na cidade, tais como: pães, doces, conservas, mel, queijo, etc.

E pão também é do pessoal dos assentados que eles compram. [...]. Tem bastante produto também que eles fazem, assim, de doces, eles trazem pra cidade e vende bastante. [...] Artesanato também, mas não é tão forte. Tem uma coisa ou outra, assim. O mais forte mesmo são as comidas que elas fazem (E-4, 2016, gestora de turismo de Rosana).

Então, esse ano nós fizemos no mês de junho uma feira junina durante o mês todo. E nessa feira junina nós trouxemos produtores rurais e artesãos. Todos com alvará sanitário e nós montamos todo final de semana, durante o mês de junho, uma barraca com os produtos dos assentamentos. [...] Então tinha o quê? Tinha queijo, tinha mel, tinha rapadura, tinha doce de leite, tinha bolsas. Tudo vindo do produtor rural. Tinha linguiça, tinha quibe, hambúrguer de carneiros. Tudo dos

produtores rurais (E-21, 2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio).

O pessoal que trabalha com fibras desenvolvendo todo tipo de utensílios e de materiais desde cestas até materiais de decoração, incrementos de roupas, a fibra de bananeira [...] cipó, madeira, madeira é usada em todo o estado e de acordo com a cultura de cada região ela é transformada ou em uma cuia ou numa panela, num objeto de decoração, de acordo com aquele grupo da região (E-33, 2015, gestora do ITESP).

Nas falas aqui reproduzidas, a culinária é o que se sobressai nos assentamentos, pois o que é produzido, é vendido na cidade e nas feiras. No caso da fala da E-33 (2015, gestora do ITESP), cabe dizer que se trata especificamente da região do Vale do Ribeira que tem mais diversidade de artesanato.

No que se refere às atividades que agregam valor ao que é produzido nos lotes rurais, cada assentamento procura alternativas, tanto na produção quanto na comercialização de alguns itens, como mencionado anteriormente.

Sobre a categoria desenvolvimento do turismo foi pontuado pelos entrevistados que o protagonismo das mulheres se faz notório para o desenvolvimento do turismo rural, a busca pelo fortalecimento do turismo de uma forma geral no município e a criação de propostas vinculadas ao turismo rural.

A gente tem uma relação bem próxima, assim, com as mulheres assentadas, né. Porque aqui, no caso, são as mulheres, assim, que tomaram a frente do turismo rural e são elas que desenvolvem, né. Buscam, assim, novas atividades relacionadas a isso (E-4, 2016, gestora de turismo de Rosana).

Olha bem, tá forte. Ele já foi muito mais forte. Nos anos anteriores agora caiu. Agora a prefeita atual tá investindo muito no turismo. Pra você ter uma ideia, nesses feriados agora nós tivemos 70% dos hotéis e pousadas em lotação. Então o turismo tá muito forte. Agora, o rural nunca houve, então nós estamos começando agora (E-21, 2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio).

Nós temos ecoturismo, turismo rural, pesque-pague, muitos começam a desenvolver habilidades com processamento de produtos, então, assim: geleias, bolos, queijos. E se utilizam disso como um atrativo para fazer a venda direta do seu produto in natura, eles promovem uma tarde onde eles montam um café caipira da tarde e agregam essa venda direta, então eles recebem essas pessoas, são várias formas (E-33, 2015, gestora do ITESP).

No tocante ao desenvolvimento do turismo foi mencionada a presença também de ecoturismo, turismo rural e pesque-pague, já que alguns assentados investiram nessas

atividades como alternativa para complementar e agregar valor ao que era produzido nos lotes. Essas atividades podem ocorrer em concomitância no mesmo território.

As estratégias dos gestores apresentam semelhanças, reproduzindo a questão de vir a desenvolver alguma coisa e de buscar parceria, mas sempre alegam a indisponibilidade de recursos financeiros e humanos. De outra forma, pode-se dizer que estes entrevistados reconheceram que estão caminhando no sentido de construir algo para desenvolvimento do turismo rural nos assentamentos de reforma agrária, mas a passos lentos pelos fatores apontados anteriormente.

No que diz respeito à categoria políticas públicas que estejam direta e indiretamente atrelada ao desenvolvimento do turismo rural, foi explanada pelos entrevistados a vontade política de planejar e executar ações, mas que não se consegue executar, sobressaindo os trabalhos e iniciativas realizadas pela UNESP (Campus de Rosana) neste município.

Por outro lado, cabe refletir: se o trabalho da prefeitura é fragilizado em relação ao turismo rural, quem poderá apoiar o desenvolvimento dessa atividade nos assentamentos? Nesse sentido, deixa-se implícito que o turismo rural nos assentamentos de reforma agrária caminha sozinho, pois o poder público que responde pela atividade é limitado para dar o respaldo necessário ao fortalecimento da atividade.

Olha, eu acho que assim, existe uma tentativa de se fazer acontecer, mas a ação de fato não é muito presente. A gente sente muito essa dificuldade, porque existem projetos, né, às vezes o pessoal do estado e tudo mais eles até tem a intenção de dar um incentivo, de falar como fazer. Mas de fato chegar e aplicar é bem difícil, assim. A gente não tem muito... a gente faz aqui pela prefeitura, mas por uma força de... por uma vontade interna mesmo. E muito por ter a UNESP. A UNESP em questão do turismo rural tem muita relevância aqui no município. Foram eles que de fato iniciaram esses projetos que estão mais formatados hoje, né, que estão... já são praticamente pro turismo. Às vezes até... há duas semanas atrás... porque a gente tem um Facebook nosso, né, do município, do turismo, e aí a gente recebeu uma procura que queriam fazer turismo rural, nós passamos diretamente o telefone delas e elas conseguiram fazer todo o passeio. Então eles queriam andar a cavalo. Elas [assentadas] arrumaram o cavalo pra eles andarem. Queriam comer lá os docinhos. Fizeram... então assim, elas conseguiram fazer. Então a gente tenta ficar mais nesse papel (E-4, 2016, gestora de turismo de Rosana).

No caso do entrevistado E-21 (2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio), por ser uma estância turística, recebe verba do governo do Estado para investir no

turismo, no entanto, é um recurso que já tem aplicação determinada. Assim, não há autonomia para remanejar o seu uso em outras finalidades turísticas, jogando-se a responsabilidade do provento de recursos para o ITESP e o INCRA.

Porque olha bem, a estância, o dinheiro que vem, é pra você aplicar em obras. Então não vem dinheiro específico para você criar esse tipo de trabalho. Mas como eu trabalhei com os reassentamentos rurais, existem alguns planos do governo que vem sim verba para essa modalidade, tanto pelo ITESP quanto pelo INCRA, existe uma verba que vem sim (E-21, 2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio).

Para E-33 (2015, gestora do ITESP), a atividade do turismo pode ser incorporada em quase todos os programas que o Estado disponibiliza para assistência aos produtores familiares. Entretanto, é uma atividade que necessita sempre de uma articulação dos técnicos para tentar incorporá-la. No PRONAF há uma linha específica para o turismo como, por exemplo, o Fundo de Expansão Agropecuária (FEAP).

Porque nós temos o PRONAF, que tem linha... que fomenta essa atividade, da mesma forma que nós temos os PROINFs [Programa de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais], que são ações difundidas pelos Territórios da Cidadania, uma ação do Governo Federal e que é um recurso não reembolsável que tem em vista promover uma determinada região que tem uma aptidão, também pode. Então, esses grupos que estão tentando desenvolver alguma atividade eles buscam para que seja feita essa análise. E essa análise geralmente é feita pelo Grupo Técnico de Agronegócios juntamente com o Grupo de Campo e a gente estrutura as reuniões com esses grupos para ver o nível de amadurecimento deles o que de fato eles precisam. E aí a gente vai identificando e vai realizando os trabalhos assim, pontuais, conforme ... assim, na verdade nós fomos provocados e desenvolvemos esse trabalho conjuntamente, alguns começam individualmente outros começam em grupo (E-33, 2015, gestora do ITESP).

Sobre os instrumentos políticos para trabalhar com o turismo, E-33 (2015, gestora do ITESP) ressalta a importância de se ter uma assistência técnica atrelada aos assentados que conte com o apoio do PRONAF e do PROINF, em que o último está relacionado à ação do Território da Cidadania (TC).

Para isso, primeiramente é realizada a identificação da aptidão do pequeno produtor, trabalho exercido pelo Grupo Técnico de Agronegócios (GTA), juntamente com o Grupo de Campo, por meio de uma análise preliminar dos candidatos. Feito isso, estruturam-se reuniões com os grupos interessados para verificar o nível de

amadurecimento e, por conseguinte, diagnosticar o que eles de fato necessitam, para que posteriormente sejam desenvolvidos os projetos e, conseqüentemente, a busca por financiamento (E-33, 2015, gestora do ITESP). Ou,

o turismo, a questão do turismo, essa atividade econômica, dentro do aspecto de regularização de você fomentar ela é toda fracionada em caixinhas. Então, mesmo que não haja... no PRONAF você tem uma linha específica, mas por exemplo, no âmbito estadual, nós temos o FEAP também. Mesmo que o nome do financiamento ou do incentivo ou do programa não reembolsável não tenha diretamente algo relacionado ao turismo você sempre vai ter opções, porque o turismo sempre vai estar vinculado a uma adequação de um restaurante, a adequação de um alojamento, isso é uma coisa, uma legislação e a infraestrutura. Ou então, vai estar vinculado a uma capacitação, a aquisição de equipamento para você ou, estar processando alimentos para a venda ou, para estar manipulando aquele alimento para um restaurante. Então, dentro de todas essas linhas, você sempre vai estar encontrando um viés que atenda o que você precisa (E-33, 2015, gestora do ITESP).

No município de Rosana existe o projeto "Descubra Rosana", que contribuiu para tornar conhecido localmente o turismo rural nos assentamentos rurais. Foi uma iniciativa importante para dar visibilidade aos assentamentos, sobretudo para dissolver o preconceito existente entre as pessoas que residem no núcleo urbano para com os assentados. Não é uma ação exclusiva para o assentamento, mas que, gradualmente, se for definitiva, poderá trazer mais notoriedade ao turismo rural. O problema é que está fadada à descontinuidade em virtude da mudança de gestão pública municipal realizada a cada quatro anos por meio das eleições municipais e, conseqüentemente, pode haver descontinuidade com as políticas públicas.

Nós começamos a fazer primeiro com as pessoas da prefeitura. Então primeiro nós fomos com os diretores, depois nós pedimos para cada divisão escolher seu funcionário, depois eles escolheram e a gente foi fazendo assim. Agora, esse ano nós estamos abrindo o 'Descubra Rosana' para população de maneira geral [...]. Então agora a gente expandiu para qualquer pessoa do município. Aí agora o primeiro vai ser a eclusagem que a gente vai fazer no rio e aí cada passeio que a gente faz é num local diferente e o assentamento está incluído nele (E-4, 2016, gestora de turismo de Rosana).

Para E-4 (2016, gestora de turismo de Rosana) mantém-se o interesse público em fomentar o turismo no assentamento, especialmente porque já existem visitantes

nesses territórios buscando conhecer a atividade agropecuária como, por exemplo, a ordenha da vaca, o cavalo, o carneiro, entre outros.

Outro ponto salutar para o desenvolvimento do turismo é o selo de autorização para a comercialização dos alimentos produzidos pelos assentados. Em Presidente Epitácio, a Prefeitura tem assistido aos assentados que participam da feira junina com a certificação da vigilância sanitária para a venda dos produtos alimentícios. Trata-se de uma iniciativa pontual, mas que já ajuda na venda dos produtos e, ao mesmo tempo, contribui para divulgar os assentamentos.

[...] a vigilância sanitária é atuante... tanto é que eu falei pra você em junho, todos os feirantes que vieram com nós tiraram o alvará sanitário. A vigilância é muito atuante nesse sentido [...] Sim, então, mas em função disso da vigilância dando esse apoio, ele já saiu com o selo da vigilância sanitária. O queijo, o mel, a carne. Então a vigilância dá o alvará, vistoria onde eles estão. Então, pra você ter uma ideia, das barracas que nós tivemos aí, que foram em torno de doze, catorze, todos tinham vigilância sanitária. A pamonha, o milho (E-21, 2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio).

Sobre a existência de demanda por parte dos assentados, as respostas revelaram que existe, mas em sua maioria, se traduzem na busca de investimento ou apoio para o desenvolvimento do turismo.

A E-4 (2016, gestora de turismo de Rosana) mencionou que existe a demanda, entretanto a dificuldade consiste na ausência de uma agência de turismo receptivo como intermediador que aproximasse e facilitasse a aquisição do produto turismo rural.

Sim. [...] O que é uma coisa que prejudica muito aqui não só em relação ao turismo rural, mas como os passeios de barcos e todas as outras coisas que nós temos é a falta de uma agência de turismo receptivo. Porque se nós tivéssemos uma agência de turismo receptivo com certeza elas não iam parar. Ia ser todo dia visita lá pra elas, entendeu? Então assim, falta algo que consiga vender o destino, entendeu? Os passeios. E aí se houvesse uma agência seria mais fácil, esses passeios seriam mais frequentes (E-4, 2016, gestora de turismo de Rosana).

A presença de uma agência facilitaria a aproximação, contudo, um centro de atendimento ao turista seria interessante também, já que ali o turista teria o conhecimento sobre os atrativos existentes no município e o contato para acessar cada atrativo.

Enquanto que para o E-21 (2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio), falta planejamento para que a atividade viesse a complementar a renda dos assentados. Para isso, oferece-se ao assentado curso de capacitação e qualificação para trabalhar com a atividade.

Então, o que nós temos nesse momento é traçar um plano daqueles que querem realmente viver disso, porque lógico, isso vai ser um complemento da renda, e para eles assumirem de vez o turismo. Porque as pessoas... turismo, querida, tem que ter norma, turismo tem que ter qualidade e conscientização, coisa que o brasileiro não tem. Então antes de falar, vamos fazer um turismo? Vamos. [...] Então nós temos que ter consciência do que é o turismo. Nós aqui do turismo temos um curso chamado "Brasil de braços abertos", não sei se você já ouviu falar nisso? Chama "Brasil de braços abertos", e nós vamos abrir esse curso a partir do mês de outubro agora na biblioteca municipal. [...] Então nós queremos junto com a [funcionária do sindicato rural] que é ligada ao meio rural, que aqueles que queiram fazer esse curso em casa, porque a maioria tem computador em casa hoje [...] (E-21, 2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio).

Na citação anterior, o E-21 (2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio) relata sobre a criação de cursos para a capacitação dos assentados, imprescindível para que o uso e a apropriação do território pela prática do turismo não sejam tão ofensivos e destrutivos aos seus elementos característicos, estabelecendo limites para que a atividade seja uma prática que resguarde aquilo que a comunidade possui em termos de patrimônio natural e seu modo de vida.

O estabelecimento de normas já deveria ser uma realidade em tal localidade, já que o município possui Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), por ser uma das estâncias turísticas do Estado de São Paulo.

No caso da instituição ITESP, a demanda por parte dos assentados surge em forma de pedido de crédito, já que é a instituição que legalmente assessora os assentamentos rurais na solidificação e dinamização produtiva. É de sua responsabilidade prover o que seria necessário, tanto no que diz respeito à produção quanto à qualidade de vida dos assentados, conforme citado a seguir:

Então, as demandas chegam e normalmente elas chegam na forma de, muitos buscam investimento, os beneficiários quando entram em contato com a ITESP, possibilidades de investimentos, fontes, verificar o que nós temos...é sempre dentro dessa linha, dos recursos reembolsados e não reembolsados (E-33, 2015, gestora do ITESP).

Segundo a entrevistada ressaltou, o ITESP só faz uma intervenção junto ao produtor se este apresentar uma demanda, ou seja, só haverá um trabalho com a atividade de turismo no espaço rural, se houver a contrapartida por parte dos assentados. Partindo desse pressuposto, o ITESP, por meio de seus técnicos, procuram instrumentos que possam qualificar a demanda apresentada.

Então a gente estimula essa questão dos sonhos. Então nós temos hoje um instrumento de assistência técnica e planejamento que é o GAD-Gestão de Ater para o Desenvolvimento, e o GAD nada mais é do que a consolidação... você definir quais as ferramentas de metodologia participativa que você vai utilizar em campo para elaborar planos de ação e desenvolvimento para aquela região, para aquele assentamento, para aquele lote. Então, você utiliza dessas ferramentas junto com os beneficiários para você chegar num denominador e traçar ações aí de quatro em quatro anos a gente tenta parear uma elaboração de Programas PPA essas coisas até para termos uma noção orçamentária do que o ITESP vai poder está lastreando esses beneficiários. E aí dentro desses planos operativos, como nós chamamos, é que surgem essas demandas de turismo rural. Então assim, geralmente é feito um diagnóstico, porque assim, entre o sonho, a aptidão e a probabilidade de se desenvolver existem hiatos (E-33, 2015, gestora do ITESP).

Para a gestora do ITESP, no caso do turismo, muitas vezes o agricultor percebe que não conseguirá desenvolver a atividade, porque necessitaria da ajuda de um grupo para dar sustentação à iniciativa e, na maioria das vezes, isso não ocorre, de acordo com a fala a seguir.

Então, a gente não inibe e cria condições. Muitas vezes os grupos desistem porque percebem que não são coesos, que você não pode contar com seu vizinho ou, então que sozinho você não dá conta ou, então que você esperava uma coisa e na verdade é outra (E-33, 2015, gestora do ITESP).

Em virtude disso, muitas ideias não são colocadas em práticas. Por isso, a importância de trabalhar em grupo, sobretudo participar de associação para fortalecer as iniciativas nos assentamentos e ter voz diante do poder público local e dos sindicatos rurais que participam diretamente das reuniões do COMTUR.

Criar condições significa dar suporte técnico, fornecer cursos de capacitação e orientar para que o assentado busque alternativas que solucionem da melhor forma possível o seu problema.

No que tange às parcerias existentes para o desenvolvimento do rural local, todos mencionaram a sua importância, especialmente na relação entre os assentados e o ITESP ou entre os assentados e a prefeitura.

Para a E-4 (2016, gestora de turismo de Rosana), a parceria se concretiza principalmente no apoio, na capacitação e na promoção do turismo rural nos assentamentos como atrativo turístico, agendando visitas por meio do projeto “Descubra Rosana”, de acordo com a fala abaixo:

E dar o apoio que elas precisam, né. No sentido, assim, de capacitação. A gente tem o outro também que chama "Descubra Rosana", que a gente faz os próprios moradores conhecerem os atrativos do município. E aí um dos atrativos é o turismo rural. Então a gente liga pra elas, a gente marca o passeio, a gente leva esse pessoal lá pra conhecer, entendeu. Com o objetivo de que eles voltem depois numa outra oportunidade, com a família, com os amigos e tudo mais (E-4, 2016, gestora de turismo de Rosana).

No caso de E-21 (2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio), busca-se firmar parcerias com o ITESP, o INCRA e o Sindicato Rural como primeiro passo ante a criação de um plano para o turismo rural, portanto a parceria se faz substancial para o desenvolvimento da atividade.

Então nós estamos primeiro vendo com o ITESP e o INCRA qual a parceria que eles vão dar, porque eles têm interesse em fazer. Porque aí a gente começa a fazer um plano definitivo, e a [Funcionária do Sindicato Rural] que é do sindicato rural ela já vai fazer em novembro novamente um evento com os produtores rurais. [...] E nessa feira vão estar só os produtores rurais dos assentamentos. E eu tô fazendo essa parceria com ela, a [Funcionária do Sindicato Rural] (E-21, 2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio).

Já no âmbito do ITESP, as parcerias são realizadas visando a capacitação e qualificação dos assentados, buscando formadores com habilidades e competências na área. Embora o Estado possua estrutura para viabilizar cursos, investe na terceirização dos profissionais como meio de reduzir os custos.

Então, se nós temos dentro do Estado estruturas [...] que venham a agregar onde você possa estar racionalizando mesmo, porque muitas vezes assim, a assistência técnica, o trabalho de formação e capacitação ele é caro. Então, se através das parcerias você consegue racionalizar de forma que você diminua os gastos, mas que você transfira para aquele agente correto que já trabalha com aquilo e você

continua promovendo o desenvolvimento das atividades do trabalho de formação, o ITESP ele vislumbrou isso (E-33, 2015, gestora do ITESP).

Os principais parceiros do ITESP são o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), universidades, dentre outras instituições que contribuem para que as ações sejam colocadas em prática.

Sobre a articulação dos assentados para o desenvolvimento do turismo a partir da visão dos gestores, existe uma procura, um movimento por parte dos assentados para o turismo, conforme aponta as falas a seguir:

Eu acho que estão sim. Na minha opinião elas estão... parece que tá caindo a ficha delas pro que é o turismo rural e o que isso pode levar de benefício para elas (E-4, 2016, gestora de turismo de Rosana).

Sim, tanto é que eu falei que eles mesmos procuraram o ITESP e o INCRA para que busque uma linha de crédito pra isso. E eles mesmos que procuraram o INCRA e o ITESP (E-21, 2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio).

Sim, grupos, sim. Quando você tem ... oh, é assim, voltando à questão das potencialidades e das vontades, muitas vezes você tem um assentamento como a Nova Pontal, um assentamento que está na beira de um rio, ele já tem um atrativo natural, ele vai ter a horta, ele vai ter um pomar e ele sempre vai ter o rio. Então, geralmente quando você já tem um atrativo natural dentro daquele assentamento as pessoas já se organizam de uma forma ou de outra para estarem recebendo turistas, isso ali naquele caso. Agora, outros assentamentos eles se estruturaram, assim, começaram a receber grupos de estudantes porque, principalmente escolas particulares, elas organizam e levam seus estudantes para que os próprios beneficiários contem a sua história, do por que eles têm tantos assentamentos no Pontal. Então, além de já termos falado assim de gastronomia, muitas vezes de um resgate religioso existe essa questão da própria peculiaridade desse público, um assentado, outro quilombola, isso gera uma curiosidade na sociedade. E aí os grupos que percebem isso eles entram em contato e procuram ver, dentro das condições que ele tem ou do grupo ou da região, quais seriam as melhores possibilidades (E-33, 2015, gestora do ITESP).

Em especial, a fala da E-33 (2015, gestora do ITESP) chama a atenção porque cita como exemplo a iniciativa do assentamento Nova Pontal e o trabalho que a associação de mulheres realiza, aproveitando as potencialidades naturais como, por exemplo, a proximidade com o rio, a mata ciliar e os animais que ali vivem para atrair visitantes. Além disso, agregam valor ao que foi produzido no lote, seja colher uma

fruta no pomar, visitar a horta, criar animais, degustar a culinária local, entre outras coisas que podem se agregar ao turismo rural.

Sobre o turismo ser uma opção de valorização e permanência do homem no campo, os três entrevistados consideram a atividade de suma importância para o resguardo do modo de vida do agricultor assentado.

Sim, com certeza. O que acontece, assim, que a gente tenta muito colocar pra eles. E eles tem até essa consciência. Do turismo ser uma fonte de renda extra pra eles continuarem ali, entendeu. Porque às vezes os produtos acabam não vendendo como eles imaginam, né. A produção que eles têm... então eles tendo o turismo como uma atividade acaba sendo um apoio de geração de renda para que eles se mantenham (E-4, 2016, gestor de turismo de Presidente Epitácio).

Para o E-21 (2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio), a valorização e permanência do homem no campo está mais vinculada à ideia de transformar o turismo rural como a principal atividade econômica e despertar a ambição dos assentados para vislumbrar, a partir do turismo rural, a geração de riquezas.

Nossa, e como. [...] Turismo, uma das mais importantes atividade econômicas do mundo hoje. Mas pra isso tem que ter uma administração satisfatória. Mas pra isso tem que capacitar a qualidade deles. Então nós temos que trabalhar eles, mostrar pra eles que a prestação de serviço dá muito dinheiro, mas tem que ter um trabalho de conscientização com eles. [...] (E-21, 2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio).

Este entrevistado também relata que há uma potencialidade em agregar valor a partir do que se produz no lote, especialmente quando o assentado busca qualificação através de cursos como de produção de doces, embutidos, pães, pois também é uma forma de oferecer mais atrativos e, conseqüentemente ganhar, dinheiro.

Esse grupo que é o SENAR é um parceiro muito forte. Porque vira e mexe tá dando curso de leite, dando curso de embutidos, e isso é importante pro turismo rural. Essa qualificação que eu falei pra você. Então eu acho que eles têm um potencial muito grande para agregar valores. Às vezes tem que despertar isso neles também. Despertar o quê? Que isso dá dinheiro (E-21, 2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio).

Já E-33 (2015, gestora do ITESP) tem uma visão mais voltada ao planejamento da atividade, para que esta não venha a acarretar ao território transformações

indesejadas, dado que o turismo integra outras atividades econômicas no processo que, na maioria das vezes, não é percebido pela simplicidade do agricultor em mostrar sua horta ou preparar uma comida que traz uma receita de seus antepassados, mas que são parte do modo de vida que deve ser valorizado por quem visita.

Certeza. Absoluta. Desde que haja um planejamento. E eu acredito muito assim, na questão da habilidade, do potencial. Se você tem essa possibilidade ... muitas vezes você é um produtor, um produtor orgânico e você executa muito bem a sua atividade e o seu lote é lindo e você faz um bolo de fubá maravilhoso, o seu atrativo é a sua horta orgânica e através disso as pessoas querem ver, elas querem visitar sua unidade de produção e querem comprar aquele produto orgânico de você e você dá aquele bolo maravilhoso para essa pessoa. Muitas vezes, esse agricultor faz isso de uma forma natural e ele não sabe todas as atividades econômicas que estão envolvidas num processo que para ele é tão natural quanto fazer um bolo, servir um café e receber o consumidor na porta da sala ... do lote dele e mostrar a horta e vender aquele produto orgânico. Olha quantas coisas ... quantas atividades econômicas inter-relacionadas inclusive a de ser um receptivo e que muitas vezes ele não se percebe dentro daquele contexto (E-33, 2015, gestora do ITESP).

A fala da E-4 (2016, gestora de turismo de Rosana) merece destaque porque sintetiza a proposta de turismo rural em assentamentos rurais, que é a valorização do modo vida, do que é produzido e, sobretudo, das pessoas que vivem nos assentamentos.

E outra também, no sentido de criar uma valorização deles de morar ali, de ser um assentado, sabe? Cria-se... de ter orgulho do que eles são. Acho que o turismo colabora muito com isso, porque valoriza de fato a cultura deles. As pessoas vão lá pra conhecer, pra ver o diferente, né. E todas gostam. Então assim, acho que é uma maneira deles se sentirem mais confiantes e orgulhosos do que eles são e da onde eles estão (E-4, 2016, gestora de turismo de Rosana).

No que diz respeito à opinião sobre o desempenho por parte dos atores envolvidos (assentados, ITESP e prefeitura) para desenvolver o rural, mencionou-se que há um caminho a ser construído no sentido de melhorar o diálogo entre eles.

Na fala de E-4 (2016, gestora de turismo de Rosana), ainda não se estabeleceu relação dialógica com o ITESP para pensar juntos no desenvolvimento do turismo rural, o que seria indispensável, já que as duas instituições lidam com os assentados e estão cientes de que necessitam apoio para com a atividade de turismo. Contudo, a comunicação atualmente é pontual, apenas quando necessitam de doação para algum evento.

É, então, o ITESP tem uma boa relação com a prefeitura, mas com a divisão de turismo não, nunca houve, assim, sentar pra conversar e falar assim, vamos pensar juntos, vamos andar juntos, não, isso nunca aconteceu. Eles fazem um evento que é da Nova Pontal, tem uma almoço e tudo mais, e aí quando tava com a pasta de eventos junto eles vinham pedir algumas coisas, tal, pra ajudar o evento e sempre era dado, mas mais nesse sentido específico. Agora, de sentar e falar assim, vamos conversar pra desenvolver o turismo rural? Não. São os assentados com a gente e eles com os assentados. Agora, os três juntos ao mesmo tempo aqui pela divisão de turismo não (E-4, 2016, gestora de turismo de Rosana).

Na opinião do E-21 (2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio), os assentados têm uma condição de vida melhor do que de uma pessoa do núcleo urbano, já que a partir da atuação do ITESP e INCRA conseguiram sair da condição de acampados para, atualmente, dispor de propriedade, carro, internet, energia e água.

Olha, eu vejo, como eu já trabalhei com reassentamento rural, eu tô bem inteirado. Eu acho que hoje o ITESP e o INCRA tem um trabalho muito forte junto aos assentamentos. Se você ver hoje, a maioria dos assentados tem uma qualidade de vida que eu queria ter. Tem o seu carro, tem a sua internet, tem o seu freezer, tem o seu leite, tem a sua horta. Então eu vejo os assentamentos da nossa região aqui um trabalho muito forte do ITESP e muito forte do INCRA e do município, que pela secretaria de agricultura com máquinas... a pessoa vem aqui e paga 60 reais a hora, a máquina vai lá, tomba a terra para ele, o município tem a máquina. Isso é uma parceria muito grande que existe. Os assentados todos estavam debaixo de lona. Aí veio os assentamentos, eu acompanhei todos. Então olha bem, eles tem ali o seu lote, tem a sua família, tem a sua energia, tem a sua água, né? Tem o seu dia a dia, tem a... e buscando os alunos, buscam. Tem ambulância se precisar, então o padrão de vida de um assentado hoje é melhor, no meu ponto de vista, do que muitos dos municípios na cidade (E-21, 2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio).

Vale destacar que é um ponto de vista questionável do E-21 (2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio) sobre os assentamentos de reforma agrária, pois sabemos que após a conquista da terra os assentados continuam enfrentando dificuldades para permanecerem em seus lotes. O que eles conquistaram, com a atuação das instituições, porque é de sua responsabilidade concorrer para o seu desenvolvimento, foi mérito de cada assentado que lutou, ficou acampado, se escondeu de tiros, dentre outras formas de violência, para que tivessem e pudessem usufruir de uma condição melhor de vida. Nada surgiu de um ato de benevolência, mas, como

veremos na história de vida dos entrevistados e do processo de luta, que ainda continuam a lutar para que o assentamento se desenvolva.

No tocante ao acesso aos serviços públicos, em Presidente Epitácio há uma facilidade em virtude da proximidade com o núcleo urbano; todavia, os entrevistados, ao contrário do que cita o E-21, reclamaram da situação da estrada e, sobretudo, do maquinário que nem sempre vai quando solicitado.

Para o E-33 (2015, gestora do ITESP) o tema é complexo diante das dificuldades existentes na instituição, sobretudo no que diz respeito à formação e capacitação, por isso são essenciais às parcerias estabelecidas para sanar as lacunas existentes.

É um pouco complexo, mas assim, eu busco sempre falar da importância da formação e da capacitação porque é uma lacuna que nós temos, nós fazemos o melhor que podemos e fazemos! Então, nós temos grupo de campo, nós temos parcerias para viabilizar todo o processo de formação seja desse agricultor ou dos nossos técnicos de campo. Mas, nós temos dificuldade em formar especialistas e por isso que nós buscamos o viés das parcerias (E-33, 2015, gestora do ITESP).

Para E-33 (2015, gestora do ITESP), constitui-se um desafio trabalhar com o assentamento, principalmente para os técnicos que estão em contato direto com os assentados. São eles que tentam intermediar a busca por linha de crédito, saber porque o sistema de saúde não funciona como deveria, porque não foi aprovado o PRONAF; ponto de vista controverso ao de E-21 (2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio), conforme verifica-se a seguir:

A dinâmica de trabalhar o desenvolvimento do campo faz com que você tenha excelentes generalistas, excelentes! A rotina, as questões, os problemas eles urgem. [...]. Então, os assentamentos e os técnicos de campo, os extensionistas, eles estão o tempo todo à mercê dos desafios: é a parte de saúde da família, porque faz tempo que o médico não passa; e é o poço, o saneamento básico e tem que ir ao banco porque tem que ver o que aconteceu com a documentação que o PRONAF não foi liberado (E-21, 2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio).

Para E-33 (2015, gestora do ITESP), as parcerias tendem a complementar a prestação de serviço para os assentamentos rurais. Cabe ressaltar que, os técnicos devem ser os parceiros primordiais para o desenvolvimento dos assentamentos, por isso quando

este atua de forma questionável, prejudica os assentados, conforme queixas dos entrevistados, impedindo que os projetos caminhem progressivamente.

Segundo esta mesma entrevistada, a recompensa do trabalho prestado se concretiza quando o assentado logra êxito na regularização da produção, da pousada, da agroindústria, está em dia com os registros sanitários que lhe permitam comercializar os doces, os embutidos, as conservas produzidas. Para isso cita como exemplo o município de Presidente Epitácio onde, por meio da parceria com a prefeitura, através do sistema de inspeção municipal, foi possível estruturar e conceder a regularização de algumas agroindústrias. Assim, o produto pode ser comercializado localmente, mas também para outros municípios, conforme verifica-se a seguir:

E os resultados, assim, eu...como sendo da área técnica, eu entendo todo o processo, para o agricultor entender que ele precisa se regularizar, precisa se capitalizar, mas eu não nego, assim... o ápice para mim, do resultado do meu trabalho, é você ter a regularização, é você ter assim, um grupo que conseguiu regularizar aquela pousada, é você ter aquela agroindústria regularizada, que você tenham pessoas que vão lá para visitar, de onde foi aquele doce que acompanha a feitura daquilo e você poder falar com todo orgulho que seus registros sanitários estão todos em dia, que seus registros fiscais estão todos em dia. Então, isso é uma coisa que me emociona até hoje! (E-33, 2015, gestora do ITESP).

Os elementos paisagísticos que estão no imaginário dos entrevistados das instituições públicas, estão relacionados com a presença antrópica no território, ou seja, com as territorialidades, tais como a culinária como, por exemplo, o café colonial e o almoço com alimentos produzidos no lote, a produção de queijo; a presença do rio (Paraná, Paranapanema e o Santo Anastácio); a produção agrícola e a possibilidade de colher frutas no pé; a criação de animais (processo de ordenha da vaca, de galinhas caipiras), entre tantos outros, de acordo com as falas subsequentes:

É porque assim, eu já fiz, né, os passeios do turismo rural de Rosana, então não sei se eu vou ser, assim, totalmente... eu que já fiz, que já participei, é sempre as paisagens bonitas, a questão da comida que é muito bom, então sempre tem um café ou então um almoço. Então assim, a gente até brinca que... conversando no ônibus que a gente tá pensando na comida depois no final, né. Porque é tão bom, e todo mundo já leva um dinheirinho pra comprar pra levar pra casa, então assim, se eu penso em turismo rural aqui eu penso na comida e penso na paisagem, que é uma paisagem diferenciada. No Nova Pontal e no Porto Maria também tem a questão do rio, então você vê, assim, aquela imensidão e o rio (E-4, 2016, gestora de turismo de Rosana).

Ah, eles querem ver aquilo que eles não veem nos grandes centros. Então nós temos muita coisa a mostrar pra eles sobre o turismo rural que é o gado leiteiro, como se faz pra tirar o leite, aquela galinha caipira, como se processa um queijo. Então, à beira de um rio, uma área de APP, então eu vejo que tem muita coisa pra se mostrar na zona rural que as pessoas não conhecem (E-21, 2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio).

Eu acho que tudo tem seu encanto; o seu encanto, a sua característica e o seu potencial, então, depende, tem uma variação muito grande. [...] pode ser o café colonial da tarde da roça, pode ser a venda direta, acho que tudo é uma opção, tudo é um atrativo, tudo é um potencial e tudo pode ser explorado (E-33, 2015, gestora do ITESP).

De acordo com E-4 (2016, gestora de turismo de Rosana), o que se sobressai na paisagem diferenciada dos assentamentos Nova Pontal e Porto Maria, são a culinária feita pela AMANP e a Associação Restaurante Rural Porto Maria. Enquanto que, para E-21 (2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio), os elementos paisagísticos estão atrelados às características produtivas e naturais, sobretudo pela constituição de Área de Preservação Permanente (APP) às margens dos rios, que quando cuidadas representam notória beleza paisagística, pois são refúgios para espécies nativas da região como, por exemplo, o macaco prego, araras, tucanos, dentre outras. A E-33 (2015, gestora do ITESP) acredita que em tudo no rural existe um encanto, desde a paisagem, a produção agropecuária específica de cada região até, as festas representativas da produção rural.

Cabe dizer que o município de Rosana está pleiteando o título de Município de Interesse Turístico do Estado de São Paulo (MIT). Já entregaram o plano de candidatura e estão aguardando o resultado. Isso é importante para o desenvolvimento do turismo municipal, especialmente porque podem incrementar a receita financeira para a execução de infraestrutura e melhorias no município.

O município de Presidente Epitácio possui o título de estância turística, já recebendo verbas para o investimento na atividade, sendo que estão elaborando o Plano de Desenvolvimento de Turismo com objetivo de planejar a atividade como um todo, inclusive com a proposta de apresentar o turismo rural como um dos segmentos categóricos para o desenvolvimento do turismo local.

No caso do E-21 (2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio), quando questionado sobre os recursos provenientes do Estado como parte do pagamento do título de estância turística, foi relatado que o dinheiro só pode ser gasto com obras, ou

seja, infraestrutura básica que são indispensáveis para a manutenção do título de Estância Turística, caso contrário, corre-se o risco de perdê-lo.

Com relação ao PRONAF modalidade Turismo Rural, a E-4 (2016, gestora de turismo de Rosana) não soube informar se existe algum beneficiário no assentamento, enquanto que o E-21 (2017, gestor de turismo de Presidente Epitácio) afirmou sobre a existência de beneficiários do PRONAF nos assentamentos de Epitácio, mas especificamente para o turismo rural ainda não. No entanto disse que os assentados já entraram com o pedido junto ao ITESP e ao INCRA. Entretanto, isso contradiz as informações dos assentados rurais (entrevistados) que afirmaram não ter conhecimento da existência de uma linha de crédito específica para o turismo no espaço rural.

Cabe ressaltar a presença dos COMTURs, que exercem um papel de administrar as demandas que chegam para o desenvolvimento do turismo. É um apoio e, ao mesmo tempo, um termômetro para as ações dos gestores municipais de turismo, pois tudo o que se refere ao turismo depende de aprovação do COMTUR. Por isso é substancial que os assentados possuam representantes dentro desse Conselho, pois ali é o local de dialogar e conquistar visibilidade no município referente ao turismo no espaço rural.

### **6.3.2 Territorialidades a partir da Associação Restaurante Rural Porto Maria**

A respeito da Associação Restaurante Rural Porto Maria, a representante entrevistada foi a presidenta da associação, que conta atualmente com 7 famílias associadas ao projeto. De acordo com a E-28 (2016), o projeto foi iniciado há poucos anos atrás.

A gente começou em 2013 no intuito de construirmos uma associação de famílias aqui do assentamento Porto Maria pra gente fazer esse projeto de pousada e um restaurante rural (E-28, 2016).

A ideia de montar uma associação foi uma estratégia para fortalecer as famílias do assentamento e as demandas latentes que, de forma individual, não teriam força para lutar e reivindicar melhorias para o assentamento.

Porque hoje pra você conseguir uma coisa sozinho você não consegue com o poder público. Você tem que estar associado ao movimento [sustentado] das famílias, né. Hoje individual você não consegue nada (E-28, 2016).

Com relação à divisão de tarefas, foi decidido o que caberia a cada um executar para manter o Restaurante e a pousada funcionando. No caso da presidenta, por morar em uma das casas adjacentes à casa sede, local onde funciona o restaurante, ela se prontificou em realizar algumas tarefas, já que os demais membros estão localizados um pouco distantes.

A gente foi combinando assim, como eu tava fazendo almoço todos os domingos e o movimento era fraco, a gente começou a fazer a limpeza a cada 15 dias do ambiente, combinou pra fazer o almoço por agendamento, então eu me prontifiquei a estar ficando, zelando durante a semana, e recebendo os turistas que vem pra passear, pra pescar na beira do rio (E-28, 2016).

Sobre o perfil do visitante foi mencionado que são, em sua maioria, famílias que vêm para o local acompanhando o esposo que pratica a pesca e, às vezes ficam acampados na beira do rio Paraná, outras vezes alugam os quartos disponíveis.

O fluxo de pessoas é maior nos finais de semana e feriados, com aproximadamente 30 a 40 pessoas e durante a semana entre 5 a 6 pessoas. Esses visitantes consomem alguns itens do restaurante, conforme aponta a fala a seguir:

Ah, final de semana aparecem em torno de 30, 40 pessoas pra tomar banho no rio. Até mais. E sempre vem comprar um guaraná, um salgadinho. E durante a semana tá vindo turista, em torno de 5, 6 pessoas por semana. Uns passam para tomar... comprar um salgado, uma água, um guaraná. E estamos recebendo gente que tá vindo pra pousar (E-28, 2016).

Ainda não existe uma margem de lucro, pois como está em funcionamento há pouco tempo, estão se estruturando, com aquisição e pagamentos de equipamentos e utensílios de cozinha para o funcionamento do restaurante. A capacidade de atendimento do restaurante é de 50 pessoas, aproximadamente.

No que diz respeito à adequação ao espaço foi feito em parceria com a prefeitura e a UNESP (Campus de Rosana), assim que não tiveram custos financeiros, mas contribuíram com a mão de obra operacional nos dias dedicados à limpeza, chegada e montagem do restaurante, como ilustra a figura 72.

Não, a gente ganhou a casa. A prefeitura cedeu o espaço, a casa, e a gente trabalhando voluntário e fazendo os almoços que a gente tá granjeando o dinheiro pra comprar os equipamentos. Freezer, cama. Estamos investindo devagar. Temos hoje talheres, pratos, já pra estar

servindo as refeições por agendamento. Então a gente já tá se estruturando dessa forma (E-28, 2016).

**Figura 72- Assentadas trabalhando para implantação do restaurante.**



Fonte: Restaurante Rural Porto Maria (2013).

Uma das dificuldades em manter o restaurante é a desmotivação por parte dos membros da Associação já que, por ser um trabalho que está iniciando, requer dedicação e o retorno financeiro no momento é para arcar com os custos operacionais do local, em que se vislumbra um retorno financeiro a longo prazo porém, os associados não querem esperar.

Por estar todo mundo voluntário e começando o projeto, as pessoas se desanimam, né? Então agora a dificuldade é essa, porque não tem um ganho. A gente teve um ganho de áreas dos almoços que a gente fez grande. Mas pra esse andamento que tá sendo de pouco movimento a gente tá de voluntário, então isso dificulta muito (E-28, 2016).

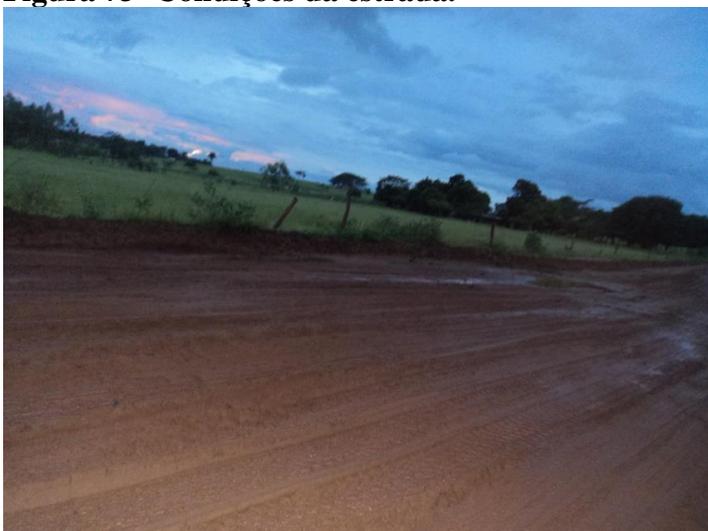
Com relação ao turismo no espaço rural, a E-28 (2016) acredita que tem potencialidade para dar certo, já que os atributos paisagísticos e as territorialidades existentes favorecem o seu desenvolvimento, sobretudo porque as pessoas que ali chegam encontram tranquilidade para pescar e descansar.

Ah, eu acho que é uma coisa que tem tudo pra dar certo, só que a gente tá sem condições, assim... não podemos fazer uma divulgação por não estarmos estruturados. Se você faz uma divulgação você vai estar vendendo uma coisa que você não tem totalmente adequado pra falar, ah, vou receber um turista hoje eu tenho ar-condicionado, todos os quartos tem ventilador, não, não tem, então a gente tem que se adaptar pra isso, que é o que estamos correndo pra isso (E-28, 2016).

A principal dificuldade externa ao funcionamento do Restaurante, mas que compromete o andamento das atividades é a estrada de acesso ao local, já que, por passar caminhões que transportam areia do porto, a estrada sempre está em más condições. E por ser estrada de terra, em dias chuvosos é intransitável com carro (figura 73), inviabilizando qualquer atividade a ser desenvolvida no assentamento, inclusive no restaurante.

Estrada. A maior dificuldade nossa hoje tá sendo estrada. Tá horrível a estrada (E-28, 2016).

**Figura 73- Condições da estrada.**



Fonte: Santos (2015).

Quando questionada sobre financiamento e o PRONAF, a resposta foi negativa, já que não possuem crédito para o Restaurante.

Nada, não. [...]Nada, nada (E-28, 2016).

Sobre as parcerias existentes foi mencionada a UNESP, o ITESP e a prefeitura, a qual colabora pontualmente com a limpeza da área externa, já que possui uma área grande e arborizada, em que não se pode cortar ou podar as árvores sem autorização da prefeitura.

A prefeitura quando vai ter festa a gente consegue ir na parte da manutenção da parte ambiental, limpeza local. E a UNESP a gente tem uns alunos que nos dá suporte técnico, né, que eles estão estudando com a gente. Então a gente tem esse apoio deles, de organização das festas. E ITESP o apoio deles por ter concedido o espaço (E-28, 2016).

Sobre o funcionamento do restaurante a E-28 (2016) menciona que, a princípio, funcionava todos os finais de semana, mas que perdiam muita comida porque nem sempre tinham público para consumir. Assim que atualmente trabalham com o sistema de agendamento via telefone ou por rede social (*Facebook*).

Os assentados também realizam eventos em datas festivas como, por exemplo, dia das mães, dia dos pais, aniversário do assentamento Porto Maria, Cavalgada da Independência, peixada, entre outros.

Atualmente, estão organizando a documentação para regularizar o estabelecimento e a associação. Entretanto, já dispõem de uma imagem (logo) que representa o restaurante, conforme figura 74, que facilita a divulgação dos eventos realizados.

**Figura 74- Logo do Restaurante Rural Porto Maria.**



Fonte: Restaurante Rural Porto Maria (2014).

Sobre a paisagem, a E-28 (2016) comentou que antes não havia nada e que após a entrada das famílias no assentamento, já se vê muitas árvores frutíferas. Também comentou que a sinalização é um dos problemas que enfrentam, porque como não há, dificulta a localização do restaurante. Remediam este problema com a pintura dos piquetes das cercas que estão na estrada de acesso ao assentamento. Geralmente a presidenta faz isso quando tem um evento no Restaurante.

Reclamam. A gente fez duas vezes as placas, mas os vândalos quebram, infelizmente. Tem pessoas com a mente suja aqui, tem a capacidade de quebrar as placas. Aí fica sem sinalização. Eu tô aguardando agora pra ver se a gente consegue fazer umas placas de

lata. [...] Aí eu pedi uma doação deles [prefeitura] pra nós pegar um material e fazer umas placas para divulgação (E-28, 2016).

No que tange as suas especificidades, a Associação Restaurante Rural Porto Maria desenvolveu recentemente, em parceria com a UNESP (Campus de Rosana), um evento de degustação para lançar o livro de receitas da culinária rural “Sabores da Roça”<sup>5</sup>, realizado no dia 02 de setembro de 2017.

As mulheres associadas e a discente elaboraram os pratos que seriam degustados no evento como, por exemplo, as receitas salgadas. Foram feitos o frango caipira com quiabo (figura 75), maionese com mandioca, farofa gelada, mandioca sertaneja, macarrão caseiro com frango caseiro, torta de frango, pirão caipira e o pão caseiro.

**Figura 75- Frango caipira com quiabo, Restaurante Rural Porto Maria.**



Fonte: Santos (2017).

De receitas doces foram feitos a cuca doce, doce de mamão verde, doce de leite pastoso, bolachinha de nata, cuca tradicional, pamonha doce e massa de tapioca. As receitas foram escolhidas porque fazem parte do costume da família, passada de geração em geração e a família sempre pede para fazer, seja porque aprendeu com algum familiar ou amigo ou por meio de curso; enfim, são receitas que estão presentes nas famílias assentadas. A figura 76 ilustra um dos doces feitos para degustação.

---

<sup>5</sup> O livro foi resultado do trabalho de conclusão de curso da discente Lorayne Lopes sob a orientação da Profa. Dra. Rosângela C.C. Thomaz, realizado no dia 02 de setembro de 2017, no Restaurante Rural Porto Maria. A pesquisadora compôs a mesa junto com outros convidados para a degustação dos pratos.

**Figura 76- Mesa de doces, Restaurante Rural Porto Maria.**



Fonte: Santos (2017).

As receitas feitas no evento de degustação farão parte do cardápio de receitas do Restaurante, como uma forma de valorizar ainda mais a culinária do assentamento e como um motivador para que o grupo de mulheres que atuam diretamente no projeto não se desmotivem com a caminhada.

**Figura 77- Associadas e participantes do evento Sabores da Roça, Restaurante Rural Porto Maria.**



Fonte: Santos (2017).

Na figura 77 temos as mulheres associadas e mulheres que não são associadas, mas que participaram com as receitas de doces feitos anteriormente em seu lote.

### 6.3.3 Territorialidades a partir dos Assentados Paulistas

Como são muitos entrevistados, serão reproduzidos alguns trechos de algumas entrevistas que foram mais representativas em informações sobre as categorias analisadas, tais como: trajetória de vida e origem (Acampamento, Ocupação, Reforma Agrária), Trabalho e Atualidade (turismo, dificuldades, PRONAF, paisagem).

Como explicitado nos procedimentos metodológicos, em virtude da quantidade de entrevistados, selecionaram-se alguns trechos de entrevistas por município que se sobressaíram em relação às categorias de análises, sendo os demais analisados no contexto geral.

Os assentados vieram de diferentes regiões do Brasil, cada um com sua experiência de vida e costumes que aprenderam dos pais. Assim, alguns participaram ativamente da formação dos assentamentos estudados, especificamente do Nova Pontal e Porto Velho, por meio do processo de acampamento e ocupação da fazenda, e outros adquiriram o direito de usufruto do lote de outras maneiras, tais como cadastramento via ITESP e/ou compra do lote, o que não desmerece a luta e o sonho de cada um por ter sua terra.

No tocante à trajetória de vida, é importante trazer aqui, para contextualizar, que as territorialidades de cada assentamento estão intrínsecas com o sonho individual e coletivo dos indivíduos que lutaram ou buscaram um lugar para chamar de seu. A trajetória de vida enriquece aquilo que cada um produz no seu lote, pois aqueles que sempre tiveram, não tão somente as raízes no rural, mas igualmente o desejo de viver daquilo que a terra produz, são os lotes que estão mais bem cuidados e produzindo.

Em sua maioria, são pessoas distintas que vieram de diferentes regiões do país, alguns se aproximaram ao movimento de luta pela terra por ideologia, mas a maioria porque queriam conquistar uma terra onde pudessem ter sua criação de animais, uma plantação e dar melhores condições de vida para a sua família.

Dessa maneira, no que tange à categoria trajetória de vida, destacaram-se duas entrevistas que serão transcritas abaixo pois representam, de modo geral, o sonho coletivo de possuir um lote, ou seja, um pedaço de terra.

A primeira é do assentamento Nova Pontal, que conta um pouco sua origem até o momento que consegue o lote no assentamento, conforme descrito a seguir:

Eu nasci realmente em Minas, só que eu fui criada... com dois anos eu vim pro Estado de São Paulo, morava num vilarejo divisa de Minas com São Paulo, perto de Guaxupé, Minas, local que chama [Itaiquara], morava numa fazenda e eu fui criada praticamente nessa fazenda. Eu trabalhava na roça, desde os meus 12 anos eu trabalhava, 12 anos, porque com 12 anos meu pai morreu, na noite que eu fiz 12 anos meu pai morreu. Eu era a filha mais velha, minha mãe ficou com cinco filhos pequenos e ela sempre trabalhava na roça para os outros, nós não tinha nosso, nós trabalhava em fazenda. Então... e naquela época eu me criei lá e me formei, o meu desejo era ir embora pra cidade, porque eu não queria morar em sítio, eu falava que nem namorar moço de roça eu não namoraria, que eu queria namorar um moço da cidade porque eu queria... nem que seja um torto, um aleijado, mas eu casava com um moço da cidade só pra me arrancar da roça. Realmente comecei a namorar um moço da cidade, casei com ele e fui pra cidade. Quase enlouqueci. Trabalhando e o desejo de voltar pra roça e não podia, os filhos foi nascendo, um monte de filho, porque eu tenho pouquinho sabe, eu só tenho sete, tenho uma filha mulher e seis filhos homens. E um desejo enorme de voltar pro sítio e como, com um monte de filho, não tinha como trabalhar e foi na época que eu morei em Primavera, meu esposo trabalhava em Barragem e vinha pra Primavera e eu nunca trabalhei em outra coisa a não ser roça, meu único registro de carteira registrada é lavoura, certo. Aí tinha um pedaço no cinturão verde que eu plantava lá, criava porco, sabe. Eu ficava mexendo lá. E na época que saiu esse assentamento aqui era um ano político e foi feito um cadastro direto do ITESP para 900 pessoas e passou 600 e dessas 600, não, 900, passou 300 e dessas 300 só vinha 122 pra essa fazenda aqui e dessas 122 só 30 não era desses que já vinha acompanhando os Sem Terra, e no meio desses 30 eu saí, sabe. Foi onde eu vim pra cá com os filhos pequenos e tudo, meu marido, foi muita luta pra começar porque não tinha energia, não tinha nada, as crianças ainda pequenas, sabe. Então foi aqui que nós começamos, mas aí todo feliz porque nós tinha um pedacinho de terra nosso. Porque na verdade, na verdade, diz que morte sempre tem uma desculpa, meu pai a desculpa da morte dele foi por causa de um pedaço de terra, porque trabalhava na roça, então o sonho dele era ter uma terra e naquela época era tempo de Jânio Quadros, sei lá, disse que ia ter essa reforma agrária que eles falava que é isso desse assentamento hoje, então ele sonhava com isso. Na época que eles estavam falando que ia sair, ia sair, esse Jânio Quadros não sei o que aprontou, entrou no avião e sumiu. Na hora o meu pai desmaiou, deu problema na mente e desmaiou, eles falam que é epilepsia e daí meu pai foi ficando doente e morreu. Chegou no fim nenhuma das minhas irmãs quis saber de roça e quem ficou com o desejo do meu pai fui eu, que até hoje eu gosto do meu pedacinho e olha que eu ainda tenho uma casinha na cidade, eu não gosto nem de dormir lá, eu gosto de estar aqui com a minha horta, mexendo, e eu trabalho, trabalho na roça, na horta, agora eu tô com 63 anos e levo verdura, ela vê aí, eu vendo verdura, mexo com pão, vendia pão, vende tudo que aparece, sabe. Então a minha vida é a lavoura mesmo e gosto de receber gente, tanto faz turismo ou outra parte, como na parte da igreja, como você vê tem uma igreja no meu sítio, eu recebo muita gente de fora também, minha casa é bem pequena, mas já chegou gente pra comer, ônibus, 300, 400 pessoas aqui em casa, sabe. Então eu gosto de mexer. (E-32, 2016, presidenta da AMANP, Assentamento Nova Pontal).

A partir do relato exposto observa-se que a entrevistada sempre teve o sonho de ter um lugar para começar sua vida e desmistifica o preconceito de que o assentado é preguiçoso e baderneiro já que, conforme a explanação, a E-32 (2016, presidenta da AMANP, Assentamento Nova Pontal) trabalha com afinco em seu lote em conjunto com os filhos. Possui uma horta que, há mais de 13 anos, abastece os supermercados do Distrito de Primavera.

A horta, o zelo pelo lote, a alegria de receber pessoas são territorialidades criadas por esta assentada que revelam que, assim como ela, existem outras famílias que, com sua simplicidade, demonstram a preciosidade que é viver no rural, embora possam existir os conflitos internos e externos ao assentamento.

Assim como foi citado por ela, muitos assentados entrevistados não trocariam a vida que têm no assentamento para viver na cidade, pois gostam e se sentem bem com o que fazem.

Como ela, muitos já trazem esse desejo da família de viver do rural e dele sobreviver, especialmente porque sempre trabalharam com a terra, aprenderam com a experiência dos pais como cuidar e fazer a terra produzir.

São vivências de vida que podem ser incorporadas ao roteiro de visitação, pois enriquecem ainda mais a experiência do visitante nos assentamentos, contribuindo para com a valoriza o do modo de vida rural.

Outra trajetória que mostra o lado de quem ficou acampado, passou as dificuldades de estar na beira da estrada e, embaixo de um barraco de lona, está relatado a seguir. Essa experiência foi compartilhada por muitas famílias do assentamento Porto Velho.

Eu era líder de sem-terra. Aqui esse assentamento, outros aí foi luta que eu participei. [...] eu era do Movimento Terra Brasil. Esse movimento era meu. [...] Eu sou o fundador. [...] Vim conhecer, passear, aí gostei do lugar. Aí fiquei aqui na cidade. Aí eu fui para o movimento do MST. A  eu comecei a participar do movimento, aí com o tempo eu não concordei com algumas coisas e sa . Aí outras pessoas daqui, que já me conheciam, falaram "não, vamos junto aí, vamos junto, lidera nós..." Aí eu comecei a liderar. E as coisas foi dando certo. O assentamento Primavera, Maturi, Santo Ant nio, Santa Maria, todas as pessoas que estavam comigo foi lá... Aqui, a Porto Velho e a São Paulo têm gente que eu assentei.

Entrevistadora: E nessa caminhada dentro do Movimento Terra Brasil quais os fatos que mais marcaram você, nessa trajetória de movimento social?

Olha, a gente vê a desigualdade, primeiro, a necessidade da pessoa que tem bastante e da pessoa que não tem nada e ainda luta, ainda tem um sonho e muitos deles conseguem realizar. [...] Então a felicidade da gente é de ver aquela família que você viu chegar de bicicletinha ou chegar com caminhão, largar aquelas coisas todas dele lá e ver aquele sufoco, aquela fome, aquela necessidade, e hoje você vê aquela família bem... Então esse é a recompensa... [...] Eu acreditava que... Muitos não acreditava, mas eu acreditava. Tanto é que aqui dentro do assentamento, trinta e uma famílias o Incra queria tirar. Deu a maior dor de cabeça. Aí pegou umas pessoas que fazia muito barulho aqui dentro, colocou contra. Até os trinta e um que estava para sair não acreditava que ia ficar. Então graças a Deus eu não tive medo, eu acreditei na luta e está todo mundo aí. Hoje eu vejo a família bem e aqueles que bateram tanto contra, contra, contra, a maioria deles, que foi usado pelo Incra, saiu (E-12, 2017, liderança e fundador do MTB do Assentamento Porto Velho).

Embora existam os conflitos internos do território, como relatado anteriormente, entre os próprios assentados, verifica-se que a luta não é apenas em benefício próprio, mas sim coletivo. Também verifica-se o papel que o INCRA desempenha no assentamento, os conflitos e as tramas de interesse dentro do assentamento, embora quem está de fora veja a Instituição com um papel atuante positivo, para os assentados a mesma Instituição tem uma aceitação controversa.

Na trajetória de luta em prol do assentamento Porto Velho, outros conflitos se fazem presentes, comprovando que após a aquisição do lote, as lutas permanecem, sobretudo na relação com a gestão municipal, já que não se tem o devido reconhecimento e investimento no território na mesma proporção que em outros pontos da cidade como, por exemplo, os turísticos, embora os assentamentos rurais de reforma agrária tenham relevante importância econômica para o município.

[...] Até esse pouco tempo agora eu estava conversando com a prefeita 'prefeita, qual a renda do município? O que dá renda no município?' Mas já sabia a resposta. Ela falou "hoje são os assentamentos." Os assentamentos estão dando.... Falei "e está vendendo? E antigamente a gente era baderneiro, era bandido, era tudo que não presta" e hoje quem banca a cidade é o assentamento. É interessante. Então porque vocês não dão valor mais no assentamento? Cuida de estrada, cuida de saúde, cuida das coisas que tem que fazer. Então muitas vezes a gente usa alguns mecanismos que para outros fala assim "ah, mas está errado", mas é a única forma que a gente tem é a união e bater firme, sabe. Bater firme (E-12, 2017, liderança e fundador do MTB do Assentamento Porto Velho).

Sobre a categoria acampamento, para aqueles entrevistados que participaram desta fase, em sua maioria, ficaram em torno de 5 anos e 8 meses acampados na beira da estrada aguardando a liberação de terra.

Ah, as dificuldades foram muitas, porque às vezes tem certas normas dentro [normas do movimento], que às vezes a pessoa não pode trabalhar, tem que ficar de viver de cesta básica, se você quiser viver ali. Então tem normas, eu acho que o mais difícil foi isso, são as normas que você tem que cumprir (E-14, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

Na época eu trabalhei na barragem, uns dois anos, depois fiquei acampada, fiquei cinco anos acampada, para pegar o lote. [...] Porque é muita dificuldade. [...] A maior dificuldade, assim, para as famílias que estava com os filhos acampados, as crianças, faltava remédio, faltava alimentação, faltava essas coisas. Aí foi muito difícil (E-18, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

Nós fizemos barraco de lona. [...] Aqui, foi pouco tempo. Aqui, eu acho que foram uns dois, três anos. Dois anos na estrada, aí a gente entrou pra dentro, aí ficou mais um ano e pouco aqui dentro (E-16, 2016, assentada do Assentamento Porto Velho).

[...] Fiquei oito meses na beira da pista, depois entrei aqui pra dentro. Entramos aqui pra dentro, ficamos dois anos, aí ficamos plantando. [...] Acampada lá fora oito meses. Aí entramos pra dentro da terra, ficamos dois anos. [...] Olha, era muito triste porque a gente levava muito tiro, né, dos fazendeiro aqui! Eles atiravam muito na gente, a gente não podia nem dormir. Mas logo aí depois eles, acho que entraram em acordo, aí eles deixou. [...] Ah, a gente passava muita necessidade da água, né?! Que a prefeitura que trazia, mas tinha vezes que a prefeitura, o carro quebrava, demorava pra água chegar. Aí a gente vinha na cidade pegava água dos vizinho, água da cidade. Ou ia buscar lá no poço Paraná, a água (E-23, 2017, assentada do Assentamento Porto Velho).

Conforme foi relatado, as dificuldades foram inúmeras, especialmente para aquelas famílias que tinham crianças, pois faltavam coisas básicas como, por exemplo, água e comida.

Além disso, as pessoas tinham muito medo da violência por parte dos jagunços contratados pelos fazendeiros que, segundo os relatos, atiravam contra os acampados, sobretudo a noite, por isso as pessoas não dormiam com medo de retaliação.

Essas experiências não podem ser esquecidas, devem ser contadas, rememoradas constantemente, especialmente para as crianças assentadas e aos visitantes, para entenderem que o processo de conquista dos assentamentos não é fácil, que algumas pessoas se machucam, deixam tudo o que tem para trás, abdicam de coisas para estar ali,

lutando e reivindicando um direito. São processos que registram a configuração dos assentamentos e, por isso, devem ser valorizados e trazidos à tona sempre. Vale ressaltar que os que passaram por este processo, os assentados, ainda lutam para melhorar a qualidade de vida no assentamento.

Na categoria ocupação, o objetivo era rememorar fatos que marcaram este processo, sobretudo deixando explícitas as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos nesse momento, pois era o de maior tensão, já que havia a ocupação e, a integração de posse, que poderia ser de mais violência por ambas às partes, tanto dos acampados quanto dos jagunços.

[...] Foi, a gente entrava para dentro da fazenda e eles mandava a gente sair para negociar. Daí não negociava, a gente entrava de novo. Foi entrado umas duas, três vezes que a gente tentava ocupar a fazenda. Aí na última vez, ocupou a sede lá. E daí negociou a fazenda. Aí não precisou sair mais de dentro e nós ficou dentro. Só dividiu os lotes aí. [...] É, é uma tensão, é uma tensão doida, que o senhor não sabe, do outro lado lá do fazendeiro como que está. E na hora de desmanchar barraco daqui para jogar para lá, para dentro da fazenda, isso pode dar um conflito. Aqui não teve graças a Deus, mas muitos lugares aí teve e é feio (E-35, 2016, assentado do Assentamento Nova Pontal).

Bom, essa aqui foi legal. Essa aqui foi legal, porque a gente conseguiu, né. Aí, assim, antes da gente saber que a gente ia entrar, sabia que eles tinham arma pesada, tudo. Aí, muita gente recuando, também os homens saindo e tudo [...]. Eu, mais outra moça que eu esqueço o nome dela, o meu menino mais pequeno e nós todos com os documentos nas... eu já fui com uma bolsinha, assim, nas costas, com documento, tudo. Porque, se eu sair baleada, alguém sair baleado, já vão mandar para a Santa Casa, os documentos já estão tudo comigo, né. [...]. Estava o Ailson, a Elizete, a colega da Elizete, os meus filhos, tinha bastante gente. E a turma da dona Luzia, a turma.... Aí, tinha bastante gente, só que muitos homens recuaram, ficou mais mulher na frente. Aí, quando chegou a polícia, né? Aí, eles recuaram um pouco, chegou o oficial de justiça e falou assim para nós afastar. Aí, nós afastamos e eles entraram, mas nós fomos atrás. Aí, quando ele mostrou a carteirinha assim e falou: “Eu sou oficial de justiça e quero fazer negociação”. Aí, eles mandaram bala por cima. Tinha uma pomba, assim, no fio, foi só pena que voou. [...]. Tudo tiro pesado lá, eu tinha um cartucho, sumiu. Aí, ele olhou para nós e falou assim: “Vocês já ganharam, a fazenda é de vocês” (E-16, 2016, assentada do Assentamento Porto Velho).

Sobre a categoria reforma agrária, os entrevistados relataram que passaram muita dificuldade, pois, como a maioria ficou acampado, sem poder trabalhar, não tinham recursos financeiros para investir no lote.

A ajuda do governo demorou em torno de um a dois anos. Nesse período tiveram que sobreviver com a ajuda da família. Alguns ainda passaram algum tempo morando em barracos de lona, até quando saíram os créditos como, por exemplo, o PRONAF A para que pudessem investir no lote.

Não, não tinha dinheiro. Foi quando saiu o PRONAF A aí o governo deu o dinheiro para que ele comprasse o gado, as coisas aqui e ele investiu na casa (E-3, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

Não tinha energia, não tinha água, não tinha nem estrada. Quando nós mudou para cá. Nós entrou aqui, fizemos o nosso barraco aqui, embaixo daquela árvores, entremos aqui e fizemos nosso poço (E-5, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal)

Já veio dinheiro pra fazer a casa. Já veio dinheiro pra providenciar os documento. Já veio essas coisas (E-13, 2017, assentado do Assentamento Porto Velho).

Então, o [líder] ele é muito, era muito organizado. Ele saiu com nós medindo, sabe. Nós fizemos as estradas, nós fizemos, medindo tudo os pedaços, tudo certinho (E-23, 2017, assentada do Assentamento Porto Velho).

Alguns, por serem ex-funcionários da fazenda como, por exemplo, a E-9 (2016, assentada do Assentamento Nova Pontal), já tinham alguma economia. Mas outros que não tinham de onde prover recursos, após a reforma agrária, tiveram que trabalhar fora para investir no lote.

É notório que, enquanto alguns entrevistados querem detalhar política e ideologicamente sua posição, outros preferem ocultar-se e atentam para o que vão dizer, como se estivessem com receio, uma certa desconfiança para com a entrevistadora. Isso foi marcante especialmente no assentamento Porto Velho.

Sobre a categoria trabalho desenvolvido no lote, foi relatado que a dificuldade consiste na administração do lote, pois é necessário planejar o uso do dinheiro para que não fiquem sem. Além disso, foi comentado que quando necessitam de maquinário da prefeitura como, por exemplo, o trator, ele não vem na hora em que precisam tomar uma terra para o plantio, demorando às vezes até 8 meses. Dessa forma, muitas vezes passa do tempo de plantar alguma coisa, tendo que recorrer a trator particular.

A diversidade é que garante a sobrevivência da família no sítio, pois aqueles que investem apenas em um produto ficam vulneráveis às intemperanças do mercado e podem ficar sem renda nenhuma. Por isso, muitos deles têm o produto que é o carro

chefe, mas complementam a renda familiar. Como exemplo, podemos citar que alguns tem a renda mensal do leite, mas fazem parte de outros projetos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entregando alimentos para as escolas da prefeitura, para a CONAB, etc.

O futuro é incerto, por isso o produtor assentado tem que se resguardar das intermitências que é viver do rural. Nesse sentido, os entrevistados do assentamento Porto Velho, no ano de 2015 estavam sem receber o pagamento pela entrega da produção de alimentos. Dessa maneira, que aqueles que dependiam exclusivamente desta entrega passaram por dificuldades.

Em virtude dessa conjuntura de instabilidade de vender e não receber, ou de produzir e não ter onde comercializar, alguns investiram na produção de leite, pois, embora o litro do leite seja comprado a preço pífio (setenta centavos), ainda assim os assentados conseguem garantir uma renda fixa mensal, o que não ocorre com a produção agrícola. Salvo aqueles casos que já tenham a clientela, como no caso da E-32 (2016, presidenta da AMANP, Assentamento Nova Pontal), que entrega suas hortaliças há mais de 13 anos nos supermercados do Distrito de Primavera.

A seguir, temos alguns relatos que exemplificam melhor algumas dificuldades enfrentadas por esses sujeitos.

Na verdade, na verdade, a gente tem uma dificuldade, não vou falar que não tem, por causa que é tudo é mais difícil. A gente tira o leite, a gente tem que vender um litro de leite para eles por setenta e oito centavos. A gente tem uma dificuldade de poder comercializar as coisas que a gente tem. A gente não tem assim uma ajuda, um técnico, uma coisa, para ajudar a incentivar alguma coisa, porque quando nós entramos aqui, nós foi mexer com bicho da seda, nós plantamos amora e na nossa amora deu uma doença e nós fomos pedir um técnico no Itesp e nós não teve. No entanto, que morreu tudinho, essa área aqui até lá na frente era tudo plantio de amora (E-5, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

Porque além da vaca, você tem que ter as outras rendas. [...]. E agora se você falar "vou investir em leite, só no leite", eu tirar o leite e ficar sossegado, aí o que acontece com a maioria. Se a vaca demorar a criar para ele começar a tirar o leite de novo, ele não vai ter renda, ele vai vender a vaca e ele vai ficar zerado de novo. Aí não consegue pagar nem o financiamento (E-36, 2016, assentado do Assentamento Nova Pontal).

Então eles pensaram hoje que a energia que a gente tinha na época ia suprir a nossa necessidade. Tem muitos que não... A energia não supre, porque tem muitos aqui tirando mais de quinhentos litros de leite por dia. A gente pede para a Energiza, eles falam "não, vocês tem

que pagar", mas espera aí, vocês ganharam a rede toda de graça, o produto é de vocês que estão vendendo para nós, vocês não vão fazer uma melhora nessa energia? Aí tive que parar uma obra deles ali. Tanto é que envolveu prefeito, deputado, um monte aí, mas se a gente não fazer assim, a gente não consegue. Mas mesmo assim, a gente não tem o apoio, tanto do governo federal, como estadual e municipal. A gente não tem o apoio, porque tinha que ver nós com uma outra visão, melhorar mais a estrada, essa energia, é um contexto que desagrada o pequeno produtor, não só o pequeno produtor, mas essas pousadas a maioria. Eles não dão assim aquele incentivo... O município não dá um incentivo que precisa. Então aí acaba o quê? Uma cidade dessa aí, se diz turística, mas não tem incentivo de nada, tudo apertada, tudo apertada o produtor, então acaba a pessoa desistindo (E-12, 2017, liderança e fundador do MTB do Assentamento Porto Velho).

Ah, faltam verbas, né?! Porque antigamente a gente tinha CONAB, tinha a merenda, né?! Que não é nem, nós temos ainda a merenda, só que dependendo da chamada pública, dependendo da época da chamada pública, você fica sem tempo, sem prazo de fazer aquelas entregas para quantidade, né?! Porque se eles, esse ano até que a chamada pública, ela foi, até que foi um período bom, a chamada pública. Só que nos outros anos, eles deixavam pra chamar, pra fazer 2016, 2015, 2014, 2013, eles deixavam pra fazer a chamada pública já praticamente no final do ano. Então a gente pegava a licitação mas não tinha prazo pra entregar. [...] E aí a CONAB saiu, não temos mais CONAB, então a dificuldade é isso, a parte que nós, não temos aonde produzir e escoar nosso produto (E-37, 2017, assentada do Assentamento Porto Velho).

Os relatos mais uma vez confirmam que a luta permanece após serem assentados, por motivos diversos, mas requer que estejam articulados e, principalmente unidos, para que, em conjunto, possam reivindicar melhorias para o assentamento.

No caso citado pelo E-12 (2017, liderança e fundador do MTB do Assentamento Porto Velho), tiveram problemas com a energia que não supria as necessidades para manter a produção. Entretanto, não foram ouvidos pela empresa responsável e, em razão disso, tiveram que se movimentar no sentido de buscar uma alternativa para a solução do problema. A partir do momento em que eles pararam uma obra da referida empresa, abriu-se a possibilidade de dialogar, sobretudo porque incomodou personagens políticos e instituições municipal e estadual, dessa forma conseguiram solucionar o problema no assentamento.

O cenário de políticas públicas em que o produtor se encontra não o favorece. Dado que o assentamento, no caso de Presidente Epitácio, é que movimenta a economia local, o assentado quer ter mais atenção por parte do poder público, contradizendo a visão do gestor municipal entrevistado. É necessário um contato mais próximo das instituições com este público para conhecer sua realidade.

As falhas, tanto do ITESP quanto por parte da gestão municipal, têm desmotivado tanto o assentado como o pequeno comerciante. Embora tenha citado apenas o E-12 (2017, liderança e fundador do MTB do Assentamento Porto Velho) e o E-5 (2016, assentada do Assentamento Nova Pontal), estes representam a insatisfação relatada pela maioria dos entrevistados, que não encontram o apoio necessário para levar adiante sua produção.

Compreende-se que existem limitações inerentes a cada instituição, porém é necessário mais coerência e responsabilidade dessas instituições no cuidado com o assentado, afinal, as referências mais próximas que têm é a prefeitura e o ITESP.

Neste cenário de dificuldades em manter-se única e exclusivamente da produção agropecuária, que o produtor assentado busca alternativas para dinamizar a sua renda familiar. Cabe dizer que o produtor, desde muito tempo, buscou outras fontes de recursos para sobreviver no rural, seja da venda do artesanato ou com a venda de derivados do que é produzido no sítio, ou seja, suas territorialidades como, por exemplo, compotas, doces, pães, linguiça artesanal, licor, conservas, etc.

No contexto do recorte paulista selecionado, os assentamentos vislumbraram na atividade do turismo essa oportunidade de dinamizar a sua renda e não ficar tão dependente da produção agropecuária.

Nessa perspectiva de análise, temos diferentes processos de territorialização do turismo que compreendem distintas realidades encontradas no recorte paulista, como os casos do assentamento Nova Pontal, Porto Velho e Lagoinha.

No tocante ao assentamento Nova Pontal o turismo no espaço rural está fragmentado em três grupos de interesse, a saber: grupo do Projeto de Turismo Rural, o Turismo Rural Nova Pontal e a AMANP. Há uma conflitualidade interna sobre o controle e a administração do turismo rural envolvendo esses três grupos, levando ao processo de desterritorialização da atividade no assentamento.

A AMANP não está à frente do turismo rural, contudo tem interesse pelo tema, pois a maioria das mulheres associadas fazem parte da atividade turística. Além disso, como a AMANP é uma instituição legalizada, sempre que necessário pode fornecer nota fiscal para o grupo de visitantes. Nesse caso, há um processo de desterritorialização quando ela é impedida de participar como entidade representativa do Turismo Rural Nova Pontal, mas por outro lado se reterritorializa quando se insere por meio da emissão de notas fiscais. É um processo contraditório, pois ora a instituição pode servir ora não.

O Projeto de Turismo Rural, que aqui será denominado de Projeto, surgiu a partir de um projeto de pesquisa em parceria entre a UNESP, o assentamento e a Duke Energy (empresa que comprou a Usina Hidrelétrica de Rosana).

Este Projeto se subdivide em outros três grupos que depende da decisão da professora que faz a mediação, não tendo um critério determinado. Sendo assim, atualmente dentro do Projeto, é beneficiado um grupo aleatório de mulheres e amanhã poderá ser favorecido outro e assim sucessivamente.

Nesse Projeto, as assentadas participantes não tem autonomia para decidir, cabendo a elas apenas a participação na produção dos alimentos para os cafés servidos durante as visitas dos grupos.

Os grupos estão constituídos da seguinte forma: 1) Helena, Cristina e Sônia; 2) Camila, Neuzeme, Lourdes e Florisonia; 3) Rosário, Leu, Claudete, Vera Lúcia, Leonilda (Leo), Leopoldina, Ana e Neusa.

Já no Turismo Rural Nova Pontal, grupo que tem perfil no *Facebook*, o contato é feito diretamente com uma assentada que faz a mediação e entra em contato com as mulheres para se prepararem para receber o grupo visitante. Além disso, o assentamento foi incluído no roteiro de visita do projeto da Diretoria Municipal de Turismo que leva os munícipes a conhecer os atrativos turísticos do município, conforme a seguir:

Pela prefeitura. Pela prefeitura, entendeu. [...]. Agora o turismo conheça a Rosana, conheça o município, que nós estamos inseridos, que é o mesmo turismo, mas já abrangendo a prefeitura, que já está nos ajudando, é diretamente comigo (E-26, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

Cabe dizer que há um conflito de interesse no que tange às decisões sobre o funcionamento do Turismo Rural, pois como há três grupos, não há um consenso sobre os cafés servidos, assim que compete a cada grupo decidir qual o local para isso. O grupo 1 realiza na casa de um dos assentados, no caso, no lote 114 e os demais grupos realizam na sede da AMANP, que fica no Centro Comunitário do Assentamento.

É, porque ficou dividido, a parte lá de cima, ficou um grupo, e aqui era para se dividir em dois grupos ou três, aí não se decidiu ainda porque a presidente da AMANP, ela acha assim que faz as visitas nos lotes e o café é feito lá na AMANP. Então não nas casas que é o perfil da [Professora], que é os cafés nas casas. Só que aí a [Professora] deixou a critério de quem quiser, como fazer, na cozinha ou nas casas. Entendeu? Aí o grupo do lado de cá, meu grupo faz nas casas. E os

outros grupos ficou lá na AMANP. [...] (E-26, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

A E-26 (2016, assentada do Assentamento Nova Pontal) entende que realizar os cafés nos lotes é uma forma de valorizar o modo de vida do assentado, pois é possível dialogar com os visitantes acerca da realidade e, concomitantemente, exemplificar com elementos que caracterizam a presença antrópica na paisagem.

Que eu acho assim, que a pessoa quer vir na casa, quer ter o contato, que ouvir a nossa história, a gente conversa com os alunos, eles fazem pergunta e a gente mostra a realidade de como que funciona o lote e lá na AMANP eu já acho assim mais.... Não tem nada para... Só o espaço mesmo (E-26, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

O roteiro de visitação é cobrado por cafés, que pode variar de 7 a 12 reais a depender de quais alimentos o contratante escolhe. O café simples sai de 7 a 8 reais, que é servido frequentemente para o público estudantil. É composto por 11 produtos: queijo, bolo de milho, requeijão cremoso, torta de legumes, pãozinho caseiro, bisnaguinha, patê de frango, a rosca (que pode ser de cenoura), café, três tipos de suco natural como, por exemplo, limão com couve, acerola com limão, manga outra fruta da época.

É por café, não é por visita. Então é por café, só que às vezes a gente tem o cardápio variado, de sete a doze reais. Mas já teve casos de café sair a quinze reais, que foi a da Duke (E-26, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

[...]. Você quer um bolo recheado, você quer queijo, doce, várias coisas, aí sai um pouquinho mais caro (E-32, 2016, presidenta da AMANP, Assentamento Nova Pontal).

São territorialidades produzidas a partir da mão de obra feminina, já que essas mulheres têm diversos cursos de culinária e manipulação de alimentos, priorizando-se a utilização daquilo que é produzido nos lotes das participantes ou do assentamento, como forma de agregar valor.

Quando é um grupo não estudantil, exige-se no mínimo 20 pessoas para fechar o contrato.

Essa é uma parte da realidade em que se encontra o turismo no espaço rural no assentamento Nova Pontal, diferentemente do que ocorre nos assentamentos Porto Velho e Lagoinha já que, nesses dois assentamentos do município de Presidente

Epitácio, o processo de territorialização do turismo está vinculado a propostas individuais relacionados direta ou indiretamente com o turismo.

No assentamento Porto Velho e Lagoinha surgiu uma procura pelos lotes para a realização de pesca e de lazer. Diferentemente do que acontece na Nova Pontal, não existe um processo de roteirização, embora exista a vontade dos envolvidos em criar um. Neste assentamento são 7 lotes (mencionadas nesta tese) que estão na luta para que o turismo no espaço rural seja desenvolvido adequadamente.

Nestes assentamentos, os processos de desterritorialização são mais marcantes, pois envolvem o jogo de forças e interesses exógenos ao assentamento. Como eles não têm uma associação que os representam no tocante ao turismo no espaço rural, as propostas individuais tem muito mais dificuldades de lograr êxito.

Dado o exposto, as iniciativas surgem, mas os assentados se queixam da falta de suporte por parte dos técnicos do ITESP no desenvolvimento de qualquer projeto no assentamento, conforme mencionado pelos entrevistados.

[...]. É o que eu falo para você, o nosso maior inimigo que tem aqui dentro é INCRA e ITESP. É os dois. O maior inimigo é INCRA e ITESP porque eles não vêm como parceiro. Eles vêm como um causador de conflito muitas vezes. Tem muitos projetos, tem muito dinheiro, tem muita coisa, mas parece que não quer que o trabalhador saia dessa escravidão, se liberta da situação. Então isso que é a maior tristeza que a gente vê um órgão federal que os caras... Funcionário, precisa ganhar, mas não tem interesse de ver o pequeno a produzir, a sair da miséria (E-12, 2017, liderança e fundador do MTB do Assentamento Porto Velho).

Do ITESP, nunca ajudou. Tanto é que o [funcionário do ITESP] saiu porque ele não tava ajudando. Ele falou pra mim que tava com os parceiros, que hoje eu tomo conta aqui. Eu tenho três anos, né, de associação. Ele falou que se ele fizesse alguma coisa pela gente ou não, ele receberia o dele a mesma coisa. Então a gente nunca teve um cara que "pá", falasse "olha, vamos fazer uma plantação disso? Vamos criar essas vacas? Vamos criar esses frangos?". A gente nunca teve. Aqui é mais cada um por si e Deus por todos. [...] (E-31, 2017, assentado do Assentamento Porto Velho).

As iniciativas são desterritorializadas porque alguns técnicos não oferecem o suporte necessário aos assentados. A partir daí, muitas vezes se reterritorializam porque o sujeito necessita, de qualquer forma, prover o sustento da família. Essa reterritorialização acontece por meio da inserção de uma nova atividade produtiva, ou

com o próprio assentado buscando outras fontes externas para manter a família, como o trabalho em frigoríficos, por exemplo.

A proposta de inserção do turismo surgiu em meio a essa conjuntura de descontentamento com a política agrícola nacional, mas também com o poder público municipal e com a postura de alguns técnicos do ITESP, que atendem os assentados citados anteriormente. Desta forma, corrobora-se para o processo de desterritorialização.

Porque eu desanimei você mexendo com leite, essas coisas. Quando você tava com um preço bom, daqui a pouco você falava: puta que pariu, hoje eu não pago nem a ração. Aí fui desanimando. Aí eu fiz um rancho devagarinho, fui alugando e fui entendendo. Foi melhor. Outro ano eu fiz outro [ ]. Agora a crise aí pegou, já não tá alugando muito. Mas você ainda leva um pouquinho (E-13, 2017, assentado do Assentamento Porto Velho).

Força de vontade e qualificação técnica os assentados têm, conforme relato da E-30 (2017, assentada do Assentamento Porto Velho), quando diz que necessitam se organizar em torno de uma associação para que se fortaleçam e não fiquem à deriva das decisões sobre o turismo local, já que o município possui o COMTUR e é uma estância turística. Eles precisam se apropriar do turismo local, territorializando-se no COMTUR para que sejam ouvidos e as propostas de turismo também contemplem os assentamentos.

Como no caso do relato exposto anteriormente, a assentada fez curso de capacitação de turismo no espaço rural, investiu no lote, criou uma área de camping para acolher o turista, construiu um píer, mas a CESP não permitiu que a mesma mantivesse a estrutura na água. Deste modo, a assentada foi obrigada a retirar para não ser multada.

Só que eu fiz, assim, durante uns 3, 4 anos vinha igreja católica, os evangélicos, entendeu. Vinham acampar aqui. Aluguei pra outras pessoas de fora, mas tinha o rio que nós... eu tinha o trapiche, tudo, né. Fazia ceva de pesca. Só que agora a CESP veio, fez tirar o trapiche, fez tirar tudo. E essa crise, essa mudança que nós tivemos aí de valores, de dinheiro, que veio a crise feia pro Brasil, daí diminuiu, sabe (E-30, 2017, assentada do Assentamento Porto Velho).

O problema mencionado anteriormente se agrava porque ainda eles, enquanto assentados, não possuem o documento de usufruto da terra. Segundo E-12 (2017, liderança e fundador do MTB do Assentamento Porto Velho) e E-30 (2017) estão em

andamento com o processo para passar a escritura para os assentados. Isso acontecendo será possível regularizar junto a Companhia Energética de São Paulo (CESP) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para ter acesso ao rio, caso contrário poderá ser multada por estes órgãos e também pela Polícia Ambiental.

Agora, segundo as informações que eu tive, o ano que vem eles disseram que vão regularizar nossa situação aqui em termos de escritura, né? Vai titularizar o povo, né. Daí diz que nós, como donos da terra, com a escritura, tudo certinho, como dono da terra, nós vamos poder brigar por esse acesso ao rio, entendeu? Como dono da terra (E-30, 2017, assentada do Assentamento Porto Velho).

Esta assentada e os demais que possuem o lote de fundo com o rio não podem utilizá-lo sem prévia autorização dos órgãos competentes. No entanto, a entrevistada mencionou que para fazer qualquer intervenção deve seguir as normas da própria empresa (CESP) e pagar uma taxa por uso do local, conforme afirma a E-30 a seguir.

Aqui é do Governo, porque nós somos assentados. Aqui é do Governo. Aquela área ali da preservação é a CESP que manda. Então quer dizer, não é nosso. Então o que eles criaram, a objeção que eles criaram foi essa, sabe. Que nós não podíamos... aliás, poder até posso, mas eu tenho que fazer um trapiche de acordo com as normas deles, da CESP. A cada 6 meses eu tenho que pagar um aluguel pra eu passar em cima desse pedacinho de terra para ir até o rio. Eu tenho que reflorestar essa margem do rio, a mata ciliar que eles destruíram, né, com a represa que eles fizeram. Foram eles que acabaram com tudo, né. [...]. Então o que dificultou agora foi isso. Porque sem o rio, que é o chamativo, né, que as pessoas gostam pra vir, pra acampar, pra ficar aí é o rio [...] (E-30, 2017, assentada do Assentamento Porto Velho).

Esses acontecimentos enfraquecem e desmotivam os assentados do assentamento Porto Velho com relação ao turismo, porque se sentem abandonados, sem ter respaldo para lutar em prol do desenvolvimento do território, não tão somente no que tange ao turismo, mas de trazer melhorias para o assentamento.

Existe, portanto, o processo de desterritorialização do turismo no espaço rural em todos os assentamentos aqui investigados. Por isso, ao serem questionados sobre as dificuldades para a prática do turismo no espaço rural, foram mencionados desde problemas mais estruturais do assentamento a problemas que afetam diretamente o turismo no local.

Foi citada a questão da falta de apoio municipal, a falta de união entre os assentados envolvidos, a falta de uma associação que representasse a proposta de turismo, a descontinuidade de projetos com parceiros, falta de divulgação, sensibilização de alguns assentados sobre o que é o turismo, comunicação interna, benfeitorias nas casas para receber visitantes, falta de dinheiro, impedimento a novos financiamentos, entre outras.

Esse ano é o ano que tá mais devagar pro turismo, porque tá difícil, parece que os parceiros, né, tá envolvendo no turismo, a Duke tinha entrado nos projetos, agora, segundo a [Professora] também já pararam também. Prefeitura já não tá dando conta de mais nada pra dar o apoio (E-9, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

É uma pergunta difícil de responder, porque dificuldade tem muitas. Porque às vezes tem reunião e a gente não fica sabendo. [...]. Não chega até aqui, não sei se é o telefone que não pega, não sei (E-34, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal)

Eu acho, assim, que nem, muita gente gostaria de visitar aqui o assentamento, acho que tinha que ter ônibus, né. Um micro-ônibus ou alguma coisa assim, que trouxesse, né. As pessoas da cidade, criança, né (E-23, 2017, assentada do Assentamento Porto Velho).

Olha, no momento a minha dificuldade é a seguinte: nós fizemos um financiamento, eu fui avalista de uma pessoa, essa pessoa não pagou o financiamento dele, como não pagou eu fiquei com o meu nome sujo e não tenho acesso ao financiamento, entendeu. Então eu comecei, eu fiz um lago pra eu criar peixe, fiz... cavamos um buraco, ganhei uma piscina pra instalar ali. Comecei a levantar dois banheiros, masculino e feminino (E-30, 2017, assentada do Assentamento Porto Velho).

No que diz respeito ao início da atividade, ou seja, porque optaram pelo turismo como uma alternativa à produção do lote, as respostas foram diversas, mas foi mencionada a apropriação da beleza paisagística, da presença do rio, porque gostam de receber pessoas, porque acreditaram na proposta do turismo, a busca pela tranquilidade do rural para relaxar do cotidiano estressante da cidade, entre outras, como se destacam os relatos a seguir:

Primeiramente porque eu adoro. Adoro gente, sempre adorei. E adoro receber também as pessoas. E acreditei também, alguns cursos também que eu fiz na Unesp, e foi levantada que tudo... As coisas que têm Rosana, ele falou que tem um potencial muito grande, em Rosana, de turismo. Então fez a gente acreditar que daria certo (E-14, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

Então eles acabam procurando a voz do campo, quer dizer o cantar do galo, do passarinho, o mugir das vacas, o ganso, a angola, tudo mais, para pegar e sair totalmente daquele barulho que é o movimento da cidade (E-22, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

Uma que agregar valores, porque eu só estava com o leite. Então está agregando valores que eu tenho um barco, tem um lugar que o pessoal acampa, o pessoal faz churrasco, está montando um campinho de bola, tem uma piscininha pequena. Agora essa semana montei uma lanchonete, a semana passada. Para vender porções, bebidas, essas coisas todas. Então onde é que está ajudando. Mas está difícil, a gente sozinho com o dinheirinho da gente colocando ali dentro, não está fácil não (E-12, 2017, liderança e fundador do MTB do Assentamento Porto Velho).

Ó, favorece assim, eles vindo, a gente fazia um almoço. Cobrava um pouquinho. Eles iam colher o que eles fossem comer na horta da gente, né. Uma verdura. A gente ia poder vender uma verdura boa pra eles, sem veneno. Vender uma galinha, né. Um queijo (E-23, 2017, assentada do Assentamento Porto Velho).

Observou-se que os entrevistados investiram no turismo no espaço rural porque acreditaram que, de alguma forma, poderia ajudar na complementação da renda familiar, uma vez que todos mantêm uma renda principal, seja o leite, a produção agrícola, aposentadoria, entre outras, conforme já citadas ao longo da tese.

Quando questionados sobre o turismo ser uma alternativa de renda para permanecer no lote, algumas respostas foram esperançosas, embora acreditem que ainda falta muito em termos de infraestrutura e planejamento para que o turismo venha, de fato, a colaborar para a permanência no rural.

No caso do assentamento Porto Velho, temos um exemplo de lote em que a renda principal é do turismo e tudo que se agrega a partir do desenvolvimento do segmento de pesca. O E-13 (2017, assentado do Assentamento Porto Velho) tem duas casas, que ele costuma chamar de rancho, e um container que, a depender do gosto do cliente, acaba alugando também. Os ranchos estão localizados próximos ao rio Santo Anastácio e o público que geralmente fica hospedado é de pescadores e familiares, conforme já mencionado no item “Caracterização do Assentamento Porto Velho”.

Hoje não é leite. A gente já aluga as casas. [...]. As casas que a gente aluga, os ranchos. [...]. Já é a parte do turismo rural. Aí já aluga os ranchos. Tem um container também, que aluga, a gente aluga o motor. Aí já foi melhorando mais um pouco (E-13, 2017, assentado do Assentamento Porto Velho).

Alguns assentados, como na Nova Pontal, acreditam que no começo o turismo estava mais forte, mas que agora, em virtude da conjuntura política em que o país está inserido, houve um enfraquecimento da procura pelo turismo no assentamento.

Sobre o que é mostrado ao visitante nos lotes, o turismo se apropria das territorialidades frutos do processo da ação antrópica no território como, por exemplo, a criação de búfalos, galinhas, pintinhos, cavalos, pôneis, ordenha das vacas, pés de frutas, hortas, pés de café, feijões, fossa séptica, antigos fornos da carvoaria, culinária como, por exemplo, muçarela de búfala, queijo convencional, doces, compotas, conservas, artesanatos, despoldadeiras, torradeira de amendoim, cozinha artesanal; e elementos naturais, como os rios e suas confluências, mata ciliar, observação de animais silvestres, peixes, entre outros, como relatam a seguir:

O ponto forte nosso é esse aqui, era o café, que nós mexia com café, porque eu e uma sócia minha mexia com café. E nós vendia esse café para fora daqui, para São Paulo, para todo o canto. E daí... Só que depois agora, a gente parou, porque a gente esquenta muito em torrador, em fogo, estava dando muito problema nas mãos, daí a gente parou. Mas mesmo assim eu ainda mexo aqui (E-7, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

Principalmente as crianças, porque elas sempre vê pintinho, vê galinha, porco, pônei (E-10, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

Primeiro, uma visão muito bonita, o local, é um lugar agradável. Apesar que ainda falta fazer muito coisa para prender a atenção deles aqui. Mas é muito bom (E-12, 2017, liderança e fundador do MTB do Assentamento Porto Velho).

Olha, as pessoas de fora quando vem, principalmente a pesca, né, que é uma das coisas... e por ser um lugar, assim, tão tranquilo e tão sossegado, geralmente quem vem de fora, principalmente de cidade grande, quer, assim, um pouco de tranquilidade, um pouco da natureza, um pouco de toda essa paz que a gente tem aqui, ó... (E-30, 2017, assentada do Assentamento Porto Velho).

Tanto o assentamento Nova Pontal como Porto Velho e Lagoinha possuem territorialidades que criam cenários que poderiam ser aproveitados para o turismo. Entretanto, o planejamento da atividade ainda não é presente. Dessa maneira, o planejamento é de suma importância para controlar o uso e apropriação da atividade no território, para que este não seja um vetor de destruição. Quer dizer, o planejar a atividade é uma etapa indispensável para que este venha a contribuir com o desenvolvimento local dos assentamentos.

Com o planejamento, seria definido qual turismo que a comunidade deseja, especialmente porque os elementos naturais e culturais característicos do território rural são vulneráveis. Então, quando a comunidade tem determinado qual o modelo de desenvolvimento de turismo que se deseja, conseqüentemente saberá quais as ações a serem adotadas para que o turismo seja, de fato, um vetor de desenvolvimento, incluyente e responsável.

No que diz respeito à estruturação do lote para acolher o visitante, alguns investiram, fizeram banheiro (masculino e feminino), construíram rancho, mas também fizeram intervenção na casa, conforme a sua disponibilidade de recursos financeiros. A seguir temos alguns trechos que ilustram isso:

Eu procurei fazer assim, fazer uma cozinha mais adequada e fazer dois banheiros, porque o último projeto nosso era criança, criança municipal. Aí eu fiz banheiro separado, de homem e mulher, e uma cozinha mais adequada para poder receber melhor (E-14, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

[...] sim, aqui nós tinha um banheiro só, então foi feito dois banheiro aqui fora para atender melhor, porque senão ficava aquela correria para dentro de casa e foi feito (E-35, 2016, assentado do Assentamento Nova Pontal).

Aqui dentro eu estou iniciando ainda. Balanço, tem uma cama debaixo de uma árvore, ali embaixo. Colchão e tudo. Inclusive aquilo ali eu vou fazer outras coisinhas lá, vou fazer mais um balanço, vou fazer a trave lá para colocar a rede de vôlei. Então eu estou devagarzinho eu estou fazendo as coisas conforme minha situação e minhas condições financeiras (E-12, 2017, liderança e fundador do MTB do Assentamento Porto Velho).

Tenho dois... Três rancho hoje. É duas. Tem uma edícula, com uma casa boa, com ar condicionado (E-13, 2017, assentado do Assentamento Porto Velho).

Sobre os parceiros envolvidos, foram mencionados por parte dos assentados da Nova Pontal, os projetos com a UNESP, Prefeitura e Duke Energy, mas nesta última atualmente foram finalizados, pois a atuação é pouca e as visitas que eram mediadas pela UNESP estão fracas. No caso do assentamento Porto Velho e Lagoinha, os entrevistados relataram que estão procurando parceiros.

No que diz respeito ao PRONAF modalidade Turismo Rural, alguns tinham e outros não tinham conhecimento da existência dessa linha de crédito específica para o

turismo. No entanto, de todas as entrevistas realizadas com os assentados, a maioria não tinha o conhecimento de sua existência.

Não. Estou vendo falar agora (E-5, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

Não. Desse daí não estou sabendo, do Pronaf Turismo (E-22, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

Já ouvi falar. Mas nunca tentei (E-13, 2017, assentado do Assentamento Porto Velho).

Já ouvi. Foi aquele que eu te falei aí que vem, mas ninguém nunca falou nada pra gente (E-31, 2017, assentado do Assentamento Porto Velho).

Alguns sabiam da existência e até gostariam de mais informações e outros não se interessaram porque já tinham outros empréstimos em vigência e não queriam recorrer a isso sem ter uma garantia de que o turismo iria realmente dar certo.

Sobre as transformações na paisagem desde quando eles chegaram, muitos relataram que não havia árvores porque era tudo pasto, entretanto conforme a chegada das famílias no assentamento já foram plantadas as árvores frutíferas. Também construíram casas, plantações e a criação de animais. Dessa forma, que houve uma mudança significativa do que era antes e depois com a chegada das famílias, conforme se verifica nos relatos abaixo:

Não. Só tinha um barraquinho aí onde está o trator ali, onde está aquele piso ali, dois cômodos só. Essa casa aqui já foi meu marido que fez. Aqui não tinha árvore, não tinha nada. A única coisa que tinha aqui era só banana e aquele ranchinho ali, mais nada. O resto aqui foi tudo ele que plantou, esses pés de árvore que você, essa sombra, fruta, tudo foi ele (E-11, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

Ah, hoje eu vou ali na entrada do meu sítio, eu vejo a entrada com árvore, vejo essa casa de longe, uma mangueira. Então desses anos foi sofrido, mas hoje nós vencemos (E-18, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

Você vê, só tinha essa arvrinha quando eu comecei a fazer essa casa aqui. Começamos bem devagarzinho (E-13, 2017, assentado do Assentamento Porto Velho).

Era só terra. Eu plantei árvore agora, tem o sítio, bastante pé de manga (E-31, 2017, assentado do Assentamento Porto Velho).

No tocante às melhorias no assentamento, a má condição das estradas foi mencionada pela maioria dos entrevistados dos assentamentos pesquisados. No entanto, foram mencionados o transporte público (que não tem para o assentamento), a rede de comunicação problemática (ora e outra ficam sem telefone e internet), fossa séptica, energia, limpeza do entorno das escolas (muito mato colocando as crianças em perigo), entre outros.

A estrada. Ninguém pode convidar uma pessoa para vir aqui, nossa, se for até lá nos vizinhos no último lote, não consegue chegar (E-18, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

Primeiro lugar tinha que ver as estradas, porque quantos cafés foi cancelado porque não tinha como o povo chegar aqui. Acho que umas quatro vezes. Você lembra? Da última vez, eles não visitaram a carvoaria porque não tinha como vir (E-24, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

Ah, eu acho que para nós aqui, seria a estrada, que tá péssima tem hora (E-13, 2017, assentado do Assentamento Porto Velho).

Eu acho, assim, mais união. E outra, esse povo querer fazer. Porque, não adianta eu sozinha querer fazer (E-16, 2016, assentada do Assentamento Porto Velho).

A questão da estrada incide diretamente no desenvolvimento de qualquer atividade, especialmente a turística, pois conforme citado pela E-24 (2016, assentada do Assentamento Nova Pontal), o ônibus que traz o visitante não consegue passar, sobretudo se for dia chuvoso.

A ausência de transporte interno também é um ponto de queixa dos assentados, afinal para aquele que não tem automóvel é necessário pedir carona para conseguir ir até o núcleo urbano, dificultando a circulação dentro do assentamento.

Outra questão é a sinalização. Salvo os lotes que fizeram parte do Projeto Turismo Rural com a parceria da Duke Energy, que tem placa de sinalização no lote e em alguns trechos da estrada, os demais não têm, o que dificulta sua localização no momento da visita.

Não podemos deixar de mencionar a questão da culinária, uma territorialidade a partir do que se produz no lote. São diversas as especiarias, tais como doce de coco, mamão, abóbora, goiaba; queijo tipo muçarela, nozinho, temperado, de búfala; frescal; licor de jenipapo, carambola, abacaxi, caju, maracujá, jabuticaba; linguiça artesanal; conservas de maxixe, quiabo, pimentas, pepino, batata, entre outras.

Fala galinhada, vaca atolada, feijoada, é um monte que eles falam, daí eu não sei o certo. O pessoal já fala "ah, eu quero comer vaca atolada", então deve ser esse (E-20, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

Ah, eu tenho uma parceira que é a [E-7] lá do lote setenta e cinco. Então a gente tem uma parte que eu que faço, que é a parte de costura, de bordado, parte do crochê é com ela e aí de acordo com o que a gente vai fazendo, quem vai na casa dela vende, se ela vai em algum lugar, ela leva, se vai nas feiras a gente leva (E-24, 2016, assentada do Assentamento Nova Pontal).

Você viu a minha cozinha aqui, que eu faço as pimentas? Cozinha aqui tem pra todo lado. Aqui, quando eu vou fazer a pimenta, fazer as conservas, aí eu faço aqui. Por quê? Porque, daí, quando eu faço na outra cozinha, eu apimento tudo. Aí, eu faço aqui, porque ficam só as pimentas. Aí, eu dou uma geral e faço as pimentas [...] (E-16, 2016, assentada do Assentamento Porto Velho).

Ah, a gente faz algumas coisinhas só, mas não tá parado 100%, né?! Não tá mais... Hoje eu faço por encomenda. Hoje os doces mesmo eu faço por encomenda. Alguém faz outra encomenda, às vezes um casamento. Às vezes faz um, ah, eu quero uma encomenda um pote, outro encomenda outro (E-37, 2017, assentada do Assentamento Porto Velho).

Os pratos tradicionais servidos são: frango caipira, vaca atolada, peixe assado e costela no fogo de chão. A costela sempre é realizada na festa de aniversário do assentamento Nova Pontal, foi considerada uma festa tradicional.

No caso da culinária, destaca-se a produção da cozinha artesanal da E-37 (2017, assentada do Assentamento Porto Velho), mas conforme mencionado no trecho anterior, a cozinha está produzindo pouco, pois não há para quem vender. Eles são os únicos de todos os entrevistados que possuem o selo de comercialização dos produtos e possuem uma marca de registro denominado "Tacho Melado", conforme explanado no item "Assentamento Lagoinha".

A cozinha tem uma grande potencialidade produtiva e comercializavam os produtos no comércio local e nas pousadas para serem vendidas aos turistas, no entanto, em virtude da crise, o entrevistado e sua família não conseguiram vender os produtos e investiram na produção de leite.

## **6.4 Territorialidades do Turismo a partir dos Entrevistados Galegos**

Este resultado deu-se a partir da análise das entrevistas realizadas com representantes da FEGATUR, TurGal, Oficina de Turismo de Padrón, Área Santiago, A Casa da Torre Branca, Pazo Xan Xordo, Finca San Lorenzo, Casa Rio Sarela, Casa de Marcelos e Os Lambráns. As instituições foram selecionadas em virtude de sua importância para o tema estudado nessa investigação e os proprietários das casas de turismo rural em razão de serem os principais beneficiados com as políticas de desenvolvimento rural aqui expostas, tais como, os programas LEADERs e PRODERS.

Como já explicado anteriormente, optou-se por não divulgar os nomes dos entrevistados, que serão substituídos, quando for o caso, por uma letra e um número, já descritos nos procedimentos metodológicos desse trabalho.

Tendo em vista o grande acervo de temas tratados nas entrevistas, vamos abordá-los por temas ou categorias. Por isso, este item foi dividido em duas partes: análise das entrevistas com as instituições e com os proprietários das casas rurais.

### **6.4.1 Territorialidades a partir dos Gestores Institucionais Galegos**

A FEGATUR é uma organização sem fins lucrativos, composta por outras associações de turismo rural de Galícia. Foi criada em 2003 e seu presidente ocupa o cargo de secretário no Cluster de Turismo de Galícia, ou seja, representa o turismo rural galego em outras instâncias governamentais e os mantém informados da conjuntura do turismo rural galego.

A TurGal existe desde o ano de 1993. No princípio era uma sociedade anônima, mas pelo Decreto 196/2012, de 27 de setembro, criou-se essa agência e, com a aprovação de seu estatuto passou a chamar-se Agência de Turismo de Galícia.

A Oficina de Turismo de Padrón surgiu no ano de 1998 e faz parte da administração pública do município de Padrón. Por isso, deve submeter-se à administração municipal, dependendo financeiramente do que é repassado de recursos para a realização dos projetos de turismo.

O consórcio Área Santiago se trata de uma associação que agrupa os municípios que rodeiam Santiago de Compostela com a finalidade de trabalhar conjuntamente no âmbito turístico. Ademais essa associação é um consórcio territorialmente restringido a

uma comarca presente nesta investigação, que é a Área Santiago, mas que envolve os dois municípios estudados: Santiago de Compostela e Padrón.

As análises serão realizadas por meio das seguintes categorias: desenvolvimento do turismo rural; financiamento; desenvolvimento de outras atividades não agrícolas; relação das casas com o Caminho de Santiago; turismo rural e o patrimônio; cooperação entre os envolvidos; paisagem relacionada com o turismo rural; e turismo como alternativa para o desenvolvimento das zonas rurais.

Sobre o que as instituições estão realizando para o desenvolvimento do turismo rural, as respostas foram, em sua maior parte, positivas, exceto uma instituição que relatou que não estão desenvolvendo nenhuma ação em específico de turismo rural, mas do turismo de forma geral, como se segue:

*A lo mejor colaboramos con la administración en campañas de promoción del turismo rural. Ahora estamos en pleno apogeo de una campaña con la administración llamada Otoño Gastronómico, que es la décima campaña que se realiza, ya que es anual, de septiembre a diciembre, para destacionalizar el sector del turismo rural. También hicimos campaña, a principios de septiembre, de una campaña de estacionalidad después de verano, también defendimos los problemas que pueden tener nuestros socios y estamos lanzando el centro de reservas de turismo rural de Galicia. Son las principales pautas en las que estamos trabajando (E-1, 2016, gestor da FEGATUR).*

*Proyecto para subvencionar proyectos turísticos, planificar actividades relacionadas con el turismo, fiesta de tapas y complementar con otros tipos de servicios y eventos paralelos, culturales y educativos, también subvencionamos el proyecto de Padrón, el sabor de la lamprea, estamos recuperando todo que se relaciona con la lamprea, visitas guiadas, gestión de redes sociales (E-6, 2016, gestor da Oficina de Turismo de Padrón).*

*[...] Hemos realizado muchos programas para la promoción, por ejemplo, Otoño Gastronómico [...] hace 10 años, este año tenemos, solo casas rurales están participando y en este período de septiembre a diciembre porque me pagas bajar en turismo [...] entonces lo mejor para aumentar la gente en el turismo rural y por supuesto porque son comidas típicas de aquí el vino de denominación de origen gallego este es un programa por ejemplo que hemos hecho (E-15, 2016, gestora da TurGal).*

*Programa, planes y todo lo que hacemos en grupo porque el grupo eminentemente rural, a excepción de Santiago, que trabaja como líder y por eso, como emisor por ser un destino turístico consolidado, es parte para que los turistas o visitantes que tiene Santiago también conoce los puntos de interés, las actividades de recursos y servicios que hay quienes nos brindan, pero por otro lado, también leen a través de este conocimiento que se ofrecen desde el territorio*

*desconocido, que es la estadia o estadia en Santiago de Compostela, con la excepción de Santiago, que no es un núcleo rural que tiene un plan estratégico y una señalización diferente, todas las acciones que se han realizado a lo largo de estos años tenían como objetivo apoyar el turismo rural porque, como digo, los consejos de los arreadores son eminentemente rurales o el territorio eminentemente rural (E-19, 2016, gestora da Área Santiago).*

Sobre os programas de desenvolvimento do espaço rural, como LEADER e PRODER, comentaram especificamente que este tema está relacionado às subvenções dado as casas de turismo rural.

Segundo os entrevistados, o LEADER foi um programa da União Europeia para o desenvolvimento da zona rural e quando estavam abertas as inscrições, os interessados podiam solicitar o financiamento a fundo perdido. O mesmo aconteceu com a iniciativa PRODER.

Também foi comentado que, no que tange ao LEADER, as pessoas que conseguiam o financiamento tinham que dedicar-se à atividade de turismo rural por 15 anos, caso contrário teriam que devolver a subvenção adquirida. Uma vez passados esses anos os proprietários teriam novamente a autonomia para administrar o uso da propriedade, ou seja, poderiam continuar com a casa de turismo rural ou poderiam fechar e vendê-la.

No início deste programa (LEADER) era obrigatório que se cumprisse apenas 5 anos, depois, com o passar dos anos, aumentaram para 10 anos e, atualmente são exigidos 15 anos de permanência na atividade turística.

Para a entrevistada E-15 (2016, gestora da TurGal) muitas casas que foram abertas no começo do programa já fecharam e agora são utilizadas por seus proprietários como casa para passar o fim de semana.

Segundo os entrevistados, nos últimos anos não teve subvenção por parte da Xunta de Galícia para a abertura de novas casas de turismo rural. Nesse sentido, aqueles que o fizeram gastaram do seu próprio dinheiro para reformá-la e reabilitá-la para o uso turístico.

Sobre as dificuldades em trabalhar com o turismo os entrevistados citaram, em sua maioria, a descontinuidade das políticas e das pessoas, em virtude das eleições municipais, além de mencionarem o excesso de burocracia.

Sobre as ações desenvolvidas foram citadas a reativação da central de reservas, a participação e realização de feiras, eventos, festival, o incentivo ao Bono Iacobus, a

criação de material de divulgação, manutenção da página *web*, Outono Gastronômico, entre outras.

O Outono Gastronômico é uma iniciativa criada pelo TurGal com o intuito de incentivar as pessoas a irem às casas de turismo rural para degustar dos menus e, conseqüentemente, pernoitar. No ano de 2016, participaram 92 casas de turismo rural de Galícia, sendo que destas, apenas uma casa participante de Santiago de Compostela, A Casa da Torre Branca.

O Bono Iacobus é um programa destinado às casas de turismo rural que estão localizadas no Caminho de Santiago. Incentiva-se que os peregrinos se hospedem nessas casas, uma vez que quem adere a este programa tem incluído no pacote a hospedagem, o jantar, o café da manhã e o transporte de carro até o início da etapa em que parou.

Para o público idoso, aproveitando que, em geral são aposentados e, portanto, dispõem de tempo para dedicar-se às viagens, tem se incentivado por meio do programa Terceira Idade, que essas pessoas viajem e se hospedem nas casas de turismo rural ao invés de um hotel convencional.

Para a juventude, por meio do programa *Xuventur*, estimula-se que os jovens, especialmente entre 18 e 30 anos, possam praticar o turismo de aventura com atividades na natureza, tais como tirolesa, caminhada, escalada, etc. e que fiquem hospedados em casas de turismo rural.

No que diz respeito à FEGATUR, segundo o gestor entrevistado, a principal responsabilidade é manter informados os associados de todos os trâmites com a administração para manter em funcionamento uma casa de turismo rural. Dessa forma, não atua nas políticas de desenvolvimento rural, mas contribui no que é necessário para a promoção da atividade em parceria com a TurGal e a Xunta de Galícia.

Em relação à manutenção e ao financiamento das instituições para o desenvolvimento do turismo rural, pode-se dizer que os recursos existentes são obtidos por meio de: pagamentos realizados pelos associados (FEGATUR); recurso disponibilizado pela Xunta de Galícia (TurGal); manutenção dos recursos advindos do município, às vezes da Xunta de Galícia e da província de A Coruña, quando há propostas abertas para o desenvolvimento do turismo (Oficina de Turismo de Padrón); recursos advindos dos municípios integrantes, também da Xunta de Galícia e, às vezes, da província de A Coruña (Área Santiago).

Sobre a participação dos atores no desenvolvimento do turismo rural, os entrevistados mencionaram que é de suma importância trabalhar em cooperação com as associações, a iniciativa privada e as instituições públicas. Na sequência, têm-se os relatos dos entrevistados sobre o assunto.

*[...] Actualmente, la federación de turismo rural en Galicia es el referente para la administración de representación del sector y la asociación que si está moviendo más y la asociación que me mantiene reuniones de administración y además de eso gracias a estar dentro de un clúster de turismo en Galicia que representa el 97% del sector turístico de Galicia le permite estar al tanto de todo lo que sucede en el sector turístico porque la FEGATUR representa la secretaría del clúster de turismo gallego, entonces es muy importante (E-1, 2016, gestor da FEGATUR).*

*Yo creo que, como todo lo demás, deberían sentarse más y hablar más entre los diferentes actores para desarrollar un proyecto. En esos momentos estamos desarrollando un plan estratégico, a través de, para intentar con un estudio del comportamiento turístico que está en la localidad, estamos en la primera fase de ese estudio y ya tenemos los resultados. Ahora vamos a llegar a las mesas de trabajo el próximo año e invitaremos a los diferentes actores (E-6, 2016, gestor da Oficina de Turismo de Padrón).*

*[...] las casas hacen mucho, crean sus propias páginas web, lanzan sus propias ofertas, se ponen en contacto con los operadores turísticos para dar qué hacer (E-15, 2016, gestora da TurGal).*

*En la zona de Santiago están trabajando principalmente las administraciones locales de los 16 municipios, con técnicos y políticos, y estamos trabajando bien con la industria, ya que ver, casas rurales, o sea, los dueños de restaurantes o proveedores privados [...] empresariales también trabajamos indirectamente pero podemos profundizar en ese trabajo con las asociaciones empresariales, lo que sucede que estamos actualmente en el caso de Santiago y varios municipios de los alrededores, hay una asociación en su mayoría muy fuerte, pero hay múltiples asociaciones [...] (E-19, 2016, gestora da Área Santiago).*

Especificamente sobre o desenvolvimento de outras actividades não agrícolas, para além do turismo, deram o exemplo do artesanato, feiras, actividades relacionadas à pesca, entre outras.

O artesanato se dá por meio do fomento dos mercados tradicionais que são desenvolvidos principalmente nos municípios de Vedra, Arzúa (mercado tradicional e feira de produtos ecológicos), Silleda (produção de cakes, queijos e doces), Vila de Cruces, Touro (queijos artesanais), Boqueixón (com os pães e queijos), Lalín (queijos e

embutidos), A Estrada (embutidos, queijos, vinhos), Padrón, Melide (queijos e bebida), O Pino (queijos e torta de Santiago).

Além disso, destacam-se os produtos artesanais que não são alimentícios, como por exemplo: no município de Touro destaca-se a fabricação de cestos de palhas; em Silleda tem-se a fabricação de brincos, colares e anéis; A Estrada com a produção de colares, brincos de prata e artes em madeira; Rois com arte decorativa.

Há também promoção de outros atrativos como, por exemplo, os monumentos históricos e naturais dos municípios do consórcio Área Santiago, museus, jardins, mirantes, aldeias rústicas, áreas recreativas, entre outros que contribuem para fortalecer o turismo rural.

Os entrevistados, em sua maioria, afirmaram que há relação entre as casas de turismo rural e o Caminho de Santiago, pois este é um produto consolidado e, portanto, forte no mercado turístico e que atrai muitas pessoas de distintas partes do mundo. Entretanto ressaltam a importância de ter outros atrativos agregados a ele, especialmente o turismo rural como uma possibilidade de valorizar o espaço rural, a paisagem, o modo de vida e as pessoas do lugar, conforme relatado a seguir:

*[...] Las casas que están al lado del camino de Santiago viene bien sobretodo el Francés. Esas casas tienen casi 80% de ocupación anual porque el Camino Francés es lo que más peregrinos tiene, o secundo es el Camino Portugués [...]* (E-1, 2016, gestor da FEGATUR).

*Hay alguna casa que está muy cerca del camino de Santiago que recibe peregrinos que quieren dormir en este establecimiento y otros que están más alejados que tienen que recoger a los peregrinos en el camino y después a devolverlos, hay otros que hay o Bono Iacobus que es hacer el camino de Santiago durmiendo en una casa de turismo rural o hoteles rurales* (E-6, 2016, gestor da Oficina de Turismo de Padrón).

*[...] que hemos hecho también en el Bono Iacobus el Bono Iacobus tiene que ver con el camino de Santiago y las casas de turismo rural y entonces que es una forma muy fácil de hacer el camino de cualquier camino, camino francés, el camino del norte, camino primitivo una forma fácil alojarse en casas de turismo rural y esto si tienes mucho éxito porque es como si compras un paquete hallaban las etapas del [...] Los peregrinos pueden quedarse alojados en estas casas que hay por el camino* (E-15, 2016, gestora da TurGal).

*Por supuesto porque el camino de Santiago traspasa, o pasa en su mayor parte a las zonas rurales, entonces claro que tiene relación y de hecho hay experiencia de turismo rural, o producto de turismo rural como puedo decirlo el Bono Iacobus que vinculan camino de Santiago con turismo rural* (E-19, 2016, gestora da Área Santiago).

Pode-se dizer que o TurGal fomenta o turismo de todo o território galego, entretanto, como sua sede está em Santiago de Compostela e, levando em consideração a importância do Caminho de Santiago conhecido internacionalmente, percebe-se que as políticas e programas acabam centrando-se nesse produto e tentando agregar outros a ele.

Ademais, reconhecendo a importância do Caminho de Santiago para o desenvolvimento do turismo rural, surgiu o consórcio Área Santiago. Este consórcio foi criado a partir do ano de 2013, com a finalidade de promover e fortalecer o turismo nos municípios por onde passa o Caminho. Nesse sentido, tem como produto principal o Caminho de Santiago, composto por 16 municípios tais como: A Estrada, Arzúa, Boqueixón, Lalín, Melide, O Pino, Oroso, Padrón, Rois, Santiago de Compostela, Silleda, Touro, Trazo, Val do Dubra, Vedra e Vila de Cruces.

Quanto ao patrimônio cultural todos acreditam que o turismo pôde contribuir para a preservação dos bens materiais e imateriais, bem como permitir a sua valorização. Em se tratando das casas rurais, com o apoio proveniente do programa LEADER e iniciativa PRODER foi possível a restauração desses bens e, conseqüentemente, isso colaborou para a permanência do patrimônio rural. Caso contrário, muitas destas casas já teriam desaparecido, pois como dito pelos proprietários, a maioria estava em ruínas.

Sobre a cooperação dos envolvidos foi relatado que a comunicação é fundamental para manter a todos informados sobre o que está acontecendo, principalmente para que todos possam participar, sejam eles as associações, o empresariado e as instituições públicas.

Quando indagados sobre a relação da paisagem com o turismo rural todos afirmaram que há uma interdependência, pois esta é uma das razões que motivam um turista a escolher uma casa de turismo rural e não um hotel. Nesse sentido, a paisagem tem um forte apelo no imaginário do turista, pois está associada ao contato com a natureza, o rio, as trilhas, o trabalho rural, a população local, as tradições, os costumes, as festas, entre outros.

A paisagem, em diversas respostas, surge como atrelada à preservação da natureza, ao modo de vida, à tranquilidade, à beleza, ao meio ambiente bem cuidado, entretanto, também foi dito que, concomitantemente a isso, o turista busca o conforto de

um alojamento turístico, com acesso a muitas facilidades como, por exemplo, a internet, a TV, telefone, etc.

No que diz respeito ao turismo como alternativa para o desenvolvimento das zonas rurais e a permanência dessas pessoas no campo, os entrevistados acreditam que o turismo pode contribuir para a valorização do patrimônio cultural, seja material como, por exemplo, os *pazos* e as casas que foram reabilitadas para o uso de alojamento turístico, mas igualmente o imaterial, com as tradições e o modo de vida de cada lugar.

O investimento no turismo rural favoreceu para que as pessoas pudessem permanecer no rural por meio da criação de emprego relacionado com as casas de turismo rural, mas também vinculado com o Caminho de Santiago que, agrega valor a outros produtos como, por exemplo, a venda de artesanato, atividades de pesca e de lazer, como mencionado pelos entrevistados a seguir:

*[...] sin duda alguna hay una parte importante de personas que se quedó lo que transformó la su vida porque mejor había persona que tenía vacas y he transformado su casa en una casa de turismo rural, pasó de una actividad agraria para la turística (E-1, 2016, gestor da FEGATUR).*

*Sí, es cien por ciento, es decir, ya existen pequeñas localidades, o pequeñas aldeas, aquellas a que desaparecieron la población que se dedicó exclusivamente al turismo rural. Hay casos que aquellos que, sí recuperaron as casas, tenemos en Padrón que es Os Lambráns, son pequeñas construcciones que forma un núcleo de turismo rural y es la recuperación, quiero decir que se puede recuperar los espacios perfectamente para esto (E-6, 2016, gestor da Oficina de Turismo de Padrón).*

*Sí, lo creo que sí [...] se han recuperado muchos edificios que estaban abandonados y perdidos e se ha recuperado mucho patrimonio histórico mucho espacio que antes estaban abandonados y que se han recuperado para el turismo rural edificaciones históricas inscritas como tal en patrimonio que a lo mejor no se estarían (E-15, 2016, gestora da TurGal).*

*[...] por supuesto que el turismo, porque el turismo ayuda a visibilízalo, ayuda a crear una mejora en la concienciación en las localidades de que es recurso importante que por tanto merece la pena ser protegido [...] (E-19, 2016, gestora da Área Santiago).*

Além disso, os entrevistados percebem uma afinidade do turismo rural como possibilidade de recuperação de muitas áreas que estavam abandonadas como por exemplo, as casas de pequenos povoados e as casas de aldeias rurais.

Os entrevistados acreditam que o turismo rural é um forte aliado, ou seja, uma ferramenta que dá visibilidade às zonas rurais e, conseqüentemente, a sua valorização, embora, ainda tenham um longo caminho a ser trilhado nesse aspecto.

#### **6.4.2 Territorialidades a partir dos Proprietários das Casas Rurais Galegas**

Sobre a categoria trajetória de vida, todos os entrevistados têm sua origem relacionada com o espaço rural e/ou viveram no espaço rural. Destes, três entrevistados vieram de outros municípios da Galícia e três são do próprio lugar.

*Viví en el ayuntamiento de Rois [...] con mis hermanos y abuela* (E-2, 2016, proprietária de Padrón).

*Yo nací en esa casa, al principio íbamos a una escuela pública que está también aquí cerca, en la parroquia y después de todo, los estudios del bachillerato los hicimos en Santiago* (E-8, 2016, proprietária de Santiago de Compostela).

*Un cambio de finca, una permuta de fincas, de casa y de propiedad por un salto de agua, me quedó todo debajo, no digo la casa donde vivíamos, todos los terrenos quedaron debajo de un salto, una presa y entonces, porque lo cambiaron por aquí* (E-17, 2016, proprietário de Santiago de Compostela).

*Viví hasta los 22 años y después me trasladé a un pueblo de al lado* (E-25, 2016, proprietária de Padrón).

*Con mis Padres hasta los 22 años* (E-27, 2016, proprietário de Santiago de Compostela).

*Yo nací muy cerquita de aquí en Val del Dubra [...] yo vine al estudiar a Santiago* (E-29, 2016, proprietário de Santiago de Compostela).

Sobre o aspecto dos estudos iniciais, a maioria freqüentou a escola do povoado. Quando terminaram a fase de ensino primário já tiveram que ir para Santiago para completar os estudos, inclusive para cursar a universidade, no caso, a USC.

Tinham seus grupos de amigos no qual brincavam e se divertiam quando eram crianças. Já na fase de juventude todos tiveram que frequentar o centro comercial de Santiago de Compostela para momentos de lazer, tais como ir ao teatro ou ao cinema.

Assim, Santiago de Compostela foi referência como centro comercial, local de estudos para a população rural e também dos municípios adjacentes como, por exemplo, Padrón.

Comentaram também acerca do transporte, pois alguns, especialmente os entrevistados mais idosos, se recordam das dificuldades que tiveram em relação ao transporte, uma vez que não havia (década de 1940/1950). Nessa época as pessoas andavam a pé, seja até o centro de Santiago de Compostela ou a Padrón.

Também alguns comentaram que sempre ajudaram os pais nas tarefas diárias, seja cuidando da casa ou ajudando com a agricultura ou a pecuária (criação de vacas para a produção de leite). Nesse sentido, a trajetória de vida dos entrevistados está relacionada com a agropecuária, pois seus pais trabalhavam com a terra e dela tiravam o sustento da família, especificamente os entrevistados E-2 (2016), E-8 (2016), E-17 (2016) e E-25 (2016). Cada um relembrou de fatos que marcaram a sua infância ou das coisas que os pais haviam comentado, como veremos a seguir.

*Trabajaba en el campo, tenía gallinas, cerdos y labranza (E-2, 2016, proprietária de Padrón).*

*Mis padres fueron agricultores desde siempre [...] era una economía de subsistencia [...] Ahora en esta época estarían plantando el trigo (E-8, 2016, proprietária de Santiago de Compostela).*

*Agricultura y ganadería, mis abuelos. Y mis padres también, alguna parte agricultura, ganadería y otros negocios (E-17, 2016, proprietário de Santiago de Compostela).*

*Vacas, cerdos, gallinas, conejos [...] era una economía de subsistencia, no era una economía como para poder vivir (E-25, 2016, proprietária de Padrón).*

Os produtos eram vendidos na Praça de Abastos de Santiago (para os entrevistados de Santiago) e no mercado de Padrón (para aqueles que eram de Padrón) e como não havia transporte naquela época, as pessoas iam andando com os cestos na cabeça. Andavam mais de 5 km para vender o que haviam produzido. Com a venda dos produtos nos mercados podiam comprar outras coisas como azeite, roupa, calçado, pescado, carne, etc.

*Teníamos que venir a Padrón, los domingos, veníamos a vender, traíamos fruta, las vendíamos en el pueblo porque llevábamos pescados, llevábamos otras cosas, carne, [...] caminando 5 Km, caminando cargada con esto en la cabeza, vendíamos huevos, gallinas, y después comprábamos zapatos y unos vestidos (E-2, 2016, proprietária de Padrón).*

*[...] Aquí existían minifundios, hasta que llegó la concentración parcelaria y concentró fincas, un poquito más grande de las que*

*tenemos, ya podemos comprar tractor que antes no se podía [...] la gente también ponía muchas huertas, para luego vender en la Plaza de Abastos de Santiago [...] para vender iba andando hasta Santiago con las canastas en la cabeza [...] no tenía autobús, no había, nadie tenía carros* (E-8, 2016, proprietária de Santiago de Compostela).

*[...] yo recuerdo que cuando era una niña, mis padres los domingos iban al mercado de Padrón y entonces uno se levantaba al amanecer porque uno se iba caminando cargado de repollo o patatas, o lechuga, o yo que sé, y bueno era un poco una economía de subsistencia, con esas ganancias del domingo, de los que vendían, pues se podría comprar aceite, se podría a veces comprar un par de zapatos, se podría comprar, el resto no se compraba absolutamente nada porque era un auténtico reciclaje sabe, es decir, la lata de sardinas que utilizabas servía para darle de comer a los animales o la utilizabas como recipiente para coger harina, eran un auténtico reciclaje, no se tiraba ninguna grasa porque se utilizan solamente para el jabón y todo lo demás que proviene de los restos de la agricultura, es decir, los restantes de las hojas de repollo, lechuga se destinan a los animales* (E-17, 2016, proprietário de Santiago de Compostela).

Os principais produtos cultivados daquela época (1949/1950) era: couve flor, repolho, alface, trigo e milho, no qual o trigo era vendido e o milho utilizava-se para fazer o pão.

*[...] no se utilizaba el trigo, se vendía, pero no se dejaba para hacer pan" [...] e íbamos a moler con lo que está ahí abajo en el río, junto al río, y de hecho se molía el maíz a veces para hacer pan en el horno, que generalmente siempre era de maíz porque el trigo se vendía* (E-8, 2016, proprietária de Santiago de Compostela).

*[...] tenía vacas y también producción de cultivo de coliflor, repollo, muchas cosas, si, si aquí hay una extensión muy grande de terreno [...] vendía para empresas distribuidoras, sobretudo lácteos y otros productos* (E-17, 2016, proprietário de Santiago de Compostela).

Utilizavam o moinho para moer tanto o trigo quanto o milho. O pão era feito uma vez na semana, pois o moinho tinha o uso coletivo, ou seja, era utilizado também pelos vizinhos, no qual cada um tinha um dia específico na semana.

*Tendríamos un día para moler, el molino era del vecino y cada día iba un vecino a moler, estaba repartido* (E-8, 2016, proprietária de Santiago de Compostela).

*Yo iba con mi madre al molino y llevábamos un farol* (E-25, 2016, proprietária de Padrón).

A entrevistada E-25 (2016, proprietária de Padrón) relembra que não havia energia elétrica e água encanada. A energia elétrica chegou em meados da década de

1950, mas água não, pois ela, quando criança, tinha que ir buscar água na fonte, conforme veremos no relato a seguir:

*[...] yo me acuerdo que ni agua corriente, pues igual, con 10 años nosotros teníamos que ir a traer el agua desde la fuente y yo era la encargada y como no podía con el cubo lleno, los traía medio llenos y luego los rellenaba, esa fue la vida de infancia, yo jugué mucho pero también tuve que ayudar en casa (E-25, 2016, proprietária de Padrón).*

Então, de uma forma geral, a maior parte dos entrevistados possui uma trajetória de vida relacionada com o cultivo e a criação de animais, com exceção de um que a família, diferentemente dos demais entrevistados, possuíam terras, mas não a cultivava, pois arrendava para outras pessoas, ou seja, não teve uma vivência com o modo de vida rural.

Em relação à ocupação dos entrevistados a maioria iniciou suas atividades profissionais em outros setores que não o turismo como, por exemplo, uma entrevistada que imigrou da Espanha à Alemanha para trabalhar em uma fábrica e outros que trabalharam no comércio de Santiago de Compostela.

Atualmente, de todos os entrevistados, apenas um se dedica integralmente à atividade de turismo rural, os demais trabalham em outros setores (alguns são funcionários públicos da Xunta de Galícia) e uma já está aposentada.

Nesse sentido a maioria tem o turismo como atividade complementar, pois para alguns, é praticamente impossível viver somente de turismo rural em Santiago, mesmo que exista o Caminho de Santiago como um destino turístico forte.

No caso daquele que consegue obter a renda familiar apenas da casa de turismo rural, observou-se que está muito próximo do Caminho Francês, ou seja, um dos caminhos de maior fluxo de turistas, principalmente nos meses de verão.

Assim, quando questionados sobre as políticas de turismo em Galícia, as respostas foram diversas como veremos a seguir:

*El ayuntamiento tiene que apoyar un poquito más, por ejemplo arreglando los caminos, poner una buena señalización y poner a la gente con comodidades, eso es lo pienso, que tampoco apoya mucho, por eso hay que poner reclamaciones ya que no te atienden, muchos no están dispuestos a trabajar, no le dan importancia (E-2, 2016, proprietária de Padrón).*

*[...] por ejemplo aquí tenemos problemas para tener wifi, ya no pido, sabes, la ayuda de otras personas, yo, por ejemplo, en términos de*

wifi o de internet, con tal que ya no dependen de mí, sí me gustaría que de alguna manera lo viese la administración [...] otra cosa que por ejemplo me ha hecho falta, la señalización, la señalización de la casa por ejemplo, lo que aparece por ahí, eso lo pusimos nosotros, a los hoteles de Santiago les ayudan a poner la señalización (E-8, 2016, propietaria de Santiago de Compostela).

[...] sí, porque a veces hay gente que critica que eso no se puede ampliar, pero, evidentemente si lo empiezas a ampliar mucho y empiezas a hacer muchas habitaciones, muchas instalaciones, ya pierdes lo que realmente la gente viene a buscar. La gente viene buscando un poco más de tranquilidad, vienen a alejarse un poquito del ruido y descansar de todo eso. Entonces, en lugar de meter muchísimas habitaciones e instalaciones muy grandes [...] y todo tan grande, con todo muy masificado se termina perdiendo su sentido. Entonces, pues por eso es normativa, está bastante bien. Limitar un poco las habitaciones, limitar el establecimiento que no se puede ampliar, que no se puede hacer más de lo que hay, de lo que está en la casa, que no se pueden hacer ampliaciones nuevas y bueno, así se conserva bastante lo antiguo (E-17, 2016, propietario de Santiago de Compostela).

Podría mejorar, sí, pero no están mal. El turismo rural en Galicia es desde la época de una iniciativa de Fraga, yo creo que no lo hizo nada mal porque fue una manera de promocionar, dar a conocer, de incentivar el empleo y la economía en la zona rural. El momento en que se hizo la propuesta nadie apostaba por el turismo rural, todo el mundo decía 'quien iba a venir a la aldea' nosotros llevamos 21 años trabajando y seguimos teniendo xente, entonces mi manera de verlo es que a lo mejor no habría que apoyar en lo económico, ahora mismo el turismo rural no necesita economía, un apoyo de dinero, el turismo rural necesita que lo apoyen por otros medios, es decir, nosotros llevamos aquí 21 años y el ayuntamiento no hizo absolutamente nada para promocionar el turismo y no con dinero sino restaurando por ejemplo, una zona de molinos que tenemos, recuperar un sendero que tenemos que se llama el Camino Real, pues tiene más de 100 años, y hacer zonas de senderismo, promocionar, demarcar y dar a conocer, por ejemplo conocer una zona tan rica como la que tenemos aquí, la zona de pesca [...] (E-25, 2016, propietaria de Padrón).

[...] hubo algunas iniciativas que desde luego fueron buenas, todo lo que tenía que ver con la promoción del Camino de Santiago, que fue realmente un antes y un después, porque yo no soy tan viejo, y sí, como te comenté, yo veía como evolucionaba todo y principalmente a partir de los 12 años, en el año 93 fue el famoso xacobeo, al primero le dieron mucho boom, y a partir de ahí se estudiaron temas de turismo y posiblemente ese sí que fue un punto de inflexión en cuanto a la fuerza del camino de Santiago. [...] Los vuelos de Lavacolla [aeropuerto] tienen conexiones, pero finalmente la gente viene de donde tienen vuelos directos, y eso que aquí te llaman para promocionar la casa, o cualquier cosa, y ver cómo pueden meterlos todos adentro, una vez que tienes un vuelo no puedes evitar los transbordos e demás, principalmente después de lo fue Turgalicia y la central de reserva, pero bueno gracias a adiós eso está superado (E-27, 2016, propietario de Santiago de Compostela).

*En el turismo rural creo que no hay ninguna política por parte de la Xunta, solo a través del Turgalicia, pero incluso la web de Turgalicia es muy mala, muy mala para efecto del manejo de informaciones sobre los establecimientos, sin una búsqueda ágil y rápida, búsqueme y no me encuentra en Turgalicia, no me encuentra [...] (E-29, 2016, propietario de Santiago de Compostela).*

Para E-2 (2016, proprietária de Padrón) no que se refere às políticas de turismo, o município poderia investir mais no segmento, com uma boa sinalização dentre outras coisas, para incentivar o turista a ficar.

Segundo o E-8 (2016, proprietária de Santiago de Compostela) teve um período em que, por meio das políticas, ajudou-se financeiramente a abertura de casas de turismo rural, mas não houve depois respaldo do poder público para outras necessidades que surgiram, tais como o acesso à rede wifi de qualidade e à sinalização turística.

Para E-17 (2016, proprietário de Santiago de Compostela) as políticas de turismo estão relacionadas com a normativa de turismo rural, já que é um instrumento que limita uma série de intervenções que se podem fazer na casa, mas que igualmente a protege enquanto patrimônio material.

Para E-25 (2016, proprietária de Padrón) o turismo rural teve o seu momento de êxito, todavia atualmente pouco tem sido feito para divulgá-lo. Além disso, deve-se aproveitar os recursos existentes para que o turista possa permanecer mais tempo no local. Uma proposta seria a recuperação de recursos culturais, naturais e paisagísticos tais como uma área de moinhos, denominado de Caminho Real para realização de trilhas, entre outros.

Foi recordado pelo E-27 (2016, proprietário de Santiago de Compostela) o *boom* turístico ocasionado pelo Ano Santo (Jacobeu) de 1993, já que, conforme evidenciado anteriormente, este momento teve muita influência sobre o turismo em Santiago. Outro assunto importante mencionado foi a questão do transporte aéreo, especialmente os vôos do aeroporto de Santiago (Lavacolla), pois tem poucos vôos diretos. Para este entrevistado, não adianta pensar em desenvolver o turismo se não consegue resolver o problema das conexões do transporte aéreo, pois se o turista tiver que escolher entre um destino que tenha vôos diretos e um que não tenha, certamente, o que tem vôos diretos tem muito mais probabilidade de ser escolhido.

Para o E-29 (2016, proprietário de Santiago de Compostela) a política de turismo rural feita por TurGal relaciona-se com a promoção em feiras e eventos em geral, mas

que nos estabelecimentos de turismo rural pouco contribui. Comentou sobre a página *web* oficial do Turgal porque não se tem um acesso rápido e ágil com as informações dos estabelecimentos cadastrados. Os próprios estabelecimentos têm dificuldade em se localizar no site.

De um modo geral os entrevistados acreditam que o turismo rural em Galícia tem que melhorar. Atualmente a questão não é mais de disponibilizar recursos financeiros para as casas de turismo rural, mas sim investir nos recursos naturais existentes nas localidades como, por exemplo, restaurar uma zona de moinhos, recuperar o Caminho Real, criar outras trilhas aproveitando os espaços naturais e fazer a divulgação dos atrativos existentes. Além disso, ter uma boa sinalização turística no mesmo nível que se tem para os estabelecimentos hoteleiros de Santiago de Compostela.

Sobre o início das atividades de turismo temos que começar em momentos diferentes que, portanto, estão atreladas, na maioria dos casos, a motivos pessoais e aos subsídios conseguidos, tais como:

- A casa foi comprada no ano de 2005 e levou quase 6 anos no processo de restauração. Em 2011 abriu o estabelecimento como casa de turismo rural (E-2, 2016, proprietária de Padrón).
- Iniciou no ano de 2008, pois já tinha em mente a restauração da antiga casa da família para o turismo rural (E-8, 2016, proprietária de Santiago de Compostela).
- Começaram as atividades de turismo no ano de 1993, porque a casa era grande e estava praticamente vazia. Aliado às ajudas que oferecia o governo naquele período, decidiram se dedicar a essa atividade (E-17, 2016, proprietário de Santiago de Compostela).
- Em 1995 decidiram investir no turismo também motivado pelas ajudas dadas pela Xunta de Galícia (E-25, 2016, proprietária de Padrón).
- No ano de 1990 compraram a propriedade que atualmente é a casa de turismo rural, mas só introduziram a atividade propriamente dita nos anos de 1993, incentivado pelos financiamentos dados pelo governo (E-27, 2016, proprietário de Santiago de Compostela).
- A abertura da casa se deu em 2012, mas a aquisição do imóvel tem mais tempo. Inclusive esse entrevistado teve problemas para a abertura porque a casa está

localizada muito próximo de um rio e, em virtude disso, para a sua utilização como estabelecimento turístico, teve que solicitar autorização não somente ao município mas também à Xunta de Galícia (E-29, 2016, proprietário de Santiago de Compostela).

No que diz respeito à linha de financiamento de turismo rural, todos conseguiram ajuda (exceto um), seja diretamente pelo fundo europeu ou pela Xunta de Galícia para fazer melhorias na casa e, assim, reabilitá-la para o turismo.

A ajuda financeira era apenas para a restauração da casa. Nesse sentido, era subsidiada e rentável, ou seja, em alguns casos não havia custo, pois se recebia todo o dinheiro necessário para a restauração, especialmente no início dos Programas, entretanto, em outros casos houve um custo o qual era disponibilizado um percentual do valor solicitado). Mesmo assim, ficava um custo baixo para o proprietário e por isso o interesse em investir no turismo.

Em seguida temos o que cada entrevistado relatou sobre os financiamentos.

*Bueno era para la Xunta... a ver, ayuda, para la energía solar, porque tenemos energía solar, por ejemplo paneles solares, tenemos, a ver, sí, energía renovables [...] en verano todo el consumo es con paneles solares y tenemos una caldera de biomasa y una chimenea que sirve de apoyo para el agua caliente (E-2, 2016, proprietária de Padrón).*

*[...] esta casa fue hecha con la ayuda del programa europeo (E-8, 2016, proprietária de Santiago de Compostela).*

*[...] porque fue una idea que se nos ocurrió [...] esta casa que es suficientemente grande y la mitad estaba vacía, no tenía nada entonces, nosotros recibimos las ayudas que el gobierno daba, la Xunta daba también ayudas bastante generosas para poder restaurar, rehabilitar y dedicarse a eso cuando nos decidimos (E-17, 2016, proprietário de Santiago de Compostela).*

*[...] tenemos una ayuda de la Comunidad Económica Europea, para entonces la comunidad le daba ayudas a España y específicamente a Galicia para las casas de turismo rural. [...] ellos se encargaron de todo, nosotros con la ayuda de la Comunidad Económica Europea, nosotros tuvimos todo a costo cero, a parte de la subvención, todo lo que fue la licencia, están todos a consto cero, pues creo que lo asumía en este caso la Xunta (E-25, 2016, proprietária de Padrón).*

*[...] había subvención [...] es que la casa estaba en muros, incluso la finca estaba en mal estado, muy deteriorado todo, hubo que invertir para renovar la casa totalmente, la finca y todo, ese dinero fue para ejecutarla (E-27, 2016, proprietário de Santiago de Compostela).*

*No, no, ninguna. Hace años que no se dan subvenciones* (E-29, 2016, proprietário de Santiago de Compostela).

A motivação, sem sombra de dúvida, foram as subvenções, tanto por parte da iniciativa LEADER quanto pela PRODER. Só teve uma casa que não teve ajuda financeira pois faz alguns anos que a Xunta de Galícia não subvenciona projetos de reabilitação de casas para o turismo rural.

A E-2 (2016, proprietária de Padrón), em específico, não obteve ajuda pelo fundo europeu, mas da Xunta de Galícia em virtude de terem um projeto inovador com a proposta de energias renováveis como, por exemplo, a solar e a biomassa, que seriam utilizadas para o aquecimento da água.

Além do apoio financeiro, a E-25 (2016, proprietária de Padrón) relatou que a Xunta promoveu curso de formação para que se pudessem entender o que era a atividade de turismo rural, bem como formação para a gestão do alojamento turístico.

A respeito do turismo rural contribuir para o desenvolvimento do espaço rural, alguns entrevistados responderam positivamente e outros negativamente. Dessa forma, tem-se que:

*[...] sí, mucho. Porque a ver, nosotros mandamos aquí a la gente que viene, van todos a gastar y comer en Padrón, los restaurantes, nosotros mandamos mucha gente, claro que contribuye [...] claro que es un ingreso importante para el pueblo* (E-2, 2016, proprietária de Padrón).

*Yo creo que sí* (E-8, 2016, proprietária de Santiago de Compostela).

*[...] Muchísimo, porque utilizar productos más locales y naturales que pueden contribuir con todo [...] incluyó el trabajo, hay gente que va a trabajar con los productos del campo y de la tierra* (E-17, 2016, proprietário de Santiago de Compostela).

*Yo creo que sí* (E-25, 2016, proprietária de Padrón).

*Yo no creo que tiene más potencial, la cosa no da para más* (E-27, 2016, proprietário de Santiago de Compostela).

*No lo sé, tengo mis dudas, porque por alguna razón no vives del turismo [...] pero de una sola casa no vives, es una ayuda importante, diría que es bien un complemento importante, un complemento del trabajo habitual* (E-29, 2016, proprietário de Santiago de Compostela).

Os E-2 (2016), E-8 (2016), E-17 (2016), E-25 (2016) acreditam que o turismo rural pode contribuir para o desenvolvimento do espaço rural, pois com o dinheiro que

entra, conseguem pagar a hipoteca, os gastos da casa e manter um pessoal empregado. Além disso, pode-se contribuir para dinamizar a economia local já que envolvem os produtos locais, alimentos cultivados no espaço rural, a geração de emprego em outros segmentos pois os turistas deixam dinheiro no comércio local, nos restaurantes, nas lojas, etc., e é um ingresso de dinheiro bom para o comércio local.

E-27 (2016) e E-29 (2016) têm dúvidas, pois acreditam que em Santiago de Compostela não dá para viver apenas de turismo rural. Acreditam que o turismo rural é uma importante ajuda para a renda familiar, mas somente como complemento.

Geralmente, as casas de turismo rural não desenvolvem atividade com os turistas, pois o principal produto que oferecem são os atrativos de Santiago de Compostela e do entorno. Um dos motivos que justifica a ausência de atividades agregadas é o fato de as casas estarem muito próximas de Santiago.

A maior parte dos turistas que se hospedam nessas casas de turismo rural estão fazendo o Caminho de Santiago, especialmente as casas que estão localizadas próximas a ele, e os demais turistas vem para descansar, para visitar Santiago ou alugam a casa completa para a realização de evento (isso se dá em meses de baixa temporada como, por exemplo a Finca San Lorenzo).

Os principais lugares do entorno que os turistas têm interesse em conhecer são Rías Baixas, a Costa da Morte, A Coruña, Pontevedra, pois a ideia é conhecer Santiago de Compostela, mas também outras partes de Galícia.

O dinheiro que entra na casa é suficiente para pagar os gastos e mantê-la em funcionamento. Assim, algumas casas que possuem mais quartos conseguem manter alguns funcionários trabalhando na casa. Nos meses de alta temporada como de junho a outubro, tem mais pessoas trabalhando, já nos meses de novembro a fevereiro (são os meses de inverno e, portanto, de pouca procura) alguns proprietários fecham, voltando a funcionar em março, mês da Semana Santa, já que esse feriado atrai muitos turistas para a cidade de Santiago.

Os que fecham no período de baixa aproveitam para se dedicar às atividades administrativas, ou seja, colocar a documentação em dia fazer reformas de um modo geral.

No que diz respeito ao número de quartos, verificou-se que há casas grandes que possuem mais quartos e casas menores, pois geralmente as maiores alugam por quarto, enquanto as menores alugam a casa inteira, conforme demonstra o quadro 5.

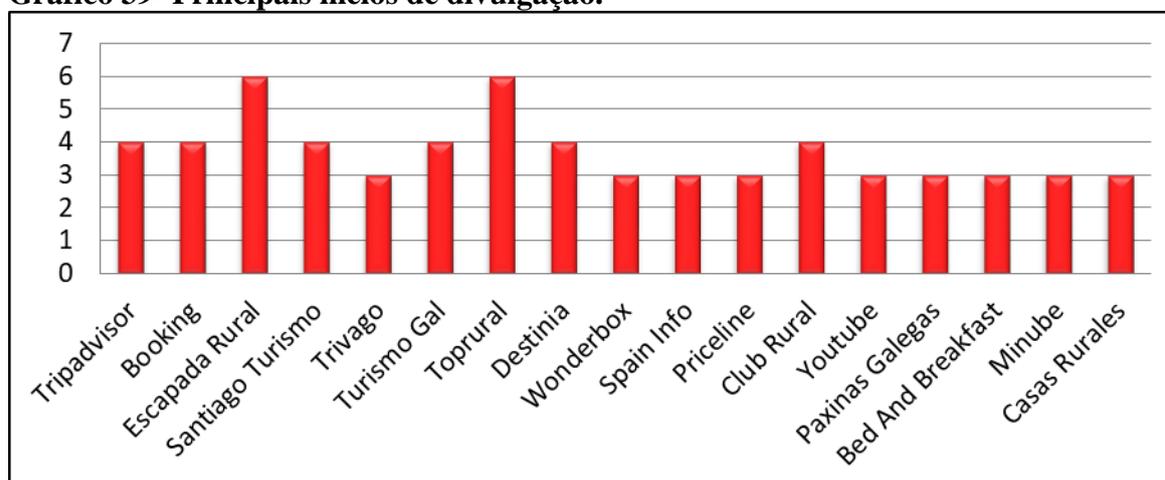
**Quadro 5- Quantidade de quartos das casas rurais**

Nome da casa	Número de quartos	Tipo de aluguel
A Casa da Torre Branca	9	Parcial/por quarto
Pazo Xan Xordo	10	Parcial/por quarto
Finca San Lorenzo	5	Integral/completo
Casa Río Sarela	4	Integral/completo
Casa de Marcelos	4	Parcial/por quarto
Os Lambráns	9	Parcial/por quarto

Fonte: Santos (2016).

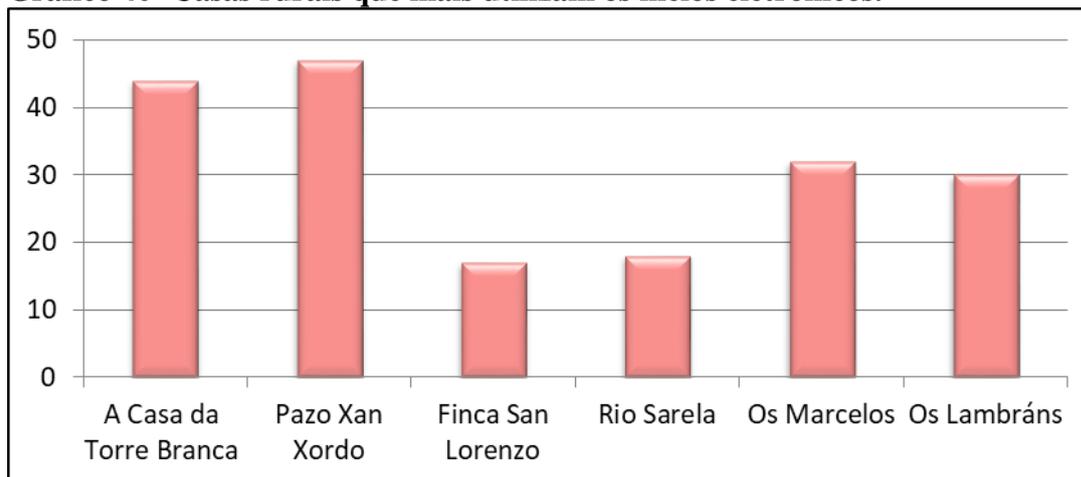
Em relação à gestão, são todas administradas por alguém da família, sejam filhos em conjunto com os pais ou o casal. Assim identificamos três casas administradas por filhos e três por casal.

Sobre os meios de divulgação da casa, a maioria utiliza os portais de divulgação, tais como Escapada Rural, Top Rural (todos utilizam esses dois sites para divulgar a sua casa rural porque são os dois principais sites de divulgação de alojamentos de turismo rural), Tripadvisor, Booking, Santiago Turismo, TurGal, Destinia, Club Rural, Trivago, Wonderbox, Spain Info, Priceline, Youtube, Paginas Galegas, Bed And Breakfast, Minube, Casas Rurales, entre outros, conforme gráfico 39.

**Gráfico 39- Principais meios de divulgação.**

Fonte: E-2 a E-29 (2016); Google (2016). Org.: Santos (2016).

Dentre as casas de turismo rural destacam-se em relação ao uso de meios eletrônicos para divulgação o Pazo Xan Xordo e A Casa da Torre Branca, conforme apresenta o gráfico 40.

**Gráfico 40- Casas rurais que mais utilizam os meios eletrônicos.**

Fonte: Google (2016). Org.: Santos (2016).

Quanto às principais redes sociais utilizadas sobressaem-se o *facebook*, *twitter*, *blog*, *youtube*, *instagram*, *pinterest* e *g+*. Dessa forma, destacam-se a casa rural Os Lambráns, Casa de Marcelos e A Casa da Torre Branca.

Quanto à procedência dos turistas, estes vem de diversas partes do mundo, especialmente da Espanha, em sua maioria, seguida de Inglaterra, França, Polônia, Argentina, Uruguai, entre outros.

Os turistas optam por ficar em uma casa de turismo rural porque buscam um lugar mais tranquilo, em contato com a natureza e um trato mais diferenciado daquele que se tem em um hotel ou albergue. Nesse sentido, todas as casas de turismo rural estudadas nesse trabalho estão localizadas em um entorno favorecido pela natureza, seja pela presença de um rio ou de vegetação.

A ideia dos proprietários é de fazer o cliente se sentir em casa, não como um hóspede, mas como um convidado. Os que buscam o alojamento de turismo rural o fazem porque há um tratamento diferenciado de um hotel, ou seja, há uma proximidade e uma hospitalidade ao lidar com os clientes.

Muitos associam o turismo rural com a natureza, o campo verde, a montanha, ou seja, uma paisagem natural, mas também o modo de vida rural, a tranquilidade, o silêncio que não se tem na cidade.

Quando questionados se houberam mudanças na paisagem, dizem que sim, tais como veremos a seguir:

*Cambió mucho, porque, a ver, eso ha cambiado no por lo bonito, [...] ese río estaba muy limpio, en el río Sar, la gente se podía bañar, pues*

*estaba muy limpio [...], ahora el agua es muy sucia y ahora la gente ya no se puede bañar, y es que no se puede, los niños estaban todos los días allí y era un río que venía desde Padrón y llegaba hasta aquí y era un muy bueno, tenía muchas trutas y llegaban aquí lampreas [...] pero ahora ya que está todo contaminado (E-2, 2016, proprietária de Padrón).*

*[...] hoy está más abierto todo, hay carreteras, hay diferentes paisajes (E-8, 2016, proprietária de Santiago de Compostela).*

*No están abandonadas las fincas, pero parecen estarlo, hace algunos años que podría ver una vaca, ahora es imposible. Otro día vino una familia con un pequeño de 7 años que nunca vio una vaca, ni cabras, ni ovejas...pero es que aquí es imposible verlas (E-17, 2016, proprietário de Santiago de Compostela).*

*[...] los cambios de paisaje que hay, son los que marcan las estaciones del año. Para cada estación tenemos una postal, es decir, si en invierno tú quieres está lo colorido, ahora en el otoño los bosques, en primavera con todo mucho más verdes [...] nos criamos en la zona rural, halamos mucho y no solo del estilo de vida, también de cómo nos agobia el vivir con ruido, con mucha gente en la calle, con la paz que tenemos aquí, el tener la puerta abierta todo el día, el que los perros estén en la calle, es nuestra manera de vivir completamente diferente, no puedes vivir en Santiago [...] (E-25, 2016, proprietária de Padrón).*

*[...] cuando empezamos con eso estaba muy mal, muy, pero muy sucio y, bueno, poco a poco se fue saneando, se hicieron algunas infraestructuras, la gente también se fue civilizando y poco a poco siendo más respetuosa y eso, yo creo que se nota mucho (E-27, 2016, proprietário de Santiago de Compostela).*

*Muchísima, la transformación es grande, en cuanto al flujo de personas, lo que es el casco histórico, se circula en todas las calles, y ahora está restringido al tráfico [...] fue en 1993 cuando la transformación, con el auge del camino que se transformó lo que hoy es Santiago en el turismo, es decir, Santiago tuvo un salto cualitativo en el turismo del camino, bueno eso fue una transformación, antes estaban los peregrinos pero había tradición del camino, a ver, sí había pero no estaba presente, la difusión del camino como tal no existía en la época (E-29, 2016, proprietário de Santiago de Compostela).*

As modificações da paisagem, para E-8 (2016, proprietária de Santiago de Compostela), foram muitas, pois na maior parte eram estradas de terra, não havia carros, somente tratores, havia muita vegetação e água.

As alterações, para E-17 (2016, proprietário de Santiago de Compostela), estão mais atreladas com a redução do número de habitantes da aldeia, pois entre o período de sua infância e juventude haviam aproximadamente 100 pessoas e, na atualidade, há 10

pessoas que vivem na aldeia. Isso se deu em razão da proximidade com o centro de Santiago e por estar bem comunicada com acesso a transporte, muitas pessoas vão trabalhar e viver em Santiago e, conseqüentemente, as propriedades estão sendo abandonadas. Como consequência disso já não se tem a criação de animais como, por exemplo, as vacas, cabras e ovelhas que haviam antes e que, na atualidade, já não se pode ver.

Para o E-25 (2016, proprietária de Padrón), as transformações na paisagem têm relação com as diferenças das estações do ano. Já para o E-2 (2016, proprietária de Padrón), as mudanças que ocorreram não foram necessariamente no sentido de melhorias, pois foi mencionado sobre o rio Sar, já que, quando era criança, o rio estava limpo, podiam banhar-se e pescar truta e lampreias e, atualmente, as pessoas não podem mais fazer isso porque está contaminado.

De acordo com E-27 (2016, proprietário de Santiago de Compostela), a mudança na paisagem está relacionada com o rio Sarela, já que quando abriram a casa rural as águas do rio estavam muito sujas e aos poucos foram limpando, tomando medidas de saneamento e de sensibilização das pessoas que vivem às margens do rio; já se nota que a água está mais limpa.

Como o E-29 (2016, proprietário de Santiago de Compostela) vive e trabalha na cidade de Santiago, para ele as transformações na paisagem estão associadas ao centro histórico, pois se podia circular de carro pelas ruas e também estacionar (antes de Santiago ser declarada Patrimônio da Humanidade, muitas coisas podiam ser feitas, mas com o título, vem a responsabilidade de conservar e preservar os bens, e por isso, algumas restrições e limitações foram impostas), agora já não se podem mais. Além disso, a presença dos peregrinos também modificou a paisagem do município já que antes de 1993 não havia o mesmo número de turistas que na atualidade.

A questão do roteiro de entrevistas sobre as modificações na casa teve o intuito de relacionar o turismo com a preservação do patrimônio, já que as casas de turismo rural são todas parte da identidade do espaço rural, pois são casas que preservam o estilo arquitetônico típico de uma casa rural galega.

Segundo Palomeque López (2008), o patrimônio cultural envolve o material e o imaterial que caracterizam uma sociedade. Dessa forma, as casas de turismo rural são consideradas um patrimônio material (casas típicas do rural galego). Por isso, modificações feitas para reabilitá-la ao turismo foram no sentido de manter as características do patrimônio rural.

Cabe dizer que as modificações foram para reabilitá-la ao turismo, mas igualmente contribuíram para a preservação do patrimônio, já que todos tiveram que manter a originalidade da estrutura da casa bem como alguns materiais utilizados na construção como, por exemplo, as pedras e as madeiras.

A presença dos moinhos caracteriza o espaço rural galego, pois antigamente era utilizado para moer a farinha de trigo e milho. Três propriedades preservam o moinho como patrimônio adjacente à casa, são elas: Pazo Xan Xordo, Finca San Lorenzo e Casa Río Sarela. Uma casa em específico que foi construída em cima do rio Sarela (Finca San Lorenzo), foi inventariada pelo patrimônio de Santiago, porque, na atualidade, não se permite mais esse tipo de construção e, por isso, é caracterizada como especial.

Os hórreos eram muito comuns nas casas da zona rural, pois era onde guardavam-se os milhos para que pudessem secar, depois eram moídos nos moinhos para se fazerem os pães que eram utilizados na alimentação diária das famílias e, em outros casos, eram também utilizados para a alimentação dos animais.

Tendo em vista que esses elementos são parte do patrimônio no espaço rural galego, quando os entrevistados foram indagados sobre a importância deles para o turismo, todos acreditam que a atividade do turismo possibilitou a preservação e a valorização desse patrimônio, já que se não fora dessa forma, não se teria a oportunidade de manter-se vivo.

### **6.5 Territorialidades do Turismo a partir dos Casos Paulistas e Galegos: entre similitudes e diferenças**

Este subcapítulo tem o propósito de trazer apontamentos que representam algumas das similitudes e diferenças encontradas nas políticas de desenvolvimento rural e turismo no espaço rural dos casos paulistas e galegos investigados.

Nesse caso optou-se por destacar as categorias que estavam presentes nas realidades estudadas, como já mencionado anteriormente, pois a intenção é recuperar o que foi trazido na discussão dos resultados para se ter um entendimento das realidades e, sobretudo, a prática no cenário brasileiro.

No que diz respeito à trajetória de vida dos entrevistados, pode-se afirmar que existem diferenças. Nos casos galegos todos são provenientes da Galícia, mas vindos de municípios do entorno de Santiago de Compostela e Padrón. Por isso, observa-se um

sentimento de pertencimento muito forte ao local e à memória dos antepassados que adquiriram a propriedade.

Nos casos brasileiros, diferentemente dos galegos, a questão da trajetória de vida é emblemática, já que se tratam de assentados que vêm de diversas partes do Brasil, notando-se que alguns desses sujeitos assentados tem enraizamento com o modo de vida rural e outros não; dessa forma, por serem assentados de reforma agrária, o sentimento de pertencimento ao local está atrelado à questão da luta e conquista da terra, na maioria dos casos que participaram dos movimentos sociais e, em outros, com a realização de um sonho de retornar a viver no rural ou de adquirir um “pedacinho de terra” para chamar de seu. Dessa forma, em relação a esta categoria, os casos brasileiros possuem uma relação de dependência com a terra e com aquilo que se pode produzir por meio dela, pois todos mantêm atividade agropecuária como principal fonte de renda, o que não ocorre no caso galego.

Sobre as políticas de desenvolvimento do turismo no espaço rural podemos dizer que na Galícia existem dois fortes programas: um é o LEADER que é da União Europeia e subvenciona projetos para o desenvolvimento rural; o outro é o PRODER, que é um programa espanhol, mas que recebe recursos financeiros da União Europeia. São programas, que de 1991 a 2013, investiram no território rural galego, como demonstrado em discussões anteriores. Vale ressaltar que o beneficiado não paga ao governo pelo valor desembolsado, salvo em descumprimento das normas estabelecidas. Entende-se que o pagamento é feito diariamente na prática das propostas aprovadas, que não se restringe apenas à atividade econômica de turismo no espaço rural, embora a abertura de alojamentos foi o que mais obteve financiamento. No caso das casas de turismo rural o pagamento é o seu próprio funcionamento por no mínimo 15 anos.

No caso do PRONAF brasileiro, trata-se de um programa do governo federal que tem como objetivo conceder financiamento para o produtor e nele se inclui o assentado, para que possa aplicar em atividades econômicas na propriedade e, assim, gerar renda para a família. Diferentemente do que se passou nos programas LEADER e PRODER, no PRONAF o beneficiado tem a obrigação, depois de um determinado prazo de carência, de pagar o crédito concedido. Os juros cobrados pela instituição financeira é fixado de acordo com o Banco Central e são mais baixos que de outras instituições financeiras não cadastradas no programa. No entanto, não é somente adquirir o crédito, existe toda uma lógica que deve ser pensada para atender o produtor rural assentado, pois se não houver um suporte técnico que oriente o produtor em que atividade ele deve

investir, corre-se o risco de investir em algo que não dê retorno e, ao chegar o prazo, não ter o dinheiro para quitá-lo.

Uma alternativa seria pagar o crédito por meio da própria produção, ou seja, determinar, por meio de contrato, um valor mensal em alimentos que seria entregue em escolas, presídios, prefeituras, etc. Ao invés do governo comprar a produção, aquele que tem PRONAF poderia entregar o que produziu em troca do pagamento das prestações do financiamento. Assim, o produtor estaria preocupado em produzir mais para investir em benfeitorias no lote e não com o receio de chegar no prazo e não ter o dinheiro para efetuar o pagamento do financiamento.

Os programas LEADER e o PRODER contribuíram para a abertura dos alojamentos de turismo rural, sobretudo em Santiago de Compostela por ser este um destino turístico reconhecido internacionalmente. No PRONAF o que se destacou foi o financiamento em atividades agropecuárias (custeio) ou a elas vinculadas como, por exemplo, compra de maquinários e insumos.

Observou-se que houve um incentivo por parte dos gestores públicos galegos por meio da criação de outros programas que agregassem valor às casas de turismo rural, colaborando assim para que as pessoas pudessem se hospedar no meio rural como, por exemplo, o Bonos Iacobus, programas para a terceira idade, prática de esportes, ou utilizar serviços de restaurante das casas de turismo rural.

No que se aplica aos casos brasileiros, não se identificou nenhum programa que viesse a incentivar o desenvolvimento do turismo no espaço rural. Dessa forma, o que se verificou foi, por parte do município de Rosana, um projeto que está muito vinculado a uma gestão e, que, possivelmente com a troca de governo, pode vir a desaparecer. No tocante à Presidente Epitácio não existe nenhum projeto ou programa nesse sentido.

Logo, no caso do PRONAF, existe a modalidade para projetos de turismo no espaço rural, entretanto são poucos os casos em que os sujeitos conseguem ser beneficiados, especialmente porque a preocupação ainda é investir na agropecuária e garantir a sobrevivência da família. A principal dificuldade no cenário brasileiro é que não se sabe de sua existência.

Dado o exposto, não foi identificado na região do Pontal do Paranapanema nenhuma linha de crédito para o turismo no espaço rural, ou seja, os assentados que trabalham com o turismo não têm nenhum investimento financeiro por parte do governo municipal, estadual e federal.

Sobre o início da atividade de turismo dos casos galegos foram motivados pelo apoio financeiro dado pelo governo por meio dos programas LEADER e PRODER. No Pontal, diferentemente do que se passou com os municípios galegos, deu-se a partir da perspectiva de buscar alternativa que complementasse a renda familiar, para não ficar tão dependente das oscilações do mercado agropecuário. Em vista disso, alguns assentados decidiram investir no turismo, aproveitando a potencialidade dos elementos naturais que caracterizavam os lotes com notável beleza paisagística, aliado ao modo de vida rural e à produção agrícola e pecuária como, por exemplo, criação de pôneis, cavalos, búfalos, culinária e plantação diversa. Dessa forma, não tiveram ajuda do governo e caminham sozinhos, pois não há uma política de turismo que integralize as ações, embora em ambos os casos existam o COMTUR, o Plano Diretor de Turismo e estejam elaborando o Plano de Desenvolvimento Turístico.

Em razão disso, a renda principal dos assentados está alicerçada na produção agropecuária, sendo o turismo apenas uma complementação. Nos casos galegos também verificou-se que as casas de turismo rural, em sua maioria, não têm o turismo como renda principal, sendo apenas uma complementação a outras atividades econômicas exercidas pelos proprietários, que geralmente trabalham no núcleo urbano, não estando vinculados às vivências agropecuárias.

O trabalho na atividade agropecuária é determinante apenas nos casos paulistas, já que nos casos galegos os proprietários trabalham fora, não tendo nenhuma relação com o mundo rural, ou são aposentados. No entanto, cabe dizer que existe no município de Presidente Epitácio, o sítio Lagoa Bonita que vive da renda obtida dos aluguéis dos ranchos para o turista e, no caso de Santiago, no Pazo Xan Xordo a renda obtida do alojamento é a principal.

No que diz respeito às dificuldades em trabalhar com o turismo no espaço rural, a maior parte dos entrevistados galegos reclamaram da burocracia e descontinuidade política, que muda a cada quatro anos com as eleições. No Brasil, também acontece o mesmo, já que as gestões municipal, estadual e nacional possuem mandato de quatro anos. Essas mudanças tendem a frear a continuidade dos projetos, sobretudo nos casos brasileiros.

No caso de Presidente Epitácio o agravante é que a relação de poder no território entre as instituições e os assentados são conflituosas, levando a considerar que, diante desse cenário, o desenvolvimento de propostas, não tão somente do turismo, mas

igualmente àquelas vinculadas diretamente com a produção agropecuária, sejam limitadas, já que o jogo de interesses é maior nesse território.

O município de Presidente Epitácio, por gozar do título de Estância Turística do Estado de São Paulo, recebe uma verba específica para o desenvolvimento desta atividade, assim, caberia um diálogo entre os envolvidos com o turismo para priorizar ações concernentes à atividade, sobretudo com a participação da comunidade assentada, levando em consideração o que os atores necessitam e traçando as prioridades para o desenvolvimento satisfatório dessa atividade. No tocante ao município de Rosana, por não ter esse título, não há um recurso garantido para o turismo, dessa forma dispõe somente do que é previsto no orçamento municipal, porém, justamente por isso, é fundamental possuir um planejamento visando estabelecer suas prioridades.

Sobre a questão do diálogo e da comunicação entre os envolvidos, verificamos que no caso galego funciona satisfatoriamente em que se reconhece a importância da participação dos envolvidos, entretanto também há uma maior cobrança por parte dos interessados, mesmo sendo fortemente representados por meio da federação e associação. No entanto, o mesmo não se pode dizer do caso brasileiro, já que, embora acreditam que o envolvimento de todos é substancial, a informação não chega a todos e, conseqüentemente, limita-se o acesso de participação dos interessados no processo de desenvolvimento do turismo.

Em virtude disso acredita-se que a região do Pontal do Paranapanema tem muito o que fazer no sentido de construir uma relação dialógica com os atores envolvidos, sobretudo na tentativa de aproximação das associações e do poder público municipal.

Verificamos que o turismo rural em Santiago de Compostela e Padrón está estritamente relacionado com o produto turístico Caminho de Santiago e, conseqüentemente, o surgimento das casas de turismo rural está inserido nessa lógica de prestação de serviços ao turismo, ou seja, com a oferta de alojamento, mas que não têm uma relação com as atividades agropecuárias. Por isso, há muitas críticas relacionadas com os LEADER e PRODER porque alguns estudiosos acreditam que esses programas apenas custearam aberturas de hospedagens, não favorecendo o desenvolvimento e a dinamização da economia rural.

Vale dizer que por um lado essa crítica está correta porque os postos de trabalho gerados pelas hospedagens empregam mão de obra de pessoas que não vivem exclusivamente no rural. Além disso, não há vínculo com a produção agropecuária e tão pouco permitiu que as aldeias abandonadas voltassem a ser povoadas. Por outro é

inegável que essas casas foram restauradas, por meio do turismo no espaço rural, já que são casas tradicionais do rural galego, resguardando o patrimônio representativo deste povo que, de outra forma, estaria abandonado juntamente com as aldeias.

Junto às casas rurais foram preservados outros elementos que caracterizam a paisagem rural galega, tais como o hórreo, a capela, o cruzeiro, moinho, fonte de água, que por meio do turismo, estão vivos e resguardam a memória de quem viveu nesses lugares.

No caso dos municípios paulistas estudados, percebe-se que nos assentamentos de Rosana (Nova Pontal e Porto Maria), por terem um turismo mais organizado, é notória a valorização dos elementos que caracterizam o rural, tais como: a presença de rios; a produção agrícola que servirá de base para preparar o café oferecido no final das visitas ou o cardápio do restaurante rural; a culinária; poder colher a fruta no pé; descobrir de onde vêm os alimentos consumidos da cidade e como eles são produzidos, entre outros.

Sobre a atividade de artesanato, há iniciativas pontuais em ambos os casos, que não está condicionada aos elementos do rural, entretanto, contribui para valorizar e agregar valor ao turismo. Nos casos galegos estão relacionados a produção de brincos, colares e pulseiras com uma pedra típica galega. No caso dos municípios paulistas o artesanato é feito em tecido como, por exemplo, os bordados, as fitas, a pintura, tapete de barbante, que podem ser encontrados em outros lugares, mas que agrega valor ao lote a partir do momento que é colocado à venda ao turista.

No que diz respeito ao turismo como valorizador do modo de vida rural todos os entrevistados responderam afirmativamente, embora essa valorização esteja mais visível nos casos brasileiros já que os visitantes estão diretamente em contato com a produção dos lotes, com o manejo dos animais, escutam as histórias dos assentados, questionam sobre a produção, entre outras.

Levando em consideração o exposto, entendemos que existem similitudes e diferenças entre as realidades brasileiras e as galegas, mas também existem entre si, dentro do mesmo contexto nacional. Assim, as similitudes e diferenças serviram para conhecer a realidade dos casos apresentados e a prática das políticas, em especial no tocante ao turismo. Não se tratou de copiar modelos, mas de entender essas distintas realidades e analisar qual a melhor alternativa para que o turismo seja um vetor de desenvolvimento, respaldado, sobretudo, no compromisso, na responsabilidade social, na participação coletiva, no engajamento dos atores envolvidos, entre outros.

Não dá para viver na falsidade de um turismo como vetor de desenvolvimento sem olhar para as necessidades da comunidade. Em razão disso, é substancial o envolvimento da comunidade para que essa atividade seja representativa da maioria e não fique à mercê de alguns interesses momentâneos, sempre dependentes da gestão pública que permuta a cada quatro anos.

A partir do exposto aqui buscou-se trazer as similitudes e diferenças no quadro 6, trazendo resumidamente os aspectos que caracterizam-as.

**Quadro 6- Síntese comparativa, entre similitudes e diferenças.**

Categories	Similitudes	Diferenças
Trajetória de vida	Tanto os paulistas quanto os galegos vieram de outros municípios	Paulistas: para adquirir o lote tiveram que passar pela fase de acampamento, ocupação de terras e reforma agrária.
		Galegos: A propriedade era da família ou compraram
Trabalho na atividade agropecuária	A maioria teve na família alguém que se dedicou à agropecuária	Paulistas: os assentados mantêm a produção agropecuária
		Galegos: não têm atividade agropecuária.
Início da atividade de turismo		Paulistas: motivação individual de buscar outras fontes de renda.
		Galegos: incentivo governamental por meio das subvenções financeiras
Fonte de Renda	O turismo no espaço rural não é a fonte de renda principal.	Paulistas: a atividade agropecuária é a fonte de renda principal.
		Galegos: atividades diversas não vinculadas à agropecuária na propriedade.
Financiamento		Paulistas: Não têm financiamento para o turismo no espaço rural
		Galegos: com financiamento do LEADER e PRODER

Programas	Existem programas para investir no turismo como, por exemplo, o PRONAF.	Paulistas: -PRONAF depende da disposição da instituição financeira local em viabilizar a linha de financiamento ao assentado.
		Galegos: -LEADER e PRODER são programas os quais todos os interessados podem submeter proposta para receber financiamento; - LEADER: é um programa da União Europeia e os beneficiados não pagam pelo financiamento após a aprovação; - PRODER: é um programa da Espanha e os beneficiados não pagam pelo financiamento após a aprovação.
Políticas públicas de desenvolvimento do turismo no espaço rural		Paulistas: Existe, mas é pouco eficaz nos territórios rurais; e desarticulado com outras políticas de desenvolvimento.
		Galegos: Existem. Há articulação com demais setores, especialmente porque o turismo é uma das principais fontes de geração de renda, no caso de Santiago de Compostela.
Dificuldades em trabalhar com o turismo no espaço rural		Paulistas: diversas dificuldades. - Melhorias das estradas; - Falta de transporte público nos assentamentos; - Ausência de incentivos no âmbito municipal; - Falta de parceiros engajados; - Diálogo entre assentados e as instituições públicas: ITESP, INCRA e Prefeitura.

		Galegos: melhoria na rede de acesso a internet, pois na área rural a qualidade não é boa.
Patrimônio cultural	Estão presentes em ambos os casos	Paulistas: com o turismo os assentados acreditam que haverá a valorização do seu modo de vida e também dos elementos naturais e culturais característicos da paisagem dos assentamentos: rios, os animais silvestres, a culinária, a produção agrícola e a criação de animais.
		Galegos: com as subvenções podem-se recuperar as casas tradicionais do rural galego, resguardando a sua existência e de elementos atrelados a eles, tais como: hórreo, moinhos, cruzeiro, capela, entre outros.

Fonte: Elaborado por Santos (2017).

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que o desenvolvimento rural, dada a realidade dos contextos dos casos galegos estudados, vem se transformando a partir das últimas décadas do século XX. Deste modo, diante de uma conjuntura política que não incentivou a permanência no rural, constatou-se um êxodo das pessoas para áreas mais atrativas em termos de emprego e geração de renda (cidades). Assim, no momento oportuno, não houve ênfase em termos de políticas para mantê-los no rural, mas sim um apelo pela modernização da produção agrícola. No entanto, desde 1990 a UE tem se preocupado em estabelecer políticas públicas que pudessem amenizar a problemática social em que se transformou o esvaziamento rural e a pouca oferta de emprego nesse território.

No caso da região do Pontal percebe-se que, embora as políticas de desenvolvimento rural sejam deficitárias em termos de colaboração para a permanência do homem no campo, alicerçadas pelo movimento de modernização da agricultura, ainda assim, os assentados se mantêm no rural fortalecidos pelo processo histórico de luta e conquista da terra. A preocupação no tocante aos assentamentos rurais é em relação à permanência dos jovens, já que estes saem do assentamento em busca de melhores condições de estudo e trabalho e, às vezes retornam, outras vezes não, para ajudar no trabalho do lote. No momento, isso não configura um grave problema, mas chegará a ser se não for solucionado agora.

Em termos de políticas de desenvolvimento rural, verifica-se que, nos casos brasileiros, a partir das análises das entrevistas, os assentados recorrem constantemente a financiamentos para investirem na produção. O que ocorre é que, muitas vezes, a produção não gera o lucro esperado e o assentado fica endividado porque não consegue pagar o financiamento e, por isso, também fica impedido de solicitar um novo financiamento. Desta forma, tem que buscar trabalho em outras atividades fora do assentamento a fim de juntar dinheiro para pagar a dívida e sustentar a família e só depois entrar de novo em outro financiamento. É um círculo vicioso que, infelizmente, é alimentado pelas atuais políticas brasileiras de desenvolvimento rural.

No caso do Brasil, viver da produção rural para quem é produtor familiar é problemático, pois não se tem garantias, somente de que terá que pagar o financiamento quando chegar o prazo.

Isto posto, urgem políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento rural a partir da necessidade de cada território. Mesmo com a existência dos programas

federais, nota-se que não houveram notáveis mudanças em termos de garantir a produção agropecuária e a sobrevivência do produtor familiar nos territórios. Cabe dizer a este respeito que o problema não consiste apenas em liberar financiamento, mas sim em dar condições para que, após isso, a sua produção seja comercializada de forma decente para se obter um retorno financeiro com a venda dos produtos. Em virtude disso, muitos investem na produção leiteira, mesmo cientes de que por mais desvalorizado que seja o valor do litro do leite vendido, ainda assim é possível ter uma renda fixa mensal.

É nessa conjuntura que surge a busca por alternativas para diversificar a produção no que diz respeito aos casos brasileiros, pois se dá em consequência da desvalorização do produtor familiar. Já nos casos galegos, as alternativas vigoram como consequência dos fomentos das políticas existentes. Logo, tanto no caso do LEADER e do PRODER, houve por parte de ambas as políticas de desenvolvimento rural um apelo muito forte à inserção de novas atividades que não fossem exclusivamente agropecuárias. Nesse sentido, responde-se um dos questionamentos mencionados no início da tese, que era entender o rebatimento das políticas públicas de desenvolvimento rural nesses territórios e sua interface com a atividade de turismo.

Consoante a isso, e levando em consideração a tese aqui defendida, entende-se que a partir da discussão aqui traçada, a tese se confirma parcialmente, pois o processo de territorialização do turismo no espaço rural tem como elemento as políticas de desenvolvimento rural, a partir de duas perspectivas:

A primeira sobre o caso galego, as políticas de desenvolvimento incentivaram a inserção de outras atividades, sobretudo o turismo no espaço rural, nos primeiros anos de implantação desses programas. E na segunda, a partir dos casos paulistas, a inserção de novas atividades acontece como uma resposta ao processo em que o produtor familiar está condicionado.

Desta maneira, em ambos os casos, o turismo surgiu no rural como uma alternativa de permanência, no entanto, cabe esclarecer que no caso galego essa atividade é incentivada e no caso brasileiro esse incentivo é ausente.

Como observou-se, os produtores familiares brasileiros são constantemente desterritorializados por meio das políticas de desenvolvimento rural, pois cada vez mais tendem a recorrer a linhas de financiamento para manter a produção rural, seja porque é desterritorializado quando perde uma produção, ou quando não tem suporte técnico adequado, quando não consegue solucionar o problema e acaba perdendo toda a

produção agropecuária, pela desvalorização da venda do litro de leite e pela falta de mercados para vender o produto agrícola.

É notório as tramas em que se encontram as duas realidades, como nos casos galegos havendo uma valorização do rural na contemporaneidade e nos casos paulistas apresentando uma desvalorização das atividades e do modo de vida rural fundamentados nas políticas públicas.

É salutar que existam muitos trabalhos acadêmicos que apontam a situação do produtor familiar nos assentamentos rurais, no entanto, que essa tese venha a reafirmar a importância de políticas públicas que reflitam a necessidade de ações comprometidas com as distintas realidades territoriais existentes. Para isso seria de suma importância os grupos de desenvolvimento local, assim como os existentes na Galícia, que não estejam vinculados a nenhum partido político, mas que estejam engajados com o território e a prática de projetos que endossem o desenvolvimento territorial rural.

Embora reconheça-se as diferenças existentes entre o Brasil e a Espanha, percebe-se que a experiência espanhola sobre as políticas de desenvolvimento rural podem contribuir para repensar as políticas de desenvolvimento rural brasileiras, especialmente no que diz respeito aos gestores nacional, estadual e municipal.

Verifica-se que as primeiras linhas de atuação do PAC europeu que tiveram como foco os agricultores não tiveram muito sucesso, ao passo que ao modificarem sua estratégia, centralizando suas ações no território e nos proprietários rurais, partindo de uma perspectiva mais geral, tiveram mais resultados satisfatórios nos territórios.

Nota-se que os territórios europeus priorizados nas políticas de desenvolvimento rural foram às regiões mais fragilizadas, com problemas socioeconômicos, baixo índice demográfico e baixo índice de emprego. Pensa-se que igualmente poderia suceder no Brasil dando prioridade aos territórios em que exista produção familiar mais acentuada em detrimento da produção em larga escala, com a presença de monoculturas e empresas de capital estrangeiro. É uma forma de valorizar a produção familiar e, assim, conseqüentemente, incentivar uma produção de alimentos nacional, já que a produção em grande escala abastece especialmente os mercados internacionais.

Nesse sentido, as políticas públicas brasileiras (nacional e estadual) deveriam ser direcionadas, como no caso europeu, com enfoque no desenvolvimento territorial, econômico e social, voltados para o conjunto da população rural que realmente necessita de ajuda.

Vale ressaltar que as políticas dos programas LEADER e PRODER voltadas para as zonas rurais tiveram um impacto evidente sobre os territórios que atuaram, especialmente sobre a diversificação produtiva, valorização dos produtos locais, preservação da cultura e do patrimônio local. Ademais, contribuíram para o surgimento de muitas associações, sobretudo os GDR, que contaram com a participação dos atores locais, permitindo a centralização dos projetos nas comarcas e, principalmente, nos pequenos povoados.

As associações são importantes para o desenvolvimento rural. Infelizmente, nos casos paulistas investigados, as associações não têm a mesma envergadura no cenário político municipal. Dessa maneira, estão sempre à deriva das decisões políticas municipais e isso repercute, conseqüentemente, nas demais esferas políticas, sejam elas estadual ou nacional.

Ter uma forte representatividade por meio das associações é basilar para que se consigam melhorias e benesses no território e destarte fortalecer a produção familiar. Os assentados devem entender que, tão importante quanto produzir em seu lote, é participar das decisões no âmbito político. Em suma, para que seus interesses sejam respeitados, se faz relevante não ficar tão dependente da assessoria técnica prestada pelo ITESP e buscar, por meio de uma articulação política mais engajada, outros parceiros que venham a somar com a causa rural.

Diante do que foi exposto nesse trabalho, acredita-se que a principal dificuldade em desenvolver projetos comprometidos com o desenvolvimento rural na região do Pontal do Paranapanema, além do que já foi citado anteriormente, consiste também na disponibilidade de recursos financeiros, pois, no Brasil, não tem um respaldo de um fundo estrutural tão sólido quanto o fundo estrutural europeu que possa fomentar o desenvolvimento rural brasileiro.

O que ocorreu recentemente no Brasil foi uma política que tentou integrar os diversos ministérios existentes, por meio de ações do Território da Cidadania, entretanto não lograram êxito no desenvolvimento territorial, já que foram ações pontuais, sobretudo de infraestrutura, em que os recursos destinados eram limitados e não havia uma integração interministerial para concretização e continuidade dos projetos nos territórios. É sabido que o programa Território da Cidadania foi importante para os territórios rurais, no entanto não se nota nesses territórios a aplicação dos investimentos. Ademais, sua descontinuidade está relacionada à mudança de governo, sobretudo como

era um programa vinculado à proposta de governo Lula, com a sua saída, obviamente, o programa perderia notoriedade.

A alegação de escassez de recursos aliado aos escândalos políticos e a pouca articulação política nos territórios, leva a crer que as políticas de desenvolvimento rural, no caso brasileiro, devem ser veementemente reestruturadas, repensando em como garantir que o produtor permaneça no rural a partir do que produz.

Seria imprescindível a criação de um fundo estrutural estável que estivesse destituído das vontades políticas partidárias e, sobretudo, gozasse de uma certa autonomia política, para que esse fundo não sofresse com as mudanças de gestão a cada quatro anos, conforme as eleições. Para tanto, seria viável a criação de uma comissão especial para tratar unicamente das linhas de apoio financeiro que impulsionem o progresso das áreas rurais, composta por diversos representantes políticos e sociais, vagas estas preenchidas por meio de concurso público.

Assim, no Brasil deveria-se pensar em programas mais consistentes que contribuíssem para fortalecer as políticas de desenvolvimento rural que contemplem a lógica da verticalidade *button-up* ou de baixo para cima e a horizontalidade, ou seja, envolvendo os atores sociais.

No que se refere ao princípio de subvenção, em comparação ao LEADER e PRODER, os programas brasileiros deveriam ter como fundamento os processos produtivos, sociais e culturais, por meio do investimento dos recursos nas comunidades locais, tendo como principais gestores os grupos/associações do território, assim como aconteceu na Galícia. Por isso, a importância do fomento à criação de arranjos produtivos locais ou a grupos de desenvolvimento local, para que não somente uma atividade econômica seja favorecida nas políticas, mas principalmente a diversificação de atividades agropecuárias que são a principal geração de renda nos casos brasileiros.

Partindo dessa propositura, as políticas por meio dos programas europeus, são exemplos que oferecem substratos para uma reflexão do que poderia convergir a realidade rural brasileira, destacando-se as ações atreladas à dinamização da produção, criação de economia local, participação dos atores sociais, melhoria na qualidade de vida, valorização da cultura local, entre outros.

No que diz respeito aos programas LEADER e PRODER, constata-se que, dentre as suas diversas fases de realização, tiveram uma significativa importância para o desenvolvimento do turismo rural no território galego. Ainda que alguns estudiosos e críticos considerem que estes programas se reduziram tão somente a investimentos no

setor turístico, por outro lado, é inegável que se contribuiu para a diversificação da economia e também para a proteção do patrimônio rural, como demonstramos no decorrer da análise das entrevistas com os proprietários rurais.

Alicerçados com os objetivos dessa tese, pode-se inferir que os programas vinculados às políticas de desenvolvimento rural na Galícia tiveram progressos e uma continuidade ao longo do tempo (1991 a 2013), conforme a proposta aqui apresentada, e continua se perpetuando no território galego na fase 2013- 2017.

No caso do Brasil, o PRONAF Turismo Rural existe, mas não é aplicado no recorte espacial brasileiro, pois conforme salientou-se no decorrer desta tese, o crédito concedido ainda é tão somente para sanar o problema de estrutura produtiva rural, levando a criação de um processo em círculo. Em razão disso, observou-se que, no Brasil, ainda estamos caminhando na direção da construção de políticas de desenvolvimento rural que transcendam a lógica que desterritorializa o produtor e não contribui para a sua autonomia, ou seja, para a sua territorialização.

Em razão disso, tem-se que os sujeitos entrevistados paulistas recorreram à atividade de turismo como uma alternativa para incrementar a renda familiar, diferentemente do que aconteceu no rural galego investigado. Desse modo, a ausência de política no caso paulista é que contribuiu para o advento da atividade, motivada, sobretudo pelas territorialidades dos assentados rurais paulistas.

A partir do processo de desterritorialização da produção agrícola e pecuária os sujeitos investiram no turismo. Embora, à princípio, essa atividade complemente a renda, já têm exemplos no Pontal de como o turismo se territorializa no rural, tornando-se a principal fonte de renda da família. Dessa forma, entende-se que, a partir desse cenário, inicia-se o processo de apropriação dos elementos característicos do território e das territorialidades, a partir da prática da atividade de turismo na região do Pontal.

No caso do assentamento Nova Pontal, a renda proveniente do turismo ainda não é suficiente para ajudar a manter a produção agropecuária. No entanto, a prática do turismo contribui para a valorização das territorialidades produtivas que consistem em principal atrativo para os visitantes como, por exemplo, conhecer uma produção agrícola, ver a criação de animais (búfalos, pôneis, galinhas, porcos, cavalos, etc.), ver a ordenha de vaca, degustar a culinária rural feita a partir do que é produzido nos lotes bem como contemplar, elementos naturais que caracterizam o território, como a presença do rio, da fauna e da flora.

Além disso, neste assentamento existe uma associação de mulheres, a AMANP, que é forte e localmente presente em diversas ações realizadas no âmbito municipal, executando entrega de pães à prefeitura por meio da cozinha comunitária desta associação. Partindo desse pressuposto, o turismo tem tendência para se desenvolver e ser representativo à soma de renda das famílias participantes.

No que diz respeito ao Restaurante Rural Porto Maria, observou-se que é uma proposta recente que aos poucos amadurece, mas que tem potencial de ser um atrativo rural no município. Sua presença, a princípio, não representa uma ameaça ao turismo ofertado no assentamento Nova Pontal, já que o principal público que busca o restaurante rural são famílias, sobretudo de pescadores, ou seja, são públicos diferentes.

Além de que, no restaurante, a territorialização da prática turística se fez tendo como fundamento a própria demanda dos visitantes que já recorriam ao local para pescar e desfrutar de momentos de lazer no rio Paraná. Dessa forma, o restaurante rural é uma territorialidade surgida a partir do aproveitamento da demanda existente. Cabe dizer que, com ou sem o restaurante as pessoas continuariam a ir ao local, entretanto atrelado ao desejo das famílias associadas em desenvolver o turismo no assentamento, o restaurante rural pode ser beneficiado e fortalecido com este público.

Observou-se que, no tocante ao assentamento Porto Velho, a prática da atividade turística, em comparação aos assentamentos do município de Rosana, são os que mais sofrem ações de desterritorialização e são, conseqüentemente, os que mais revelam reterritorializações.

Como visto, alguns assentados são impedidos de continuar com a proposta de turismo no espaço rural, que se dá por razões diversas, como já apresentadas ao longo da tese. Contudo chama a atenção à desarticulação existente entre os assentados e as instituições públicas, sobretudo ITESP, INCRA, CESP e Prefeitura. Conclui-se também que essas desterritorializações são frutos do enfraquecimento das associações locais que não têm notoriedade no âmbito municipal.

No caso do assentamento Lagoinha, o turismo é uma atividade que está atrelada indiretamente ao sistema produtivo do lote por meio da venda do que se produzia na cozinha artesanal. Este momento de instabilidade política que o país atravessa repercutiu negativamente na produção de doces e conservas da marca 'Tacho Melado'. Nesse sentido, a cozinha tem agregado pouco na renda familiar.

Embora alguns estudiosos não acreditem, cabe afirmar que existe sim, na região do Pontal do Paranapanema, processos de territorializações, desterritorializações e

reterritorializações a partir da prática da atividade turística, conforme esta tese fundamentou e exemplificou.

Nos casos galegos o processo de desterritorialização também acontece, porém não na mesma proporção do que se passa no rural paulista investigado. À vista disso, o DTR acontece principalmente quando, por motivos burocráticos, os interessados não conseguem acessar o crédito disponibilizado por meio do LEADER e PRODER.

Conclui-se que as políticas de desenvolvimento rural no caso galego reverberaram na abertura de alojamentos, ou seja, na transformação das casas rurais tradicionais galegas em casas de turismo rural. Contudo, no recorte brasileiro está se iniciando esse processo de oferta de hospedagem nos lotes, que ainda é algo recente, mas que já tem mostrado algum resultado exitoso como, por exemplo, nos assentamentos Nova Pontal, Porto Maria e Porto Velho.

Em relação à participação dos sujeitos nesse processo de dinamização das áreas rurais entende-se que, por parte dos assentados, existe um movimento de busca por melhorias do sistema produtivo agropecuário, ao mesmo tempo em que se vislumbram alternativas para se manter no campo, embora não se tenha, de modo geral, diálogo mais próximo com os gestores institucionais. No tocante aos gestores brasileiros entrevistados, observou-se que há o interesse em buscar melhorias, mas ainda estão no plano dos discursos, pouco contribuindo efetivamente para dinamizar o território, diferentemente dos gestores galegos que se mostraram mais comprometidos com o desenvolvimento rural e com o turismo.

Vale dizer também que notou-se a existência de divergências no que diz respeito às terminologias aplicadas ao turismo no espaço rural na Galícia e no Brasil. Entretanto, cabe destacar que no primeiro caso (Galícia) as discrepâncias são menores, já que se considera o que está na normativa galega. Dessa forma, facilita o entendimento e sua aplicação por meio dos programas. Isso não ocorre no Brasil, já que existe uma infinidade de termos e expressões para validar o turismo que acontece na zona rural, até mesmo em nível institucional. Tem-se que chegar a um consenso, principalmente porque isso prejudica a elaboração e o acesso às políticas públicas para a atividade.

A partir da tese aqui apresentada, acredita-se que no caso brasileiro pode-se aprender com a experiência galega sobre a implantação de políticas vinculadas com a realidade de cada território rural, convertendo-se em um instrumento de valorização das territorialidades produzidas, implementando políticas que reverberem econômica, social e culturalmente nos territórios, prevalecendo o envolvimento dos atores locais na

elaboração de projetos enraizados com as necessidades do território e das pessoas do lugar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERENZA, M. A. **Administração do turismo: planejamento e direção**. Bauru: EDUSC, 2003.

ALBERDI COLLANTES, J.C. Colaboración interinstitucional en el desarrollo rural: Aciertos y fracasos de la ley de desarrollo rural del País Vasco. **Boletín de la A.G.E.**, Sevilla, n.38, p. 131-151, 2004.

ALMEIDA, M. G. O patrimônio festivo e a reinvenção da ruralidade e territórios emergentes de turismo no espaço rural. In: SOUZA, M.; ELESBÃO, I. (Orgs.). **Turismo Rural: iniciativas e inovações**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2011, p. 243-263.

ÁLVAREZ RODRIGUEZ, E. Compostela antes de Santiago: las ocupaciones de la ciudad y su entorno desde la prehistoria a la tardoantigüedad. In: CASTRO DÍAZ, B.; LÓPEZ-MAYÁN, M. **Historia de Santiago de Compostela**. Santiago de Compostela: Vía Láctea, 2011, p.13-38.

ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo/Recife: Hucitec/IPESPE 1995.

ANDRADE SUÁREZ, M. J. El uso de internet como fuente de información turística: propuesta metodológica para el análisis de su importancia en la creación de la imagen del destino. **Papers de Turisme**, Valencia, n. 52, p. 44-62, 2012. Disponível em: <<http://www.papersdeturisme.gva.es/ojs/index.php/Papers/article/view/63/58>>. Acesso em 30 out. 2015.

ANJOS, F. S. Pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 11-44, jan./abr. 2003.

ARENDRT, H. **O que é política?**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (DELOA). **Memória LEADER: 2007-2013**. Padrón: [s.l], 2015.

ASSOCIAÇÃO TERRAS DE COMPOSTELA. **Programa LEADER (2007-2013)**. 2015. Disponível em: <http://www.terrasdecompostela.org/site/>. Acesso em 10 de jan. 2017.

BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA (DATALUTA). **Banco de dados da luta pela terra do Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente, 2012. Disponível em: < [http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta\\_pontal\\_2012.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_pontal_2012.pdf)>. Acesso em 10 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Banco de dados da luta pela terra do Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente, 2014. Disponível em: < [http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta\\_pontal\\_2012.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_pontal_2012.pdf)>. Acesso em 10 out. 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70/Almedina Brasil, 2012.

BARONE, L. A; MELAZZO, E. S.; SILVA, A.S. (Coord.). **Célula do Pontal do Paranapanema-SP - CODETER**. Presidente Prudente: 2011. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra073.pdf>>. Acesso em 12 jul. 2013.

BARRETTO, M. **Planejamento responsável do Turismo**. Campinas: Papyrus, 2005.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. da UnB, 1997, v.2.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, n. 13, p. 1-37, jun. 1996. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/135/137>>. Acesso em 03 out. 2017

BOULLÓN, R. C. **planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.

BOVO, C. E. O. **Turismo Rural no Estado de São Paulo: uma semente que floresce**. Santa Catarina: Facos/ UFSM, 2005.

BRANDÃO, C. A. **A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais**. Campinas: [s.l], 2004. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286011/1/Brandao\\_CarlosAntonio\\_LD.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286011/1/Brandao_CarlosAntonio_LD.pdf)>. Acesso em 17 set. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: MDA, 2003. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br>>. Acesso em 10 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Agricultura Familiar (SEAF). **Informações sobre o PRONAF**. Brasília. 2003a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-divecon/turismo-e-artesanato>>. Acesso em 20 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo (MTur). **Turismo rural: orientações básicas**. Brasília: [s.l], 2008. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_Rural\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)>. Acesso em 20 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar 2004/2007**. Brasília. [2008?]. Disponível em: <[www.institutobrasilrural.org.br/download/20120220101524.pdf](http://www.institutobrasilrural.org.br/download/20120220101524.pdf)>. Acesso em 19 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Banco Central do Brasil (BCB). **Quantidade e valor dos contratos por região.** Brasília: Banco Central, 2013. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/base-de-dados-do-cr%C3%A9dito-pronaf>>. Acesso em 18 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Relatórios sobre os municípios.** Brasília: MDA, 2015. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/acompanhe-a%C3%A7%C3%B5es-do-mda-e-incra>>. Acesso em 18 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016. Altera as Leis nº 10.683, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016. **Senado Federal**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=602566&id=14374632&idBinario=15634880&mime=application/rtf>>. Acesso em 30 abr. 2018.

BRICALLI, L. C. L. **Estudo das tipologias do turismo rural:** Alfredo Chaves (ES). Santa Maria: Facos, 2005.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, n.10, p. 312-347, jul./dez., 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5434/3083>>. Acesso em 15 set. 2017.

BULGACOV, S. Os estudos comparativo e de caso de organizações de estratégias. **O&S**, Salvador, v.5. n.11, p. 53-76, jan./apr., 1998. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?scri](http://www.scielo.br/scielo.php?scri)>

CAMÓS ROMIO, M. La política de desarrollo rural en el marco de la Política Agraria Común. **QDL Estudios**, n. 10, p. 22-34, fev. 2006. Disponível em: <<http://repositorio.gobiernolocal.es/xmlui/handle/10873/250>>. Acesso em 01 nov. 2016.

CANDELA HIDALGO, A. R.; GARCÍA CARRETERO, M.M.; SUCH CLIMENT, M. P. La potenciación del turismo rural a través del programa LEADER: La Montaña de Alicante. **Investigaciones Geográficas**, Alicante, 1995, nº 14, p. 77-98, 1995. Disponível em: <<http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/469>>. Acesso em 01 jan. 2017.

CÀNOVES, G.; VILLARINO, M.; HERRERA, L. Turismo rural en España: paisajes y usuario, nuevos usos y nuevas visiones. In: X COLOQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA, n. 10, 2005, Barcelona. **X Coloquio Ibérico de Geografía: A Geografía Ibérica no Contexto Europeu...** Évora: [s.l], 22 a 24 set., p. 1-17.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas, turismo rural y sostenibilidad: difícil equilibrio. **Boletín de la A.G.E**, Sevilla, n.41, p. 199-217, 2006.

CARNEIRO, L. P. M. **Proposta de implantação de dois roteiros turísticos no assentamento Nova Pontal, em Rosana, SP:** análise das limitações e possíveis

soluções. 2007. 115 f. Monografia (apresentada ao final do curso de graduação em Turismo) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Experimental de Rosana, Rosana. Disponível em: <[http://biblioteca.rosana.unesp.br/int\\_conteudo\\_sem\\_img.php?conteudo=168](http://biblioteca.rosana.unesp.br/int_conteudo_sem_img.php?conteudo=168)>. Acesso em: 25 abr. 2009.

\_\_\_\_\_. **Panorama do associativismo no turismo rural Brasileiro:** pesquisa Survey e comparativo com o caso espanhol. 2015. 220f. Tese (Doutorado em Dirección y Planificación del Turismo) - Universidade de Santiago de Compostela, Departamento de Organización de Empresas y Comercialización. Santiago de Compostela, 2015.

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÕES TURÍSTICAS (CETUR). **Estudo de Caracterización da Demanda Turística.** 2011.

\_\_\_\_\_. **Estudo da Caracterización da Demanda Turística de Santiago de Compostela.** 2012.

\_\_\_\_\_. **Estudo da Caracterización da Demanda Turística de Santiago de Compostela.** 2013.

\_\_\_\_\_. **Estudo da Caracterización da Demanda Turística de Santiago de Compostela.** 2014.

\_\_\_\_\_. **Estudo da Caracterización da Demanda Turística de Santiago de Compostela.** 2015.

CLAVAL, P. **Terra dos homens:** a geografia. São Paulo: Contexto, 2010.

CLEPS JUNIOR, J. Questão agrária, estado e territórios em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. S. (Orgs.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 35-54.

COLOGNESE, S.A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia,** Porto Alegre, v.9, p. 143-159, 1998.

CONSELHO DE PADRÓN. **Informações sobre Padrón.** 2016. Disponível em: <<http://padron.gal/es>>. Acesso em 5 nov. de 2016.

CONSELHO DE SANTIAGO. **Informações sobre Santiago de Compostela.** 2016. Disponível em: <<http://www.santiagoturismo.com>>. Acesso em 5 nov. de 2016.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L (Orgs.). **Território:** Globalização e fragmentação. 3 ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1996, p. 251-256.

\_\_\_\_\_. Espaço: um conceito- chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L (Orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 15-47.

COUTINHO, C. P. **Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática**. São Paulo: Edições Almedina, 2013.

CROSBY, A.; PRADO, N. Fundamentos y retos del turismo rural. In: CROSBY, A (Ed). **Re-inventando El turismo rural: gestión y desarrollo**. Barcelona: Laertes, 2009, p.21-49.

CRUZ, P. M. **Restauração e agroecologia: é possível?** Estudo de viabilidade no assentamento Nova do Pontal com base na permacultura. 2008. 105 f. Monografia (apresentada ao final do curso de graduação em Turismo) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Experimental de Rosana, Rosana. Disponível em: <[http://biblioteca.rosana.unesp.br/int\\_conteudo\\_sem\\_img.php?conteudo=258](http://biblioteca.rosana.unesp.br/int_conteudo_sem_img.php?conteudo=258)>. Acesso em: 20 jun. 2013.

CRUZ, R. C. A. **Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é filosofia**. Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELGADO, G. C. Agricultura familiar e política agrícola no Brasil: situação atual e perspectivas. **Revista da Abra**, v.24, n.3, 1994.

DELGADO, N. G. Política econômica, liberalização comercial e agricultura familiar: a experiência brasileira das décadas de 1980 e 1990. In: BONNAL, P; LEITE, S. P. (Org.). **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p.279-341.

ELESBÃO, I. O espaço rural brasileiro em transformação. **Finisterra**, v. 42, n.84, p.47-65, 2007. Disponível em: <[http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2007-84/84\\_03.pdf](http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2007-84/84_03.pdf)>. Acesso em 15 set. 2017.

ESPANHA. Ministério do Meio Ambiente, Meio Rural e Marinho (MARM). Rede Rural Nacional. **Leader en España (1991-2011): Una Contribución Activa al Desarrollo Rural**. [s.l]: Ministério do Meio Ambiente, Meio Rural e Marinho, 2011.

\_\_\_\_\_. Instituto de Turismo de Espanha (Turespanha). **El comportamiento turístico de los residentes en la Unión Europea**. 2014. Disponível em: <<http://www.060.es>>. Acesso em 18 mai. de 2016.

EXCELTUR. **Galícia 2014: Estudio de Impacto Económico del Turismo (IMPACTUR)**. 2014. Disponível em: <http://www.exceltur.org/wp-content/uploads/2016/02/IMPACTUR-Galicia-2014.pdf>. Acesso em 14 out. de 2016.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: **Campesinato e Território em disputas**. PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; BERGAMASCO, S. M.P. A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro. In: FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JÚNIOR, O. **Assentamentos rurais: impasses e dilemas**. São Paulo: INCRA, 2005, p. 37-69.

FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, A. Z. (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 77-86.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP). **Dados sobre os assentamentos**. Presidente Prudente, 2012. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <cledianenascimento@yahoo.com.br> em: 12 set. 2012.

FURMANKIEWICZ, M. Leader + Territorial Governance in Poland: Successes and Failures as Rational Choice Effect. **Tijdschrift voor economische en sociale geografie**, 103, 3, p. 261-275, 2011.

GALDEANO-GÓMEZ, E.; AZNAR-SÁNCHEZ, J.A.; PÉREZ-MESA, J.C. The Complexity of Theories on Rural Development in Europe: An Analysis of the Paradigmatic Case of Almería (South-east Spain). **Sociologia Ruralis**, v. 51, n.1, p. 54-78, 2011.

GARCÍA DOCAMPO, M. El desarrollo local en el marco de los procesos de globalización, In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **Perspectivas teóricas en desarrollo local**. A Coruña: Netbio, 2007, p. 1-37.

GASTAL, S. MOESCH, M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007 (Coleção ABC do Turismo).

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

GIMÉNEZ GUERRERO, M. M.; PÉREZ YRUELA, M. Desarrollo local y desarrollo rural: el contexto del programa LEADER. **Papeles de Economía Española**, Córdoba, n.60-61, p. 219-233, 1994. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/27366>>. Acesso em 20 nov. 2017.

GONÇALVES, C.W.P. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, v.1, n.1, p.1-55, 2004. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604>>. Acesso em 10 set. 2017.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2. n. 3, p. 523-545, 2012. Disponível em: <[http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletimcampineiro/article/viewFile/86/2012v2n3\\_Gottmann](http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletimcampineiro/article/viewFile/86/2012v2n3_Gottmann)>. Acesso em 15 set. 2017.

GUANZIROLI, C. et. al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

\_\_\_\_\_. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B.K. **Territórios, territórios**: ensaios sobre ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p.43-71.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G; SALM, J.F. (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009, p. 23-39.

HEIDRICH, A. L. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Orgs.) **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p.37-66.

HIGH, C.; NEMES, G. Social Learning in LEADER: Exogenous, Endogenous and Hybrid Evaluation in Rural Development. **Sociologia Ruralis**, 47, 2, p. 103-119, 2007.

IGLESIAS AMORIN, A. Santiago en la Edad Contemporánea: de ciudad en decadencia a capital de Galicia. In: CASTRO DÍAZ, B.; LÓPEZ-MAYÁN, M. **Historia de Santiago de Compostela**. Santiago de Compostela: Vía Láctea, 2011, p.213-294.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Resultados da pesquisa sobre histórico do município de Presidente Epitácio**. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=354130&idtema=1&search=sao-paulo|presidente-epitacio|censo-demografico-2010:-sinopse->>. Acesso em 01 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Produção Agrícola Municipal 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016a. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354425&search=sao-paulo|rosana|infograficos:-informacoes-completas->>. Acesso em 05 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Produção Agrícola Municipal 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016b. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354130&search=sao-paulo|presidente-epitacio->>. Acesso em 05 mai. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). **Setores econômicos de Galícia**. 2009. Disponível em: <<http://www.ine.es/>>. Acesso em 10 jan. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Dados populacionais**. Galícia, 2016. Disponível em: <<http://www.ine.es/>>. Acesso em 10 jan. de 2016.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

LOIS GONZÁLEZ, R. L. et al. Galicia y la polisemia del término región. **Boletín de la A.G.E**, Sevilla, 32, p. 209-226, 2001.

LÓPEZ-MAYÁN, M. Origen y desarrollo de Santiago en época medieval: del Locus Sancti Iacobi a la ciudad de Compostela. In: DÍAZ, B. C; LÓPEZ-MAYÁN, M. **Historia de Santiago de Compostela**. Santiago de Compostela: Vía Láctea, 2011, p.39-126.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

MAZZINI, E. **Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema-SP: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?** 324f. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente-SP, Faculdade de Ciência e Tecnologia – FCT, Presidente Prudente, 2007. Disponível em: <<http://base.repositorio.unesp.br/handle/11449/96775>>. Acesso em 10 jul. 2013.

MEIHY, J.C.S.B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

MELO, A. F. **Turismo em assentamentos rurais: o olhar da comunidade local**. 2010, 72f. Monografia (apresentada ao final do curso de graduação em Turismo) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Experimental de Rosana, Rosana. Disponível em: <<http://biblioteca.rosana.unesp.br>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

MIELITZ NETTO, C. G. A. A política agrícola brasileira, sua adequação e sua funcionalidade nos vários momentos do desenvolvimento nacional. In: BONNAL, P.; LEITE, S. P. (Org.). **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p.221- 251.

MOYANO-ESTRADA. El concepto de capital social e su utilidad para el análisis de las dinámicas del desarrollo. **Revista Economía Ensaíos**, Uberlândia, v.13, n.2, v.14, n.1, jul./dez., 1999.

\_\_\_\_\_. Nuevas Orientaciones de las Políticas de Desarrollo Rural: a propósito del nuevo Reglamento. **Revista Economía Ensaíos**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 55-65, jul., 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaio/article/view/1540/1366>>. Acesso em 20 out. 2017.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 15, n.43, p. 83-100, set./dez., 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>>. Acesso em 14 set. 2017.

\_\_\_\_\_. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z.

(Org.). **A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA/MAPA, 2010, p.185-209.

OJEDA RIVERA, J.F. Desarrollo y Patrimonio Paisajístico, **Patrimonio Histórico**, 42, p. 51-57, 2003. Disponível em: <<http://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/article/view/1478/1478#.Wuh6wYgVzIU>>. Acesso em 15 nov. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **La nueva ruralidad en Europa y su interés para América Latina**. Roma: [s.l], 2003.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas: Editora Alínea/ Edufu, 2008.

PALOMEQUE LÓPEZ, F. P. Delimitación conceptual y tipologías del turismo rural. In: PULIDO FERNÁNDEZ, J. I. (Coord.). **El turismo rural: Estructura económica y configuración territorial en España**. Madrid: Síntesis, 2008, p. 21-50.

PAÜL, V.; LAZOVSKI, O.; LOIS, R, C. Más de veinte años de LEADER en Galicia: análisis de su desarrollo en las comarcas de a Limia y a Baixa Limia, In: RUIZ PULPÓN, A. R.; SANTOS-OLMO, M.A.S. C.; PLAZA TABASCO, J. **Treinta años de Política Agraria Común en España. Agricultura y multifuncionalidad en el contexto de la nueva ruralidad**. Ciudad Real: Asociación de Geógrafos Españoles (Grupo de Geografía Rural), Óptima Diseño e Impresión, 2016, p. 413-428.

PEÑA VÉLEZ, M. J.; JIMÉNEZ ARÉVALO, P. **Turismo rural: manual del gestor de alojamientos rurales**. [Córdoba]: Almuzara, 2004.

PEREIRA, J. M.M. A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005). **Revista Nera**, ano 8, n. 6, jan/jun, 2005, p. 75 – 117.

PETROCCHI, M. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PILLA, M.; ANDRADE, M. R. de O.; MARQUES, L. A. de P (Orgs.). **Fundação ITESP: sua história e realizações, evolução das políticas agrária e fundiária no Estado de São Paulo**. São Paulo: ITESP, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAY, C. Endogenous socio-economic development in the European Union: issues of evaluation. **Journal of Rural Studies**, n. 16, p. 447-458, 2000.

RIVEIRO, C. V.; SOLLA, X. M. S. Turismo rural, lingua e desenvolvimento local. In: TORRES LUNA, M. P., LOIS GONZÁLEZ, R. C.; SAAVEDRA, P. (Coord.). **Espacios rurales e sociedades campestres**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1999, p. 79-106.

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 101-116.

\_\_\_\_\_. Território, patrimônio e turismo com base local: uma relação inequívoca. In: SEABRA, G. (Org.). **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2007, p. 15-29.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACK, R. D. Human Territoriality: a theory. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 73, n. 1, p. 55-74, mar., 1983. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0004-608%28198303%2973%3A1%3C55%3AHTAT%3E2.0.CO%3B2-R>>. Acesso em 05 set. 2017.

SANTOS, C. N. **O patrimônio cultural e as identidades territoriais como possibilidades de desenvolvimento da atividade turística no Município de Rosana/SP**. 2013.180f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”Presidente Prudente.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território: Globalização e fragmentação**. 3 ed. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1996, p. 15-20.

\_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 13-21.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo. **Pontal do Paranapanema: zoneamento ecológico-econômico**. São Paulo: [s.n], 1999.

SAQUET, M. A. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, E. S. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente: UNESP/FCT/GAsPERR, 2005, p. 35-51.

\_\_\_\_\_. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras expressões, 2011.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Rio de Janeiro: Consequencia Editora, 2015, p. 69-90.

SARTORI, G. Comparación y método comparativo. In: SARTORI, G.; MORLINO, L. **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1999, p.29-49.

SCHLÜTER, R. G. O patrimônio imaterial e turismo: a gastronomia como recurso cultural. In: CAMARGO, P.; CRUZ, G. (Orgs.). **Turismo cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências**. Ilhéus: Editora da UESC, 2009, p. 251-295.

SCHNEIDER, S. et al. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, (119), p. 511-531, jul./set., 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572010000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009)>. Acesso em 18 out. 2017.

SCHNEIDER, S. MATTEI, L.; CAZELLA, A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar 1995-2003. In: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: 2009, p. 21-50.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Territorio y enfoque territorial: de las referencias cognitivas a los aportes aplicados al análisis de los procesos sociales rurales. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. (Org.). **Desarrollo rural, organizaciones, instituciones y territorio**. Buenos Aires: Ciccus, 2006, p. 71-102.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, M. K.; MARQUES, P.E.M. Democratização e políticas de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: 2009, p. 9-20.

SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Perfil dos Municípios de Rosana e Presidente Epitácio**. 2016. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/perfil>>. Acesso em 05 mai. 2017.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria do social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOLLA, X. M. S. Los turismos de interior en Galicia: balance y perspectivas. **Polígonos, Revista de Geografía**. León, n. 23, p. 213-234, 2012. Disponível em: <<http://revpubli.unileon.es/index.php/poligonos/article/view/541>>. Acesso 30 out. 2015.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.77-116.

SPARRER, M. **El turismo en espacio rural como una estrategia de desarrollo**. Una comparación a nivel europeo. 2005. 763f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Geografia e História, Departamento de Geografia. Santiago de Compostela.

SPOSITO, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Orgs.) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 15-36.

SUMPSI VIÑAS, J. M. Desarrollo rural con enfoque territorial: diferencias y semejanzas de las experiencias de la Unión Europea y América Latina. In: ORTEGA, A.C. ALMEIDA FILHO, N. **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1980. (Coleção Teoria e História 6).

THOMAZ, R. C. C. A revalorização e difusão do patrimônio cultural como meio desenvolvimento do turismo rural e cultural: estudo de caso da rede galega do patrimônio arqueológico. **Tópos**. v. 4, n. 2, p. 33 - 59, Dez, 2010. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2254>>. Acesso em 20 jun 2013.

TULIK, O. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.136-143.

\_\_\_\_\_. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003. (Coleção ABC do turismo).

UNIÃO EUROPEIA (UE). Conselho da Comunidade Europeia. Regulamento (CE) n.1257, de 17 de maio de 1999. Relativo ao apoio do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA) ao desenvolvimento rural e que altera e revoga determinados regulamentos. **Jornal Oficial das Comunidades Europeias**. 1999. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:31999R1257&from=PT>. Acesso em 10 nov.de 2016.

\_\_\_\_\_. **Directrices sobre las ayudas de Estado de Finalidad Regional para el período 2007-2013**. 2006. Disponível em: <[http://www.idi.mineco.gob.es/stfls/MICINN/Organismos\\_Intermedios/FICHEROS/DAR\\_2007-2013.pdf](http://www.idi.mineco.gob.es/stfls/MICINN/Organismos_Intermedios/FICHEROS/DAR_2007-2013.pdf)>. Acesso em 10 nov.de 2016.

\_\_\_\_\_. EUROSTAT. **Purchasing power parities (PPPs), price level indices and real expenditures for ESA 2010 aggregates**. 2016. Disponível em: <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/submitViewTableAction.do>. Acesso em 25 jan. de 2017.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. Sobre la diversidad de las interpretaciones y la complejidad del concepto de desarrollo endógeno. In: DOCAMPO, M.G. (Ed.). **Perspectivas teóricas en desarrollo local**. A Coruña: Netbio, 2007, p. 39-57.

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura.** Porto Alegre: Ed. UFGRS, 2000.

\_\_\_\_\_. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v.15, n. 43, p. 101-119, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cidades Imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se coloca. Campinas: Autores Associados, 2003.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

XUNTA DE GALÍCIA. Lei 7/2011, de 27 de octubre, del turismo de Galicia. 2011. **Diário Oficial de Galicia, DOG n. 216.** Galícia: Santiago de Compostela, 2011.

\_\_\_\_\_. Agência Galega de Desenvolvimento Rural. **Liñas de axudas.** 2015. Disponível em: <<http://agader.xunta.gal/gl/linas-de-axuda>>. Acesso em 10 jan. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Turismo rural.** Xunta de Galícia: Santiago de Compostela, 2016.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A- Roteiro de entrevista semi-estruturada junto aos assentamentos rurais paulistas

#### Questões Norteadoras

#### 1. Trajetória de Vida (Bloco I)

##### 1.1 Origem

Onde você nasceu? Você teve irmãos?

##### 1.2 Vinda ao município

Por que veio ao município? Por qual motivo? Quais foram as principais dificuldades deste período?

##### 1.3 Acampamento

Você chegou a ficar acampado (a)? Por quanto tempo? Quais são os momentos mais marcantes deste período? Como conseguia se sustentar neste período? Quais foram as principais dificuldades deste período?

##### 1.4 Ocupação

Você participou de alguma ocupação? Como foi? Quando foi? Onde foi? Quem liderava? Obtiveram sucesso? Quais foram as principais dificuldades deste período?

##### 1.5 Reforma Agrária

Após a reforma agrária, como foram os primeiros dias? Lembra-se de algum fato marcante deste período? Quais foram as principais dificuldades deste período?

Como foi a construção da casa? Teve financiamento? Quantas pessoas moravam com você? Como conseguia se sustentar no início?

#### 2. Trabalho (Bloco II)

##### 2.1 Ocupação dos Pais

Qual era a ocupação do seu pai e da sua mãe? Que tipo de serviço fazia? Você ou seus pais chegaram a trabalhar na atividade agropecuária?

#### 3. Atualidade e turismo (Bloco III)

3.1 Quantas pessoas moram com você? Quantos cômodos possui a casa? Qual a principal fonte de renda da família? Quais são as principais dificuldades?

3.2 Você trabalha com o turismo? Que ano começou e por que? Quais as dificuldades encontradas para trabalhar com o turismo?

3.3 Para você a paisagem modificou de quando você entrou no lote do que é agora?  
Quais as modificações?

3.4 Está em dia com os pagamentos de créditos solicitados anteriormente?

3.5 Renda da família no lote:

3.6 Você tem conhecimento das linhas de crédito PRONAF que financiam turismo no espaço rural nos assentamentos?

3.7 O que você acha que pode ser melhorado no assentamento?

3.8 Você acha que uma pessoa de fora iria gostar de conhecer o assentamento e o cotidiano das famílias nos lotes? Por quê?

3.9 Você já recebeu visitas em seu lote que não de parentes e amigos?

De onde vieram essas pessoas? O que mais gostaram no seu lote?

3.10 Se fosse possível, e houvesse verbas, você gostaria de receber visitantes em seu lote de uma forma organizada?

\*\*Termo de Consentimento de Entrevista

## APÊNDICE B- Roteiro de entrevista semi-estruturada junto às casas de turismo rural galegas.

### Preguntas

Trayectoria de vida y sobre su origen.

#### 1.1 Origen

¿Qué edad tenían su padre y su madre cuando Usted nació?

¿Cuántos hermanos y hermanas tiene Usted?

¿Por cuánto tiempo vivió Usted en la casa donde nació?

¿Alguien más vivía en la casa a parte de vuestros padres y hermanos?

¿Después de esta casa, Usted y su familia cambiaron para otra? ¿Para de dónde fueron?

¿Recuerda la razón de ese cambio?

#### 2. Trabajo

¿Cuál era la ocupación (trabajo) de su padre? ¿Qué servicio hacía él? ¿Y su madre, trabajaba antes de casarse? ¿Qué hacía ella? ¿Después de casarse, qué hacía ella?

¿Usted o sus padres trabajaron con agricultura o ganadería? ¿Cómo era ese servicio?

¿Era en el mismo sitio donde vivían o en otra ciudad? ¿Tenía servicio el año todo o era ocasional?

¿Qué horario trabajaba (mañana, tarde)? ¿Con cuántos años empezó a trabajar?

¿Qué otros servicios/trabajos ya hizo? ¿Cómo aprendió? ¿Le gustaba este trabajo?

¿Se ha quedado sin empleo? ¿Y cómo hizo para superar esta situación?

#### 3. Turismo

¿Cuándo empezó a trabajar con el turismo? ¿Por qué?

¿Cómo obtuvo esta casa?

¿Recibió alguna ayuda de algún programa (LEADER, PRODETUR)?

¿La casa siempre fue así o tuvo que hacer alguna modificación?

¿El ingreso que obtiene de esta Casa de Turismo Rural es suficiente para mantener su vida o tiene otro ingreso mensual complementario? ¿Tiene ganadería o producción agrícola?

¿Los turistas que se quedan en esta Casa tienen alguna relación con el Camino de Santiago?

¿Qué puede ser mejorado en relación al turismo Rural en Santiago?

¿Para usted, qué imagen (paisaje) le viene a la cabeza cuando piensa en Turismo Rural?

#### 4. Patrimonio y paisaje

¿Desde que vive o trabaja aquí percibe cambios en el paisaje? ¿Cuáles son?

¿Esta casa fue catalogada o inventariada? ¿O sea hace parte del Patrimonio Gallego?

¿Esta es una casa típica gallega?

\*\*El Consentimiento de la Entrevista

**APÊNDICE C- Roteiro de entrevista semi-estruturada junto às instituições públicas paulista.**

## Questões Norteadoras

1. Relate sobre a função que exerce e sua relação com o desenvolvimento dos assentamentos.
2. Quais atividades não agrícolas são desenvolvidas nos assentamentos?
3. Fale sobre elas.
4. Fale sobre o turismo nessa instituição.
5. Na sua opinião e com sua vivência junto a um órgão público, existe e são praticadas as políticas públicas (municipal e estadual) voltadas aos assentamentos para se trabalhar com o turismo? Quais são elas?
6. Quais assentamentos desenvolvem atividade de turismo? Quais deles estão na região do Pontal do Paranapanema?
7. Na sua opinião os assentados do Pontal estão se articulando para o turismo?
8. Há uma demanda por parte dos assentados para o desenvolvimento do turismo enquanto atividade complementar a renda?
9. Existe o apoio e parceria do poder público dos municípios junto ao ITESP e assentados, para o desenvolvimento do rural local?
10. Quais elementos da paisagem são necessários para se pensar em turismo no espaço rural de cunho cultural?
11. Na sua opinião é possível que o turismo seja uma opção de valorização e permanência do homem rural no campo?
12. Qual a sua opinião sobre o desempenho por parte dos atores envolvidos (assentados, prefeituras e ITESP) para desenvolver o rural?

\*\*Termo de Consentimento de Entrevista

**APÊNDICE D- Roteiro de entrevista semi-estruturada junto às instituições galegas.**

## Preguntas

1. ¿Cómo se llama la Institución/Secretaría?
2. Informe sobre la función que Usted desempeña en la Institución
3. ¿Desde cuándo hace parte?
4. ¿Cuántos miembros/equipos tiene hoy?
5. ¿Hay alguien en el equipo que tiene información sobre Turismo?
6. ¿Qué ha hecho la Institución para el desarrollo del Turismo Rural? ¿Cuáles son las políticas de apoyo al desarrollo rural? Programas, planes, etc....
7. ¿La Institución ha recibido financiación para el Turismo Rural? ¿Cuáles?
8. ¿Qué otras actividades no agrícolas se desarrollan más allá del Turismo? Para ejemplo, la artesanía.
9. ¿Estas Casas Rurales tienen relación con el Camino de Santiago?
10. Turismo rural y/o patrimonio cultural. ¿Estas Casas Rurales representan parte del patrimonio cultural?
11. ¿Qué elementos del paisaje son necesarios para pensar en el turismo rural?
12. ¿En su opinión es posible que el turismo sea una opción de recuperación y permanencia de la población rural en el espacio rural?
13. ¿En su opinión cuál es la actuación de los actores involucrados (propietarios, Asociación y Federación) para desarrollar las zonas rurales?
14. ¿El turismo es una alternativa para complementar los ingresos de las casas rurales?

\*\*El Consentimiento de la Entrevista

**APÊNDICE E- Roteiro de entrevista semi-estruturada aplicado junto à Associação Restaurante Rural Porto Maria.**

Questões Norteadoras

1. Como se chama a Associação?
2. Me fale sobre ela: como surgiu? Data de início? Quais as dificuldades iniciais? Era cobrada taxa para os associados?
3. Desde quando o senhor (a) faz parte?
4. Por que decidiu se associar?
5. Quantos associados tem hoje?
6. Qual o funcionamento da Associação? Distribuição de tarefas? Distribuição de dinheiro? Prestação de Contas?
7. Quais as dificuldades para manter a Associação?
8. E hoje qual a situação da Associação e do turismo no espaço rural?
9. Receberam financiamento para o turismo no espaço rural?
10. Quais os parceiros envolvidos? Tinha incentivo do município, Itesp, ou de outra instituição?
11. Os associados tiveram que modificar sua casa/sítio para receber o visitante? Investiram no lote? Quais modificações?
12. Tinha roteiro? O que era mostrado do assentamento? Quantas famílias faziam parte?
13. O turismo era uma alternativa para os assentados complementar a renda?
14. Quais as dificuldades para trabalhar com o turismo no espaço rural? Por que acabou?

\*\*Termo de Consentimento de Entrevista